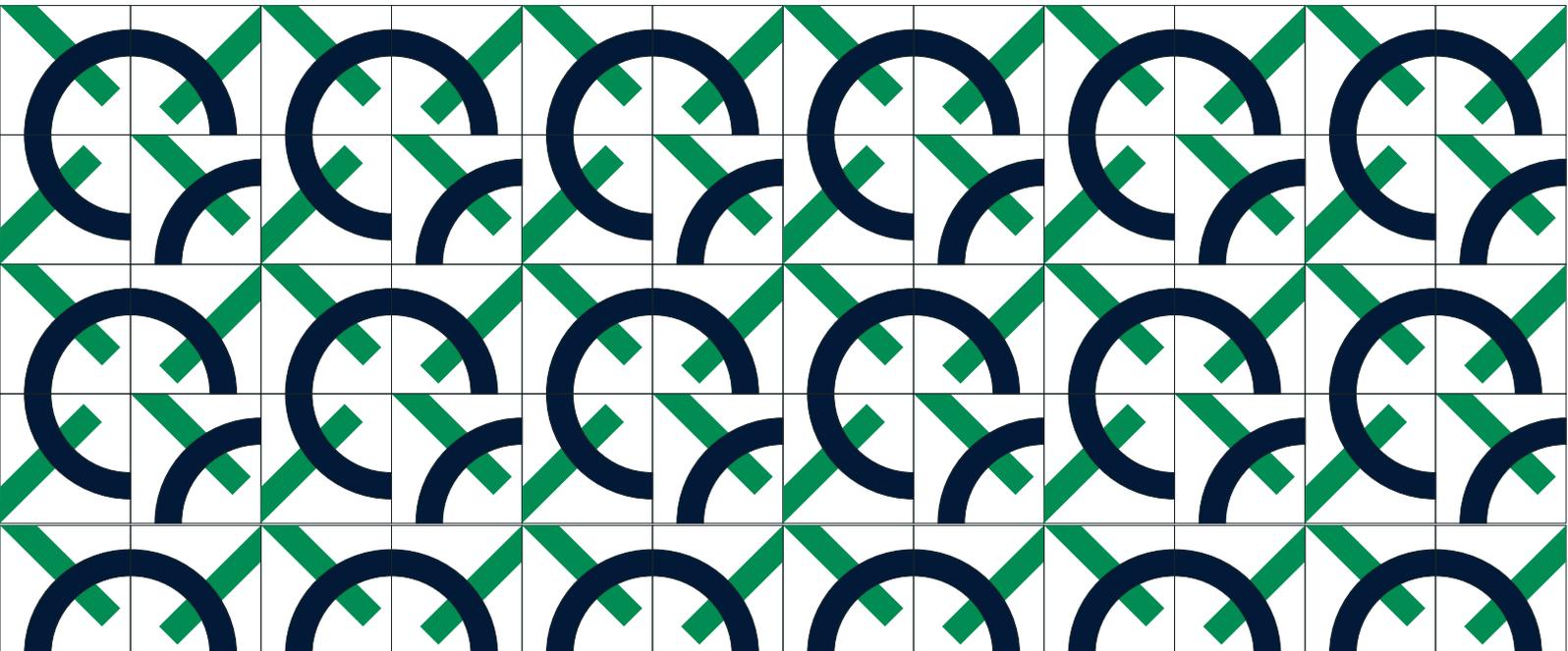




relatório de gestão | 2015





Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Superior

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão Exercício 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da DN TCU nº 146/2015, da DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015, da Portaria CGU nº 522/2015 e das orientações disponibilizadas no sistema e-Contas.

Brasília, 2016.

Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República
Aloizio Mercadante
Ministro da Educação
Jesualdo Pereira Farias
Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitor: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo
Vice-reitora: Prof^ª. Sônia Nair Bão
Decano de Ensino de Graduação: Prof. Mauro Luiz Rabelo
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Jaime Martins de Santana
Decano de Extensão: Prof^ª. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
Decana de Assuntos Comunitários: Prof^ª. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decano de Administração: Prof. Luis Afonso Bermudez
Decana de Gestão de Pessoas: Prof^ª. Maria Ângela Guimarães Feitosa
Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. César Augusto Tibúrcio Silva

Relator do Conselho de Administração
Prof. Jurandir Rodrigues de Souza

Relator do Conselho Diretor
Reinhardt Adolfo Fuck

Fundação Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte
Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º andar
CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil
Telefones: (61) 3107-0610 e 3107-0612
Fax: (61) 3274-5915
<http://www.unb.br> – dpo@unb.br



Decano de Planejamento e Orçamento

César Augusto Tibúrcio Silva

Diretora de Planejamento Institucional

Kátia Maria da Silva

Organização:

Kátia Maria da Silva

Juliana Legentil Ferreira Faria

Equipe Técnica:

Kátia Maria da Silva – Diretora de Planejamento Institucional

Jorge Rodrigues Lima – Coordenador de Planejamento Institucional

Juliana Legentil Ferreira Faria – Coordenadora de Monitoramento e Suporte Operacional

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

André Porfírio de Almeida – Contador

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Rayanne Iris de Souza – Administradora



Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas (Atualizado até 18.2.2016)

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Prof. Eiiti Sato
Auditoria	AUD	João Luiz Domingues
Centro de Planejamento	CEPLAN	Evangelo Dimitrios Christakou
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Prof. Mauro Luiz Rabelo
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Prof. Jaime Martins de Santana
Decanato de Extensão	DEX	Prof. ^a Thérèse Hofmann Gatti R. da Costa
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Prof. ^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Decanato de Administração	DAF	Prof. Luis Afonso Bermudez
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Prof. ^a Maria Ângela Guimarães Feitosa
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. César Augusto Tibúrcio Silva
Prefeitura do <i>Campus</i>	PRC	Prof. Marco Aurélio G. de Oliveira
Procuradoria Jurídica	PJU	Daniel Otaviano
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Prof. Tomás de Aquino Guimarães
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Prof. Tomás de Aquino Guimarães
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Helen Rose Lopes dos Santos
Ouvidoria	OUV	Eurides Araújo Costa Pessoa

Órgãos Complementares

Arquivo Central	ACE	Prof. ^a Cynthia Roncaglio
Biblioteca Central	BCE	Prof. Emir José Suaiden
Centro de Informática	CPD	Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes
Editora Universidade de Brasília	EDU	Prof. ^a Ana Maria Fernandes
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. Hervaldo Sampaio Carvalho

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. ^a Dores Aleida Willamizar Sayago
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Paulo Anselmo Ziani Suarez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. Gustavo Macedo de Mello Baptista
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. ^a Wilsa Maria Ramos
Centro UnB Cerrado	UnB Cerrado	Prof. ^a Nina Paula Ferreira Laranjeira
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Sérgio Freitas
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
C. Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Tarcísio Marciano da Rocha Filho
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Neuza Meller Maia
Centro de Pesq. e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. ^a Simone Rodrigues Pinto
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Pastor Willy Gonzales Taco
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni
Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Prof. ^a Mônica Castagna Molina
Centro de Pesq. e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. Manoel Cláudio da Silva Júnior



Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. Fernando Oliveira Paulino
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Roberto de Goes Ellery Júnior
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. José Manoel Morales Sánchez
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. ^a Simone Percemanis
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Prof. ^a Elmira Luiza Melo Soares Simeão
Faculdade de Direito	FD	Prof. George Rodrigo Bandeira Galindo
Faculdade de Educação	FE	Prof. ^a Lívia Freitas Fonseca Borges
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Jake Carvalho do Carmo
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Prof. ^a Maria Fátima de Sousa
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antônio César Pinho Brasil Júnior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Prof. ^a Andréa Queiroz Maranhão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Sadi Dal Rosso
Instituto de Artes	IdA	Prof. Ricardo José Dourado Freire
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Noraí Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. José Felipe Beaklini Filho
Instituto de Geociências	IG	Prof. ^a Márcia Abrahão Moura
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Mário Diniz de Araújo Neto
Instituto de Letras	IL	Prof. Enrique Huelva Unternbäumen
Instituto de Psicologia	IP	Prof. Wânia Cristina de Souza
Instituto de Ciência Política	IPOL	Prof. Paulo Carlos Du Pin Calmon
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. José Flávio Sombra Saraiva
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Luis Antônio Pasquetti
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Prof. ^a Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. ^a Alessandro Borges de S. Oliveira



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE SIGLAS.....	16
APRESENTAÇÃO.....	23
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	24
1.1 Finalidade e competências.....	24
1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	24
1.3 Ambiente de atuação.....	24
1.4 Organograma funcional.....	25
1.5 Macroprocessos finalísticos.....	28
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	39
2.1 Planejamento organizacional.....	39
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	39
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	40
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	40
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos Planos.....	41
2.2 Desempenho operacional.....	42
2.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	44
2.3.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	47
2.3.2 Comparação entre os Indicadores do TCU e da UnB.....	54
2.4 Desempenho orçamentário.....	55
2.4.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	59
2.4.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	59
2.4.2.1 Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.....	59
2.4.2.2 Ações do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.....	70
2.4.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	73
2.4.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	73
2.4.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	74
2.4.6 Informações sobre a realização das receitas.....	76
2.4.7 Informações sobre a execução das despesas.....	78
2.4.7.1 Despesas totais por modalidade de contratação.....	78
2.4.7.2 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	79
2.4.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	84
2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	86
2.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	89
2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	90
3. GOVERNANÇA.....	92



3.1	Descrição das estruturas de governança.....	92
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna.....	94
3.3	Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	96
3.4	Gestão de riscos e controles internos.....	97
3.4.1	Gerenciamento de riscos.....	98
3.4.2	Fatores de risco.....	100
3.4.3	Atividades de controle para mitigação dos riscos.....	107
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	108
4.1	Canais de acesso do cidadão.....	108
4.2	Carta de serviços ao cidadão.....	110
4.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	110
4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	115
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	115
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	117
5.1	Desempenho financeiro no exercício.....	117
5.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	118
5.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	119
5.4	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	120
5.4.1	Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União.....	120
5.4.2	Apuração do custo por aluno de 2015.....	123
5.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	125
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	126
6.1	Gestão de pessoas.....	126
6.1.1	Estrutura de pessoal da FUB.....	126
6.1.2	Qualificação da força de trabalho.....	129
6.1.3	Política de capacitação e treinamento de pessoal.....	131
6.1.4	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	135
6.1.5	Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal.....	136
6.1.6	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	137
6.1.7	Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.....	138
6.1.8	Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	140
6.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	143
6.2.1	Gestão da frota de veículos.....	143
6.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.....	144
6.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	144
6.2.3.1	Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da FUB.....	145
6.2.3.2	Distribuição geográfica dos imóveis da União.....	145
6.2.3.3	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet.....	147
6.2.3.4	Despesas de manutenção e qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.....	147



6.2.3.5 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.....	148
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicos ou privados.....	148
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	149
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	150
6.3.1 Plano diretor de tecnologia da informação – PDTI.....	150
6.3.2 Comitê gestor de TI.....	152
6.3.3 Principais sistemas de informação.....	153
6.3.4 Plano de capacitação da equipe de TI.....	153
6.3.5 Força de trabalho de TI.....	154
6.3.6 Processos de gerenciamento de TI.....	154
6.3.7 Projetos de TI desenvolvidos em 2015.....	155
6.3.8 Medidas adotadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas.....	156
6.3.8.1 Serviço de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação.....	156
6.3.8.2 Serviço de manutenção preventiva programada e corretiva da sala cofre.....	156
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	156
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	159
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	159
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	160
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	160
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art.5º da Lei 8.666/1993.....	162
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	163
7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	163
Anexo A: Riscos avaliados.....	165
Anexo B: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	171
Anexo C: Principais Sistemas de Informação da FUB.....	176
Anexo D: Projetos de TI desenvolvidos em 2015.....	179
Anexo E: Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	190



LISTA DE QUADROS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 - Macroprocessos Finalísticos	30
Quadro 1.2 - Macroprocesso de Ensino	30
Quadro 1.3 - Macroprocesso de Pesquisa.....	34
Quadro 1.4 - Macroprocesso de Extensão.....	36
Quadro 2.1 - Resultados dos indicadores primários.....	47
Quadro 2.2 - Resultados dos indicadores	48
Quadro 2.3 - Insumos dos indicadores de gestão segundo as metodologias TCU e da UnB – 2014 e 2015	54
Quadro 2.4 - Indicadores de Gestão (metodologias TCU e UnB) – 2014 e 2015	54
Quadro 2.5 - Ações orçamentárias, dotação e despesas empenhadas e liquidadas por GND e Fonte LOA 2015	57
Quadro 2.6 - Ação 20RJ vinculada ao Programa Temático 2030	60
Quadro 2.7 - Ação 20GK vinculada ao Programa Temático 2032	61
Quadro 2.8 - Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2032	62
Quadro 2.9 - Ação 4002 vinculada ao Programa Temático 2032	64
Quadro 2.10 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2032	66
Quadro 2.11 - Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2032	67
Quadro 2.12 - Ação 4572 vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109	68
Quadro 2.13 - Ação 20RX vinculada ao Programa Temático 2032	70
Quadro 2.14 - Ação 4086 vinculada ao Programa Temático 2032	71
Quadro 2.15 - Comparativo da execução das ações orçamentárias discricionárias da FUB 2015 ..	73
Quadro 2.16 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	73
Quadro 2.17 - Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB + HUB	74
Quadro 2.18 - Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB (26271)	75
Quadro 2.19 - Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total HUB (26393)	75
Quadro 2.20 - Captação realizada por natureza da receita no ano de 2015	76
Quadro 2.21 - Síntese da receita arrecadada por origem no ano de 2015	77
Quadro 2.22 - Receita por unidade arrecadadora no ano de 2015	78
Quadro 2.23 - Despesas por modalidade de contratação – FUB (26271)	78
Quadro 2.24 - Despesas por modalidade de contratação – HUB (26393)	79
Quadro 2.25 - Total despesas por modalidade de contratação – FUB (26271) e HUB (26393)	79
Quadro 2.26 - Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271)	80
Quadro 2.27 - Despesas por grupo e elemento de despesa – HUB (26393)	81
Quadro 2.28 - Total de despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) e HUB (26393).....	81
Quadro 2.29 - Concessão de Suprimento de Fundos	85
Quadro 2.30 - Utilização de Suprimento de Fundos	85



Quadro 2.31 - Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência.....	85
Quadro 2.32 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	87
Quadro 2.33 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	87
Quadro 2.34 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	88
Quadro 2.35 - Estrutura de pessoal da CEPC/DCF	90
Quadro 2.36 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT – 2015	91
Quadro 2.37 - Projetos custeados desenvolvidos pelas unidades da FUB custeados com recursos internacionais	91
Quadro 3.1 - Classificação dos níveis de controle interno	95
Quadro 3.2 - Resultados dos processos disciplinares de 2015	96
Quadro 3.3 - Principais eventos realizados e/ou finalizados em 2015	97
Quadro 3.4 - Classificação dos riscos quanto à classe	98
Quadro 3.5 - Avaliação impacto/probabilidade	98
Quadro 4.1 - Ações do PPNE e da PRC.....	115
Quadro 5.1 - Fornecedores a pagar em 31/12/2015 por origem de recursos.....	117
Quadro 5.2 - Credores a pagar em 31/12/2015 por origem de recursos.....	118
Quadro 5.3 - Custo Corrente por aluno (2009 a 2015) segundo metodologia do TCU	122
Quadro 5.4 - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2009 a 2015	123
Quadro 6.1 - Força de trabalho da FUB	126
Quadro 6.2 - Distribuição da lotação efetiva na FUB	126
Quadro 6.3 - Detalhamento da estrutura de cargos de direção e funções gratificadas da FUB.....	127
Quadro 6.4 - Titulação da força de trabalho da FUB	129
Quadro 6.5 - Faixa etária e de tempo de contribuição dos servidores do sexo feminino	130
Quadro 6.6 - Faixa etária e de tempo de contribuição dos servidores do sexo masculino	131
Quadro 6.7 - Despesas do pessoal.....	135
Quadro 6.8 - Resultados das ações da FUB.....	136
Quadro 6.9 - Indicadores de provimento.....	139
Quadro 6.10 - Indicadores de capacitação, carreira e desempenho	139
Quadro 6.11 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da FUB.	141
Quadro 6.12 - Contratos de estágio celebrados em 2014 e 2015.....	142
Quadro 6.13 - Idade média da frota em 2015	143
Quadro 6.14 - Custos com a manutenção da frota	144
Quadro 6.15 - Veículos inservíveis.....	144
Quadro 6.16 - Imóveis de uso acadêmico	145
Quadro 6.17 - Imóveis residenciais.....	146
Quadro 6.18 - Imóveis comerciais	146
Quadro 6.19 - Imóveis comerciais ocupados por unidades da FUB.....	146
Quadro 6.20 - Alguns imóveis objetos de cessão de espaço físico	148
Quadro 6.21 - Imóveis locados de terceiros	149



Quadro 6.22 - Composição do Comitê de TI	152
Quadro 6.23 - Treinamentos realizados em 2015 - PROCAP	153
Quadro 6.24 - Treinamentos realizados em 2015 - Escola de Informática do CPD.....	154
Quadro 6.25 - Força de trabalho de TI	154
Quadro 6.26 - Processos de gerenciamento de serviços de TI	155
Quadro 7.1 - Informações relativas ao acórdão nº 2.110/2015 - 2ªC	159
Quadro 7.2 - Medidas administrativas adicionais para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	161
Quadro 7.3 - Tomadas de Contas Especiais	161
Quadro 7.4 - Despesas com publicidade e propaganda	163
Quadro 7.5 - Despesas com serviços de <i>clipping</i>	164
Quadro 7.6 - Contratos EBC e Imprensa Nacional	164



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 - Quantitativo de alunos formados pela UnB – 2005 a 2015.....	34
Gráfico 2.1 - Evolução do quantitativo de servidores de carreira vinculados à FUB - 2013 a 2015.....	43
Gráfico 2.2 - Evolução do IGC UnB - 2010 a 2014.....	45
Gráfico 2.3 - QS <i>University Rankings</i> América Latina 2015.....	45
Gráfico 2.4 - QS <i>World University Rankings</i> 2015/16.....	46
Gráfico 2.5 - Número de alunos em tempo integral (x1.000) – 2008 a 2015.....	49
Gráfico 2.6 - Número de Professores Equivalentes (x1.000) – 2008 a 2015.....	49
Gráfico 2.7 - Número de alunos em tempo integral/Professor Equivalente – 2008 a 2015.....	49
Gráfico 2.8 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB (x1.000) – 2008 a 2015.....	50
Gráfico 2.9 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB – 2008 2015.....	50
Gráfico 2.10 - Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB – 2008 a 2015.....	51
Gráfico 2.11 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2015.....	51
Gráfico 2.12 - Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2015.....	51
Gráfico 2.13 - Grau de Participação Estudantil (GPE) – 2008 a 2015.....	52
Gráfico 2.14 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG) – 2008 a 2015.....	52
Gráfico 2.15 - Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação (2008-2015).....	53
Gráfico 2.16 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – 2008 a 2015.....	53
Gráfico 2.17 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – 2008 a 2015.....	54
Gráfico 2.18 - Evolução da programação da despesa – R\$ Milhões.....	59
Gráfico 2.19 - Evolução da receita arrecadada pela FUB – 2011 a 2015.....	77
Gráfico 2.20 - Comparação entre os estágios das despesas.....	82
Gráfico 2.21 - Composição das despesas empenhadas quanto à categoria econômica.....	82
Gráfico 2.22 - Despesas de pessoal x Despesas totais empenhadas.....	83
Gráfico 2.23 - Gastos totais com Suprimento de Fundos.....	86
Gráfico 3.1 - Frequência de riscos quanto ao impacto/probabilidade.....	99
Gráfico 3.2 - Riscos internos 2015.....	100
Gráfico 4.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria.....	108
Gráfico 4.2 - Pedidos de acesso ao SIC e recursos interpostos.....	109
Gráfico 4.3 - Manifestações recebidas pelo <i>falaru@unb.br</i> em 2015.....	109
Gráfico 4.4 - Respostas à questão 1.....	111
Gráfico 4.5 - Respostas à questão 2.....	111
Gráfico 4.6 - Nível de satisfação UnB Hoje eletrônico.....	112
Gráfico 4.7 - Notas atribuídas ao serviço de e-mail UnB Hoje.....	112
Gráfico 4.8 - Grau de satisfação dos usuários do RU Darcy Ribeiro.....	113
Gráfico 4.9 - Grau de satisfação dos usuários do RU Gama.....	114
Gráfico 6.1 - Evolução da quantidade de servidores de carreira vinculados à FUB – 2013 a 2015.....	127
Gráfico 6.2 - Evolução da qualificação da força de trabalho da FUB – 2013 a 2015.....	130
Gráfico 6.3 - Descrição quantitativa das oportunidades de capacitação.....	132



Gráfico 6.4 - Evolução de licenças capacitação e afastamentos para qualificação na FUB – 2012 a 2015.....	133
Gráfico 6.5 - Quantitativo de servidores cedidos por esfera.....	134
Gráfico 6.6 - Principais motivos para a saída de servidores da FUB.....	138



LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Organograma funcional da Universidade de Brasília.....	26
Figura 1.2 - Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio.....	29
Figura 2.1 - Posições da UnB nas dimensões do RUF em 2015.....	45
Figura 2.2 - Resumo de prêmios da UnB em 2015.....	46
Figura 2.3 - Organograma da Diretoria de Contabilidade e Finanças.....	89
Figura 3.1 - Estrutura de governança da FUB.....	94



LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AG	Aluno de Graduação
AGE	Aluno Equivalente da Graduação
AGU	Advocacia Geral da União
AGTI	Aluno de Graduação em Tempo Integral
ALM	Coordenação de Almoxarifado
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APG	Aluno de Pós-Graduação
APGTI	Aluno de Pós-Graduação em Tempo Integral
AR	Aluno de Residência médica
ARTI	Aluno de Residência médica em Tempo Integral
ASCOL	Assessoria de Controle Interno e Orientação à Legislação
ATI	Aluno em Tempo Integral
AUD	Auditoria Interna
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSA Norte	Bloco de Salas de Aula Norte
BSA Sul	Bloco de Salas de Aula Sul
BDT	Boletim Diário de Transporte
BGU	Balanço Geral da União
CAC	Conselho Comunitário
CAD	Conselho de Administração
CAF	Câmara de Administração Financeira
CAG	Câmara de Gestão de Pessoas
CAIS	Centro de Aprendizagem e Inovação Social
CAL	Casa da Cultura da América Latina
CAM	Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFORM	Centro de Formação Continuada de Professores em Alfabetização e Linguagem
COEST	Coordenadoria de Estágio
COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Continuada
CPO	Câmara de Planejamento e Orçamento
CCD	Câmara de Carreira Docente
CD	Cargos de Direção
CDP	Comissão Disciplinar Permanente
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação a Distância
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
CEDOC	Centro de Documentação da Universidade de Brasília
CEG	Câmara de Ensino de Graduação
CER	UnB Cerrado
CEPC	Coordenação de Exame e Prestação de Contas
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESPE	Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília



CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa
CPROV	Coordenadoria de Provimento
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEX	Câmara de Extensão
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGA	Coordenadoria de Gestão Administrativa
CGP	Câmara de Gestão de Pessoas
CGU	Controladoria Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares
CMSO	Coordenadoria de Monitoramento e Suporte Operacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEST	Coordenadoria de Estágio
CONSUNI	Conselho Universitário
COPEASD	Comissão Permanente de Acolhimento dos Servidores com Deficiência
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPAD	Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar
CPAP	Coordenadoria de Planejamento e Alocação de Pessoal
CPD	Centro de Informática
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPGF	Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
CPROV	Coordenadoria de Provimento
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
CT-INFRA	Fundo de Infraestrutura
CTR	Coordenadoria de Transportes
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DAF	Decanato de Administração
DAI	Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais
DAIA	Diretoria de Acompanhamento e Integração Acadêmica
DAP	Diretoria de Administração de Pessoas
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
DCO	Diretoria de Compras
DCS	Diploma de Curso Superior
DDIR	Diretoria de Desenvolvimento e Integração Regional
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DCADE	Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEG	Diretoria de Ensino de Graduação a Distância
DEX	Decanato de Extensão
DF	Distrito Federal
DGI	Diretoria de Infraestrutura
DGM	Diretoria de Gestão de Materiais
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DIFES	Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES



DIRDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação
DIRIC	Diretoria de Fomento à Iniciação Científica
DIRPE	Diretoria de Pesquisa
DIRPG	Diretoria de Pós-graduação
DIV	Diretoria da Diversidade
DN	Decisão Normativa
DOR	Diretoria de Orçamento
DOU	Diário Oficial da União
DPA	Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos
DPAM	Diretoria de Provimento, Acompanhamento e Movimentação
DPL	Diretoria de Planejamento
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação
DPR	Diretoria de Processos Organizacionais
DSQVT	Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho
DTE	Diretoria Técnica de Extensão
DTER	Diretoria de Terceirização
DTG	Diretoria Técnica de Graduação
EaD	Ensino a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESCS	Escola de Ensino Superior de Saúde
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAHUB	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital Universitário de Brasília
FAI	Fundo de Apoio Institucional
FAP	Fundo de Apoio à Pesquisa
FAP-DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FCC	Função de Coordenadores de Curso
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Forplad	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa
GDF	Governo do Distrito Federal
GE	Guia do Estudante
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GLONASS	Sistema de Navegação Global por Satélite
GND	Grupo Natureza da Despesa
GPE	Grau de Participação Estudantil
GRE	Gabinete do Reitor
GRU	Guia de Recolhimento da União
GSISTE	Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
HUB	Hospital Universitário de Brasília
HUFs	Hospitais Universitários Federais
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC	Instituto Central de Ciências



ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IdA	Instituto de Artes
IES	Instituições de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais
INTERFOCO	Diretoria de Capacitação e Formação Continuada
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISSN	International Standard Serial Number
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEdoC	Alojamento dos estudantes de Licenciatura do Campo de Planaltina
LGC	Laboratório Analítico de Geociência
LIPSIS	Laboratório Integrado de Pesquisa experimental em Psicologia Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTMAC	Laboratório de Tecnologia de Medicamentos, Alimentos e Cosméticos
MATWeb	Matrícula Web
MASC	Módulos de Apoio e Serviços Comunitários
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MESP	Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos
MinC	Ministério da Cultura
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NS	Núcleo de Sustentabilidade
OBEC	Observatório de Economia Criativa
OCI	Órgão de Controle Interno
ODC	Outras Despesas Correntes
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OS	Organização Social
OUV	Ouvidoria da Universidade de Brasília
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PC	Prestação de Contas
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação



PEACs	Projetos de Extensão de Ação Contínua
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PET	Programa de Educação Tutorial
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informática
PI	Plano Interno
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PJU	Procuradoria Jurídica da Universidade de Brasília
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPAES	Participantes dos Programas de Assistência Estudantil
PGF	Procuradoria Geral Federal
PPNE	Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
PRC	Prefeitura do <i>Campus</i>
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROCAP	Coordenadoria de Capacitação
PROEXT	Programa de Extensão
PROIC	Programa de Iniciação Científica
PSGTI	Política de Segurança e Gestão de Recursos de TI
RAD	Rádio e Televisão Universitárias
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RE	Riscos Externos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Riscos Internos
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RU	Restaurante Universitário
RUF	Ranking Universitário Folha
SAA	Secretaria de Administração Acadêmica
SAE	Sistema de Assistência Estudantil
SAEWeb	Sistema de Assistência Estudantil Web
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SCA	Sistema de Controle de Acesso
SEB	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Secom	Secretaria de Comunicação
SEDF	Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal
SEER	Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SESu	Secretaria de Educação Superior



SIGI	Sistema de Gerenciamento de Imóveis
SIGIWeb	Sistema de Gerenciamento de Imóveis Web
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIBOL	Sistema de Controle de Bolsas
SIBOLWeb	Sistema de Controle de Bolsas Web
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SICAP	Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço
SICAU	Sistema de Controle de Atendimento de Usuários
SICGESP	Infrasig de Informação e Gestão de Custos aplicado ao setor público
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICOS	Sistema de Controle de Ordem de Serviço
SIDIP	Sistema de Diplomas
SIED	Sistema de Ensino a Distância
SIEFI	Sistema de Execução Financeira
SiEx	Sistema de Extensão
SIGER	Sistema Gerador de Relatórios
SIGRA	Sistema de Graduação
SIGRAW	Sistema Acadêmico – Lançamento de Menções (Menção Web)
SIMAR	Sistema de Informações de Materiais e Serviços
SIMCON	Sistema de Orçamento de Material de Consumo
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINUP	Sistema de Números Únicos de Processos
SIOF	Sistema de Ocupação dos Imóveis Residenciais da FUB
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio
SIPAT	Sistema de Patrimônio
SIPES	Sistema de Pessoal
SIPPOS	Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SISOUV	Sistema Informatizado da Ouvidoria
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISRU	Sistema de Restaurante Universitário
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SISUnB	Sistema Informativo de Seleção para a UnB
SITAB	Sistema Unificado de Tabelas
SITRAN	Sistema de Transportes
SLTI/MP	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
SMI	Sistema de Microfilmagem
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO/MEC	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
SRHPS	Sistema de Prestação de Serviços
STF	Supremo Tribunal Federal



STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento e Integração da Região Centro-Oeste
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TEDx	Technology, Entertainment and Design
TF	Transferência Facultativa
TI	Tecnologia da Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UF	Unidade da Federação
UEP	Unidade de Ensino e Pesquisa
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada
UnB	Universidade de Brasília
UnBDoc	Sistema de Tramitação de Documentos da UnB
UPC	Unidade Prestadora de Contas
UO	Unidade Orçamentária
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VRT	Vice Reitoria
TR	Transferência Facultativa
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo
TED	Termo de Execução Descentralizado
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TIR	Taxa Interna de Retorno



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Brasília apresenta o Relatório Anual de Gestão 2015 em atendimento às determinações expressas na Portaria Tribunal de Contas União (TCU) nº 321/2015 e nas Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e nº 147/2015.

Ao analisar os resultados da gestão em 2015, percebo que estamos cumprindo o que propusemos e obtendo sucesso na missão de organizar de forma sistemática a UnB. Com as ações realizadas durante o ano, a Universidade alcançou resultados positivos em avaliações externas, sendo classificada entre as dez melhores do Brasil e da América Latina.

Destaco que pela primeira vez, a Universidade recebeu **conceito máximo no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)**, o principal indicador de qualidade do MEC. A UnB ficou entre as onze universidades brasileiras que receberam a nota cinco. Vamos continuar privilegiando o mérito, a academia, dando condições de trabalho aos nossos professores, valorizando e formando alunos com qualidade.

Após o estudo de viabilidade, aderimos ao **Processo Eletrônico Nacional (PEN)**, iniciativa coordenada pelo Ministério do Planejamento. A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é o pilar do projeto [UnBDigital](#), que visa modernizar processos e aumentar a eficiência das rotinas operacionais. Estamos caminhando no sentido da sustentabilidade, teremos economia significativa de papel, assim como, no da transparência, pois a consulta será instantânea.

A regularização da força de trabalho foi outro ponto positivo. Cumprimos o Acordo Judicial – PAJ Nº 608/2009, firmado entre a Fundação Universidade de Brasília, o MEC e o Ministério Público do Trabalho. Todos os trabalhadores precarizados foram substituídos por servidores concursados. Cumpre-se ressaltar que, em 2015, a FUB sanou a irregularidade que trata o Acórdão TCU 3005/2009 - Plenário, notadamente quanto à contratação e pagamento irregular de mão de obra do Cespe, mediante a qualificação do Cebraspe como Organização Social, por meio do Decreto nº 8.078/2013.

É importante citar que obras foram finalizadas, reduzimos o consumo de energia e de telefone e os contratos foram revisados. Tudo isso em um ano com aprovação tardia do orçamento, dotação insuficiente para atender as despesas de custeio e contingenciamento de 50% para os investimentos. Enfim, a UnB envidou o esforço necessário para melhorar sua gestão, apesar da dificuldade para gerir e equilibrar o orçamento.

Conforme preconiza o TCU, o formato e o conteúdo do relatório seguem as orientações disponibilizadas no sistema *e-Contas*. O documento está estruturado em sete capítulos e cinco anexos, alguns itens contêm informações referentes ao Hospital Universitário, devido ao estágio de migração da gestão para a EBSEH. As informações com conteúdo extenso constam em documento a parte, sendo referenciadas para *link* na página do [Decanato de Planejamento e Orçamento](#). Outras informações sobre as principais ações e os projetos executados pela UnB podem ser encontradas no [Relatório de Autoavaliação Institucional](#). Além disso, os dados sobre o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, quadro de pessoal, ações comunitárias e órgãos complementares podem ser consultados no [Anuário Estatístico](#).

O Relatório de Gestão 2015 não representa apenas uma peça para prestação de contas aos órgãos de controle, ele é um instrumento sucinto, claro e disponível a sociedade. Conforme destaca a vice-reitora, quem nos avalia, de fato, é a própria sociedade. O que fica ao longo do tempo é como a sociedade enxerga a UnB, sua importância, a valorização do profissional que é formado aqui.

Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor



1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A visão geral da Universidade de Brasília contempla o conjunto de finalidade e competências, de normas e regulamentos, de ambiente de atuação, de organograma e macroprocessos finalísticos.

1.1 Finalidade e competências

A Universidade de Brasília é uma instituição pública de ensino superior integrante da Fundação Universidade de Brasília. Sua atuação é norteada pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com gestão democrática e racionalidade organizacional em busca da avaliação e aprimoramento constante da qualidade.

A comunidade universitária é constituída por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, diversificados em suas atribuições e funções, unidos na realização das finalidades da UnB. Conforme expresso em seu estatuto são finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a extensão, integradas na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

A Universidade possui autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Sua organização é composta pelos Conselhos Superiores, a Reitoria, os Institutos e Faculdades, os Órgãos Complementares e os Centros. O detalhamento das principais competências dessas áreas estratégicas está apresentado nos itens Organograma e Estrutura de Governança.

De acordo com o [Regimento Geral](#), a Administração Superior é responsabilidade dos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e da Reitoria, como órgão executivo.

1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

Os papéis sociais, os relacionamentos estruturais, as responsabilidades, os limites de autoridade e os requisitos exigidos dos membros da comunidade universitária, bem como os seus direitos, são pautados pelas principais normas citadas.

[Lei nº 3.998/61](#): autoriza a instituição da Fundação Universidade de Brasília e dita normas para o seu funcionamento.

[Estatuto e Regimento Geral da FUB](#): detalham os princípios e finalidades, a administração universitária, a estrutura acadêmica e administrativa, o regime didático científico e a composição da comunidade universitária.

[Carta de Serviços da UnB ao Cidadão](#): atende à exigência do Decreto no. 6.932, de 11/8/2009 e traz informações referentes aos serviços prestados pela instituição.

Cabe ressaltar que também são observadas as resoluções dos Conselhos Superiores e as decisões das Câmaras a esses vinculadas.

1.3 Ambiente de atuação

A Universidade de Brasília está inserida em um ambiente favorável, valendo-se de elementos positivos, como a localização estratégica na capital federal, a boa imagem institucional e a credibilidade conquistada ao longo de seus 53 anos de existência. A UnB tem como missão ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social.



O ensino superior no Brasil é composto por entidades públicas e privadas. No Distrito Federal, de acordo com dados do e-MEC, existem 70 instituições educacionais, das quais duas unidades de educação superior em âmbito público federal, 2 instituições públicas estaduais, 29 instituições privadas sem fins lucrativos e 37 entidades privadas que visam lucro. Isso demonstra que o ensino superior no Distrito Federal é constituído, em sua maioria, por instituições privadas com fins lucrativos, sendo a UnB a única Universidade pública federal da unidade da federação.

A Instituição contribui diretamente para o desenvolvimento da região, formando profissionais, desenvolvendo pesquisas de qualidade e tornando-se um agente de atração de investimentos. Destaca-se que o Guia do Estudante, em seu *ranking* das melhores universidades públicas e privadas do Centro-Oeste, considera a UnB a melhor Universidade pública da região.

Dessa forma, a imagem da Universidade é tida perante a sociedade como positiva, tendo o papel importante de disseminar o conhecimento pelo Distrito Federal e pelo mundo, com cursos de alta qualidade nas diferentes áreas do conhecimento. Ainda no tocante a sociedade, a entidade se relaciona de forma ética, legal e transparente, sempre buscando estabelecer o respeito entre seus tomadores de produtos e serviços.

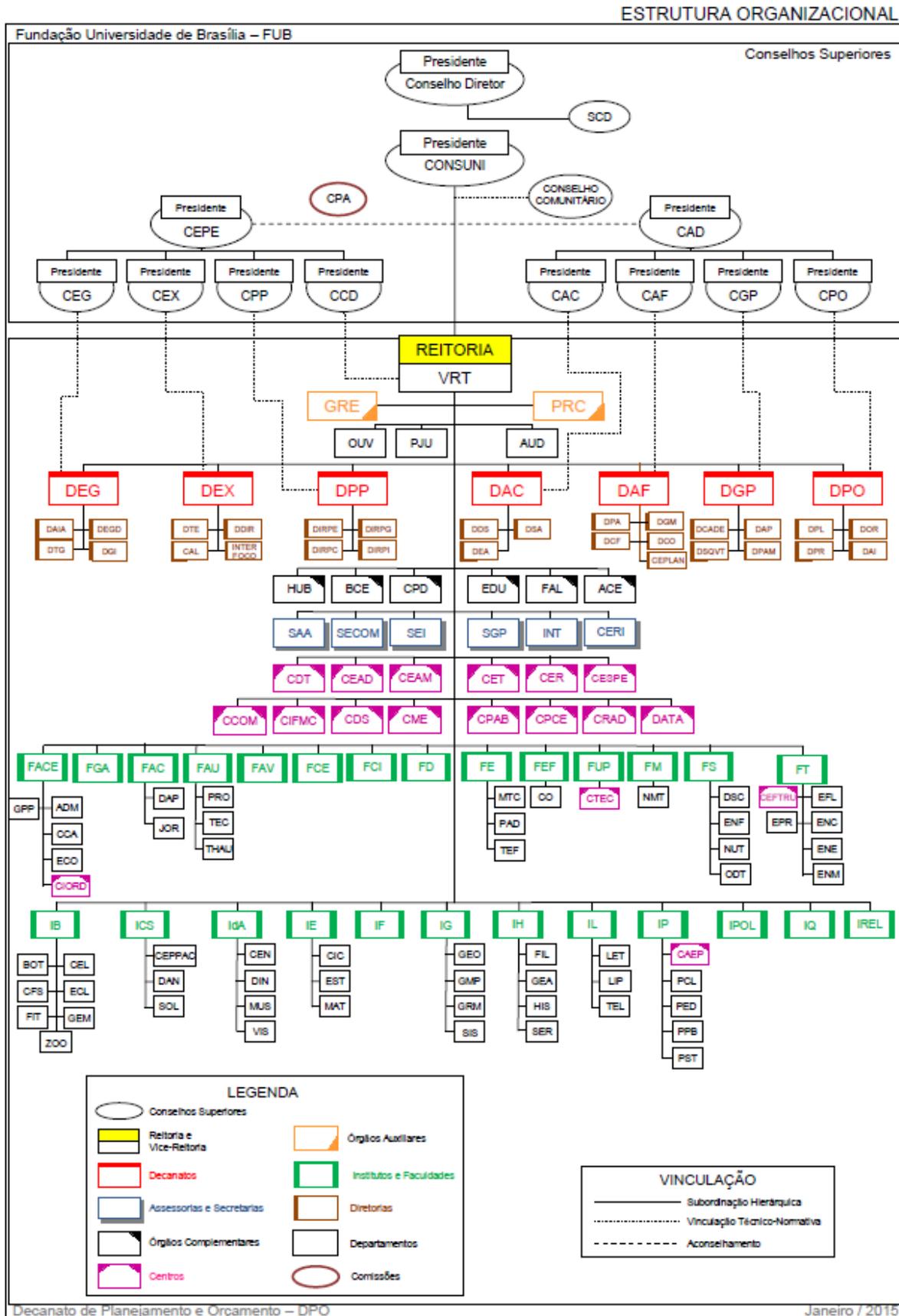
Em relação às atividades futuras, a UnB é decisiva para o país e vem se desenvolvendo conforme o cenário econômico, social e político da região Centro-Oeste. A instituição ainda precisa melhorar em alguns aspectos, como diminuir a taxa de evasão e retenção dos alunos, ampliar o processo de internacionalização e melhorar a infraestrutura.

1.4 Organograma funcional

Este subitem apresenta o organograma funcional da Universidade de Brasília (UnB) com a descrição sucinta das principais competências das áreas/subunidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas da UnB (Ensino, Pesquisa e Extensão). O Organograma pode ser visualizado na figura 1.1.



Figura 1.1 Organograma funcional da Universidade de Brasília



Fonte: DPO.



A Estrutura

A Universidade de Brasília está estruturada, conforme apresentado no organograma funcional, em Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros (Figura 1.1).

Os **Conselhos Superiores** são representados pelo Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Administração (CAD) e Conselho Comunitário (CAC). A **Reitoria** é composta pelo Gabinete do Reitor, decanatos, Procuradoria Jurídica, Auditoria, Ouvidoria, Assessorias, Serviço de Apoio aos Colegiados Superiores e Prefeitura do *Campus*. No que se refere à Administração Superior, no âmbito da estrutura organizacional foram formalizadas as coordenadorias componentes do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), pelo do Ato da Reitoria nº 1013/2015, e do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), por meio do Ato da Reitoria nº 1014/2015.

São **Unidades Acadêmicas** os institutos e faculdades, que têm as atribuições de coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas respectivas áreas, decidir sobre a organização interna, respeitados o Estatuto e o Regimento Geral, bem como planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade. Sobre alterações implementadas na estrutura organizacional das unidades acadêmicas, foi criado o departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculado à Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (Resolução do Conselho Universitário nº 0004/2015).

Os **Órgãos Complementares** são representados pela Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa e Hospital Universitário. Competem aos Órgãos Complementares as atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, estabelecidas nos seus Regimentos Internos. Em relação às alterações referentes ao organograma da Universidade, foram verificadas mudanças no âmbito dos Órgãos Complementares, com a exclusão da Rádio e Televisão Universitárias (RAD), além do retorno da estrutura referente ao HUB, novamente figurando junto aos Órgãos Complementares, uma vez que sua desvinculação da estrutura da Universidade se encontra ainda em processo de transição.

Os **Centros** têm como competência a realização de atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares. Ainda em relação aos centros, ocorreu em 2015, alteração na estrutura organizacional que formalizou a UnB TV vinculada ao Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE), por meio do Ato da Reitoria nº 0296/2015.

A Comissão

Conforme referenciado no Relatório de Gestão de 2014, foi estabelecida uma comissão com o objetivo de analisar e propor adequações no organograma da Universidade. O trabalho desta comissão resultou em um relatório contendo diagnósticos e recomendações que subsidiaram a tomada de decisão por parte da alta gestão na proposição de melhor vinculação para essas estruturas no organograma da Universidade. O relatório teve como principais apontamentos: a significativa centralização de responsabilidade na pessoa do reitor, pela relação direta de subordinação, evidenciada no atual organograma da Universidade; a superposição de funções entre diferentes estruturas ou a lacuna de atribuição de competências; insuficiência e inconsistência na especificação de fluxos de procedimentos; inconsistências entre estrutura formal, estrutura em funcionamento e aporte de funções; inconsistência entre organização funcional e organização do espaço físico; insuficiência no apoio técnico para análise de impacto de decisões dos colegiados superiores; insuficiência na publicização da informação; lacunas na documentação normativa; e ausência de padronização na comunicação das unidades com o público.



Esse relatório está subsidiando a definição da estrutura formal da Universidade a ser cadastrada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Ademais, subsidia também a decisão de implementação do Boletim de Atos Oficiais, que reunirá portarias, ordens de serviço, comunicados, editais e outros documentos. Além disso, em consequência desse relatório, foi possível observar um movimento de formalização das estruturas das unidades no ano de 2015, que resultou na aprovação pelo CONSUNI de sete regimentos internos, além da apresentação de outros dez regimentos de unidades que se encontram em processo de análise.

As informações complementares sobre a estrutura da Universidade de Brasília, competências, atribuições e responsabilidades das unidades constam no seu Estatuto e Regimento Geral, disponível no *site* da UnB no seguinte endereço eletrônico: http://www.unb.br/unb/transparencia/downloads/regimento_estatuto_unb.pdf

1.5 Macroprocessos finalísticos

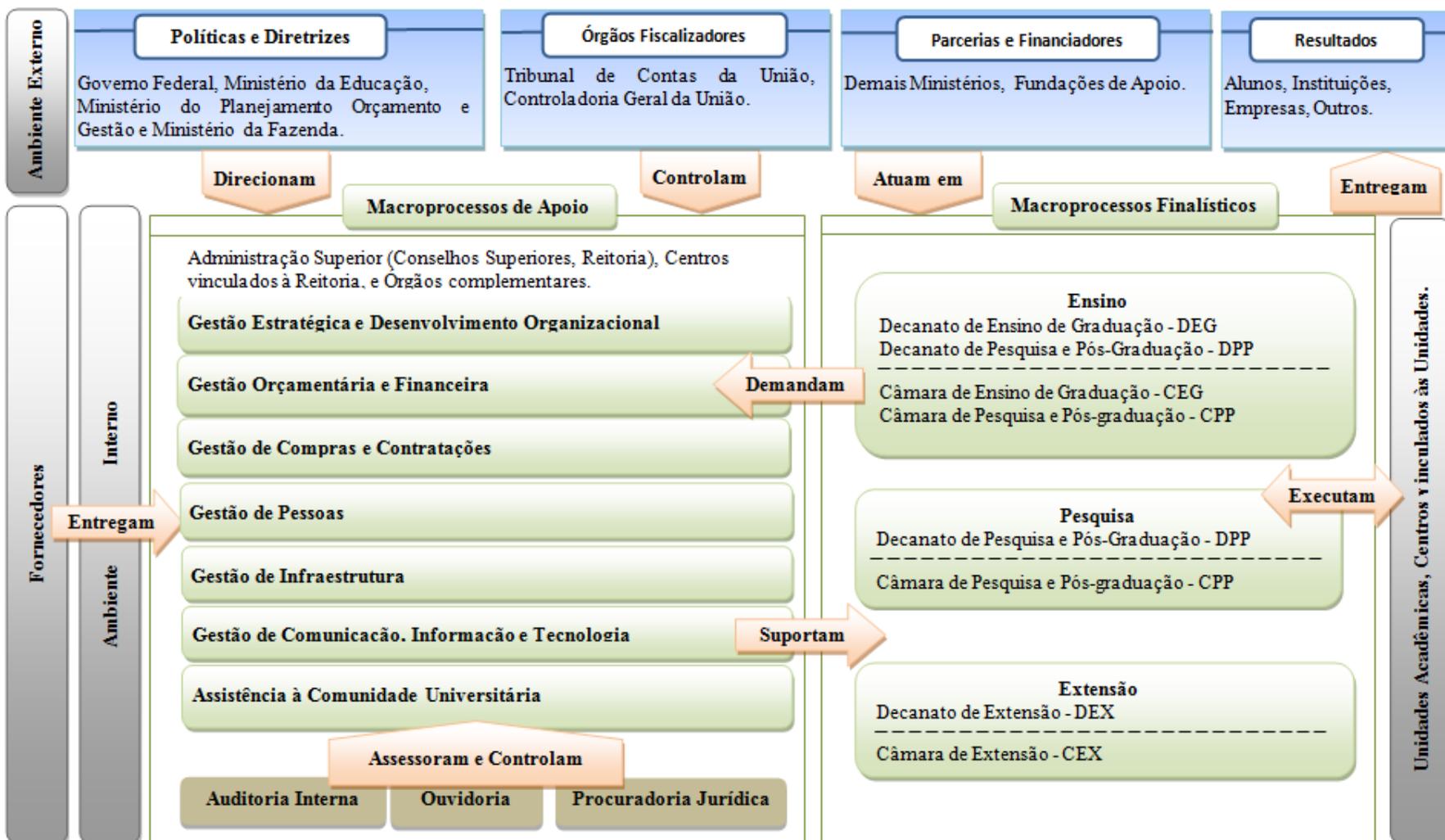
Este subitem contém a identificação dos macroprocessos finalísticos da UnB, os quais correspondem às suas grandes funções. A figura 1.2 – Contexto dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio contém as entidades que impactam na gestão da UnB.

Em complemento às informações da figura 1.2, é apresentado o quadro 1.1 – Macroprocessos Finalísticos, que contém uma visão macro dos desses, havendo mais detalhes nos quadros 1.2 – Macroprocesso de Ensino, 1.3 – Macroprocesso de Pesquisa e 1.4 – Macroprocesso de Extensão, em que estão apresentados os macroprocessos e seus processos componentes com descrição, identificação de insumos, produtos e serviços, subunidades diretamente responsáveis pela execução, principais clientes, subunidades fornecedoras dos insumos adequados às necessidades do processo, assim como o relato sucinto da condução desses processos no exercício de 2015.

No que tange aos macroprocessos finalísticos, são relacionados os principais parceiros externos que, no exercício de 2015, colaboraram ou participaram na consecução dos objetivos da Universidade de Brasília. Essas parcerias ocorreram nas seguintes modalidades: Contrato, Convênio, Acordos de Cooperação, Termos de Compromisso e Termos de Cooperação. O conteúdo pode ser visualizado no documento *Principais Parceiros Externos da UnB.pdf* no *site* da UnB, no endereço eletrônico: <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio.php>.

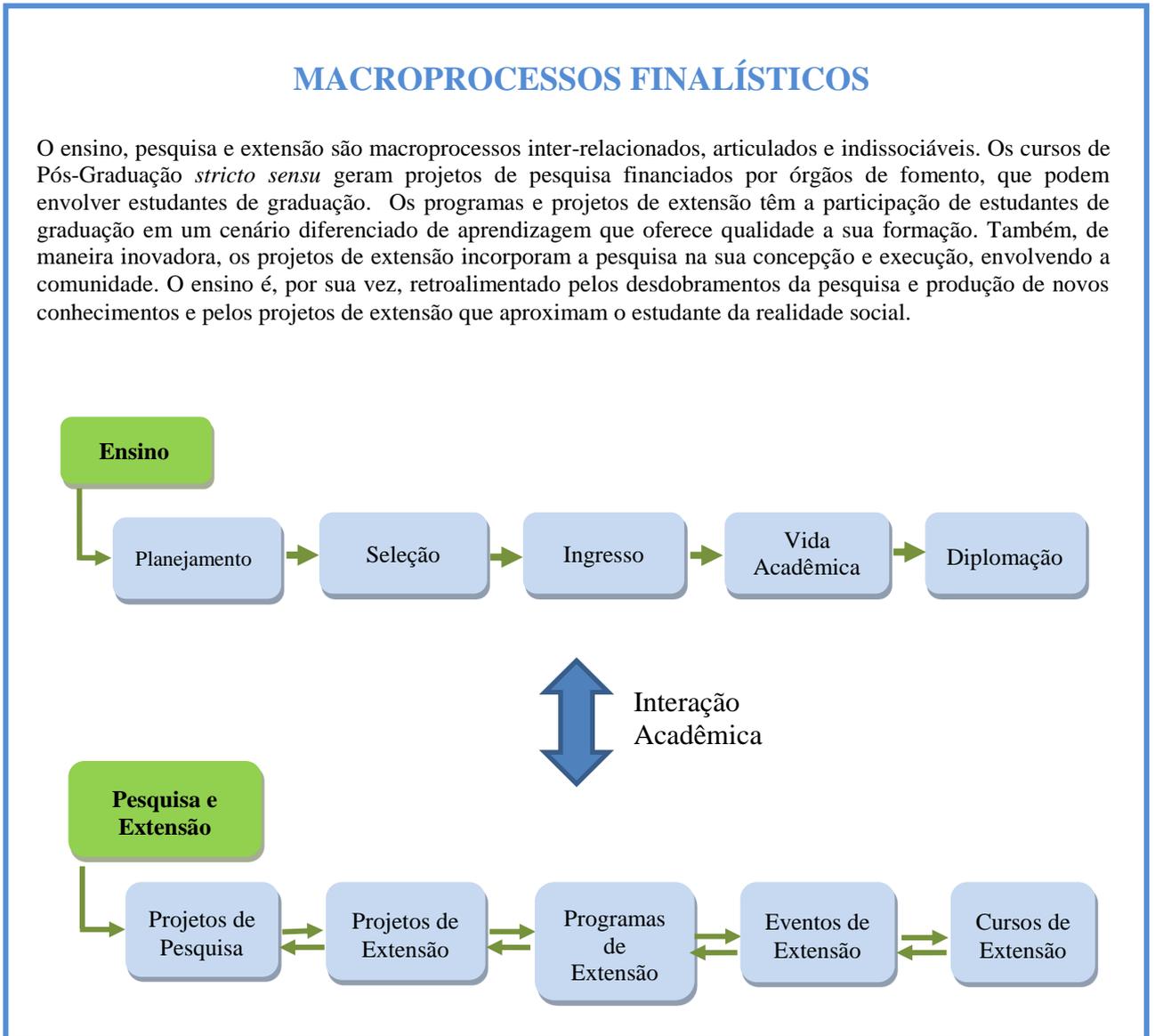


Figura 1.2 - Contexto dos macroprocessos finalísticos e de apoio



Fonte: DPR/DPO.

Quadro 1.1 – Macroprocessos finalísticos



Fonte: DPR/DPO.

Quadro 1.2 – Macroprocesso de Ensino

Macroprocesso:	Ensino
SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS	
Decanato de Ensino de Graduação (DEG) Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP)	
DESCRIÇÃO	
O macroprocesso de Ensino tem como propósito promover a formação de discentes em nível de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância.	
Graduação:	



Objetiva a formação, com excelência, de cidadãos socialmente responsáveis.

Pós-graduação:

Objetiva a formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível.

Envolve:

Planejamento - Para o ensino de graduação, existem ações preparatórias para o exercício de cada período letivo, como o apoio à elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos; orientação para confecção de lista de ofertas; apresentação semestral do calendário letivo; alocação de espaço físico; oferta de infraestrutura necessária para a efetivação das aulas; implementação das políticas institucionais de apoio ao ensino; incentivo às novas metodologias de inovação do ensino, entre outros.

Para o ensino de pós-graduação, existe o apoio aos programas de pós-graduação com relação ao fluxo discente, aprovação da criação de novos programas e apoio para aumento de qualidade dos programas. O DPP ainda aprova o credenciamento e descredenciamento de orientadores conforme a sua produtividade, observadas as áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Seleção - As formas de seleção para ingresso na Universidade, de acordo com o número de vagas ofertadas, presenciais e a distância, para graduação são: aluno especial, aluno estrangeiro, vestibulares, transferências, Programa de Avaliação Seriada (PAS), mudança de curso, portador de diploma superior, vestibular para as vagas remanescentes, certificação de habilidade específica e Sistema de Seleção Unificada (SISu). Para a pós-graduação, a admissão de alunos nos cursos é feita por seleção pública para candidatos que satisfaçam as exigências estabelecidas na regulamentação geral da Universidade de Brasília e demais normas pertinentes.

Ingresso - A forma de ingresso para a graduação e pós-graduação consiste no registro e matrícula do novo discente (calouro), aprovado pela seleção da Universidade, no curso escolhido e dentro do período estabelecido no calendário universitário.

Vida acadêmica - A vida acadêmica se inicia para discentes ingressantes ou veteranos, com a solicitação semestral de matrícula na unidade acadêmica responsável pela oferta da disciplina, compreendendo a realização das disciplinas presenciais ou a distância, que são oferecidas por meio do sistema de créditos, cuja integralização depende de aprovação nas verificações de aprendizagem. Durante a vida acadêmica, o estudante pode optar por realizar monitorias, participar de atividades de extensão, de eventos científicos e de vários programas como Jovens Talentos, Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial (PET), Ciências sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras.

A UnB oferece inúmeros incentivos aos alunos da pós-graduação. A oportunidade de integrar grupos de pesquisa, de participar de eventos científicos nacionais e internacionais e de cursar o doutorado sanduíche no exterior. No que diz respeito ao fomento à pesquisa, são concedidas aos estudantes de mestrado e doutorado diversas bolsas de estudo (CAPES, CNPq, FAPDF, bolsas de empréstimo do DPP e bolsas internacionais) com o intuito de permitir ao aluno dedicação às atividades relacionadas à pesquisa.

Diplomação - Corresponde à finalização do ciclo de estudos do aluno de graduação, por meio da colação de grau, diplomando o profissional para o exercício profissional avançado. Para os alunos de pós-graduação, após o cumprimento de créditos e defesa de seu trabalho final (dissertação ou tese) esse recebe o grau de mestre ou doutor.

INSUMOS

Ações afirmativas (cotas raciais); ações de inclusão (cotas sociais); convênios e contratos afins; editais; formulários; instruções e documentos normativos; legislações pertinentes; e sistemas eletrônicos.

PRODUTOS/SERVIÇOS

Graduação

Acompanhamento de avaliação de cursos para o conceito MEC; acompanhamento dos novos docentes da UnB; análise de processos de alunos em desligamento, transferências obrigatórias, revalidação de diploma; apoio técnico à elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; avaliação e acompanhamento da qualidade do ensino de graduação no âmbito institucional; calendário letivo de graduação; controle orçamentário de recursos relacionados à graduação; criação do programa de acolhimento ao calouro; editais de seleção para ingresso e certificações na UnB; guia do calouro; implementação de Bolsas e Auxílios para estudantes, visando ao sucesso da vida acadêmica; e integralização de créditos em extensão em atenção ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Pós-Graduação

Apoio a secretarias e coordenadores de pós-graduação; calendário letivo de pós-graduação;



credenciamento e descredenciamento de orientadores; cursos de capacitação de coordenadores e secretários de pós-graduação; editais de apoio para mobilidade de discentes; relatório anual e trienal de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES com vistas aos conceitos dos programas; e relatório de avaliação dos cursos de pós-graduação.

FORNECEDORES

Assessoria de Assuntos Internacionais (INT); Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe); Centro de Informática (CPD); Conselho de Administração (CAD); Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE); Conselho Universitário (CONSUNI); Decanato de Administração (DAF); Decanato de Assuntos Comunitários (DAC); Decanato de Extensão (DEX); Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO); Prefeitura do *Campus* (PRC); Secretaria de Administração Acadêmica (SAA); órgãos de fomento; unidades acadêmicas e unidades administrativas.

PRINCIPAIS CLIENTES

Comunidade acadêmica, instituições e sociedade.

CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2015

As principais ações relacionadas ao processo de **ensino em graduação**, conduzidas em 2015 foram:

Manutenção da excelência universitária - Em 2015 a Universidade de Brasília se consolida entre as melhores instituições de ensino do país, com **conceito máximo** atribuído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Análise de sobrevivência nos cursos de graduação da UnB - Foi realizado estudo sobre o tema da evasão e retenção nos cursos de graduação da UnB, por meio de técnica denominada 'análise de sobrevivência'. Esse estudo avaliou a trajetória dos estudantes ingressantes em 2000 até 2015, e demonstrou que a taxa média de formatura nos cursos da UnB é de cerca de 60%.

Mudança de curso, transferência facultativa e diploma de curso superior - O CEPE aprovou nova resolução que define a geração de distribuição de vagas ociosas e normatiza a mudança de curso; a Transferência Facultativa (TF); o acesso para portador de Diploma de Curso Superior (DCS), utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) promovendo substancial economia de recursos públicos.

Proporção 70/30 de disciplinas obrigatórias e optativas - Foi realizado estudo com relação à distribuição da carga horária dos cursos de graduação em termos de disciplinas obrigatórias e optativas que levou à aprovação de regulamentação do tema pelo CEPE e ao encaminhamento ao CONSUNI para ajuste no Regimento Geral da UnB, o qual resultou na aprovação.

Realização de estudo que subsidiou a retirada do bônus regional para 2015 - Foi realizado um estudo de efetividade do bônus regional, decidindo retirá-lo. Esta política garantia aumento de 20% no cômputo final da nota de candidatos residentes nas proximidades dos *campi* de Faculdade UnB Planaltina, Ceilândia e Gama, conforme definido em edital.

Montagem dos auditórios no BSA Norte e Sul e laboratório de informática - Os auditórios dos blocos de salas de aulas norte e sul foram equipados e disponibilizados para uso, tornando-se mais um espaço para uso da comunidade acadêmica. Além dos auditórios, também foi montado o laboratório de informática no BSA Sul e o laboratórios do Programa Idiomas sem Fronteira no BSA Norte. Foi realizada a adequação da infraestrutura necessária ao BSA Norte para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Aumento de vagas no PAS - O CEPE aprovou proposta de fortalecimento do Programa de Avaliação Seriada, após estudo longitudinal comparativo feito pelo DEG e pela Comissão de Acompanhamento do PAS. A partir de 2017, a Universidade de Brasília (UnB) oferecerá aos alunos que participarem da terceira etapa do Programa de Avaliação Seriada (PAS) a oportunidade de ingressarem em seus cursos também no segundo semestre letivo, como uma espécie de segunda chamada do PAS. Com isso, a UnB dobrará o número de vagas disponíveis para o exame e reduzirá à metade a oferta atualmente realizada pelo vestibular tradicional do meio do ano.

Criação do SISUnB - Foi aprovada no CEPE a criação de novo sistema para selecionar os novos calouros para a UnB, o Sistema Informatizado de Seleção para a UnB (SISUnB), Semelhante ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o SisUnB será gerenciado pela Universidade de Brasília e ficará restrito à instituição. Os participantes do Programa de Avaliação Seriada (PAS) terão prazo de dois dias para, de posse de seu resultado nas provas, dos escores e notas de corte de cada curso, por grupo de concorrência, confirmarem a pré-opção de curso feita na inscrição ou a alterarem. Existirá a possibilidade de mudança para qualquer curso, de qualquer um dos quatro *campi*. A UnB dividirá o processo em duas fases: a



avaliação, composta pelas provas das três etapas do Programa; e a seleção, correspondente ao SISUnB. Somente após a manifestação dos candidatos no sistema, a UnB fará a classificação geral do PAS.

Formação de discentes de graduação - No ano de 2015, 4.249 discentes concluíram a graduação.

As principais ações relacionadas ao processo de **ensino em pós-graduação**, conduzidas em 2015 foram:

Agilidade no processo de revalidação de diploma - Em 2015, o processo de revalidação de diploma tomou nova forma sob a resolução CEPE 0257/2014. Os processos de revalidação passaram a ser discutidos em comissão formada por cinco membros que chegam a avaliar até 50 processos por mês.

Edital de mobilidade de alunos DPP/ 2015 - Em 2015, o Edital DPP 01/2015 atendeu 237 solicitações e foi fundamental para o fomento da participação de alunos de pós-graduação em eventos nacionais e internacionais. O edital contou com 50% dos recursos vindos da CAPES/PROAP e 50% de recursos da FUB.

Agilidade no atendimento e apoio às demandas dos programas de pós-graduação - As demandas de apoio aos programas de pós-graduação são de vários tipos: emissão de atas de defesas; liberação de editais de seleção de mestrado e doutorado; apreciação de solicitações de mudanças em regimentos, criação de disciplinas, critérios de credenciamento e descredenciamento; análise de recursos; análise e divulgação de resultados de editais de apoio (a publicações, a eventos, mobilidade e visitas técnicas), entre outras. Diante disso, esses processos foram devidamente normatizados para o aumento da agilidade.

Curso de capacitação para servidores alocados nas secretarias dos programas de pós-graduação - Em novembro de 2015, foi ministrado curso para 40 servidores alocados nas secretarias e coordenadores dos programas de pós-graduação da UnB. O curso de 20 horas versou sobre os procedimentos realizados nas secretarias no âmbito do DPP. Foi elaborada apostila e os professores que ministraram o curso disponibilizaram os *slides* utilizados nas aulas para que os servidores possam usá-los como fonte de informação sempre que precisarem.

Participação da UnB nos editais de bolsa de mestrado e doutorado institucional da FAP-DF - Em setembro de 2015, foi submetida proposta aos editais FAPDF 06 e 07/2015 de bolsas de mestrado e doutorado. A proposta foi aprovada, sendo a UnB contemplada com 120 bolsas de mestrado e 60 de doutorado. Em outubro do mesmo ano, foi elaborado edital para seleção de candidatos às bolsas concedidas pela FAPDF. Em novembro de 2015, foi feita a seleção para a implementação das 180 bolsas gerenciadas pelo Comitê Gestor de Bolsas ProMD/UnB/FAP-DF e DPP.

Realização do Prêmio UnB de dissertações e teses - Em setembro de 2015, foi divulgado edital para escolha das melhores dissertações e teses de doutorado defendidas em 2014 na UnB. O *Prêmio UnB de Dissertações e Teses 2015* será outorgado para a melhor dissertação e tese, selecionadas em cada uma das áreas do conhecimento reconhecidas pela CAPES. Além disso, o *Grande Prêmio UnB de Tese* será outorgado para a melhor tese selecionada em cada um dos três grupos de grandes áreas. Foram efetuadas 61 inscrições, sendo 31 dissertações e 30 teses. A CPP elegeu as comissões para a análise dos trabalhos e o DPP está oferecendo as condições necessárias para a gestão dos trabalhos. A premiação está prevista para ocorrer no início de 2016.

Simplificação do envio das dissertações e tese - O procedimento de envio de dissertações e teses foi simplificado. A instrução DPP 01/2015 dispensa os programas de pós-graduação do envio ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação de exemplares impressos de teses e dissertações defendidas. A homologação de defesa de tese ou dissertação requer cópia digital desses documentos, gravada em CD no formato PDF e da ata correspondente. A manutenção de cópias impressas desses documentos nas secretarias fica a critério de cada programa de pós-graduação.

Incremento nas bolsas e nos programas de iniciação científica e realização do congresso de iniciação científica do DF - Em julho de 2015, foi lançado o Edital 04/2015 de seleção pública de propostas institucionais para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação da FAPDF. A UnB submeteu proposta, por intermédio da Diretoria de Fomento à Iniciação Científica do DPP, tendo sido contemplada com 300 bolsas. No período de 26 a 29 de novembro, foi realizado o *21º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 12º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal*, contando com a inscrição de 1.781 trabalhos.

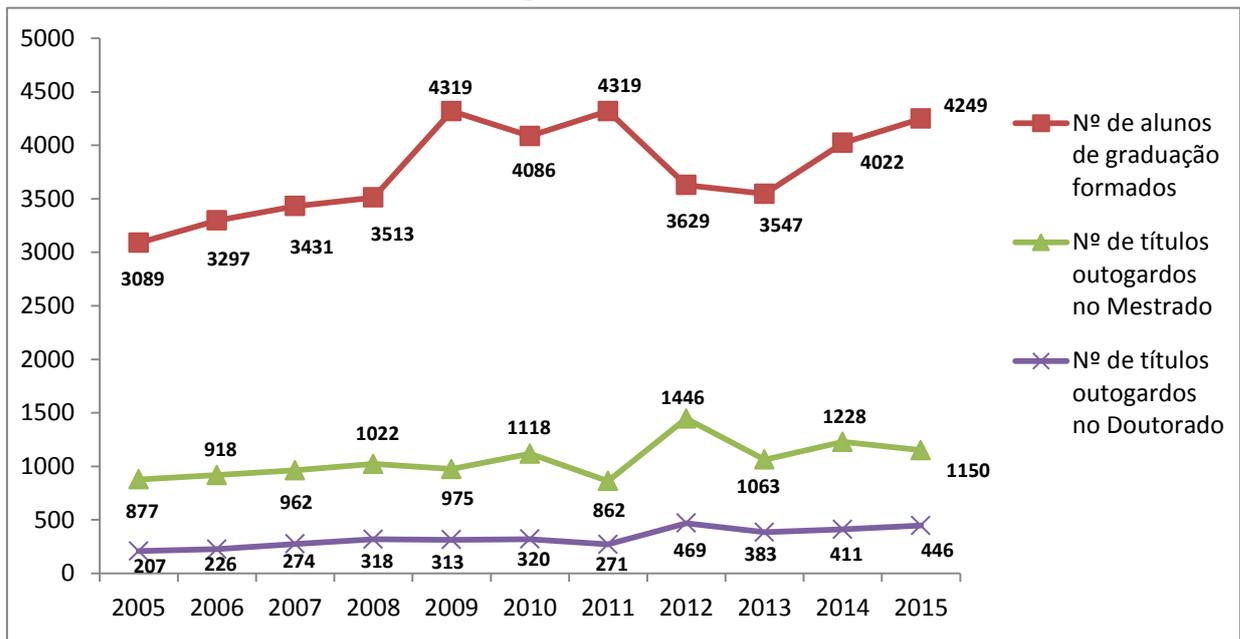
Formação de Discentes de pós-graduação - No ano de 2015, 1.150 discentes de mestrado e 446 discentes de doutorado concluíram a pós-graduação.

Fonte: DEG e DPP.

Com relação ao macroprocesso ensino, nos últimos 11 anos vários alunos concluíram cursos de graduação e pós-graduação. O gráfico 1.1 demonstra a evolução do número de formados pela instituição.



Gráfico 1.1 Quantitativo de alunos formados pela UnB – 2005 a 2015



Fonte: Anuário Estatístico 2015 (versão parcial); DEG e DPP.

Quadro 1.3 – Macroprocesso de Pesquisa

Macroprocesso:	Pesquisa
SUBUNIDADE RESPONSÁVEL	
Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP)	
DESCRIÇÃO	
O macroprocesso de pesquisa tem como propósito produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão por meio de projetos de pesquisa.	
Projetos de pesquisa: Conjunto de ideias postas à prova, a partir de hipótese a ser testada por metodologias consagradas cientificamente com fundamentação teórica que possa garantir que o seu planejamento experimental. É válido para garantir que esses resultados sejam aceitos cientificamente e possivelmente disponibilizados a sociedade. Deve ter orçamento, equipe adequada, cronograma de execução e participação dos discentes.	
Envolve:	
Planejamento - Consiste em idealizar ou aplicar os métodos científicos e a logística para a pesquisa de forma que um projeto seja executado com êxito.	
Avaliação do mérito pelos pares - Consiste na avaliação do projeto por pessoas experientes no assunto, de forma que haja aprovação e reconhecimento da validade técnica/científica do projeto. É o chamado “mérito científico”.	
Aprovação - A partir da avaliação do mérito acadêmico/científico, bem como considerando outros aspectos como orçamento e cronograma, o projeto poderá ser aprovado ou não cientificamente pelo DPP. No DPP, a Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) é quem recomenda ou não os projetos de pesquisa da Universidade de Brasília.	
Execução e Análise dos resultados - Os projetos são executados no âmbito dos programas de pós-graduação, unidades, institutos ou faculdades. Alguns grandes projetos institucionais são acompanhados diretamente pelo DPP, como é o caso dos FINEP-CT Infra e os CAPES Pro-Equipamentos.	
Publicação - Os resultados dos projetos de pesquisa podem ser apresentados sob a forma de diversos produtos, tais como publicações, patentes, formação de pessoal, entre outros. Geralmente, todo projeto de pesquisa deve apresentar os	



seus resultados para a comunidade científica em publicações e produtos que sejam reconhecidos pela mesma.	
INSUMOS	
Acordos; convênios e contratos; editais; formulários; instruções e documentos normativos; legislações pertinentes; sistemas eletrônicos; e termos de cooperação.	
PRODUTOS/SERVIÇOS	
Acompanhamento da execução dos projetos aprovados (compras, obras, resultados); acompanhamento dos recursos financeiros de custeio da CAPES distribuídos aos programas de pós-graduação e projetos de pesquisa; acompanhamento e gerência de cota de bolsas para os programas de pós-graduação que necessitam de cotas extras, conforme a política de fortalecimento dos diferentes programas; concessão de bolsas (CAPES, CNPq e FAP-DF); editais externos: MCTI/FINEP/CT-INFRA e CAPES Pro-equipamentos e emendas parlamentares; editais Procad/CAPES; editais que visam auxiliar eventos científicos de docentes e discentes, a publicação de artigos científicos em periódicos, tradução e correção de idiomas e a publicação de livros; edital de fomento para mobilidade de estudantes e docentes.	
FORNECEDORES	PRINCIPAIS CLIENTES
Decanato de Administração (DAF), Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), Centro de Informática (CPD), Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho Universitário (CONSUNI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), Prefeitura do <i>Campus</i> (PRC), unidades acadêmicas e unidades administrativas	Comunidade acadêmica, sociedade e órgãos de fomento.
CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2015	
<p>As principais ações relacionadas ao processo de pesquisa, conduzidas em 2015 foram:</p> <p>Elaboração de um modelo para os processos de pesquisa da UnB - Foi instituída comissão da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação para delinear um modelo de processos para instruir melhor os proponentes de projetos de pesquisa. Dessa forma, pretende-se agilizar o processo de avaliação do projeto tendo em vista os méritos técnico e científico das propostas. Em 2016 pretende-se consolidar esse modelo.</p> <p>Manutenção do programa de iniciação científica da UnB - Em cumprimento à política de fomento praticada na UnB, e tendo em vista a renovação da oferta de bolsas de IC pelo CNPq, a UnB realizou a chamada de submissões aos editais de IC de 2015-2016 no período de março a abril de 2015. A seleção foi realizada no período de maio e junho de 2015, por intermédio do Comitê Institucional Gestor do ProIC/UnB, com a submissão de 2.477 propostas, assim distribuídas: 2.252 ao PIBIC/ProIC; 140 ao PIBITI; 85 ao PIBIC-Af. O Programa PIBIC-EM recebeu 180 submissões.</p> <p>Atuação junto aos órgãos de fomento locais (FAP-DF e FINATEC) e nacionais (CAPES, CNPq) para a captação de recursos para pesquisa, programas de pós-graduação e Bolsas de Estudo - A UnB atuou na prospecção de editais de vários órgãos de fomento. Desse modo, conseguiu-se aumentar o nível de participação dos pesquisadores da UnB em diversos editais, como o da demanda espontânea da FAP-DF e FINEP.</p> <p>Elaboração do edital de mobilidade de alunos DPP 2015 - Em 2015, o Edital DPP 01/2015 atendeu 237 solicitações e foi fundamental para o fomento da participação de alunos de pós-graduação em eventos nacionais e internacionais. O edital contou com 50% dos recursos vindos da CAPES/PROAP e 50% de recursos da FUB.</p> <p>Participação da UnB no edital 03/2015 – demanda espontânea - da FAP-DF - A UnB mobilizou seus pesquisadores no sentido de enviar propostas ao Edital Universal FAP-DF (Edital 03/2015). Esse esforço teve resultado significativo: das 275 propostas aprovadas, 196 foram da UnB (71%). Na faixa A, das 81 propostas aprovadas, 61 foram da UnB (75%), totalizando R\$ 5.512.450,77, o que corresponde a 77% dos recursos aprovados. Na faixa B, das 113 propostas aprovadas, 80 foram da UnB (71%), totalizando R\$ 4.275.558,02, o que corresponde a 72% dos recursos aprovados para esta faixa. Finalmente, na faixa C, das 81 propostas aprovadas, 55 foram da UnB (68%), totalizando R\$ 1.548.320,04, o que corresponde a 70% dos recursos aprovados.</p> <p>Participação da UnB nos editais de bolsa de mestrado e doutorado institucional da FAP-DF - Em setembro de 2015, foi submetida proposta aos editais FAPDF 06 e 07/2015 de bolsas de mestrado e doutorado, respectivamente. A proposta foi aprovada, sendo a UnB contemplada com 120 bolsas de mestrado e 60 de doutorado. Em outubro do mesmo ano, foi elaborado edital para seleção de candidatos às bolsas concedidas pela FAPDF. Em novembro de 2015, foi feita a seleção para a implementação das 180 bolsas gerenciadas pelo Comitê Gestor de Bolsas ProMD/UnB/FAP-DF e DPP.</p> <p>Realização do fórum de pesquisa e pós-graduação da UnB - Nos dias 26 e 27 de novembro, foi realizado o <i>Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação</i>, tendo por objetivo promover a discussão do regimento de pós-graduação da UnB e também</p>	



de diretrizes e prioridades para a pesquisa na UnB. O fórum foi dividido em quatro etapas, envolvendo discussão nos colegiados; síntese pelas comissões constituídas para análise e compilação das propostas vindas dos programas; apresentação plenária e discussão e sistematização e envio para CPP dos resultados da plenária. Uma comissão integrada por representantes dos programas de pós-graduação produziu relatório que sistematizou os resultados das discussões, além de reunir informações sobre as demandas dos programas de pós-graduação, com vistas à elaboração da nova versão do regimento, mais moderna e adequada às aspirações da Universidade.

Realização do prêmio UnB de dissertações e teses - Em setembro de 2015, foi divulgado edital para escolha das melhores dissertações e teses de doutorado defendidas em 2014 na UnB. O *Prêmio UnB de Dissertações e Teses 2015* será outorgado para a melhor dissertação e tese, selecionadas em cada uma das áreas do conhecimento reconhecidas pela CAPES. Além disso, o *Grande Prêmio UnB de Tese* será outorgado para a melhor tese selecionada em cada um dos três grupos de grandes áreas. Foram efetuadas 61 inscrições, sendo 31 dissertações e 30 teses. A CPP elegeu as comissões para a análise dos trabalhos, e o DPP está oferecendo as condições necessárias para a gestão dos trabalhos. A premiação está prevista para ocorrer no início de 2016.

Incremento nas bolsas e nos programas de Iniciação Científica e Realização do Congresso de Iniciação Científica do DF - Em julho de 2015 foi lançado o Edital 04/2015 de Seleção Pública de propostas institucionais para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação da FAPDF. A UnB submeteu proposta, por intermédio da Diretoria de Fomento à Iniciação Científica do DPP, tendo sido contemplada com 300 bolsas. No período de 26 a 29 de novembro, foi realizado o *21º Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e 12º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal*, contando com a inscrição de 1.781 trabalhos.

Fonte: DPP.

Quadro 1.4 – Macroprocesso de Extensão

Macroprocesso: 
SUBUNIDADE RESPONSÁVEL
Decanato de Extensão – DEX
DESCRIÇÃO
<p>O macroprocesso de extensão tem como propósito desenvolver, por meio das unidades acadêmicas e administrativas, processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos que a UnB interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua, por intermédio de projetos e programas, contínuos e especiais, assim como cursos e eventos.</p> <p>Projetos de extensão - É uma ação formalizada de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica, com objetivo específico e prazo determinado, vinculado ou não a um programa.</p> <p>Programas de extensão - É o conjunto de ações de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades existentes, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, integrem-se às linhas de ensino e pesquisa desenvolvidas na UnB, nos termos de seus projetos político-pedagógico e de desenvolvimento institucional.</p> <p>Eventos de extensão - São ações de curta duração, sem caráter continuado, que implicam a apresentação do conhecimento ou produto cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.</p> <p>Cursos de extensão - É o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, para a formação continuada, aperfeiçoamento ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático.</p>
Envolve:
<p>Planejamento - Consiste na organização de conjunto de ações tendo em vista a institucionalização dos projetos, programas, cursos e eventos de extensão bem como o seu apoio, a fim de otimizar e racionalizar a execução dessas ações, visando alcançar objetivos determinados.</p> <p>Análise e aprovação - Diz respeito à apreciação das ações por duas instâncias de avaliação. A primeira será no âmbito da unidade quando a proposta será avaliada pelo coordenador de extensão do departamento e depois pelo colegiado da unidade. Aprovada nessa instância, seguirá para apreciação da Câmara de Extensão. A aprovação consiste na homologação pela Câmara de Extensão, instância máxima</p>



no processo de institucionalização.

Execução - Diz respeito ao início da ação aprovada, considerando o conjunto de ações inerentes ao planejamento de execução das ações.

Monitoramento e avaliação - Corresponde ao acompanhamento do processo de institucionalização e dos processos que envolvem as referidas ações. No cenário de avaliação, destaca-se o recebimento dos relatórios parciais e finais dos projetos ou programas, cursos e eventos de extensão, bem como monitoramento de seu envio.

Inscrição - Consiste em garantir a participação na atividade e propiciar a sua certificação, por meio do Sistema de Informações (www.sistemas.unb.br).

Participação - Diz respeito à participação da equipe executora da ação de extensão, professores, estudantes, técnicos e especialistas da própria instituição ou externos, desempenhando funções e tarefas diferenciadas, conforme a modalidade específica. Para que a participação do estudante em atividades de extensão traga qualidade à sua formação deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular, a integralização dos créditos, ser supervisionada por um professor, ter clareza das atribuições do estudante e possuir metodologia de avaliação.

Creditação curricular - Consiste em integralizar no histórico do estudante os créditos atribuídos pela participação em projetos/programas de extensão.

Certificação (cursos e eventos) - Corresponde à avaliação elaborada pelos participantes, quando aplicável, e, obrigatoriamente, pelo coordenador da atividade e pelo colegiado do departamento, centro ou órgão complementar que aprovou a realização da proposta da atividade. O coordenador deve fazer relatório com a relação dos professores e palestrantes que participaram efetivamente da ação, bem como dos participantes que devem receber o certificado, explicitando o critério utilizado para certificação (frequência ou menção). O encaminhamento desse relatório é condição indispensável para emissão dos certificados.

INSUMOS

Convênios; documentos normativos; editais internos e externos; formulários e instruções; legislação pertinente; sistemas de informação e extensão; e termos de cooperação.

PRODUTOS/SERVIÇOS

Análise final e homologação de atividades de extensão; apoio financeiro a eventos de extensão; aprimoramento do Sistema de Extensão – SIEX; aquisição de equipamentos e instrumentos em decorrência de convênios firmados; bolsas de extensão; captação de recursos para desenvolvimento de projetos de extensão e atividades culturais da UnB; certificação digital; certificado de participação em cursos e eventos de extensão; comunicações orais de estudantes vinculados à atividade de extensão; desenvolvimento de atividades em acordos e cooperações; doação de equipamentos para instituições públicas de ensino superior; exposição de pôster PIBEX pelos estudantes vinculados às atividades de extensão; frequência e compromisso de estudante extensionista; manual para o Sistema de Extensão – SIEX; oferta de disciplina de extensão; pesquisa de campo em parceria com o curso de Comunicação Organizacional – FAC/UnB sobre a extensão na UnB; Programa de Economia Criativa (UnB/MinC); publicação de livros; relatório de coordenação de atividades; relatório de índice de participação de atividades de extensão por unidade acadêmica; relatório diagnóstico e relatório técnico; relatório discente de participação em projetos; relatório institucional de produtividade da extensão; Revista Participação ISSN impresso nº 1677-1893 e ISSN online nº 22386963, indexada na *WebQualis B3* na área interdisciplinar; Semana Universitária – evento anual de difusão das produções acadêmicas promovido pelo DEX; VII SEREX - *Seminário Regional de Extensão do Centro-Oeste*.

FORNECEDORES

Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP); Decanato de Ensino de Graduação (DEG); Decanato de Administração (DAF); Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO); Secretaria de Administração Acadêmica (SAA); Centro de Informática (CPD); Prefeitura do *Campus* (PRC); Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE); Conselho Universitário (CONSUNI); Conselho de Administração (CAD); unidades acadêmicas; unidades administrativas; e comunidade acadêmica.

PRINCIPAIS CLIENTES

Comunidade acadêmica e sociedade.

CONDUÇÃO DO PROCESSO EM 2015

As principais ações relacionadas ao processo de extensão, conduzidas em 2015 foram:

Ações voltadas à comunidade e à cultura - Houve diversas ações voltadas à comunidade e à cultura



como a exibição de 121 filmes, nove mostras de arte, apresentações de músicos e espetáculos de dança, que aconteceram na Casa da Cultura da América Latina - CAL.

Ampliação do canal de comunicação - Essa ampliação tem sido pautada na articulação e fomento do diálogo com docentes, discentes e servidores técnico-administrativos e comunidade externa. Dessa forma, foi ampliado o canal de comunicação para as redes sociais.

Apoio e ampliação de normativas para as práticas extensionistas - Desenvolvimento de ações no que diz respeito às novas diretrizes e políticas da extensão universitária, resultando na publicação da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão 60/2015 e Resolução da Câmara de Extensão 01/2015.

Construção de programas e projetos em parcerias com IFES - A Universidade sediou o VII SEREX – Seminário de Extensão Universitária da região Centro-Oeste, recebendo extensionistas da região, os quais discutiram os temas pertinentes à extensão, especialmente quanto à creditação curricular.

Coordenação, participação e apoio a eventos - Foram coordenados 12 eventos ao longo do ano de 2015, a exemplo da Semana Universitária UnB 2015. A UnB participou de quatro eventos nacionais, a exemplo do *XIII Congresso Latino-americano de Extensão Universitária*. A UnB também apoiou a realização de 12 eventos regionais e nacionais com recursos financeiros, técnicos e humanos, em especial a Quadrienal de Praga, o *Understanding Visual Music – UVM 2015* e o TEDx Universidade de Brasília.

Criação do Observatório da Memória - Foi criado Observatório da Memória com o objetivo de abrigar todas as iniciativas que versam sobre o tema 'Memória Institucional da UnB'.

Emissão de certificados - Foram emitidos certificados para 466 propostas de cursos e eventos de extensão, bem como emitidos 4060 certificados para os participantes.

Fortalecimento das ações de extensão nos quatro campi - Destaque para a Faculdade de Ceilândia – FCE, em que ocorreu um aumento significativo na propositura de ações de extensão, principalmente Programas de Extensão de Ação Contínua – PEACs.

Implantação do Observatório de Economia Criativa – OBEC - O Observatório de Economia Criativa busca a realização de estudos e pesquisas sobre economia criativa brasileira e a respectiva difusão de informações, com especial ênfase na realidade do Distrito Federal. Tem por objetivo colocar em exame as tendências e fundamentos para as análises da cultura como fonte de riqueza e desenvolvimento local.

Lançamento de editais - Cinco editais foram lançados em 2015. Entre eles, dois foram de seleções internas: PROEXT e o “Mais Cultura” nas universidades, este conseguiu R\$ 1,125 milhão de verba federal para ações culturais na UnB. Além desses, citam-se o lançamento dos editais 'Banco de Talentos' - visando cadastro reserva de colaboradores aptos a atuarem em projetos de extensão PIBEX – que concede bolsas de extensão a projetos de extensão da Universidade viabilizando, em 2015, participação de 250 alunos em Projetos de Extensão de Ação Continuada; e, por fim, o edital “Servidor Destaque” – com o objetivo de valorizar o servidor técnico-administrativo da UnB.

Manual para o uso do Sistema SIEX - Foi produzido um manual para uso do Sistema SIEX utilizado para cadastro de atividades de extensão, com o objetivo de facilitar o trabalho dos discentes.

Núcleo do Projeto Rondon - A Universidade enviou duas equipes para participar das operações do Projeto Rondon, que ocorreram em janeiro e em julho de 2015.

Preservação e sustentabilidade do meio ambiente - Formulação e implementação de políticas públicas vinculadas à preservação e sustentabilidade do meio ambiente em parcerias com setores federais, estaduais, empresas privadas, bem como programas e projetos voltados para a formação por meio, principalmente, do Núcleo de Sustentabilidade.

Revista Participação - Uma das mais antigas revistas de extensão do país, de periodicidade semestral, foi publicada duas vezes.

Fonte: DEX.



2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

A Universidade de Brasília é percebida como decisiva para a região e para o próprio país. Diversos desafios se desenham ante a instituição, entre eles a capacidade de planejar e melhorar sua gestão. Este capítulo apresenta em três eixos o planejamento organizacional e os desempenhos operacional e orçamentário.

2.1 Planejamento organizacional

Este item descreve a forma de elaboração do Planejamento Estratégico 2014-2017, o estágio de implementação das fases estratégico, tático e operacional e a vinculação dos planos com as competências institucionais.

Os riscos identificados para a consecução do plano são evidenciados no capítulo sobre a Governança, item Gestão de Riscos. Os riscos foram classificados conforme as áreas do Planejamento Estratégico.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Institucional da UnB está incorporado ao seu [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\)](#) o qual compreende o período de 2014-2017. O PDI é uma exigência legal e foi aprovado pelo Conselho de Administração (CAD). O documento constitui importante ferramenta de gestão por evidenciar as linhas de atuação, os rumos e as estratégias que são adotadas pela Universidade.

A [Matriz SWOT](#) demonstra os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Construída a partir de uma análise da Universidade, engloba seus recursos (humanos, tecnológicos, financeiros e institucionais), seu modelo de gestão e seus produtos.

Como resultado do processo, foi definida como **Missão**: “*Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social*”.

Com o objetivo de desafiar e mobilizar toda a comunidade universitária, foi idealizada como a **Visão de Futuro**: “*Estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão*”.

O Planejamento Estratégico da UnB se desdobra em seis grandes áreas de atuação: Gestão Acadêmica, Gestão de Pessoas, Recursos Financeiros, Recursos Tecnológicos, Recursos Institucionais e Gestão Interna. Para cada uma dessas áreas foram identificados e concebidos os Objetivos e Estratégias, compreendendo as funções meio e fim da Universidade, além de seus recursos institucionais.

O [Planejamento Estratégico 2014-2017](#) está divulgado na página do Decanato de Planejamento e Orçamento. De forma sucinta, os objetivos de cada área são evidenciados a seguir:

- 1) **Gestão Acadêmica:** Formar com excelência; melhorar o desempenho institucional nas avaliações externas, nacionais e internacionais; consolidar os princípios éticos e humanistas na formação acadêmica e ampliar o processo de internacionalização.
- 2) **Gestão de Pessoas:** Capacitar e desenvolver servidores em gestão universitária; valorizar o desempenho profissional; dimensionar o quadro de pessoal de acordo com as demandas institucionais e implantar políticas de retenção de talentos.
- 3) **Recursos Tecnológicos:** Aprimoramento da comunicação institucional; estabelecer governança em TI (planejar e organizar); governança em TI (aprimorar aquisições e implementação de sistemas de informação e comunicação); governança em TI (aprimorar entrega e suporte de serviços de TI e aprimorar recursos humanos em TI).
- 4) **Recursos Financeiros:** Melhorar o desempenho acadêmico no *ranking* da Matriz Andifes; reformular a regulamentação de captação (e retenção) de recursos financeiros;



reformular a política de regulamentação de ocupação dos imóveis da FUB; reformular a política de regulamentação de ocupação dos imóveis da FUB; promover e estimular a expansão da captação de recursos pelos diversos centros de custo da FUB e promover a efetividade na execução da despesa.

- 5) **Recursos Institucionais:** Melhorar e adequar a infraestrutura física às atividades de ensino, pesquisa e extensão; estabelecer uma política voltada à manutenção da infraestrutura física; elaborar plano de gestão de obras; elaborar política de gestão do patrimônio imobiliário da FUB e implantar um sistema integrado de gestão de infraestrutura física.
- 6) **Gestão Interna:** Atualizar o planejamento estratégico; atualizar o PDI e implantar a gestão por processos.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A elaboração e aprovação do Planejamento Estratégico resultaram nos produtos: Missão, Visão de Futuro, Análise Ambiental, Objetivos & Estratégias e Relatório de Análise e Tendências do Ambiente de atuação da UnB.

O planejamento tático abrangeu os sete decanatos e a prefeitura do *campus*. Munidos dos produtos anteriores e com ampla discussão, foram aprofundadas as estratégias de implementação, com a concepção de missão, visão, programas, projetos e ações correlatas que atendam cada unidade. Também foram identificados o início e término de cada projeto e a unidade responsável. As ações a serem executadas referentes ao planejamento tático podem ser analisadas no documento completo [Planejamento Institucional Universidade de Brasília 2014-2017](#).

A etapa final de planejamento operacional iniciou-se em junho de 2015, com a mesma metodologia adotada na elaboração do planejamento tático. A primeira unidade a participar foi o Instituto de Biologia, com participação de professores, técnico-administrativos e representante de discentes. Os produtos do Workshop foram: Missão e Visão; Programas, Projetos e Ações, divididos nas temáticas: graduação, pós-graduação, extensão, infraestrutura e administrativo.

Em virtude da greve dos servidores técnico-administrativos, o processo foi interrompido e está previsto para recomeçar em abril de 2016, atendendo as demandas das unidades acadêmicas, por solicitação das mesmas.

O acompanhamento, monitoramento e avaliação do planejamento institucional da UnB são abordados nos itens Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados e Planos e apresentação e análise de indicadores de desempenho.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O desdobramento do planejamento estratégico em seis áreas de atuação permite direcionar e alinhar os níveis estratégico, tático e operacional. Em todas as fases o processo conta com a participação dos respectivos gestores e colaboradores. Os produtos gerados nas etapas anteriores subsidiam os debates e as análises da unidade.

A missão e a visão já apresentadas estão em consonância com o estatuto da UnB, o qual explicita que são finalidades essenciais o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

No que se refere à vinculação do plano ao planejamento governamental constante no Plano Plurianual 2012-2015 os recursos orçamentários são distribuídos por meio de três programas e suas respectivas ações governamentais.

O principal é o *Programa 2032: Educação Superior* tem por objetivo ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade. As quatro ações governamentais destinadas a FUB estão vinculadas a todas as áreas planejadas e propiciam o alcance do conjunto de objetivos estratégicos, especialmente aos associados à área gestão acadêmica.



O programa 2109: Programa de Gestão e Manutenção do MEC tem suas ações governamentais relacionadas à área Gestão de Pessoas, notadamente aos objetivos de capacitar e desenvolver servidores em gestão universitária e valorizar o desempenho profissional.

Direcionado à educação básica, o Programa 2030 destina a Ação Governamental 20RJ para o apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica. Os projetos executados com essa ação estão ligados ao objetivo de formar com excelência e suas estratégias são estimular e promover o desenvolvimento profissional docente e investir em tecnologias de ensino e aprendizagem inovadoras.

O PDTI 2014-2017 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) está vinculado ao planejamento estratégico. Em seu Plano de Metas e Ações, cada uma das dez necessidades de TIC identificadas é relacionada a um objetivo estratégico da área de recursos tecnológicos.

Ao elaborar o Relatório de Gerenciamento de Riscos UnB 2015, apresentado no Capítulo 3, houve a preocupação de alinhamento ao Planejamento Estratégico. A metodologia de análise iniciou-se com a classificação dos riscos quanto à classe, sendo essa segmentada nas seis áreas de atuação do planejamento.

2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Dando continuidade ao ciclo de planejamento, a UnB ativou, no segundo semestre de 2015, a Coordenadoria de Monitoramento e Suporte Operacional (CMSO), vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO). Essa medida é parte da estratégia adotada para fomentar a cultura de planejamento e comprovar, a partir da explicitação dos resultados, os benefícios advindos dessa prática. Dentre as atribuições da nova unidade organizacional, destaca-se o acompanhamento das ações governamentais e do planejamento institucional.

É possível verificar o desempenho da Universidade por meio dos sumários executivos trimestrais, relatórios anuais de gestão e de autoavaliação, consultas à comunidade acadêmica e anuários estatísticos. Esses instrumentos estão disponibilizados no [link http://www.dpo.unb.br/documentos.php](http://www.dpo.unb.br/documentos.php). Há também o Sistema de Informações Gerenciais do DPO, em desenvolvimento desde 2014. Concebido com os recursos da plataforma *Pentaho*, essa ferramenta possibilita a coleta e a extração de dados por meio de *tablets* e *smartphones*.

Cabe ressaltar que as atividades finalísticas da Universidade são continuamente avaliadas por outros órgãos e entidades e apresentam diferentes perspectivas. Dentre as avaliações externas, destacam-se as realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O conjunto de indicadores adotados por esses órgãos são detalhados internamente possibilitando a avaliação pormenorizada das variáveis que compõem o conceito atribuído aos cursos.

Entre os anos de 2014 e 2015, foram avaliados 47 cursos de graduação pelo INEP. As melhores médias de avaliação, que variam na escala de 1 a 5, são atribuídas ao regime de trabalho do corpo docente, à titulação e à experiência de magistério superior. Os itens que merecem maior atenção são a bibliografia básica e complementar, a atuação do núcleo docente estruturante e o acesso dos alunos a equipamentos de informática. Os resultados das avaliações do INEP são divulgados, em média, 15 dias após a conclusão dos trabalhos. A celeridade conferida a esse ciclo de avaliação e a frequência com que ocorre, resguardada a particularidade dos cursos, permitem a identificação de oportunidades de melhoria e a promoção de ajustes em seus planos operacionais.

Quanto aos programas de pós-graduação, a prestação de informações à CAPES ocorre por meio da plataforma Sucupira. Anualmente, são coletados dados de infraestrutura física, formação docente, desenvolvimento de projetos de pesquisa e produção de artigos científicos. As avaliações são quadrienais e a nota varia na escala de 1 a 7. As notas dos cursos monitorados entre 2013 e 2016 serão conhecidas em 2017. Segundo o DPP, a composição dos indicadores disponíveis na plataforma Sucupira subsidiam várias ações administrativas.



Protagonizados pela UnB, a 1ª Consulta à Comunidade Universitária e o 2º Fórum de Avaliação, realizados em 2015 estabeleceram novos canais de comunicação e interação entre a gestão e a comunidade universitária. O aperfeiçoamento do sistema de vigilância e a destinação de recursos para a ampliação da rede sem fio são algumas medidas adotadas após a publicação dos resultados das autoavaliações.

Em 2015, a UnB angariou vários títulos e prêmios, os quais repercutem os esforços crescentes da comunidade universitária em prol da qualidade do ensino. As posições alçadas pela UnB nos *rankings* estão demonstradas no item 2.3 indicadores de desempenho.

Iniciou-se ainda o levantamento de indicadores adotados pelas unidades administrativas e o desenvolvimento conjunto de novas métricas para acompanhar as ações diretamente relacionadas ao alcance dos objetivos estratégicos. Outra fonte considerada é o conjunto de indicadores disponibilizados no Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração (Forplad), vinculado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Também foram realizados investimentos em capacitações sobre modelagem de indicadores, e monitoramento e avaliação na administração pública com a finalidade de estabelecer, a partir de 2016, uma sistemática de monitoramento e o desenvolvimento de painéis de indicadores. Paralelamente, foi iniciada a pesquisa de ferramentas que possibilitam o acompanhamento da realização das ações previstas nos planejamentos tático e operacional. Diante das opções encontradas, está na fase de definição a adoção de um software público ou o desenvolvimento de ferramenta própria.

O conhecimento adquirido pela equipe norteará o esforço de aperfeiçoamento e simplificação das formas e dos instrumentos de monitoramento vigentes. A divulgação dos resultados deverá seguir a mesma lógica, proporcionando maior grau de compreensibilidade aos diferentes públicos de interesse. Pretende-se, em síntese, estimular a criação de cultura orientada para resultados.

2.2 Desempenho operacional

Esta seção aborda os resultados obtidos pela UnB na condução do planejamento institucional, ciclo 2014-2017. Para melhor compreensão do relatório, outras demonstrações do desempenho operacional, seguidas de indicadores e análises críticas, estão dispostas nos itens 2.3 e 2.4 e 5.2.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o estágio de implementação do planejamento encontra-se descrito no item 2.1.2. O resultado do plano tático foi medido no final de 2015 por meio de entrevistas com decanos e diretores de unidades administrativas. Esses gestores avaliaram os níveis de execução de cada objetivo, as dificuldades percebidas e as medidas necessárias à plena consecução das estratégias organizacionais. Apesar dos desafios diários, a avaliação dos dois primeiros anos do ciclo de planejamento é bastante positiva.

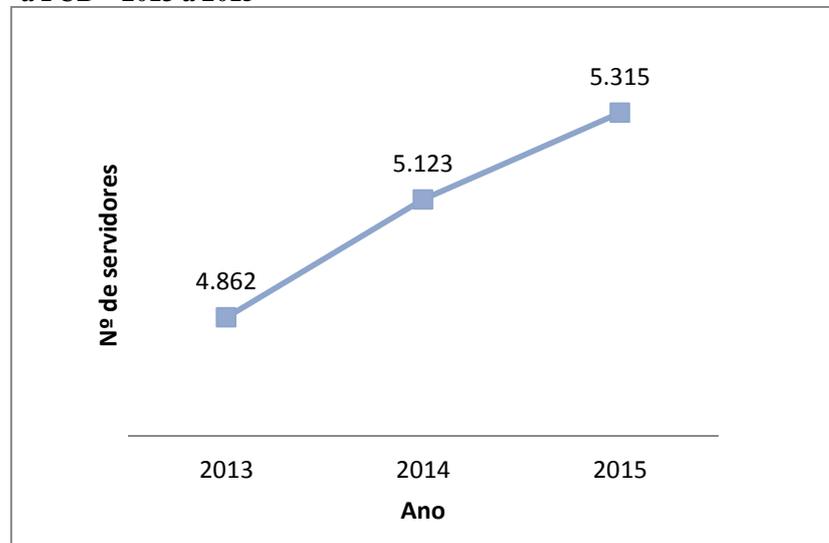
A gestão acadêmica, confirmando as expectativas, apresentou melhora substancial em *rankings* nacionais e internacionais, conforme descrito no item 2.3. O feito traduz o compromisso da gestão e da comunidade universitária em benefício da formação dos discentes. A UnB atuou no acompanhamento da trajetória acadêmica dos novos alunos e no fortalecimento da integração ensino, pesquisa e extensão. Procedeu-se ainda à análise e à revisão de alguns procedimentos administrativos com o objetivo de torná-los mais eficientes, tal como a utilização da nota do Enem para o provimento de vagas ociosas.

No tocante à gestão de pessoas, foram realizados concursos públicos que possibilitaram o ingresso de servidores, conforme demonstrado no gráfico 2.1. A destinação de recursos para as ações de capacitação e qualificação foi ampliada, viabilizando a oferta de turmas de mestrado profissional em economia e o apoio aos servidores que realizaram parte do curso de mestrado em gestão pública na Universidade de Lisboa. Sinais de progresso são identificados quando o assunto é



a revisão de fluxos e da legislação. Os resultados desse trabalho foram incorporados ao guia do servidor, disponível em *link* <http://dgp.unb.br/guia-do-servidor>.

Gráfico 2.1 – Evolução do quantitativo de servidores de carreira vinculados à FUB – 2013 a 2015



Fonte: DGP (4/01/16) e Relatórios de Gestão 2013 e 2014.

A comunicação institucional começou a ganhar novos contornos com o desenvolvimento da infraestrutura necessária à implantação do [Sistema Eletrônico de Informações \(SEI\)](#) e do [Boletim de Atos Oficiais](#). Além de sustentáveis, essas ações retratam a preocupação com a modernização da gestão e a transparência dos atos administrativos.

Outro passo importante é a aplicação da cobrança dos custos indiretos. A partir da revisão ocorrida em dezembro de 2014, estabeleceu-se que a UnB deve ser ressarcida de despesas advindas da execução contratos, convênios e instrumentos semelhantes. Com isso, cerca de R\$1,300 milhão foram incorporados ao orçamento da FUB em 2015, dos quais R\$0,98 milhão foram aplicados em pesquisa. O lançamento do manual técnico da DPA, responsável pela análise e instrução dos projetos acadêmicos, atendeu à antiga demanda dos gestores responsáveis pela execução físico-financeira. O documento, divulgado no *link* <http://www.daf.unb.br/dpa>, esclarece algumas questões jurídicas e apresenta o rito interno, tornando-os mais claros para a comunidade acadêmica.

No tocante à infraestrutura física, a FUB buscou melhorar os espaços públicos, em especial os dedicados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A elaboração de novo modelo de contratação de serviços dedicados à manutenção de infraestrutura contribuirá para que os resultados sejam melhores e mais ágeis a partir de 2016. Medidas preventivas também permearam a preservação do patrimônio público, como a ampliação do contrato de vigilância ostensiva e o controle mais rigoroso do acesso aos espaços acadêmicos após as aulas noturnas e aos finais de semana.

A gestão interna celebra a retomada do planejamento estratégico e a expansão da gestão por processos. A construção democrática dos objetivos tem contribuído para que a UnB caminhe no mesmo sentido, priorizando investimentos e buscando os ajustes necessários. A gestão por processos ganha cada vez mais espaço na alta administração, contribuindo para o desempenho mais eficiente. Os trabalhos finalizados estão publicados no *link* <http://www.dpo.unb.br/mapeamentodeprocessos.php>.

Apesar do empenho, alguns projetos não apresentaram desempenho satisfatório. Nota-se que algumas unidades tiveram número excessivo de projetos, comprometendo assim o desempenho simultâneo do que foi proposto. A ausência de sistemas de informação integrados representa dificuldade relevante enfrentada pela UnB na consecução dos seus objetivos. Esse obstáculo torna-



se ainda mais importante em áreas com grande volume de atividades operacionais. Outro ponto sensível é a sobrecarga de trabalho provocada pelas greves e o consequente atraso nos cronogramas dos projetos.

Mesmo com o aporte de servidores qualificados, investimentos em capacitação e ferramentas, algumas áreas parecem requerer mais atenção. Em 2015, foi adquirida a licença de um *software* que possibilita a pesquisa de preços para bens e insumos e outra para consultas jurídicas. As tentativas para proporcionar maior agilidade ao processo de compras na Universidade ainda não geraram o resultado esperado. A contratação de serviços também representa um grande desafio, mas a FUB tem insistido na elaboração de editais que possibilitem maior controle dos gastos e dos resultados.

A superação das dificuldades relacionadas às restrições orçamentárias demonstrou que a Universidade está buscando equilibrar-se. As receitas de contratos remanescentes do CESPE UnB, o uso do superávit 2014 e a boa interlocução com o MEC garantiram à FUB o fechamento das contas no exercício de 2015. Os cortes na despesa com custeio contribuíram para a preservação das unidades acadêmicas, garantindo-lhes o mesmo orçamento interno. Nos momentos mais críticos, os pagamentos ficaram restritos aos estagiários, bolsistas e serviços terceirizados, tendo sido normalizados ao longo do exercício financeiro.

2.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Nesta seção, estão contidas informações e esclarecimentos sobre os principais indicadores utilizados pela UnB para monitorar o desempenho de sua gestão.

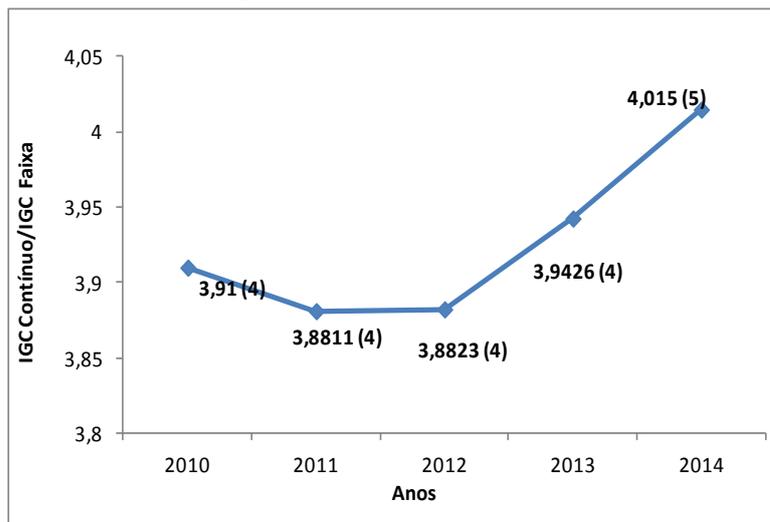
Consta em andamento a elaboração do *Painel de Indicadores de Desempenho* que irá abarcar todas as áreas do planejamento estratégico. Já foram realizadas reuniões com algumas unidades administrativas, com vistas a aprofundar o estudo do desenvolvimento de novas métricas gerenciais, que será inspirado no material disponibilizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e Administração (Forplad).

Alguns indicadores institucionais já foram produzidos, como é o caso da dimensão gestão de pessoas (vide item 6.1.7 – Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas). Além disso, a UnB se avalia por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional, conforme divulgados pela [Comissão Própria de Avaliação](#). Além disto, o desempenho da Universidade, em 2015, foi avaliado pela mídia nacional e internacional. A seguir encontram-se alguns dos principais indicadores de desempenho produzidos por entidades externas à Universidade.

IGC – Sintetiza a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* das instituições de ensino superior brasileiras. A metodologia de mensuração do índice é instituída em uma escala de cinco pontos e faz referência ao último triênio. Em 2015, a UnB ficou entre as onze universidades brasileiras que receberam a nota 5, conceito máximo, de acordo com a avaliação de 2014. O gráfico 2.2 demonstra a evolução do IGC da UnB, considerando o período de 2010-2014. Esse resultado evidencia o esforço que a instituição vem empregando nos últimos anos para a melhoria da qualidade do ensino que oferece à sociedade.



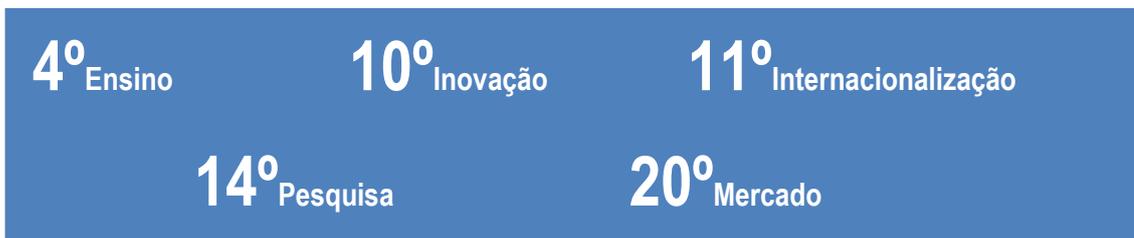
Gráfico 2.2 – Evolução do IGC UnB – 2010 a 2014



Fonte: INEP.

RUF – É uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha do Estado de São Paulo desde 2012. Esse *ranking* classifica as 192 universidades brasileiras a partir das dimensões pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado. Na última avaliação, a UnB atingiu a nona posição. A figura 2.1 sumariza as posições da Universidade nas dimensões do RUF.

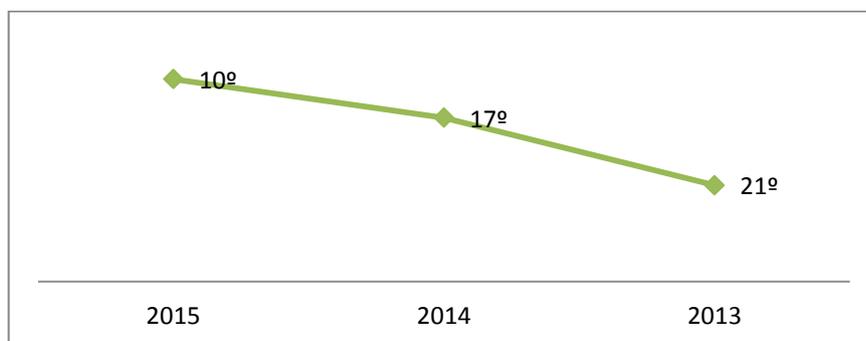
Figura 2.1 – Posições da UnB nas dimensões do RUF em 2015



Fonte: RUF.

QS University Rankings América Latina 2015 – Destaca as 300 melhores universidades da região latino-americana. No recente levantamento do *ranking*, a Universidade de Brasília atingiu a 10ª posição (gráfico 2.3). O *QS Top Universities* descreve em seu *site* que “a UnB foi idealizada por Darcy Ribeiro, e é uma das melhores do Brasil e da América Latina”.

Gráfico 2.3 – QS University Rankings América Latina 2015



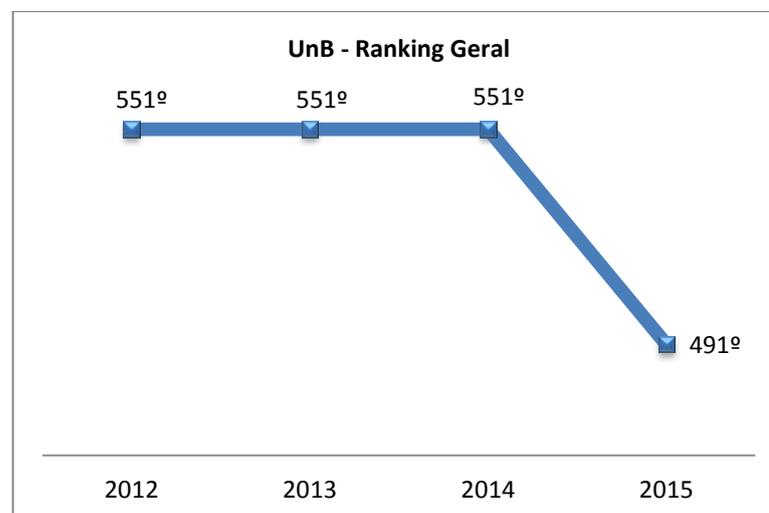
Fonte: DPL.



QS World University Ranking BRICS – É um *ranking* específico das universidades pertencentes aos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A UnB, em 2015, passou a ocupar a 53ª posição. Os melhores quesitos avaliados foram: reputação acadêmica e dos empregadores, proporção de docentes por alunos matriculados e presença de professores e pesquisadores estrangeiros.

QS World University Rankings 2015/16 – É um sistema de classificação internacional que permite aos estudantes obterem um quadro amplo das características de diversas instituições de ensino superior e compará-las. Nesta edição, a UnB passou da faixa de posições 501º/550º para 491º/500º, subindo 60 colocações, e estando entre as melhores universidades do mundo, conforme gráfico 2.4. Outra avaliação evidenciou que entre as instituições nacionais que participam do *ranking*, a UnB está em sexto lugar, empatada com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Gráfico 2.4 – QS World University Rankings 2015/16

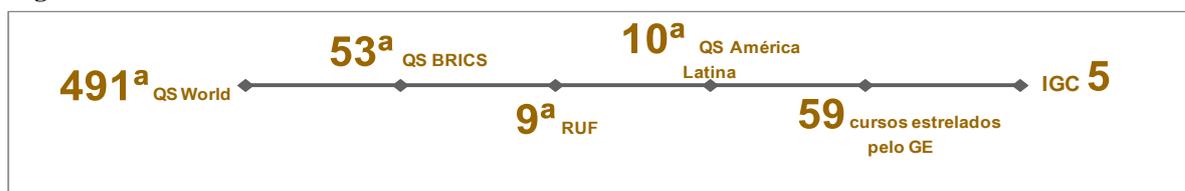


Fonte: DPL.

Prêmio Melhores Universidades Guia do Estudante 2015 – Premia as melhores entidades de ensino superior do país por meio do Guia do Estudante (GE). A pesquisa classifica os cursos em bom (3 estrelas), muito bom (4 estrelas) e excelente (5 estrelas), com base na avaliação de professores e coordenadores de cursos. Na edição atual do GE, das 60 graduações analisadas, 59 foram estreladas: 34 com cinco estrelas, 21 com quatro estrelas e 4 cursos com três. O Guia do Estudante também estabeleceu o *ranking* das melhores universidades públicas e privadas da região Centro-Oeste, onde a UnB foi considerada a melhor Universidade pública da região.

A figura 2.2 sintetiza os resultados obtidos pela Universidade no ano de 2015 nas avaliações realizadas por entidades externas.

Figura 2.2 – Resultados obtidos da UnB em 2015



Fonte: QS World, BRICS, América Latina; RUF, GE e INEP.



2.3.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Neste item serão demonstrados os resultados dos indicadores de desempenho estabelecidos nos termos da Decisão TCU nº 408/2002, considerando as modificações posteriores feitas pelo Acórdão TCU 1.043/2006, bem como a análise dos resultados dos respectivos indicadores.

Para o cálculo dos indicadores, o TCU impõe ajustes aos dados brutos apresentados pelas instituições de ensino. O modelo parte dos seguintes dados brutos: AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação (média anual dos dois semestres); APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres); AR = alunos de residência médica. A partir destes dados, calcula-se: AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral. Após o ajuste, normalmente o AGTI resulta em um quantitativo menor que o AG e o AGE; AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação; APGTI e ARTI = Número de Alunos em Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI) e de Residência (ARTI). Para o cálculo de alunos em tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois: APGTI = 2* APG e ARTI = 2* AR. Os resultados desses indicadores estão dispostos no quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Resultados dos indicadores primários – 2011 a 2015

Indicadores Primários	2015	2014	2013	2012	2011
1) Custo Corrente com HUB (em R\$ 1.000,00)	957.602,87	1.274.246,57	1.389.071,1	1.025.643,77	954.861,90
2) Custo corrente sem HUB (em R\$ 1.000,00)	919.567,78	1.222.151,79	1.330.869,27	865.671,46	903.046,93
3) Número de Professores Equivalentes	2.646,50	2.449,00	2.424,00	2.474,00	2.307,50
4) Número de Funcionários Equivalentes com HUB	6.258,00	5.773,00	7.551,00	7.068,75	9.177,00
5) Número de Funcionários Equivalentes sem HUB	5.034,25	5.130,50	5.724,75	5.185,25	6.440,50
6) Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	33.836,50	29.837,00	32.765,00	29.565,00	26.759,00
7) Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.351,00	7.664,00	7.345,50	6.416,00	5.822,00
8) Alunos de residência médica (AR)	317,00	309,00	355,00	254,00	294,00
9) Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	39.893,33	35.724,96	30.702,21	34.444,65	31.572,26
10) Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	25.061,89	22.863,96	21.059,46	21.204,11	20.748,89
11) Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	14.702,00	15.328,00	15.012,00	12.832,00	11.644,00
12) Número de alunos de residência médica em tempo integral (ARTI)	634,00	618,00	710,00	508,00	588,00

Fonte: DAI/DPO.



Sobre a análise relacionada aos cálculos dos indicadores, listam-se as seguintes observações:

- a) A Decisão do TCU para atualização dos indicadores referentes ao ano de 2015 não sofreu alterações quanto à base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2015, conforme as orientações da SESu/MEC;
- b) Para os alunos, conforme as orientações para o cálculo dos indicadores do TCU, foram considerados apenas os dados relativos aos cursos permanentes/presenciais, excluindo-se aqueles que visam atender a demandas específicas (autossustentáveis), como é o caso dos alunos dos cursos a distância e mestrado profissionalizante;
- c) Para os dados de servidores, em 2015 foram considerados 2.672 servidores de empresas terceirizadas, conforme orientação constante da metodologia Decisão TCU n. 408/2002;
- d) Para o ano de 2015, a maioria dos dados apresenta-se coerente aos apresentados em anos anteriores;
- e) Destaca-se a queda nos valores de custo corrente devido à expressiva redução da receita própria da UnB;
- f) Caiu também o indicador Funcionários Equivalentes sem HUB, por causa da dispensa de servidores terceirizados;
- g) Os indicadores do TCU referentes ao ano de 2015 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício Circular CGPO/DIFES/SESu/MEC n. 002 de 6/1/2015.

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, o quadro 2.2 apresenta a série histórica dos 12 indicadores relativos aos exercícios de 2011 a 2015.

Quadro 2.2 - Resultados dos indicadores – 2011 a 2015

INDICADORES	2015	2014	2013	2012	2011
1) Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente (em R\$ 1.000,00)	17,34	24,66	29,92	34,35	30,24
2) Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente (em R\$ 1.000,00)	16,65	23,65	28,67	25,59	28,60
3) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,26	15,85	15,17	13,96	14,29
4) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,46	6,72	4,87	4,89	3,59
5) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,02	7,56	6,42	6,66	5,12
6) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,36	2,36	3,12	2,86	3,98
7) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,90	2,09	2,36	2,10	2,79
8) Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,74	0,77	0,64	0,72	0,77
9) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,18	0,20	0,18	0,18	0,17
10) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,46	4,46	4,34	4,34	4,34
11) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,59	4,46	4,64	4,52	4,5
12) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	43,90%	39,73%	47,93%	59,09%	60,67%

Fonte: DAI/DPO, DAF, DGP.



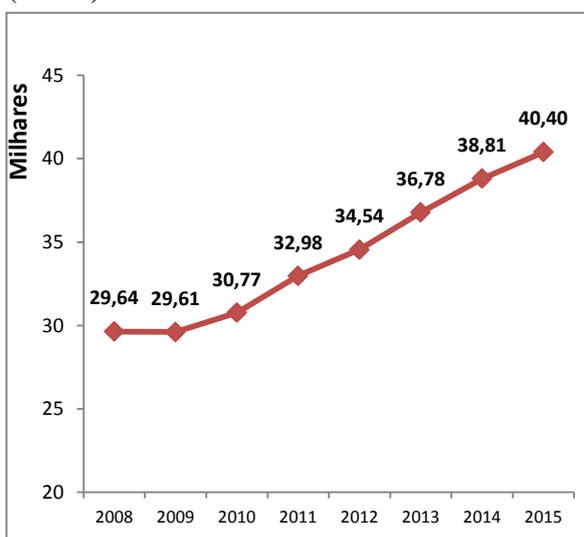
Apresenta-se nos tópicos a seguir a análise da evolução dos indicadores básicos do TCU calculados para a UnB a partir da série histórica de 2011 a 2015, com comentários sobre o desempenho de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme quadro 2.3.

Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente

Este indicador expressa a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor.

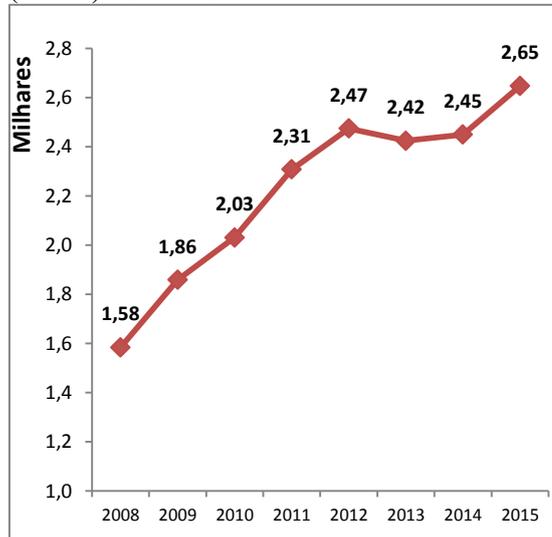
A série histórica do Número de Alunos em Tempo Integral (gráfico 2.5) indica um crescimento durante o período de análise, observando-se também aumento na variável professor equivalente desde o ano de 2014. Entretanto, a razão Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente (gráfico 2.7) caiu de 2014 para 2015 de 15,85 para 15,26, pois o denominador cresceu relativamente mais no último ano.

Gráfico 2.5 - Número de alunos em tempo integral (x1.000) – 2008 a 2015



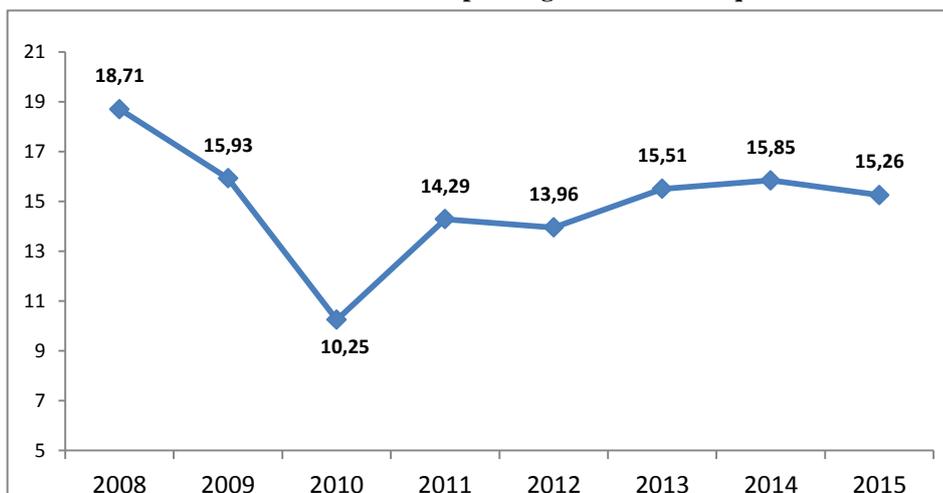
Fonte: DAI/DPO.

Gráfico 2.6 – Número de Professores Equivalentes (x1.000) – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

Gráfico 2.7 – Número de alunos em tempo integral/Professor Equivalente – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

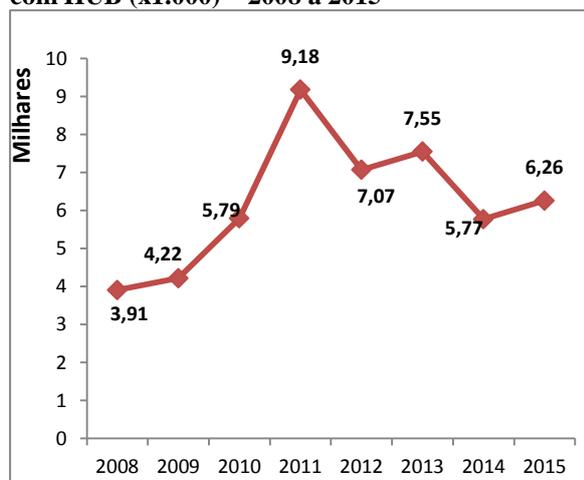


Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB

Este indicador expressa a produtividade e a eficiência dos servidores do quadro permanente da instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o Hospital Universitário da UnB (HUB). De acordo com o cálculo do indicador TCU, em 2014, havia 6,72 alunos por funcionário. Verifica-se que, em 2015, esse índice caiu para 6,46 alunos atendidos por funcionário (gráfico 2.8), o que se deve principalmente ao aumento da quantidade de servidores efetivos da UnB.

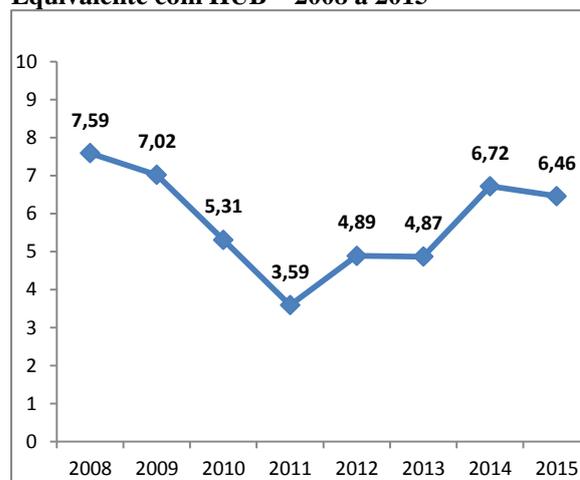
O indicador Número de Funcionários Equivalentes com HUB aumentou, apesar da queda na quantidade de terceirizados, que se expressa na redução do indicador Número de Funcionários Equivalentes sem HUB. O Hospital Universitário, historicamente, apresentava expressiva quantidade de terceirizados, mas em 2015 esse contingente caiu.

Gráfico 2.8 – Número de Funcionários Equivalentes com HUB (x1.000) – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

Gráfico 2.9 – Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HUB – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

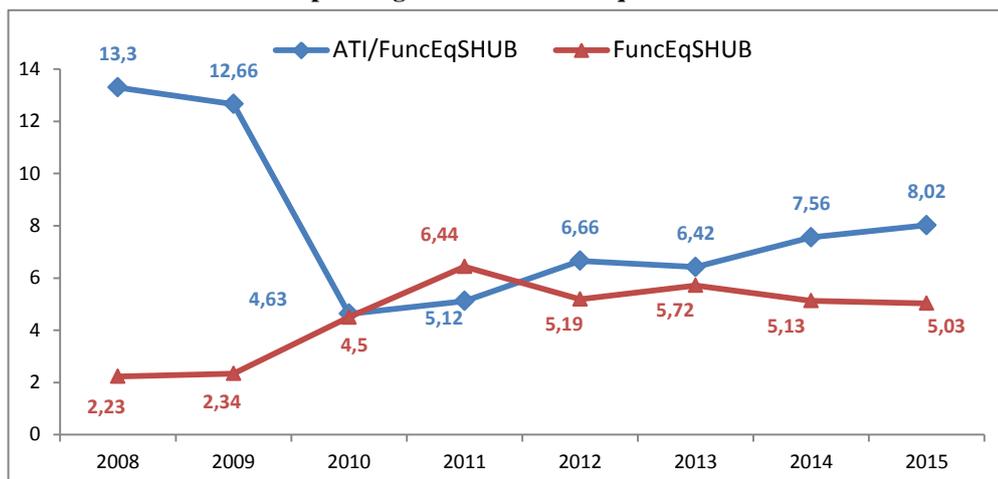
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB

De acordo com a determinação do TCU, apurou-se o número de alunos por funcionário excluindo os que atuam no HUB. Em 2015, o índice alcançou 8,02 alunos por funcionário, mantendo a tendência de crescimento que vem sendo observada nos últimos anos.

A razão Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB apresentou aumento no último ano (gráfico 2.10), o que se deu em função do decréscimo da variável Funcionário Equivalente sem HUB, que pode ser observado no mesmo gráfico.



Gráfico 2.10 – Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HUB – 2008 a 2015

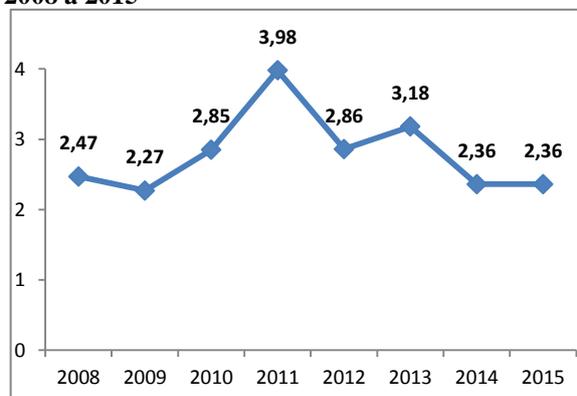


Fonte: DAI/DPO.

Funcionário Equivalente com HUB/Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente

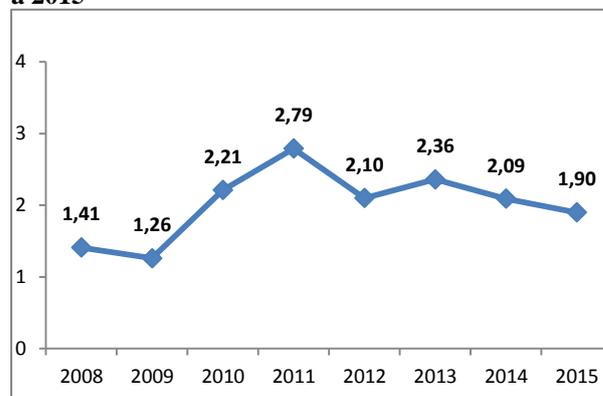
A apuração deste indicador com HUB engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive Hospital Universitário, e exclui os funcionários afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos. Em 2015, esse indicador manteve o resultado do ano anterior, de 2,36 (gráfico 2.11), indicando evolução semelhante nos dois indicadores que compõem essa razão.

Gráfico 2.11 - Número de Funcionários Equivalentes com HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

Gráfico 2.12 – Número de Funcionários Equivalentes sem HUB/Número de Professores Equivalentes – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

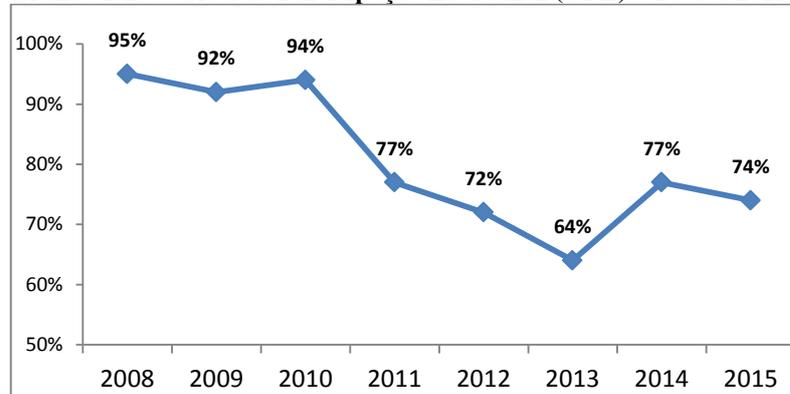
O indicador Funcionário Equivalente sem HUB/Professor Equivalente engloba os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam no Hospital Universitário e os funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos. De acordo com a metodologia do TCU, esse indicador resultou em 1,90 no ano de 2015, apresentando um decréscimo em relação a 2014, quando era 2,09 (gráfico 2.12). Também neste caso vem se mantendo a tendência de queda. Isso se deve à redução na quantidade de Funcionários Equivalentes sem HUB.



Grau de Participação Estudantil (GPE)

O GPE expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. É obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (AG). Pela metodologia do TCU, o melhor desempenho nos últimos anos ocorreu no ano de 2008, com o índice de 95% (gráfico 2.13). Em 2015, o GPE foi de 74%, indicando queda em relação a 2014.

Gráfico 2.13 – Grau de Participação Estudantil (GPE) – 2008 a 2015

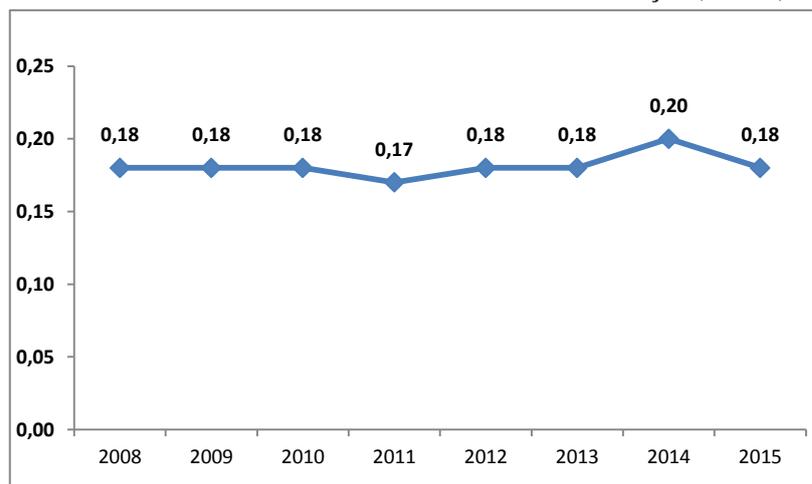


Fonte: DAI/DPO.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

Segundo afirma o próprio TCU, a inclusão desse índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimento mais profundo com pós-graduação significa, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IFES que se dedicam mais às atividades de pesquisa, que é o que diferencia substantivamente a Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha, como principal objetivo, o ensino na graduação (VELLOSO, 1991 *apud* TCU). O GEPG retornou aos resultados de 2012 e 2013, de 0,18, diminuindo em relação a 2014, conforme o gráfico 2.14.

Gráfico 2.14 – Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (GEPG) – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

O indicador reflete a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) segundo avaliação da Capes. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. No período destacado no

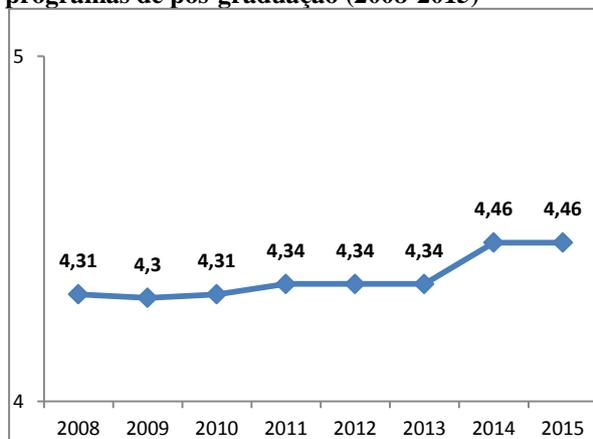


gráfico 2.15, percebe-se que esse indicador ficou estável de 2011 a 2013 (4,34), aumentando em 2014 para 4,46 e mantendo-se nesse patamar em 2015. O aumento deveu-se à melhora na avaliação dos programas, incluindo alguns com nota máxima. No ano de 2015, não houve atualização nas avaliações da Capes, por isso o indicador se manteve com os mesmos resultados.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

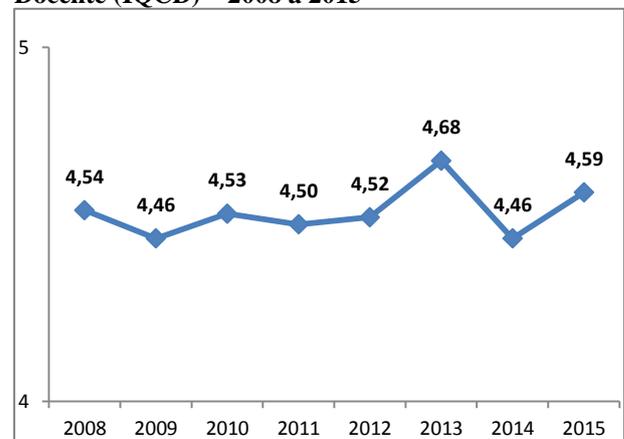
Esse indicador mede a qualidade do corpo docente, cujo valor máximo é 5, denotando o caso de uma IFES na qual todos os docentes são doutores. Atualmente, o IQCD da UnB é 4,59, tendo aumentado em relação a 2014, conforme aponta o gráfico 2.16. Do total de docentes da UnB, considerando os que são do quadro e estavam ativos, 89% são doutores. Considerando os substitutos e visitantes, esse percentual cai para 29%. No total de professores ativos, 81% possuem o doutorado.

Gráfico 2.15 – Média dos conceitos da CAPES para os programas de pós-graduação (2008-2015)



Fonte: DAI/DPO.

Gráfico 2.16 – Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Este último indicador é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que os alunos ingressaram na UnB e pelo tempo de permanência fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na Universidade”, segundo o TCU.

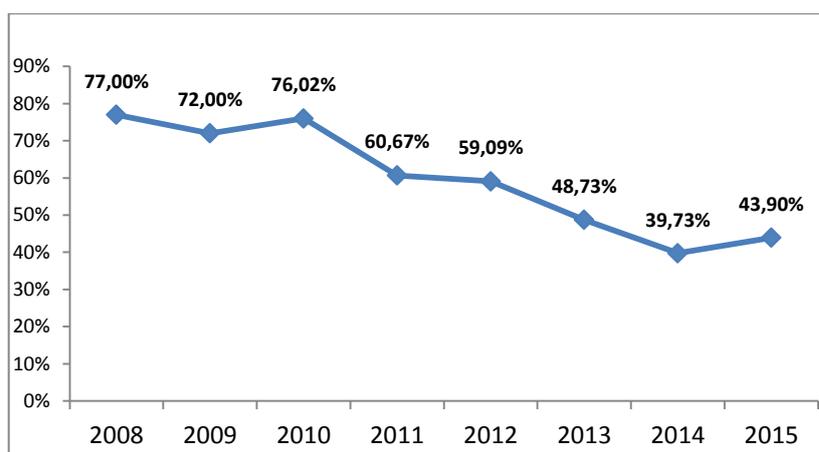
Após período de queda de 2010 a 2014, esse indicador aumentou em 2015 para 44% (gráfico 2.17). A queda deveu-se, provavelmente, ao aumento na quantidade de ingressantes devido ao Reuni sem o correspondente crescimento na quantidade de concluintes no tempo previsto, considerando a duração padrão dos cursos definida pela SESu. Em 2015, o fator Reuni parece ter sua influência atenuada, já que não houve aumento na oferta de vagas e os concluintes tiveram ligeiro aumento.

Reitera-se que a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) indica o percentual de alunos que se formaram no prazo do curso, conforme definido pela SESu, o que não inclui os que irão se formar em prazos maiores. Portanto, esse indicador expressa não apenas a evasão, mas, sobretudo, a retenção, pois parte dos alunos que se não formaram no prazo mínimo também irão concluir seus cursos posteriormente.

Além disso, a duração do curso definida pela SESu não diferencia cursos noturnos, normalmente com duração maior. No caso da UnB, 13 cursos possuem duração maior do que a prevista, dos quais 8 são noturnos.



Gráfico 2.17 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) – 2008 a 2015



Fonte: DAI/DPO.

2.3.2 Comparação entre os Indicadores do TCU e da UnB

A seguir, foram comparados indicadores similares obtidos segundo as metodologias do TCU e da UnB, conforme itens do quadro 2.4. Os insumos para o cálculo dos indicadores podem ser observados no quadro 2.3.

Quadro 2.3 – Insumos dos indicadores de gestão segundo as metodologias TCU e da UnB (2014-2015)

2014				2015			
AG	29.837,00	AGTI	22.863,96	AG	33.834,50	AGTI	25.061,89
APG	7.664,00	APGTI	15.328,00	APG	7.351,00	APGTI	14.702,00
AR	309,00	ARTI	618,00	AR	317,00	ARTI	634,00
Total	39.824,00	Total	40.823,96	Total	43.517,50	Total	42.412,89
AGE	35.724,96			AGE	39.893,33		
Docente (Quadro)	2.822,00	Docente sem Subst.	1.991,00	Docente (Quadro)	2.752,00	Docente sem Subst.	2.404,00
Funcionário com HUB	2.736,00	Com HUB e sem Prestadores	2.382,00	Func. com HUB	4.770,00	Com HUB e sem Prestadores	4.632,00
Funcionário sem HUB	2.142,00	Sem HUB e sem Prestadores	1.788,00	Func. sem HUB	3.488,00	Sem HUB e sem Prestadores	3.350,00

Fonte: DAI/DPO.

Quadro 2.4 – Indicadores de gestão (metodologias TCU e UnB) – 2014 e 2015

Indicador		2014			2015		
Item	Forma de cálculo	TCU ¹	UnB ²		TCU ¹	UnB ²	
Aluno Tempo Integral/Professor	ATI/Prof.	15,85	19,87 ¹	23,44 ²	15,26	17,11 ¹	20,82 ²
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB	ATI/Funcionário com HUB	6,72	14,58 ³	17,20 ⁴	6,46	14,46 ³	17,60 ⁴
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB	ATI/Funcionário sem HUB	7,56	18,31 ³	21,60 ⁴	8,02	17,92 ³	21,81 ⁴
Funcionário com HUB/Professor	Funcionário com HUB/Professor	2,36	1,36 ⁵	1,09 ⁶	2,36	1,18 ⁵	1,06 ⁶
Funcionário sem HUB/Professor	Funcionário sem HUB/Professor	2,09	1,09 ⁵	0,87 ⁶	0,95	1,02 ⁵	0,85 ⁶
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)	GPE	76,63%	-	-	74,07%	-	-
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/AG+APG)	GEPPG	20,44%	-	-	17,85%	-	-
Conceito CAPES	Conceitos	4,46	-	-	4,46	-	-



Índice de Qualificação do Corpo Docente	IQCD	4,46	-	-	4,59	-	-
Taxa de Sucesso na Graduação ⁷	TSG	39,73%	-	-	43,90%	-	-

Notas: 1: Considerando Professor Equivalente sem os substitutos e visitantes; Nota 2: Considerando (AG + APGTI + ARTI) /Professor Equivalente sem o substituto/visitante; Nota 3: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço; Nota 4: Considerando (AG + APTI + ARTI) /Técnico sem os Prestadores de serviço; Nota 5: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalentes sem os Substitutos/Visitantes; Nota 6: Funcionários equivalentes sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalentes; Nota 7: O indicador TSG, calculado a partir do modelo UnB, difere do calculado pelo modelo TCU no que tange à variável ingressantes, uma vez que esse considera todos os ingressantes no período, enquanto aquele faz uso dos ingressantes oriundos apenas pelas formas Vestibular e PAS.

Fonte: DAI/DPO.

As diferenças observadas se devem ao fato de a UnB considerar, no caso dos alunos, não apenas os de tempo integral, como faz o TCU, mas a totalidade dos graduandos. Entre os docentes, a metodologia da UnB não inclui substitutos e visitantes e nem os técnico-administrativos terceirizados e prestadores de serviço, ao contrário do TCU. Assim, alteram-se as relações entre alunos e professores e entre alunos e funcionários, como se viu nos quadros anteriores.

Comparando 2014 com 2015, observa-se que o indicador da UnB sobre a quantidade de alunos por professor caiu de 23,4 para 20,8 e a diferença em relação ao indicador do TCU (15,26) também se reduziu (quadro 2.4). Isso pode ser atribuído ao peso dos professores substitutos e visitantes, que caiu de 29% para 14% em 2015 relativamente ao quadro de docentes efetivos, pois o indicador da UnB desconsidera professores substitutos e visitantes, o que implica uma quantidade mais alta de alunos por professor.

Já a diferença na relação entre alunos e técnico-administrativos manteve-se alta na comparação das duas metodologias. Apesar de os concursos públicos para provimento de cargos efetivos e a contratação de novos servidores em 2015, o indicador se manteve estável nas duas metodologias, tendo aumentado um pouco no caso do TCU. As ações para recomposição dos quadros efetivos, no entanto, não surte efeitos mais evidentes devido aos constantes desligamentos de técnicos, incluindo os novos funcionários. Essa rotatividade no corpo técnico-administrativo da UnB incide sobre esses indicadores, estabilizando-os.

Por fim, a relação entre técnicos por professor, que vinha apresentado resultados menores nos indicadores da UnB, dessa vez aproximou as duas metodologias quando não se considera o HUB. Nesse caso, o fato de não considerar os técnicos terceirizados, que eram muito frequentes no HUB e reduziram-se em 2015, fez com que as duas metodologias tivessem resultados mais parecidos.

2.4 Desempenho Orçamentário

O orçamento inicial FUB aprovado para 2015 foi de R\$1,65 bilhão, incluindo emendas parlamentares. Desse total, R\$1,14 bilhão estava vinculado ao pagamento de pessoal, encargos e benefícios, o que representa 84% da LOA na Fonte do Tesouro. O montante destinado às Outras Despesas Correntes – ODC somou R\$133,87 milhões, sendo que R\$92,3 milhões apoiam o funcionamento e consolidação da instituição, assim distribuídos: R\$75,6 milhões para a manutenção institucional e R\$16,7 milhões para alocação orçamentária às unidades acadêmicas e administrativas.

Houve suplementação orçamentária ao longo de 2015 no valor de R\$92,9 milhões por superávit financeiro na fonte 250 e R\$570 mil na fonte 680; R\$12 milhões decorrentes de remanejamento de crédito de investimento para ODC; R\$3,3 milhões por excesso de arrecadação de recursos próprios não financeiros (Fonte 0280) e acréscimo de R\$74 milhões para pagamento de pessoal, encargos e benefícios.

Quando vista a execução das ações orçamentárias, observa-se um baixo valor na Fonte de Recursos Próprios não financeiros (Fonte 0250), agravada pela acentuada redução na arrecadação do CESPE, em razão da transferência da gestão das operações para o CEBRASPE (a captação anual da FUB foi de R\$110 milhões em comparação à dotação inicial na LOA de R\$264 milhões).



Além disso, a baixa liquidação em despesas de investimento pode ser explicada pelo contingenciamento de investimento em 50% e pela insegurança orçamentária de novos cortes. A aquisição de equipamentos (CPD) e materiais permanentes (carteiras) foi realizada nos meses de novembro e dezembro, não havendo tempo hábil para execução da despesa. O montante empenhado perfaz R\$18,9 milhões na Fonte do Tesouro (exceto Emendas) e R\$3,8 milhões na Fonte de Recursos Próprios. Cabe destacar que a Emenda Parlamentar de Bancada destinada à FUB de R\$15 milhões não apresentou execução, em virtude do bloqueio dos créditos pela SOF.

Os principais fatores intervenientes ocorridos em 2015 podem ser classificados como: dotação orçamentária insuficiente para o atendimento de despesas correntes, considerando a expansão dos *campi* e ampliação de prédios para salas de aula; a aprovação tardia do orçamento anual com repercussão na distribuição de orçamento interno para a execução das unidades acadêmicas e administrativas; contingenciamento das despesas de investimento (50% do total aprovado na LOA) e restrição em ODC, deixando de receber R\$32 milhões em investimento e R\$3 milhões para despesas correntes; ausência de informações oficiais ou normativos do Ministério de Educação (MEC) sobre a restrição orçamentária definida pelo governo para divulgação e transparência aos gestores de ações orçamentárias; incerteza em honrar os compromissos assumidos com as empresas prestadoras de serviço terceirizado, exigindo esforços da administração na revisão/readaptação dos instrumentos contratuais firmados (em 2015, foi extinto o contrato de pessoal SICAP FUB/HUB e estágio técnico, conforme descrito no item 6.1 deste relatório); adoção de prioridades estratégicas para viabilizar os compromissos com pessoal e empresas terceirizadas, adiando os pagamentos de energia elétrica e água por até dois meses; greve dos técnico-administrativos da FUB, prejudicando ou retardando a tramitação de processos e as necessidades das unidades; dificuldade na programação e execução de obras; e insegurança jurídica para adesão à dispensa de licitação de bens e insumos por parte da Diretoria de Compras, em função da dificuldade de interpretação da legislação.

A não utilização de sistemas integrados de gestão na Universidade, decerto, impacta negativamente na eficiência e eficácia de processos operacionais. Por fim, a implantação do novo PCASP, trouxe inicialmente impactos negativos em função da adequação à transição dos servidores as novas rotinas de execução da despesa orçamentária.

O quadro 2.5 apresenta em detalhes a distribuição orçamentária da LOA 2015 por ações orçamentárias, fonte de recursos, dotações e empenho e liquidação de despesas. Ressalta-se que os valores estão expressos em reais.



Quadro 2.5 – Ações orçamentárias, dotação e despesas empenhadas e liquidadas por GND e fonte LOA 2015

Código Ação / Título Ação		GND	Fonte SOF	LOA 2015 (R\$ Mil)				
				Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas liquidadas
0005	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado	3	0100	1.386	80	1.465	0	0
		1	0100	8.713	318	9.031	0	0
00G5	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	1	0100	671	0	671	0	0
00M1	Benefícios assistenciais do auxílio-funeral e natalidade	3	0100	468	40	458	442	441
0181	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	1	0100	285.394	0	285.394	285.298	285.298
			0188	0	31.249	31.249	31.197	31.197
0536	Benefícios e pensões indenizatórias	3	0100	32	0	32	32	32
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	1	0100	149.075	13.700	162.775	158.909	158.909
			0188	0	7.378	7.378	7.378	7.378
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis	3	0112	8.802	0	8.002	7.780	7.595
2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores	3	0112	745	0	745	729	667
2011	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares	3	0100	0	40	40	40	40
			0112	1.787	0	1.687	1.660	1.646
2012	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares	3	0112	22.335	0	21.985	21.912	21.607
20GK	Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa	4	0112	2.715	0	2.715	221	7
		3	0100	1.875	0	1.875	1.380	92
			0112	4.539	0	4.539	4.082	3.134
20RJ	Apoio à capacitação e à formação inicial e continuada	3	0100	250	0	250	0	0
			0108	4.030	0	2.530	2.463	360
			0250	0	0	1.500	242	0



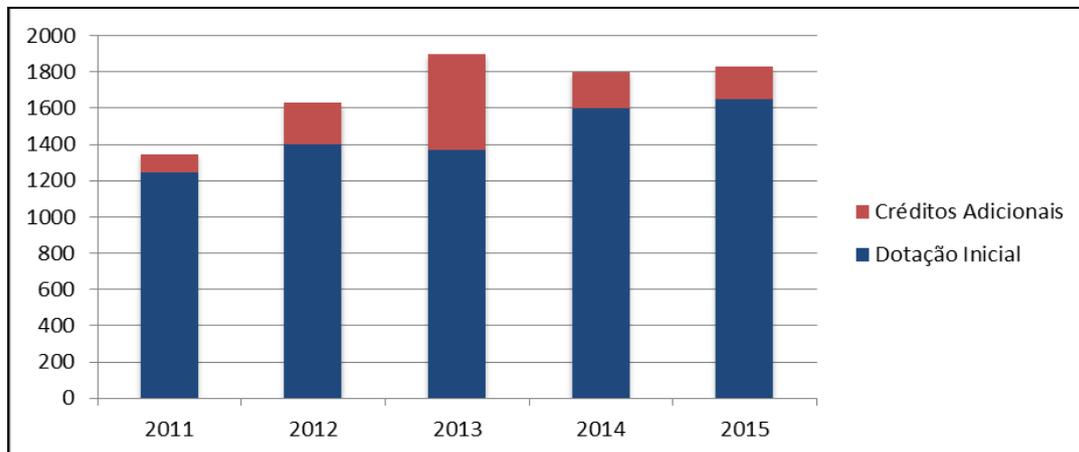
Código Ação / Título Ação		GND	Fonte SOF	LOA 2015 (R\$ Mil)				
				Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas liquidadas
20RK	Funcionamento de instituições federais de ensino superior	4	0112	12.000	0	10.000	9.720	2.330
			0250	15.000	0	15.000	3.776	2.514
		3	0108	0	76.584	7.936	0	0
			0112	78.312	12.000	90.312	83.553	78.704
			0250	264.978	0	234.978	78.805	68.051
			0280	12.628	3.367	15.995	14.219	11.745
			0650	0	0	98.648	47.724	44.157
0680	0	570	570	0	0			
20TP	Pagamento de pessoal ativo da União	1	0112	663.228	0	533.228	531.979	531.975
			0188	0	21.423	151.423	150.160	150.159
4002	Assistência ao estudante de ensino superior	4	0100	660	0	660	36	0
		3	0100	27.693	0	27.693	27.480	14.177
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação	3	0112	1.000	0	1.000	911	516
			0250	500	0	500	5	0
8282	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino	4	0100	16.400	0	16.400	1.106	900
			0112	48.419	0	38.419	8.940	305
		3	0100	500	0	500	500	0
			0108	0	16.343	16.343	0	0
			0112	18.295	0	18.295	17.786	17.310
Total				1.652.428	183.091	1.822.219	1.500.467	1.441.246

Fonte: DOR/DPO.



Em complemento ao orçamento inicial e aos créditos adicionais, o gráfico 2.18 demonstra a evolução do orçamento e os respectivos créditos adicionais recebidos no período 2010 – 2015. Os dados prestados foram extraídos dos Relatórios de Gestão anteriores e compreendem FUB e HUB.

Gráfico 2.18 – Evolução da programação da despesa – R\$ Milhões



Fonte: DPL/DPO.

Pode-se verificar que não há comportamento constante no aporte de recursos de créditos adicionais. Isso se deve em função das características em que tais créditos acontecem. Com destaque, tem-se 2013 com o maior aporte de recursos em créditos adicionais. O ano de 2011, por outro lado, se caracteriza por receber os menores montantes. Com respeito às dotações iniciais, pode-se verificar trajetória ascendente, exceto em 2013.

2.4.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A FUB e o HUB não possuem objetivos, programas ou iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual (PPA).

2.4.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.4.2.1 Ações da FUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

A FUB dispõe de oito ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos no PPA, além dessas, destaca-se uma ação que está vinculada ao programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado, a qual possui meta física, por isso, seu desempenho será descrito nesta seção. Dessa forma, são prestadas informações, principalmente, referentes às ações orçamentárias vinculadas aos programas temáticos do Governo Federal que estão sob a responsabilidade da FUB.

Ressalta-se que, atualmente, a programação qualitativa dispõe de uma categoria de caráter estritamente gerencial vinculada à ação orçamentária que é o Plano Orçamentário – PO. Essa identificação orçamentária não consta da LOA, mas tem a finalidade de permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da meta ocorram em nível mais detalhado que o do localizador de gasto.

Salienta-se, ainda, que as informações prestadas nesta seção foram retiradas da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Manual Técnico do Orçamento - MTO, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, do Tesouro Gerencial e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, do Ministério da Educação - MEC.



Dessa forma, são apresentados os atributos e a execução físico-orçamentária de cada ação governamental seguidos da análise situacional. Ressalta-se que os valores dos quadros estão expressos em reais mil.

Ação 20RJ: Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Quadro 2.6 – Ação 20RJ vinculada ao Programa Temático 2030

Identificação da Ação							
Código	20RJ		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.						
Iniciativa	Código: 02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Código: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	4.280	4.280	2.705	360	291	70	2.345
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Projeto apoiado		Unidade	54	54	20	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	3.663	2.207	26	Projeto apoiado	Unidade	34	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.



Análise situacional

Essa ação tem o objetivo de incentivar e promover a capacitação e a formação inicial e continuada de professores, profissionais e gestores da educação básica, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.

Desse modo, os projetos apoiados pela UnB em parceria com a Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC estão em fase de execução e incluem os Programas Pró-Letramento; Gestar II; Especialização em Educação Infantil; Escola de Gestores; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Pnaic, Centro de Formação Continuada de Professores em Alfabetização e Linguagem - CFORM, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, Comitê Gestor Institucional de Formação Continuada – COMFOR; Associação UniRede; e Educação do Campo (PROCAMPO).

Para isso, foram realizados: seminários internos com a participação dos coordenadores dos cursos ofertados, atendimento de 15.728 estudantes e apoio técnico, pedagógico e financeiro ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, visando à melhoria da qualidade do ensino presencial e a distância.

Ressalta-se que os cursos possuem características distintas em tempo de duração, número de estudantes atendidos, áreas de abrangência e local de realização, perfazendo um total de 54 projetos apoiados em 2015. Já estão incluídos nesse número os 20 projetos apoiados com o PO – 0004 Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, do qual dispõe esta ação orçamentária.

Em relação à execução física da ação, foram alcançados 100% da meta prevista para o exercício, ou seja, foram 54 projetos apoiados em 2015. Quanto à execução orçamentária, foram executados 13,3% (R\$ 360 mil) dos recursos empenhados na ação, além do executado com restos a pagar não processados, que representou 60,2% (R\$ 2.207 mil) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 34 projetos apoiados.

Ação 20GK: Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 2.7 – Ação 20GK vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20GK Tipo: Atividade
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Iniciativa	Código: 0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.
Objetivo	Código: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	(X) Sim ()Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual de 2015	



Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	9.128	9.128	5.683	3.232	3.105	128	2.450
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Iniciativa apoiada		Unidade	21	100	66	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	2.657	1.660	4	Iniciativa apoiada	Unidade	32	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação propicia ao aluno universitário a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação do conhecimento com a prática, por meio de atividades que viabilizem a vivência social e a integração entre a UnB e a comunidade.

Dessa forma, as iniciativas apoiadas contemplam os 98 Programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua - PEACs cadastrados em 2015 e os 14 programas e projetos contemplados no Edital PROEXT 2015. Quanto ao PO 0004 - Mais médicos, não houve iniciativa apoiada, uma vez que não foi disponibilizado recurso para esse plano. Referente ao PO 0003 - Viver sem limite, educação bilíngue, foram ofertadas 30 vagas para o Vestibular de Libras e 50 vagas para o Curso de Especialização da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Já em relação ao PO 0001 - PROEXT 2015 foram apoiadas 14 propostas de extensão.

No que se refere à execução física da ação, depreende-se que foram 98 iniciativas apoiadas. Já em relação à análise orçamentária, foram executados 56,9% (R\$ 3.232) dos recursos empenhados. No entanto, do total inscrito em restos a pagar não processados foi executado 62,5% (R\$ 1.660), o que custeou, proporcionalmente, 32 iniciativas apoiadas.

Ação 20RK: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

Quadro 2.8 – Ação 20RK vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação	
Código	20RK Tipo: Atividade
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.



Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	382.919	473.439	240.388	210.093	204.760	5.332	30.296
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Estudante matriculado		Unidade	52.825	54.000	46.961	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	50.684	31.534	5.609	Estudante matriculado	Unidade	6.953	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação tem a finalidade de assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Cabe ressaltar que não há como vincular diretamente a execução orçamentário-financeira dessa ação com a meta física prevista, uma vez que a quantidade de estudantes matriculados não está estritamente relacionada ao aporte de recurso alocado na ação. Sendo assim, toma-se como base um cálculo proporcional entre o número de estudantes matriculados e o montante de recursos alocados na ação, por meio de dotação ou por inscrição em restos a pagar.

No tocante à execução orçamentária, a ação foi realizada, principalmente, na medida da liberação do limite de empenho autorizado pelo Ministério da Educação – MEC, sendo que até meados de abril fora autorizado à execução, apenas, de 1/18 avos mensal do orçamento previsto. Após a aprovação da LOA, o orçamento foi executado observando o contingenciamento de 10% para custeio e 50 % para investimento, conforme imposição do MEC.

Em consequência disso, a Universidade enfrentou dificuldade na manutenção de suas atividades, tendo em vista a insuficiência de recursos do tesouro destinados a esta ação, o qual, em 2015, fora de 90 milhões para execução anual, sendo que a despesa mensal para funcionamento da Universidade gira em torno de 17 milhões, evidenciando, assim, a dificuldade de gerir e equilibrar o orçamento.



Essa situação obrigou a Universidade a fazer o remanejamento dos recursos alocados em investimento para custear despesas correntes, bem como, aliado a isso, viabilizar a captação de recursos próprios para minimizar a insuficiência orçamentária, de forma a garantir o bom andamento das atividades.

Além disso, outro fator que dificultou a execução da ação foi a greve dos servidores que durou quatro meses e inviabilizou parcialmente a realização de compras e o pagamento dos serviços essenciais para manutenção das instalações prediais nos *campi* da UnB, entre outros processos.

Ainda assim, foram realizadas obras de construção do Centro de Vivência, assim como, da rede de drenagem do Instituto Central de Ciências – ICC, e do Laboratório Analítico de Geociência – LGC; deu-se continuidade a obra de ampliação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDT, bem como foi executada a 1ª etapa da obra de reforma do Laboratório Integrado de Pesquisa experimental em Psicologia Social - LIPSIS.

Em relação à execução física da ação, foram considerados todos os estudantes matriculados na Universidade em 2015, na forma descrita: 44.388 estudantes na graduação; 5.435 estudantes no mestrado; 3.730 estudantes no doutorado, perfazendo um total de 53.914 estudantes matriculados em 2015, segundo dados coletados no final de 2015.

Sendo assim, a Universidade alcançou 102,06% da meta física prevista para a ação em 2015. Para tanto, foram executados 87,4% (R\$ 210.093) dos recursos empenhados na ação, além do executado com restos a pagar não processados, que representou 62,2% (R\$ 31.534) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 6.953 estudantes matriculados.

Ação 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior.

Quadro 2.9 – Ação 4002 vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	4002		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



0053	28.353	28.353	27.517	14.177	14.175	2	13.340
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Benefício concedido		Unidade	3.675	450.000	280.485	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	9.263	8.304	135	Benefício concedido	Unidade	164.284	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação caracteriza-se por oferecer incentivos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que permaneçam na universidade e concluam seus cursos.

Desse modo, para apurar a meta física realizada em 2015, tomou-se como base de cálculo o produto da ação, o benefício concedido, assim como o aluno assistido. Para isso, levou-se em conta o número de refeições servidas nas cinco unidades de restaurantes universitários da UnB, bem como o número de estudantes beneficiados com os demais programas: moradia estudantil, auxílio socioeconômico e auxílio emergencial.

Entretanto, quando da previsão da meta física da ação na LOA, tomou-se como base o antigo indicador que era o aluno assistido para estabelecer o quantitativo, sendo que, atualmente, o indicador da ação é o benefício concedido, o que fez com que a meta fosse majorada, significativamente. Explicando de outra forma, mais detalhada, um aluno assistido pode dispor de três refeições diárias, além dos outros benefícios concedidos com os demais programas de assistência estudantil.

Observa-se, assim, que os programas de assistência estudantil beneficiaram 4.816 estudantes, todos com acesso às refeições gratuitas nos RUs, o que totalizou 436 mil refeições servidas no ano.

Em relação ao Programa Auxílio Socioeconômico, foram atendidos 2.259 estudantes, cujo valor da bolsa é de R\$ 465,00. Já o Programa Moradia Estudantil atendeu 1.221 estudantes, sendo que 264 com vagas na Casa do Estudante Universitário (CEU) e 957 estudantes foram beneficiados com Auxílio Moradia em pecúnia no valor de R\$ 530,00 mensais.

Além disso, a UnB atendeu 333 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os quais foram beneficiados com Auxílio Emergencial – identificado em situações momentâneas e inesperadas de dificuldade financeira -, cujo valor do benefício é de R\$ 465,00.

Destaca-se, ainda, que essa ação possui um Plano Orçamentário – PO – 0001 Viver sem limite – Programa Incluir, o qual foi executado, parcialmente, tendo em vista que apenas 17,5% dos recursos alocados neste plano foram empenhados. Ainda assim, o Programa para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE), que está inserido no PO 0001, atendeu 207 estudantes do núcleo de acessibilidade, além de elevar o percentual de egressos por formatura de 36,36% para 39,13%, bem como aumentar o número de atendimento de tutoria especial, passando de 84 estudantes tutorados e 138 tutores, em 2014, para 103 estudantes tutorados e 163 tutores, em 2015.

Quanto à execução física da ação, e levando em conta a distorção na previsão da meta, foram 444.729 benefícios concedidos. Para isso, foram executados 51,5% (R\$ 14.177) dos recursos empenhados na ação, além do executado com restos a pagar não processados, que representou



88,3% (R\$ 8.304) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 164.284 benefícios concedidos.

Ação 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

Quadro 2.10 – Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	8282 Tipo: Atividade						
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim ()Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	83.613	89.956	28.346	18.529	17.173	1.356	9.817
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Projeto viabilizado		Unidade	15	15	9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	15.127	11.805	548	Projeto viabilizado	Unidade	6	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação apoia planos de reestruturação e expansão que visam o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o pleno aproveitamento da estrutura instalada, assim como a adequação e modernização da estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.



Contribui, para isso, os programas de fomento a melhoria da qualidade do ensino de graduação por meio da concessão de bolsas de auxílio à participação em eventos científicos, bolsas de tutoria de graduação, bolsas de aprendizagem e inovação social, bem como a realização de eventos acadêmicos de acolhimento dos estudantes e reflexão crítica em - Ciclo de Diálogos, Enade, Encontro de Avaliação -, além do apoio ao transporte de estudantes e docentes para atividades de prática em campo.

Dessa forma, contemplou-se com esta ação: o acolhimento de novos estudantes e a orientação acadêmica; o fomento a monitoria e a tutoria; a mobilidade estudantil e o ensino de línguas estrangeiras; e a inovação pedagógica com o uso de novas tecnologias. Alguns projetos apoiados são de caráter continuado, justificando, assim, os restos a pagar.

Além disso, foram realizadas reformas na cobertura e nas esquadrias dos Módulos de Apoio e Serviços Comunitários – MASC, como também, no Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos - MESP, além da reforma nas instalações do Instituto de Artes - IdA.

Referente ao Plano Orçamentário – 0001 – Mais Médico – as fases do projeto foram pactuadas para serem realizadas em período posterior.

Em relação à execução físico-orçamentária da ação, conclui-se que foram viabilizados 15 projetos com recursos desta ação, representando 100% da meta física prevista para 2015. Para tanto, foram utilizados 65,4% (R\$ 18.529 mil) dos recursos empenhados na ação, o que, corresponde, proporcionalmente, a nove projetos viabilizados. Além desses, seis projetos foram custeados com recursos inscritos em restos a pagar não processados, representando, proporcionalmente, a 78% (R\$ 11.805) do total dos recursos inscritos em restos a pagar (RAP).

Ação 8282 (Localizador 7130): Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

Quadro 2.11 – Ação 8282 vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	8282 Tipo: Atividade						
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Código: 03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados



7130	1.000	1.000	900	900	-	900	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
7130	Projeto viabilizado		Unidade	1	-	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7130	-	-	-	Projeto viabilizado	Unidade	-	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Trata-se da mesma ação do quadro 2.10, entretanto, com código localizador 7130. Ambas estão vinculadas a unidade orçamentária 26.271 - FUB, sendo que essa ação vigorou por meio de emenda parlamentar.

Além disso, teve a finalidade específica de apoiar o projeto de reestruturação, expansão, adequação e modernização da estrutura da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, por meio de aquisição de equipamentos de grande porte para o Laboratório de Tecnologia de Medicamentos, Alimentos e Cosméticos - LTMAC. O LTMAC foi concebido para desenvolver processos e produtos inovadores nas áreas de produção e controle de qualidade de medicamentos, alimentos e cosméticos.

Para isso, foram adquiridos quatro equipamentos de grande porte, sendo: um analisador de textura no valor de R\$ 269 mil, um equipamento de controle de processo nano modelo ZS90, e acessórios, no valor de R\$ 134 mil, um calorímetro de termogravimetria no valor de R\$ 323 mil e um cromatógrafo, tipo líquido de alta eficiência, no valor de R\$ 173 mil.

Em relação à execução física, conclui-se que 100% da meta prevista foi realizada, tendo em vista se tratar de, apenas, um projeto viabilizado.

No tocante à execução orçamentária, pode-se concluir que foram executados 90% dos recursos empenhados na ação.

Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Quadro 2.12 – Ação 4572 vinculada ao Programa de Gestão e Manutenção 2109

Identificação da Ação	
Código	4572 Tipo: Atividade
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	26271 - Fundação Universidade de Brasília
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual de 2015	



Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	1.500	1.500	915	516	422	94	399
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Servidor capacitado		Unidade	3.300	1.600	443	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0053	321	163	11	Servidor capacitado	Unidade	702	

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação tem por finalidade a capacitação de servidores por meio da realização de cursos ou treinamentos que visem preencher lacunas de competências necessárias ao bom desempenho das atribuições do cargo.

Dessa forma, a capacitação dos servidores, no âmbito da FUB, é regulada pelo Plano Anual de Capacitação - PAC que tem como objetivo publicizar a oferta de vagas para cursos e treinamentos, inclusive, por meio de editais que contemplem as demandas das áreas.

Observa-se que o montante constante da LOA 2015 nesta ação de capacitação corresponde a R\$ 1,5 milhão, sendo R\$ 1 milhão de reais relativo à Fonte 0112 (Tesouro) e o restante relativo à Fonte 0250 (Recursos Próprios FUB). Entretanto, a execução orçamentária ocorre à medida que a demanda (via empenho) é realizada.

Sendo assim, considerou-se, além dos cursos e treinamentos previstos no PAC, o apoio com recursos para diárias e passagens de mestrands servidores técnico-administrativos da FUB em imersão internacional em Portugal no início de 2015, como parte obrigatória para a conclusão do curso de mestrado em Gestão Pública da UnB, bem como o repasse de recursos ao Departamento de Economia para custeio de qualificação de servidores técnico-administrativos da FUB em mestrado profissional em Gestão Econômica e Finanças Públicas.

Desse modo, foram 184 servidores capacitados com ensino a distância, 817 servidores capacitados em cursos presenciais e 144 servidores capacitados em cursos externos.

No que tange a execução física e orçamentária da ação, depreende-se que foram 1.145 servidores capacitados, o que correspondeu a 34,7% da meta física prevista para o ano. Para isso, foram executados 56,4% (R\$ 516 mil) dos recursos empenhados na ação, além do executado com restos a pagar não processados, que representou 50,8% (R\$ 163 mil) do total inscrito, correspondendo, proporcionalmente, a 702 servidores capacitados.

Salienta-se que o baixo desempenho dos indicadores deveu-se à ocorrência de greve durante quatro dos oito meses previstos para realização do Plano Anual de Capacitação.



2.4.2.2 Ações do HUB: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

O Hospital Universitário de Brasília – HUB não possui programa ou iniciativas relativas a programas temáticos no Plano Plurianual. Dessa forma, são relacionadas, somente, informações referentes às ações orçamentárias vinculadas a programas temáticos sob a responsabilidade dessa UPC. Cabe lembrar que vigora o contrato de gestão entre o HUB e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Nesse sentido, a EBSEH passou a administrar o HUB, sendo responsável pelo pagamento de funcionários e pela compra de insumos, entre outros compromissos.

Entretanto, o hospital continua academicamente subordinado à UnB, com a missão de formar os alunos da área de saúde e prestar atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, o plano de reestruturação do HUB será executado de forma conjunta entre a Universidade e a EBSEH e prevê a adoção de medidas para a recuperação da infraestrutura física e tecnológica, bem como a recomposição do quadro de pessoal.

Desse modo, a seguir, são apresentados os atributos e a execução orçamentário-financeira de cada ação governamental, em quadros específicos, seguidos da análise situacional. Ressalta-se que os valores estão expressos em reais mil.

Ação 20RX: Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.

Quadro 2.13 – Ação 20RX vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	20RX		Tipo: Atividade				
Descrição	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.						
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Básica. Código: 2030		Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	38	38	69	23	-	-	-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Unidade apoiada		Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							



Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	5.634	2.874	43	Unidade apoiada	Unidade	1

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Essa ação tem por finalidade criar condições materiais e institucionais para que os Hospitais Universitários Federais – HUFs possam desempenhar plenamente suas funções, formando alunos da área de saúde e prestando atendimento via Sistema Único de Saúde - SUS.

Em relação à execução física, conclui-se que foi realizada 100% da meta física prevista para 2015, uma vez que se tomou como referência o produto da ação que é uma unidade apoiada.

Para tanto, foram realizadas reformas, modernização e reestruturação em várias áreas do hospital, tais como: a maternidade - reinaugurada no mês de novembro; a UTI Neonatal - reinaugurada em março; bem como a reestruturação do parque tecnológico com a aquisição de equipamentos, quais sejam: berço acrílico, berço aquecido e eletrocariógrafo.

No tocante à execução orçamentária, foram executados 50,6% (R\$ 2.874 mil) do total inscrito em restos a pagar não processados.

Ação 4086: Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.

Quadro 2.14 – Ação 4086 vinculada ao Programa Temático 2032

Identificação da Ação							
Código	4086 Tipo: Atividade						
Descrição	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.						
Iniciativa	Código: 03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.						
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26393 - Hospital Universitário de Brasília - HUB						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual de 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar de 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0053	1.445	1.445	591	591	591	-	-
Execução Física							



Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0053	Instituição beneficiada	Unidade	3	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0053	201	1	-	Instituição beneficiada	Unidade	1

Fonte: FUB; LOA 13.115/2015; PPA, Lei 12.593/2012, SIMEC/2015, SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e MTO/2016.

Análise situacional

Ação responsável pelo funcionamento e manutenção dos hospitais universitários, bem como pela melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, como também, pela restauração e modernização das instalações.

Dessa forma, foram realizadas obras de reformas das fachadas da Unidade II do Hospital e a aquisição de equipamentos, tais como: ventilador pulmonar, oxímetro portátil, ventilômetro e respirador bibap, além da reposição de medicamentos e de materiais de consumo.

Em relação à execução física da ação, conclui-se que foi realizado 100% do previsto, isso, levando em conta a distorção na previsão da meta, uma vez se tratar de uma instituição beneficiada e não três, como está descrito na LOA. Já, no que se refere à execução orçamentária, foram executados 100% (R\$ 591 mil) dos recursos empenhados na ação, sem levar em consideração o executado com restos a pagar não processados, que representou 0,3% (R\$ 1 mil) do total inscrito.

Análise crítica

Em relação ao desempenho das ações orçamentárias discricionárias da FUB, depreende-se que houve um baixo índice de execução, principalmente, das ações 20RK (Funcionamento) e 8282 (Reestruturação), tendo em vista alguns fatores que impactaram de forma negativa a realização da despesa ao longo do exercício de 2015.

Dessa forma, tomando como base, inicialmente, a execução da ação 20RK que tem a finalidade de garantir o funcionamento das IFES, detalhou-se alguns fatores que comprometeram sensivelmente o desempenho orçamentário, quais sejam: a frustração da receita apresentada na fonte 0250, uma vez que se previu arrecadação de R\$ 267,9 milhões, quando a arrecadação realizada foi de aproximadamente 41% do valor previsto, equivalente a R\$ 110,6 milhões; o bloqueio de créditos da fonte 0108 no valor de R\$ 7,9 milhões; o contingenciamento pela SOF do limite de empenho referente ao superávit financeiro da fonte 0680 no valor de R\$ 570 mil (rendimento das aplicações financeiras); e o contingenciamento parcial pela SOF do limite de empenho de cerca de 49,3% (R\$ 48,6 milhões dos R\$ 98 milhões possíveis) dos créditos recebidos a título de superávit financeiro na fonte 0650.

No que se refere à Ação Orçamentária 8282 (Reestruturação), dois fatores impactaram negativamente a execução apresentada, são eles: o bloqueio total dos créditos da emenda de bancada da FUB (R\$ 15 milhões) e o bloqueio de créditos da fonte 0108 no valor de R\$ 16,3 milhões.

Ante o exposto, têm-se duas perspectivas da execução do orçamento das ações discricionárias da FUB. Em uma, sem considerar os fatores intervenientes que comprometeram de forma negativa a realização do orçamento, podendo-se concluir que foram empenhados 49,9% e liquidados 40,3% dos créditos orçamentários em relação à dotação atualizada (Dotação Inicial + Dotação Suplementar). Na outra perspectiva, levam-se em conta os impactos negativos dos fatos



supracitados, em que a execução da FUB apresentou 92% dos créditos empenhados e 74,3% liquidados.

O quadro 2.15 demonstra o comparativo da execução por ação orçamentária sob a análise dos dois pontos de vista:

Quadro 2.15 - Comparativo da execução das ações orçamentárias discricionárias da FUB em 2015

Ação	% Empenhado		% Liquidado	
	Orçamento Total (1ª perspectiva)	Orçamento Líquido (2ª perspectiva)	Orçamento Total (1ª perspectiva)	Orçamento Líquido (2ª perspectiva)
20GK	62,3%	79,7%	35,4%	45,3%
20RJ	63,2%	97,6%	8,4%	13,0%
20RK	50,0%	91,2%	45,2%	79,6%
4002	97,1%	97,1%	50,0%	50,0%
4572	61,0%	91,1%	34,4%	51,4%
8282	31,5%	96,4%	20,6%	65,9%
Total	49,9%	92,0%	40,3%	74,3%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/2015 e DOR/DPO.

2.4.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As informações consolidadas nesta seção evidenciam os principais eventos que, de alguma forma, impactaram o desenvolvimento das ações e atividades propostas à FUB na condução de seus projetos e programas estabelecidos para o ano em análise. A Diretoria de Orçamento (DOR), vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento, é a unidade responsável pela elaboração das informações apresentadas a seguir.

Em virtude das intempéries e das dificuldades financeiras e orçamentárias vivenciadas ao longo de 2015, a FUB enfrentou dificuldades em sua gestão orçamentária e, alternativamente, precisou adotar medidas para mitigar tais ameaças.

Os fatores intervenientes enfrentados no exercício de 2015 relativas à execução orçamentária e financeira estão detalhadas no item 2.4 - Desempenho orçamentário.

2.4.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Esta seção apresenta a relação das contas contábeis registradas na contabilidade da FUB para reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final de 2015. Os valores expressos na tabela estão expressos em reais mil.

Quadro 2.16- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (R\$ Mil)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21.311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ)	Saldo final exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final do exercício



154106 HUB	OI S.A. - 765357640326-90	-	-	42 C	42 C
	Comercio de Alimentos PC Ltda. – ME – 03913851/0001-13	5	-		5

Fonte: DCF/DAF.

Análise crítica

Em razão das formalidades adotadas na liquidação e pagamento de despesas, e tendo em vista a transição da administração do HUB para EBSEH, não foi possível autuar tempestivamente o processo para a regularização do passivo anterior referente ao reconhecimento da obrigação em comento ainda no ano de 2015, que foi lançado no SIAFI com base na macrofunção 021140 do Manual SIAFI.

Os documentos necessários para esta regularização serão providenciados no exercício financeiro de 2016. O impacto da despesa em questão ocorrerá por conta de créditos orçamentários consignados na LOA 2016 do HUB (UO 26393), bem como o recurso financeiro no montante empenhado.

Cabe ressaltar que a referida despesa está acobertada por contrato firmado entre a UnB e a Oi, e, somente nos primeiros dias de janeiro 2016, a Administração da UG 154106 teve acesso ao contrato por meio do próprio fornecedor (Oi).

O montante de R\$ 5 mil foi constituído em decorrência da implantação do PCASP e seu estorno previsto para 2016.

2.4.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Nesta seção, serão apresentadas as informações relativas ao gerenciamento de restos a pagar de exercícios anteriores – processados e não processados – da FUB (UO 26271), HUB (UO 26393) e o total geral da FUB e do HUB. Os valores constantes das tabelas estão expressos em reais mil.

Quadro 2.17 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB + HUB (R\$ Mil)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	155.500	107.578	5.273	32.744
2013	43.819	16.248	9.284	18.149
2012	7.538	1.674	1.009	4.810
2011	3.905	258	396	3.249
2010	3.539	150	3.390	-
2009	52	-	54	-2
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	14.292	14.160	122	9
2013	1.763	1.161	173	430
2012	280	13	70	196
2011	603	10	202	391
2010	1.281	1	741	540
2009	653	-	463	190
2008	387	-	295	92
2007	35	-	27	8

Fonte: DCF/DAF.



Quadro 2.18 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total FUB (26271) (R\$ Mil)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	143.140	99.669	2.912	30.703
2013	30.940	13.356	5.100	12.345
2012	5.980	1.674	1.009	3.252
2011	2.631	258	396	1.974
2010	3.475	150	3.325	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	707	698	2	8
2013	463	19	33	412
2012	65	-	23	42
2011	297	-	33	265
2010	1011	1	471	540
2009	221	-	31	190
2008	36	-	3	33
2007	-	-	-	-

Fonte: DCF/DAF

Quadro 2.19 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores – Total HUB (26393) (R\$ Mil)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	12.360	7.909	2.361	2.041
2013	12.879	2.892	4.183	5.804
2012	1.557	-	-	1.557
2011	1.275	-	-	1.275
2010	64	-	64	-
2009	51	-	54	-2
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	13.584	13.463	121	1
2013	1.300	1.142	140	18
2012	215	13	48	154
2011	305	10	169	127
2010	271	-	270	-
2009	432	-	431	-
2008	352	-	292	59
2007	35	-	27	7

Fonte: DCF/DAF.

Análise crítica

Não há impactos negativos na gestão financeira da FUB no tocante ao pagamento de restos a pagar, uma vez que os recursos da Universidade são repassados pelo MEC e outros órgãos concedentes de recursos. Quando há pagamento de restos a pagar com origem em arrecadação própria (fonte 0250) também não há impactos negativos, pois o empenho da despesa com respaldo orçamentário da fonte 0250 só é autorizado mediante o recolhimento prévio.

Com respeito aos restos a pagar não processados, tem-se, para o ano de 2009, que o valor negativo de R\$ 2,4 milhões refere-se ao cancelamento em duplicidade da nota de empenho



2009NE908723. Para regularizá-lo, a setorial contábil do MEC, em 11/12/2015, orientou a emissão de novo empenho (2015NE000193), de modo que a STN promovesse o devido encontro de contas. Até o final do exercício, não houve regularização por parte da STN. Ressalta-se ainda que em 2010, não houve ocorrência de restos a pagar não processados nessa condição. Para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, os empenhos inscritos estão de acordo com o Decreto n. 93.872/86 seção VIII.

Para restos a pagar processados dos anos 2007 a 2010, os valores correspondentes serão cancelados em 2016. Esses não o foram em 2015, em virtude da implantação do Novo PCASP e, concomitantemente, a regularização da fonte 0177 (a classificar). Cabe salientar que os eventos de baixa para o passivo estavam bloqueados em 2015, sendo desbloqueados apenas em 2016. Para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, os empenhos inscritos estão de acordo com o Decreto n. 93.872/86 seção VIII.

Salienta-se que, mensalmente, a DCF, em conjunto com as UG's descentralizadas, promove a análise e o cancelamento, se necessário, dos empenhos emitidos e inscritos em restos a pagar, por meio de conciliações, em obediência aos prazos estabelecidos na seção VIII do Decreto n. 93.872/86.

Por fim, torna-se importante salientar que, como não há a coluna de restos a pagar liquidados, o montante de R\$ 10,091 milhões não é evidenciado nas tabelas apresentadas, o que acaba por gerar discrepâncias nos totais da coluna "Saldo a pagar 31/12/2015". Em 2014, esse valor foi somado à coluna montante para que os resultados apurados fossem iguais aos disponíveis no SIAFI.

2.4.6 Informações sobre a realização das receitas

As informações contidas nesta seção referem-se à gestão de recursos próprios arrecadados pela UPC e foram consolidadas pela Diretoria de Orçamento, unidade responsável pela gestão orçamentária na FUB. Os dados consolidados e maiores detalhes acerca da gestão dos recursos orçamentários cuja fonte é Tesouro são abordados no item 2.4. Ressalta-se que os valores estão expressos em reais mil.

O quadro 2.20 apresenta a composição das receitas próprias realizadas em 2015.

Quadro 2.20 - Captação realizada por natureza da receita no ano de 2015

Código Receita	Natureza Receita	Receita – R\$ Mil	%
16002200	Serviços de estudos e pesquisas	20.724	19%
13110000	Alugueis	19.111	17%
13250000	Remuneração de depósitos bancários	16.230	15%
13153000	Taxa de ocupação de outros imóveis	15.178	14%
16005000	Tar.inscr.concursos e processos seletivos	15.144	14%
16009900	Outros receitas de serviços	8.963	8%
13990000	Outras receitas patrimoniais	5.997	5%
76005000	Tar.inscr.concursos e proc. seletivos – intra	4.222	4%
-	Outros	5.073	4%
Total		110.641	100%

Fonte: DOR/DPO.

A receita com Recursos Próprios da FUB orçada para o exercício de 2015 foi da ordem de R\$ 280,5 milhões na Fonte 0250 (as receitas de serviços hospitalares também estão inclusas e totalizam R\$ 571 mil) e R\$ 12,6 milhões na Fonte 0280. Ao longo do ano, foram realizadas reestimativas na previsão da receita, ajustando esse valor com a redução na captação de recursos realizada pelo CESPE.



Em relação à Receita Própria realizada em 2015, a arrecadação líquida anual atingiu R\$ 94,4 milhões na Fonte 0250 e R\$ 16,2 milhões na Fonte 0280, perfazendo o total de R\$110,6 milhões. Os detalhamentos por natureza da receita podem ser verificados no quadro 2.21 que se apresenta um demonstrativo sintetizado das receitas correntes orçamentárias e intraorçamentárias.

Quadro 2.21 - Síntese da receita arrecadada por origem no ano de 2015

Natureza da Receita - Categoria Econômica e Origem		Valor
Receitas Correntes	Receitas Patrimoniais	40.286
	Receitas Patrimoniais Financeiras	16.230
	Receita de Serviços	48.410
	Outras Receitas Correntes	734
Receitas Intraorçamentárias	Receita de Serviços	4.981
Total		110.641

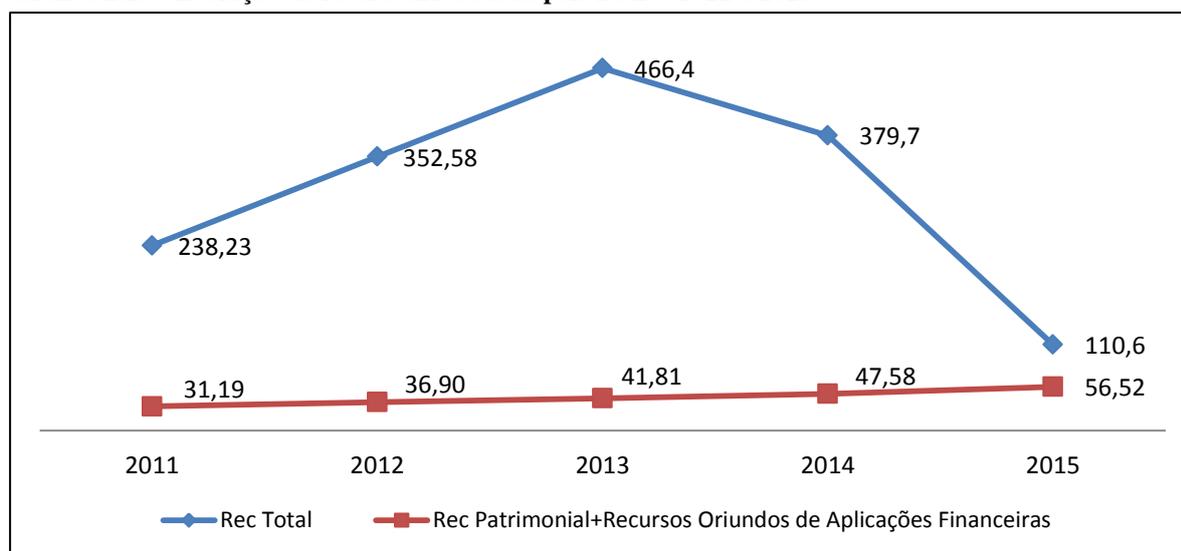
Fonte: DOR/DPO.

O gráfico 2.17 indica que, entre os anos de 2011 a 2013, houve um aumento na receita própria arrecadada. Em 2014, vê-se uma inflexão, observando-se, a partir de então, uma queda na receita. Tal fato é explicado em decorrência da assinatura do Contrato de Gestão 01/2014 de 18 de fevereiro de 2014, entre MEC, FUB, INEP e CEBRASPE.

Contudo, o maior impacto na queda de arrecadação foi no ano de 2015, uma vez que, a partir de 2014, apenas os contratos remanescentes do CESPE passaram a ser contabilizados na FUB. Como em 2014 ainda restavam contratos com valor mais elevado, em 2015 a queda se deu de forma incisiva.

Outra importante informação que o gráfico 2.19 revela é o peso da arrecadação patrimonial e financeira em relação à arrecadação total da FUB. Entre 2011 e 2014, tais arrecadações não representavam mais que 13,1% da arrecadação total. Já em 2015, a proporção da relação em pauta passou a representar 36,4% da arrecadação total.

Gráfico 2.19 - Evolução da receita arrecadada pela FUB – 2011 a 2015



Fonte: DOR/DPO.

O quadro 2.22 apresenta a receita arrecadada em 2015 pelas unidades descentralizadas e o consolidado FUB, incluída a receita patrimonial. Os valores estão expressos em reais mil.



Quadro 2.22 - Receita por unidade arrecadadora no ano de 2015

Unidade	Receita em R\$ Mil	%
FUB – Unidades Captadoras Internas	78.866	71,3%
CESPE	27.513	24,8%
Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDT	3.732	3,4%
Editora da Universidade de Brasília - EDU	530	0,5%
Total	110.641	100,0%

Fonte: DOR/DPO.

2.4.7 Informações sobre a execução das despesas

As informações contidas nesta seção foram fornecidas pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), vinculada ao Decanato de Administração (DAF). Apresenta-se a execução da despesa sob duas perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa. Os valores constantes das tabelas estão expressos em reais mil.

2.4.7.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Neste subitem, encontram-se informações relativas à execução das despesas de créditos originários recebidos diretamente da LOA pela UPC FUB (26271) e UG HUB (26393). Os quadros 2.23 e 2.24 apresentam as despesas totais FUB e HUB por modalidade de contratação, cabendo observar que não ocorreu execução de despesas em 2014 e 2015 nas modalidades concurso, consulta e Regime Diferenciado de Contratações Públicas para ambas UO's e, em particular no HUB, não ocorreram licitações nas modalidades convite, tomada de preços e concorrência em 2015.

Quadro 2.23 – Despesas por modalidade de contratação – FUB (26271) – R\$ Mil

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade de Brasília - FUB		UO: 26271	UGO: 154040	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d)	141.823	177.726	137.871	127.152
a) Convite	0	98	0	98
b)	1.169	2.227	1.022	842
c) Concorrência	19.962	14.942	19.938	12.221
d) Pregão	120.691	160.459	116.911	113.992
2. Contratações Diretas (e+f)	44.738	101.874	38.568	79.739
e) Dispensa	41.177	94.857	36.217	74.361
f) Inexigibilidade	3.562	7.016	2.351	5.377
3. Regime de Execução Especial	283	327	283	327
g) Suprimento de Fundos	283	327	283	327
4. Pagamento de Pessoal (h+i)	1.167.458	1.066.488	1.167.369	1.066.403
h) Pagamento em Folha	1.164.917	1.062.660	1.164.868	1.062.575
i) Diárias	2.541	3.828	2.501	3.828
5. Outros	114.704	369.397	114.001	298.344
6. Total (1+2+3+4+5)	1.469.006	1.715.812	1.458.092	1.571.964

Fonte: DCF/DAF.



Quadro 2.24 – Despesas por modalidade de contratação – HUB (26393)

Unidade orçamentária: Hospital Universitário de Brasília - HUB		UO: 26393		UGO: 154106	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b)	22.411	64.019	17.659	43.590	
a) Tomada de Preços	0	133	0	104	
b) Pregão	22.411	63.887	17.659	43.486	
2. Contratações Diretas (c+d)	92	1.490	92	1.307	
c) Dispensa	0	1.283	0	1.152	
d) Inexigibilidade	92	207	92	155	
3. Pagamento de Pessoal	70.667	69.604	70.667	65.562	
e) Pagamento em Folha	70.667	69.604	70.667	65.562	
4. Outros	15.501	16.904	15.253	15.613	
5. Total (1+2+3+4)	108.672	152.017	103.671	126.072	

Fonte: DCF/DAF.

Quadro 2.25 – Total despesas por modalidade de contratação – FUB (26271) e HUB (26393)

Total das despesas dos Órgãos 26271 + 26393	1.577.678	1.867.828	1.561.763	1.698.037

Fonte: DCF/DAF.

2.4.7.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Nesta seção, será apresentada a execução da despesa por grupos das Despesas Correntes, quais sejam: (1) Despesas de Pessoal; (3) Outras Despesas Correntes; e (4) Investimentos. Não houve movimentação nos grupos (2) Juros e Encargos da Dívida, (5) Inversões Financeiras e (6) Amortização da Dívida. Os quadros 2.26, 2.27 e 2.28 referem-se, respectivamente, à FUB, HUB e total das duas UO's.



Quadro 2.26 – Despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271)

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade de Brasília - FUB			Código UO: 26271		UGO: 154040			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	1.164.923	1.062.660	1.164.917	1.062.581	6	80	1.164.868	1.062.575
Vencimentos e Vant Fixas - P Civil	544.439	496.684	544.434	496.671	6	13	544.434	496.671
Aposent. RPPS, Reser. Remun. e Refor Militar	226.003	203.528	226.003	203.528	0	0	226.003	203.522
Obrig. Patronais - OP. Intra Orçamentária	170.104	156.096	170.104	156.096	0	0	170.104	156.096
Demais elementos do grupo	224.376	206.353	224.376	206.286	0	66	224.327	206.286
3. Outras Despesas Correntes	379.264	610.860	297.628	490.279	81.636	120.581	288.474	489.577
Locação de Mão-de-Obra	114.806	102.958	114.802	101.604	4	1.354	114.672	101.604
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	86.534	103.036	61.300	61.015	25.233	42.020	55.626	61.015
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	42.325	181.830	30.786	159.104	11.539	22.726	30.673	159.099
Demais elementos do grupo	135.599	223.036	90.740	168.556	44.858	54.480	87.503	167.859
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	27.034	42.291	6.461	19.812	20.573	22.479	4.750	19.812
Equipamento e Material Permanente	15.883	33.756	4.250	15.134	11.633	18.621	2.696	15.134
Obras e Instalações	4.041	7.189	1.802	4.219	2.239	2.970	1.704	4.219
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.463	0	138	0	1.326	0	138	0
Demais elementos do grupo	5.646	1.347	271	459	5.375	888	212	459

Fonte: DCF/DAF.



Quadro 2.27 – Despesas por grupo e elemento de despesa – HUB (26393)

Unidade Orçamentária: Hospital Universitário de Brasília - HUB			Código UO: 26393			UGO: 154106		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	70.671	69.604	70.667	67.664	0	1.940	70.667	65.562
Vencimentos e Vant Fixas - P Civil	46.214	43.479	46.214	43.045	0	434	46.214	41.891
Obrig. Patronais - OP.Intra Orçamentária	11.429	12.707	11.429	11.584	0	1.123	11.429	10.655
Sentenças Judiciais	9.898	9.493	9.898	9.188	0	305	9.898	9.188
Demais elementos do grupo	3.130	3.925	3.126	3.847	0	78	3.126	3.828
3. Outras Despesas Correntes	38.517	79.238	38.005	71.902	512	7.336	33.004	60.456
Locação de Mão-de-Obra	10.785	24.639	10.785	23.887	0	753	8.565	19.896
Outros Auxílios Financeiros - Pessoa Física	8.594	8.182	8.594	8.173	0	9	8.594	8.173
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.099	15.821	6.032	14.339	67	1.482	4.754	11.707
Demais elementos do grupo	13.039	30.595	12.593	25.504	445	5.092	11.091	20.680
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos	0	3.175	0	90	0	3.084	0	55
Demais elementos do grupo	0	3.175	0	90	0	3.084	0	55

Fonte: DCF/DAF.

Quadro 2.28 – Total despesas por grupo e elemento de despesa – FUB (26271) e HUB (26393)

Total das despesas do Órgão 26271 e 26393	1.680.408	1.867.828	1.577.678	1.712.329	102.727	155.500	1.561.763	1.698.037
--	------------------	------------------	------------------	------------------	----------------	----------------	------------------	------------------

Fonte: DCF/DAF.



O gráfico 2.20 revela que em 2015 houve queda considerável no volume de despesas empenhadas quando comparadas ao exercício anterior. As razões já foram explicitadas na seção anterior, porém, de maneira sucinta, cabe informar que o principal motivo se deveu ao contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal. Em 2015, se consideradas as despesas correntes e investimentos apenas (GND 3 e 4), o índice para a razão despesa liquidada/despesa empenhada é de 0,75, ao passo que para os valores pagos/despesa liquidada é de 0,96.

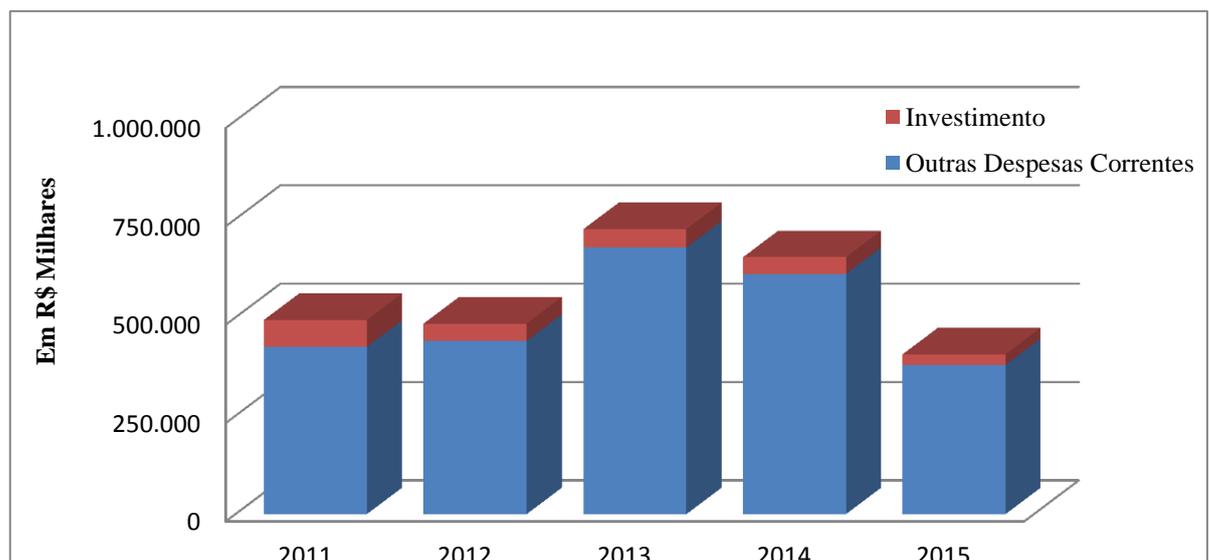
Gráfico 2.20 – Comparação entre os estágios das despesas



Fonte: DPL/DPO.

O gráfico 2.21 mostra que em 2015 ocorreram menores aportes de recursos em outras despesas correntes e investimentos. De 2013 para 2015, por exemplo, o orçamento foi reduzido em 44% e 42%, respectivamente. Em virtude das expansões promovidas, principalmente aquelas iniciadas com o Reuni, tornar-se-iam necessários maiores aportes em ODC para fazer frente às despesas advindas de tal processo de expansão. Entretanto, ao verifica-se o contrário.

Gráfico 2.21 – Composição das despesas empenhadas quanto à categoria econômica

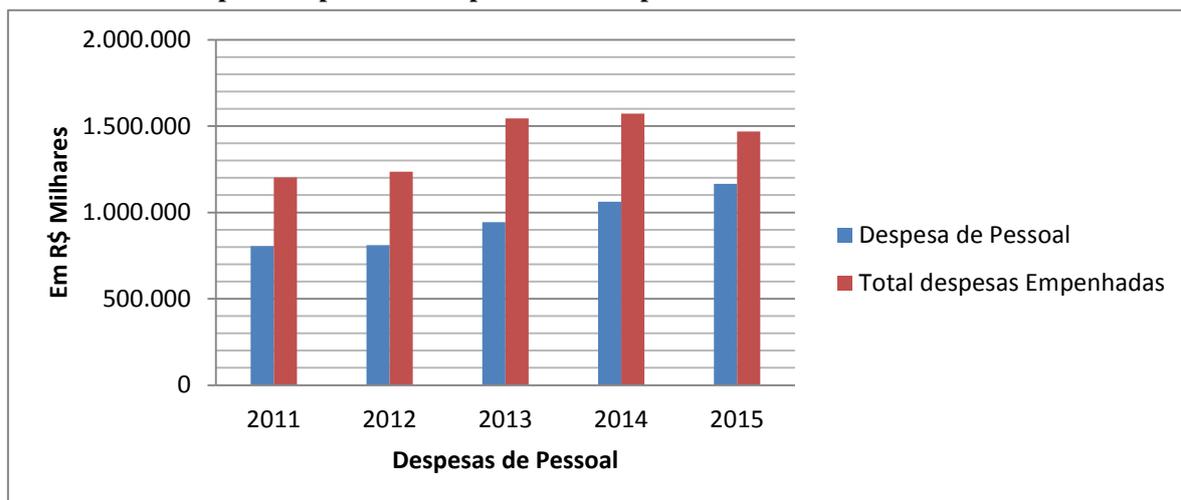


Fonte: DPL/DPO.



As informações do gráfico 2.22 comparam as despesas empenhadas de pessoal (GND 1) e o total das despesas empenhadas em todos os grupos, GND 1,3 e 4. Verifica-se que, no período, há trajetória ascendente dos recursos destinados a despesa de pessoal. Entre 2011 e 2014, a relação despesas de pessoal/despesas totais variou entre 61 e 68%. Em 2015, essa mesma relação é de 79%. Conclui-se, portanto, que o exercício em análise apresenta dois fatores preocupantes, do ponto de vista orçamentário: elevação da participação de despesas com pessoal no montante global das despesas realizadas e redução nos montantes destinados à manutenção (GND 3) /investimentos (GND 4).

Gráfico 2.22 – Despesas de pessoal x Despesas totais empenhadas



Fonte: DPL/DPO.

Análise crítica

UO 26271 – FUB

Não houve contratações nas modalidades convite, concurso, consulta e Regime Diferenciado de Contratações Públicas. O aumento na modalidade concorrência ocorreu, principalmente, em função da contratação da empresa SANOLI para gerir o Restaurante Universitário nos *campi*. Embora a FUB tenha privilegiado a contratação por meio de pregão, houve redução nessa modalidade de compra em função, principalmente, da greve dos servidores técnicos administrativos.

Com respeito às despesas de pessoal, o aumento verificado neste grupo se deveu às nomeações de novos servidores públicos ocorridas em 2015, para atender ao Termo de Ajustamento de Conduta (substituição de pessoal terceirizado por servidores concursados) firmado entre FUB, MPT e MEC. O grupo Outras Despesas Correntes apresentou aumento considerável no elemento de despesa locação de mão de obra, em função dos dissídios coletivos firmados entre patrões e empregados das empresas terceirizadas. Por outro lado, cabe ressaltar os esforços envidados pela FUB, em 2015, na revisão dos contratos de terceirização, bem como em seus montantes pactuados para o exercício em análise. Verifica-se certa estabilidade da despesa para o elemento Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Ainda em Outras Despesas Correntes, o elemento Outros Serviços de Terceiros – pessoa física apresentou redução em seus montantes em razão da ocorrência de nomeações de novos servidores públicos para atender o termo de ajustamento firmado entre FUB, MPT e MEC. Além disso, com a transferência das atividades operacionais do CESPE para o CEBRASPE, tem-se, como resultado, uma redução na contratação de pessoa física.



No tocante aos demais elementos do grupo, a redução ocorrida se deveu, principalmente, ao contingenciamento promovido pelo Governo Federal, conforme destacado. Com respeito às despesas de capital, a LOA 2015 apresentou contingenciamento inicial de 50% da sua dotação original, que, por si só, explica a redução nos montantes verificados no quadro 2.26.

Além do contingenciamento promovido pelo Governo Federal, a redução nas contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade ocorreu em função da Administração Superior da FUB ter envidado esforços em não utilizar essas justificativas legais para privilegiar as compras por meio de pregão, além de evitar o fracionamento da despesa pública.

UO 26393 - HUB

Não houve contratações nas modalidades convite, concurso, consulta e Regime Diferenciado de Contratações Públicas. A partir de 2015, a gestão do HUB passa a ser feita pela EBSEH, e, por essa razão, verifica-se redução na contratação por meio de pregão na UO 26393.

No grupo Outras Despesas Correntes, a redução no elemento de despesa Locação de Mão de Obra ocorreu em função das contratações terem sido realizadas na UG da EBSEH. O elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica registrou redução em 2015, pois as contratações realizadas se deram por meio da UG EBSEH. A redução observada em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física refere-se às nomeações de novos servidores públicos para atender ao Termo de Ajustamento de Conduta citado anteriormente. A redução verificada nos montantes de Locação de Mão de Obra se deveu pelas contratações realizadas diretamente pela UG EBSEH.

De maneira análoga, as despesas de capital, em 2015, ficaram sob responsabilidade direta da UG EBSEH. No tocante às contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade, a redução, em 2015, ocorreu em função da gestão operacional do hospital ter sido transferida para a UG EBSEH.

UO 26271 – FUB e UO 26393 - HUB

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2015 relativas à execução orçamentária e financeira estão detalhadas no item 2.4 - Desempenho orçamentário.

2.4.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Nesta seção, será apresentada a evolução dos gastos na modalidade de pagamento Suprimento de Fundos. Demonstrem-se as despesas realizadas por Cartão de Crédito Corporativo (CPGF), em saque e fatura, e das Prestações de Contas dos anos de 2014 e 2015. Os quadros que compõem essa seção evidenciam os montantes concedidos e utilizados de suprimento de fundos, e em quais elementos de despesa tais transações se realizaram. Por fim, a FUB informa não possuir contas bancárias do tipo B. Os valores apresentados estão expressos em reais mil.

Concessão de Suprimento de Fundos

O quadro 2.29 demonstra a quantidade e os valores concedidos a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF. Cabe ressaltar que a FUB é composta pelas UG's executoras 154040, 154078, 154079, 154106 e 154019. No entanto, desde 2014, somente a UG 154040 utiliza suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento do Governo Federal.



Quadro 2.29 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2015	154040	Fundação Universidade de Brasília	132	283	8
2014	154040	Fundação Universidade de Brasília	199	326	8

Fonte: DCF/DAF.

Utilização de Suprimento de Fundos

O quadro 2.30 demonstra a quantidade e os valores utilizados efetivamente a título de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Quadro 2.30 – Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	154040	Fundação Universidade de Brasília	1	0	283	283
2014	154040	Fundação Universidade de Brasília	12	4	322	326

Fonte: DCF/DAF.

Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos

O quadro 2.31 lista os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos no exercício de 2015.

Quadro 2.31 – Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla		Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154040	Fundação	Universidade de Brasília	339030	33903096	267
			339039	33903996	16

Fonte: DCF/DAF.

Análise crítica

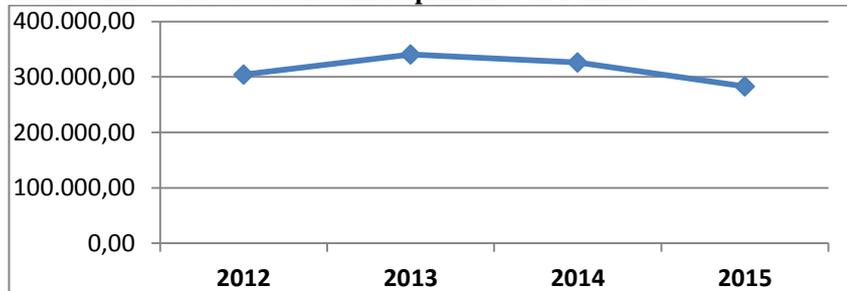
Na FUB, o limite anual de gastos na modalidade de suprimento de fundos é limitado em trezentos e cinquenta mil reais. Este valor foi definido pela Administração Superior da Universidade com a finalidade de evitar gastos exorbitantes e abusivos no uso do suprimento de fundos. Salienta-se que o suprimento de fundos é utilizado em atividades específicas, como por exemplo, saídas de campo, e para aquisições



emergenciais e de pequenos montantes – eventuais insumos não disponíveis no almoxarifado.

No gráfico 2.23, verifica-se a evolução dos gastos realizados como suprimento de fundos. Entre 2013 e 2015, os montantes despendidos nessa modalidade sofreram queda de 17%.

Gráfico 2.23 – Gastos totais com Suprimento de Fundos



Fonte: DCF/DAF.

A Coordenação de Exame e Prestação de Contas (CEPC/DCF) exerce a função de controle interno da unidade, além de ser responsável pela gestão do suprimento de fundos na FUB, prestação de contas e pelo cadastro de operadores no SIAFI. Está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Contabilidade e Finanças vinculada ao Decanato de Administração.

Não há sistemas informatizados na FUB que permitam controle mais acurado do suprimento de fundos. A CEPC utiliza planilha eletrônica e consultas no SIAFI periodicamente para gerenciar essa modalidade. Duas vezes por ano, a CEPC avalia o comportamento das utilizações feitas pelos portadores de cartão de pagamentos do governo federal. Caso perceba pouca movimentação (inatividade superior a 6 meses), a CEPC goza de completa autonomia para cancelá-lo junto ao Banco do Brasil. Atualmente, a FUB possui cerca de 70 cartões habilitados para uso.

Com respeito ao processo de prestação de contas de suprimentos de fundos, ressalta-se a inexistência de pendências de apreciação ou de aprovação. O procedimento operacional adotado pela coordenação prevê a divulgação ao beneficiário dos prazos a ele imputados e, em casos de descumprimento, a cobrança administrativa por meio de GRU é encaminhada ao responsável inadimplente. Como último recurso, a cobrança poderá ser efetuada por meio de processo encaminhado ao Decanato de Gestão de Pessoas para desconto em folha do montante devido (até o momento, não há qualquer registro desse tipo evento na FUB).

2.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Esta seção apresenta informações a respeito das descentralizações de execução com transferência de recursos, tais como aquelas oriundas de convênios, contratos de repasse e termos de descentralização, nos quais a FUB figura como concedente ou contratante. No entanto, segundo a Diretoria de Contabilidade (DCF) e Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos (DPA), a FUB não possui quaisquer instrumentos nos quais figure como contratante para descentralizações em 2015. Dessa forma, é apresentado no quadro 2.31 apenas a consolidação dos instrumentos celebrados nos anos de referência em que a FUB é representada como conveniente ou contratada. As informações presentes nesta seção foram elaboradas pela DCF e DPA, unidades responsáveis pela gestão, cadastro e prestação de contas desses instrumentos. Os valores constantes das tabelas estão expressos em reais mil.



A DPA informa que os valores recebidos e acumulados no exercício para convênio e contrato de repasse não estão disponíveis para consulta, pois estes são registrados na fonte 0250, não havendo especificação pelo emitente. Para a modalidade termo de cooperação, os valores acumulados no exercício não estão disponíveis para consulta, pois a unidade não dispõe de sistema para acompanhamento de projetos. As informações sobre os instrumentos de transferências vigentes, em 2015, e os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio constam no *link*: <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio2015.php>.

Cabe informar que mais detalhes e informações em relação à avaliação dos riscos envolvidos em descentralizações poderão ser acessadas no capítulo 3 – Governança, tópico 3.4.2. Fatores de Risco.

O quadro 2.32 contém a consolidação dos instrumentos contratuais realizados nos anos de 2013, 2014 e 2015, com referência ao quantitativo e os montantes repassados à FUB em cada um dos exercícios. Cabe informar que os quantitativos e montantes relacionados no quadro referentes a 2013 e 2014 são diferentes daqueles informados no Relatório de Gestão de 2014. O motivo apresentado se deve a revisão realizada em 2015 pela DPA, em que se constataram algumas inconsistências e que foram corrigidas neste documento.

Quadro 2.32 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade conveniente ou contratada						
Nome	Fundação Universidade de Brasília - FUB					
UG/Gestão	26271					
	Qtde de instrumentos celebrados			Montantes recebidos no exercício Em R\$1.000,00		
Modalidade	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	1	4	0	735	1.714	0
Contrato de Repasse	2	11	16	7.026	6.109	3.861
Termo de Descentralização	30	66	61	45.404	91.608	66.181
TOTAIS	33	81	77	53.167	99.433	70.044

Fonte: DPA/DAF.

As informações consolidadas a respeito da prestação de contas realizada pela DCF são apresentadas a seguir. Verifica-se, no quadro 2.33, que no período em análise existe apenas o convênio firmado, em 2009 com a Prefeitura de Alto Paraíso - Goiás, no valor global de R\$ 1,79 milhão. Em 2015, tampouco em anos anteriores, não há registro de contas não prestadas.

Quadro 2.33 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente		
Nome: Fundação Universidade de Brasília		
UG/GESTÃO: 26271		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
		Convênios



Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado	1,79
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-

Fonte: DPA/DAF.

O quadro 2.34 contempla informações sobre as contas analisadas pela FUB no exercício. Conforme informado no Relatório de Gestão 2014, a análise da prestação de contas do convênio nº 7.142, firmado com a prefeitura de Alto Paraíso – GO, ainda está em processo de Tomada de Contas Especial.

Quadro 2.34 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Fundação Universidade de Brasília		
UG/Gestão: 26271		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumento	
	Convênios	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-
	Quantidade reprovada	-
	Quantidade de TCE instauradas	1
	Montante repassado (R\$)	1,79
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-
	Montante repassado (R\$)	-

Fonte: DCF/DAF.

Análise crítica

Com respeito às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, a DCF informa que possui apenas uma situação de inadimplência, que trata do convênio já encerrado com a Prefeitura de Alto Paraíso, cuja finalidade seria a construção do Centro de Pesquisa e Acadêmico. À época foram encaminhados ofícios e pareceres contendo ressalvas acerca da obra (Ofício DCF 01/2013 e Parecer DCF 04/13), porém os problemas não foram saneados. Não existem razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos, pois o convênio celebrado com a Prefeitura de Alto Paraíso – Goiás foi único e não há outros em que a UnB se configure como concedente dos recursos.

No tocante a análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios, cabe informar que foi instaurado TCE, em virtude da má aplicação dos recursos transferidos ao projeto em Alto Paraíso. Em continuidade ao processo, a DCF emitiu ofício de cobrança em desfavor da Prefeitura de Alto Paraíso, que recolheu para UnB o valor correspondente aos rendimentos de aplicação financeira. Considerando que a prestação de contas desse convênio não foi aprovada, a FUB notificou a autoridade competente e, posteriormente, um processo de TCE foi instaurado contra o Prefeito de Alto Paraíso e a pessoa jurídica de Alto Paraíso. Atualmente, esse se encontra em andamento e em comissão designada



para análises. Até o momento, a FUB não recebeu qualquer notificação acerca do recebimento do objeto. Cabe salientar que antes da instauração da TCE, a área responsável pela gestão de obras na UnB foi instada a emitir parecer conclusivo sobre o estado da obra. Neste documento, tem-se que o projeto ainda não estava concluído.

O Relatório de Controle - Fiscalização da CGU nº 1249807 constatou que os trabalhos realizados na sede da FUB no período de 14/08/2014 a 26/03/2015 encontram-se em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, não havendo quaisquer restrições impostas aos exames realizados.

Quanto à análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas, pode-se afirmar que o Centro UnB Cerrado situado em Alto Paraíso está em funcionamento, mas que o fim das obras torna-se necessário para que a unidade possa desenvolver suas atividades em pleno funcionamento.

2.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

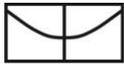
A Coordenação de Exame e Prestação de Contas (CEPC/DCF) é a área responsável, na estrutura da FUB, pela prestação de contas. Além disso, gerencia o suprimento de fundos e o cadastro de operadores no SIAFI e está inserida na estrutura organizacional da DCF/DAF.

Figura 2.3 – Organograma da Diretoria de Contabilidade e Finanças



Fonte: DCF/DAF.

As competências da CEPC/DCF estão dispostas no art. 10º do Ato da Reitoria nº 1.088 de 26 de dezembro de 2013. Quanto à estrutura de pessoal da CEPC/DCF, o quadro 2.34 apresenta a distribuição de servidores e funções exercidas no início de 2016.



Quadro 2.35 – Estrutura de pessoal da CEPC/DCF

Nome	Cargo	Função
Yara Carvalho Barros	Economista	Coordenador de Equipe. Realizar prestação de contas dos convênios, TED's e demais tipos.
Aílson Alves do Nascimento	Aux. de Administração	Gerenciar o Suprimento de Fundos e o cadastro de operadores no SIAFI.
Elizabeth M ^a de J Pereira	Assist. Administrativo	Prestar apoio operacional.
Carlos Vieira Mota	Assist. Administrativo	Realizar prestação de contas dos convênios, TED's e demais tipos.
Viviane C. Cardim	Contador	Realizar prestação de contas dos convênios, TED's e demais tipos.
Alexandre Rodrigues	Téc. em Contabilidade	Prestar apoio ao Suprimento de Fundos.

Fonte: DCF/DAF.

Cabe mencionar que, em 2015, com respeito à gestão de pessoas, houve ingresso de um servidor a partir de novembro/2015; uma servidora gozou licença maternidade no 2º semestre/2015; e, um servidor, a partir de 2016 terá direito à aposentadoria. Convênios, Termos de Execução Descentralizada (TED) e demais termos contratuais são formalizados na Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos – DPA/DAF. Cabe à DCF realizar as atividades de prestação de contas desses instrumentos.

Com respeito à infraestrutura de trabalho, a UnB, no âmbito da DCF e, em particular para os processos de análise e prestação de contas, não possui sistemas informatizados que gerenciem a formalização, controle e a prestação de contas dos projetos nos quais a Universidade atua. Portanto, descompassos e atrasos podem ocorrer no preparo e envio de prestações de contas aos órgãos concedentes. Em razão do volume de processos envolvidos em prestação de contas, admite-se que o aporte de recursos humanos asseguraria a análise tempestiva requerida pelos órgãos concedentes.

2.6 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Em relação ao andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, ingressou na FUB, no ano de 2015, por intermédio do CDT, o valor de R\$ R\$ 1,3 milhão, oriundo de parcerias com entes internacionais para custear as despesas de projetos em execução por este Centro. Destaca-se que os efeitos dessas parcerias foram positivos, tendo em vista ter havido um ganho de capital em torno de 9,41% de variação cambial.

Ante o exposto, a arrecadação dos projetos superou as previsões orçamentárias iniciais, bem como, ressalta-se, que não ocorreram atrasos significativos no recebimento desses recursos.

Além disso, não houve impactos negativos no fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos. Dessa forma, os projetos custeados com recursos internacionais



por intermédio do CDT, no exercício de 2015, são apresentados por meio do quadro 2.36. Já os projetos de outras unidades encontram-se no quadro 2.37.

Quadro 2.36 - Projetos custeados com recursos internacionais por intermédio do CDT – 2015

Número do Contrato	Empresa	Título do Projeto	Andamento	Receita no Exercício
643/11477389/000103	Joint Stock Company	Projeto de implantação e manutenção de uma estação de referência de monitoramento e correção diferencial para o sistema russo de localização por satélite Glonass.	85% das atividades concluídas	188.976,65
131/2013	OAO NPK SPP	Instalação, Uso e Pesquisa da Estação Óptica (EO) Equipada com Estação de Medição Unidirecional (OWS) MS GLONASS – “Sazhen-TM-OWS” no Território da República Federativa do Brasil.	85% das atividades concluídas	944.490,65
O número não foi informado	Motorolla Foundation	Capacitação em Comunicação Sem fio Crítica para a Motorolla Foundation ¹ .	80% das atividades concluídas	107.837,50
00861/2015	Unesco	Acordo de parceria para implementação do Projeto de pesquisa – Sistema de geração de indicadores para o Mapa Brasil Transparente.	Atividades Interrompidas	90.000,00

Nota 1: Doação da empresa americana.

Fonte: CDT.

Quadro 2.37 – Projetos desenvolvidos pelas unidades da FUB custeados com recursos internacionais

Concedente	Data Assinatura	Data Término	Valor Inicial R\$	Cronograma de desembolso	Unid Gestora na FUB	Contrapartida	Observações
Motorola Solutions	29/07/2013	29/01/2015	70.000,00	2014	CDT	Doação para a realização de cursos	Recurso não foi utilizado está no superávit
União Européia	02/04/2013	02/04/2018	10.000.000,00	N/D	INT	Cooperação técnica para o desenvolvimento de <i>nanosolutions</i>	Projeto em andamento
Building Research Establishment Limited	06/02/2015	02/10/2015	33.200,00	2015	INT	Recurso para o desenvolvimento de metodologias de levantamento de dados	Fase de apresentação da prestação de contas
Boeing Brasil Serviços Aeronáuticos LTDA	17/08/2015	31/12/2018	82.685.352,00	2015	CIC	Recurso para o desenvolvimento de programas para a Boeing na área de ciência da computação	Projeto em andamento

Fonte: DPA/DAF.

Com relação aos efeitos na Taxa Interna de Retorno (TIR) é importante destacar que os convênios da FUB não possuem finalidades lucrativas, mas de cooperação técnica, desenvolvimento de *know-how*, realização de cursos, entres outros; não sendo a TIR uma ferramenta adequada.



3. GOVERNANÇA

Neste capítulo, é apresentado o sistema de governança da FUB. O tópico é composto pela descrição das estruturas de governança; a atuação da unidade de auditoria interna; as atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; e a gestão de riscos e controles internos. Cabe informar que a FUB não contrata empresa de auditoria independente. As unidades responsáveis pelas informações do capítulo foram: DPL/DPO, AUD e CPAD.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A UnB, estruturada pelos Conselhos Superiores, Reitoria, Unidades Acadêmicas, Órgãos Complementares e Centros, rege-se por seu Estatuto e, subsidiariamente, pelo Regimento Geral e por normas complementares. A Administração Superior da Universidade tem como órgãos deliberativos, normativos e consultivos o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração; como órgão consultivo, o Conselho Comunitário; e, como órgão executivo, a Reitoria. Esta estrutura está descrita no Capítulo 1.

A Lei nº 3.998/1961, que instituiu a FUB, criou o Conselho Diretor. Dentre as competências desse Conselho, tem-se: deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, aprovar o orçamento institucional, analisar as prestações de contas da Universidade e decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza.

O Conselho Universitário (CONSUNI) é o órgão máximo da Universidade e tem como atribuições, dentre outras: formular as políticas globais da Universidade; aprovar a programação anual de trabalho e as diretrizes orçamentárias da UnB, elaboradas pela Administração Superior; e aprovar o orçamento interno da Universidade, ouvido o Conselho de Administração (CAD).

Por sua vez, o Conselho de Administração (CAD) trata da matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias estabelecidas no Estatuto. O CAD delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento.

Já o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) trata das matérias acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância para os recursos nessas áreas, ressalvados os casos previstos no Estatuto da UnB. O CEPE delibera em plenário ou por meio das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão.

O Conselho Comunitário é um órgão consultivo da Administração Superior, que se reúne uma vez ao ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo reitor, ou por requerimento da maioria dos membros do CONSUNI. Sua atribuição é opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios da Universidade e recomendar ações e medidas à Administração Superior.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma comissão autônoma, responsável por coordenar os processos de avaliação interna da UnB e pelo fornecimento de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Composta por 17 membros, entre eles representantes discente, docente, técnico-administrativo e sociedade civil, a CPA também participa do processo de avaliação dos cursos de graduação da UnB.

As câmaras deliberativas são constituídas pelo CONSUNI e atuam conforme a natureza dos assuntos e obedecem ao princípio da representatividade. São elas: Câmara de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), Câmara de Carreira Docente (CCD), Câmara de Extensão (CEX), Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), Câmara de Administração e Finanças (CAF), Câmara de Planejamento e Orçamento (CPO) e Câmara de Gestão de Pessoas (CGP). Cada uma em sua competência, as Câmaras têm como atribuições emitir pareceres, analisar propostas e projetos e regulamentar as normas dos Conselhos.

O Conselho da Unidade é o órgão deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica, que atua em cada instituto ou faculdade. Dispostas no artigo 25 do [Regimento Geral](#), possui como atribuições, dentre outras: conduzir o processo interno de escolha de nomes para



Diretor e para Vice-Diretor da unidade, decidir sobre a alocação interna de recursos orçamentários e aprovar projetos de cursos e programas de ensino, pesquisa e extensão.

Vinculada ao GRE, a Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) possui como atribuições: acompanhar e assessorar tecnicamente os processos administrativos disciplinares, sindicâncias e termos circunstanciados administrativos instaurados no âmbito da FUB.

O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), instituído pela Resolução da Reitoria n. 57/2013, possui caráter deliberativo e sua função é formular e implementar as estratégias e planos para a área de Tecnologia da Informação (TI), assim como promover a harmonização da área de TI com os objetivos organizacionais da UnB.

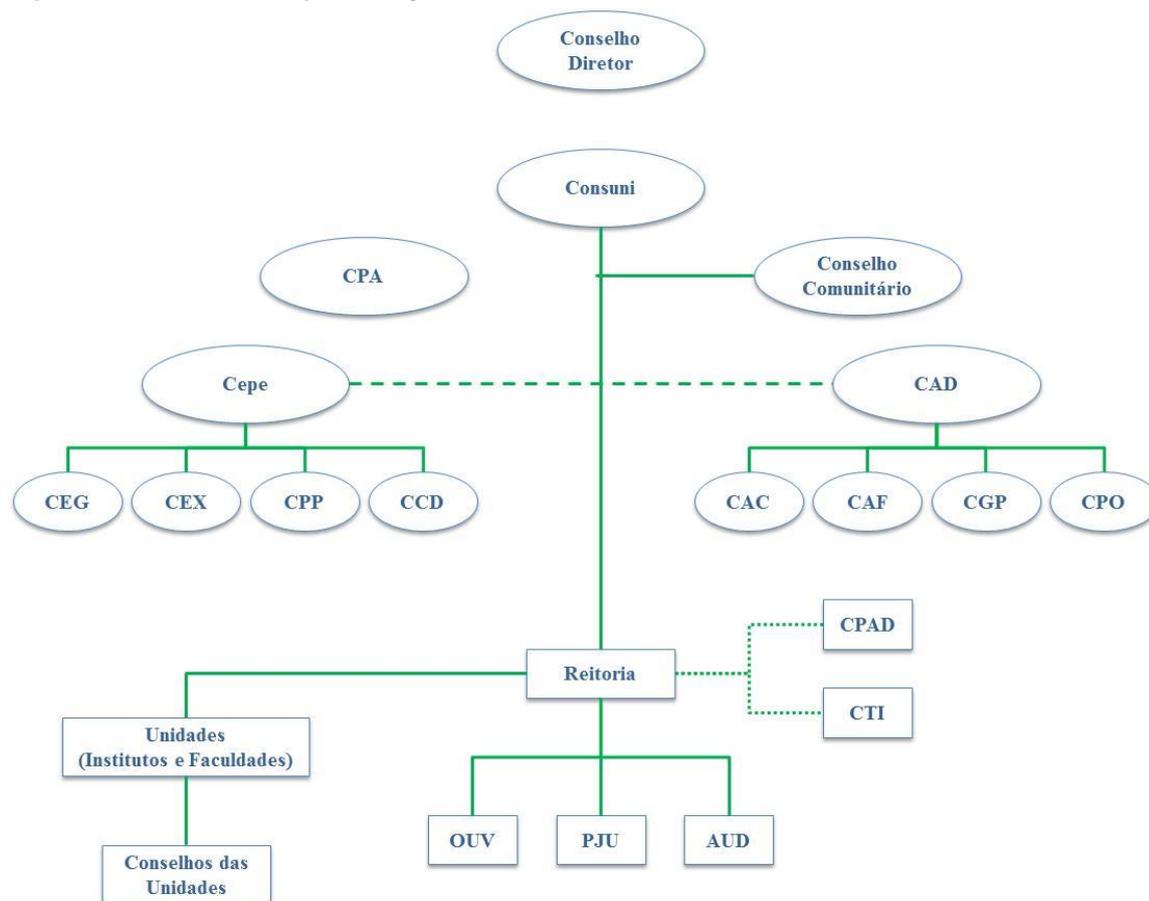
A Auditoria Interna (AUD) é um órgão de assessoramento e está diretamente vinculada ao GRE. A indicação do seu dirigente é de competência do reitor, conforme previsto no Regimento Geral. Tem como atribuições, além de assessorar a Administração Superior e os centros de custo, fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Procuradoria Jurídica (PJU) está vinculada ao GRE e integra a Procuradoria Geral Federal (PGF), órgão vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), com a função de representar judicial e extrajudicialmente a UnB, realizar consultoria e assessoramento, examinar ou elaborar minutas de contratos e convênios, emitir pareceres e zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à UnB.

Por fim, a Ouvidoria (OUV) é vinculada administrativamente ao GRE, sem nenhuma subordinação técnica, de modo a agir com independência funcional e imparcialidade. A OUV tem a finalidade de garantir a efetiva comunicação entre o manifestante e os diversos órgãos da UnB, recepcionando e encaminhando sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da comunidade universitária e da sociedade em geral.

A estrutura de governança da FUB é demonstrada resumidamente na figura 3.1.

Figura 3.1 - Estrutura de governança da FUB



Nota: ————— subordinação hierárquica
- - - - - vinculação teórico-normativa
..... aconselhamento

Fonte: DPL/DPO.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna (AUD) encontra-se atualmente vinculada à Reitoria, o que diverge da recomendação exarada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em seu Relatório de Auditoria nº 201305679, referente à avaliação da gestão do exercício de 2012 da FUB, e referendado em seu item 2.2.1.2.

No entanto, a própria CGU, por meio do Relatório de Auditoria nº 201407325, referente à avaliação da gestão do exercício de 2013, fls. 72 e 73, noticia que se encontra em estudo o posicionamento mais adequado das unidades de auditoria interna na estrutura das universidades federais, ressaltando ser fundamental caucionar a atuação independente a estas unidades de controle interno. Até o presente momento, não há informações quanto ao parecer definitivo do Órgão de Controle Interno acerca do assunto.

A vinculação à Reitoria não interferiu na independência funcional da AUD ao planejar e executar suas atividades durante o exercício de 2015, sendo que a maior parte das ações de controle desenvolvidas visou avaliar os centros de custo localizados no *campus* Darcy Ribeiro. Quanto aos demais *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia, apenas em relação ao primeiro foi prevista ação de controle e cujo escopo visava avaliar a estrutura administrativa e os procedimentos de controles internos estabelecidos que resguardassem o alcance de seus objetivos estratégicos.

Dentre as atividades desenvolvidas pela AUD, destaca-se a realização de auditoria de conformidade, em que se buscou avaliar, de forma preventiva, se os editais publicados pela Diretoria de Compras (DCO) e Prefeitura do *Campus* (PRC) estavam de acordo com os preceitos



legais e se não dispunham em suas cláusulas quaisquer afronta aos princípios da isonomia e competitividade, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

Além desse aspecto, a AUD realizou em 2015 ações de controle voltadas à verificação da execução contratual advinda da realização do Pregão Eletrônico nº 723/2013; à avaliação dos controles internos administrativos junto à Coordenadoria de Transportes (CTR/PRC); à possibilidade de indicação de marca e adoção do instituto da padronização nas licitações; à incompatibilidade de carga horária de empregados terceirizados que trabalham ao mesmo tempo para mais de uma empresa no âmbito dos contratos celebrados pela FUB; ao mapeamento de fluxo processual e avaliação dos controles internos administrativos da Diretoria de Compras, Prefeitura e Biblioteca nas aquisições realizadas; à análise dos processos de contratação de serviços terceirizados sob os aspectos da legalidade, eficiência, economicidade e da existência de controles internos estabelecidos na realização dos pagamentos, aferição da qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações contratuais e legais por parte da empresa junto à FUB e aos empregados; ao mapeamento de fluxo processual, avaliação dos controles internos administrativos e a segregação de funções da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF/DAF), em relação ao desenvolvimento das atividades de sua competência; ao mapeamento de fluxo processual, avaliação dos controles internos administrativos e a segregação de funções do Almoxarifado Central (ALM/DGM/DAF), em relação ao desenvolvimento das atividades de sua competência; e à avaliação da estrutura administrativa e dos procedimentos de controles internos administrativos estabelecidos pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT), voltados para o alcance de seus objetivos estratégicos.

Afora a realização dessas ações, a AUD desenvolveu atividades voltadas à verificação da implementação das recomendações por ela mesma exarada; ao acompanhamento das determinações e recomendações providas pelo TCU; ao acompanhamento das recomendações constantes do Plano de Providências Permanente da CGU; à verificação da composição do Relatório de Gestão; e à elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Dentre as atividades previstas no PAINT, deixou-se de executar a avaliação da estrutura administrativa e dos procedimentos de controles internos administrativos estabelecidos na Faculdade de Planaltina e dos processos de restituição ao erário por meio de folha de pagamento e foi cancelada a verificação da composição do Relatório, vez que tal atividade é exercida atualmente pelo Decanato de Planejamento e Orçamento, o que corresponde, aproximadamente, em 23% do quantitativo de itens inicialmente previstos.

Quanto à atividade de mapeamento de fluxo processual e avaliação dos controles internos administrativos da Diretoria de Compras, Prefeitura e Biblioteca, apenas a referente à DCO foi realizada e no que diz respeito à atuação do pregoeiro e assuntos relacionados à sua atividade, havendo, portanto, a mudança de escopo.

Dentre os trabalhos mais relevantes executados pela AUD, destaca-se a avaliação de controles internos realizada nos diversos centros de custos da FUB e a análise preventiva de editais. Em relação à primeira atividade, considerando as unidades auditadas, verificou-se que os controles internos avaliados enquadram-se nos níveis fraco e insatisfatório, conforme classificação adotada no quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Classificação dos níveis de controle interno

Níveis de Controle	Descrição
Inexistente	Processo ou controle não existente, mas os gestores reconhecem a necessidade dos mesmos.
Fraco	Processo ou controle não estruturado e padronizado, sendo gerido de forma desorganizada.
Insatisfatório	Processo ou controle padronizado localmente. Treinamento e comunicação não são formalizados.
Satisfatório	Processo ou controle padronizado para toda a Unidade, com documentação, treinamento e comunicação formais. No entanto, a probabilidade de detecção



	de desvios ainda existe, mesmo que pequena.
Forte	Processo e controle institucionalizado, com ações detectivas e corretivas para não conformidades. Melhoria contínua, boas práticas e automação utilizadas.

Fonte: AUD.

Quanto aos editais de licitação publicados pela DCO e PRC, identificou-se que a maioria da amostra analisada apresentava falhas em sua elaboração, tais como a não observância aos princípios da legalidade e da competitividade dos certames, sendo que os referentes à contratação de prestação de serviços terceirizados estavam em desacordo com o que preceitua a Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de dezembro de 2008, que disciplina a contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

No que tange às providências corretivas adotadas pelos centros de custo auditados ou fiscalizados, identificou-se, no tocante aos editais de licitação, a persistência das desconformidades apontadas nas notas de auditoria, notas técnicas ou constantes das atas de reunião formalizadas junto aos servidores responsáveis pela elaboração dos editais, o que denota baixo nível de implementação das recomendações exaradas pela AUD. Por outro lado, no que se refere à atividade de avaliação de controles internos, encontra-se vigente o prazo para cumprimento das recomendações sugeridas por parte da unidade de controle interno.

No entanto, cabe registrar que a FUB vem passando por alterações estruturantes desde 2014, no que se refere a aspectos de pessoal, em que foram substituídos os empregados contratados de forma precária (SICAP) por servidores, cuja admissão ocorreu por meio de aprovação em concursos públicos, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

A falta de experiência dos novos servidores, bem como a falta de estrutura física da FUB com o propósito de orientar e coordenar a implantação dos controles internos administrativos nos centros de custo que compõem a sua estrutura podem justificar os níveis de controle interno identificados nas unidades auditadas.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No que se refere à instituição de sistema de correição na FUB, por intermédio de unidade seccional vinculada à CGU, está em trâmite nesta Universidade o processo administrativo que visa à criação de corregedoria. Neste processo, será previsto o regimento interno da corregedoria, sua composição mínima, bem como outras normas necessárias para seu bom funcionamento.

Registra-se, também, que estratégias são adotadas, notadamente, em relação ao prazo de 30 dias para inserção de dados no sistema CGU-PAD. Concernente à desconformidade de resultados, essa se justifica pelo cadastro gradativo dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias finalizadas no CGU-PAD, em razão de processos administrativos disciplinares discentes que não são cadastrados no CGU-PAD, mas que são realizados na Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD); grande volume de processos; insuficiência de recursos humanos; greves institucionais que influenciam diretamente os trabalhos das comissões investigativas; bem como estrutura física inadequada do setor, o que interfere na obtenção de melhores resultados.

No quadro 3.2 são consolidados os resultados obtidos em 2015.

Quadro 3.2 – Resultados dos processos disciplinares de 2015

Andamento	Quantidade
PADs instaurados	16
Sindicâncias punitivas instauradas	0
Sindicâncias investigativas instauradas	8
PADs julgados	10
Sindicâncias julgadas	3
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários	0
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários	0
Quantidade de demissões aplicadas a estatutários	2

Fonte: CPAD.



Quanto às dificuldades supracitadas enfrentadas pela CPAD, a FUB está tomando medidas. A CPAD passou por melhorias em sua estrutura tecnológica devido à aquisição de equipamentos de informática e mobiliários modernos. Sobre a estrutura física inadequada, estão ocorrendo reuniões regulares com a Administração Superior e já existe indicação de novo espaço físico que ampliará em cerca de 100% a área atual da CPAD. O prazo para a conclusão desse projeto é julho/2016.

Atualmente, a estrutura de pessoal da CPAD é composta por seis colaboradores, dos quais cinco são servidores efetivos da FUB e um servidor celetista cedido pela ABIN. Com a realização de novos concursos, o DGP já foi orientado a ampliar o quadro de pessoal da CPAD, o que deverá acontecer nos próximos meses.

Acrescenta-se que, apesar de todas as dificuldades apresentadas, esforços são envidados pela Administração Superior para que a inconsistência dos dados seja sanada. Para tanto, demonstra-se alguns dos principais eventos realizados e/ou finalizados no ano de 2015, consoante o quadro 3.3.

Quadro 3.3 – Principais eventos realizados e/ou finalizados em 2015

Processo	Assunto	Tipo	Situação
23106.015089/2014-30	Apuração de irregularidade no processo de aquisição de <i>tonners</i> da empresa Maxsys Comércio e Serviços Ltda., bem como não retenção de tributos em favor da empresa Cimcorp Comércio Internacional & Informática S.A.	Sindicância	Arquivamento
23106.012860/2014-17	Apuração de movimentação financeira atípica e evolução patrimonial do ex-servidor Aiporé Rodrigues de Moraes.	Sindicância Patrimonial	Arquivamento
23106.000204/2013-54	Apuração de movimentação financeira atípica e evolução patrimonial do servidor Edeijavá Rodrigues Lira.	Sindicância Patrimonial	Sindicância resultou em abertura de PAD que se encontra em instrução processual
23106.018817/2015-46	Apuração de conduta inadequada e possível assédio sexual e moral noticiado pelo Centro Acadêmico de Comunicação, da Faculdade de Comunicação.	Sindicância	Instrução processual
23106.010971/2015-70	Apuração de furto de TV de 52' polegadas no Departamento de História.	Sindicância	Encaminhado à autoridade máxima do órgão para decisão
23106.002371/2015-38	Apuração de descumprimento do TAC n. 84/2013.	Sindicância	Arquivamento
23106.015556/2014-21	Apuração de abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual do servidor Adolfo Reginaldo Jerônimo.	PAD	Arquivamento e demissão
23106.016079/2014-11	Apuração de abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual do servidor Ícaro dos Santos.	PAD	Arquivamento e demissão
23106.013365/2015-14	Apuração de desenvolvimento de atividades em horário incompatível com o trabalho do servidor Valdomir dos Santos Missel.	PAD	Instrução processual

Fonte: CPAD.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Neste item, são elencados os elementos da avaliação de riscos da Universidade de Brasília contendo: a metodologia de gerenciamento de riscos, a exposição dos fatores de risco monitorados pela instituição e as atividades de controle adotadas para mitigação dos riscos apontados.



3.4.1 Gerenciamento de riscos

Em continuidade à avaliação realizada em 2014, o Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO realizou a avaliação de riscos referente ao ano de 2015. Os riscos foram reavaliados e novos riscos foram estabelecidos considerando as mudanças internas e externas do ambiente da Universidade.

A metodologia utilizada baseia-se no Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos do MP. Também foram considerados os riscos apresentados em formulários de outras instituições como a Universidade de Cambridge e a *Association of Governing Boards of Universities and Colleges*, além dos riscos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília (PDI – 2014/2017).

Para a avaliação, foi utilizada a matriz de probabilidade e impacto. Os fatores que contribuem para a ocorrência dos riscos apontados e as consequências decorrentes desses também foram analisados.

Os riscos foram classificados e divididos quanto ao tipo, à classe e à categoria. Quanto ao **tipo**, foi considerada a tipologia utilizada pelo Ministério do Planejamento, em que os riscos são classificados em riscos internos (RI) e riscos externos (RE). Quanto à **classe**, os riscos foram classificados conforme as áreas de planejamento estratégico da Universidade de Brasília definidas para o ciclo 2014-2017, de acordo com o quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Classificação dos riscos quanto à classe

Classe de Risco - Áreas de Planejamento Estratégico UnB 2014-2017
1. Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)
2. Gestão de Pessoas
3. Recursos Financeiros
4. Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)
5. Recursos Tecnológicos
6. Recursos Institucionais (Infraestrutura)

Fonte: PDI 2014-2017 – UnB.

Por fim, quanto à **categoria**, os riscos foram classificados de acordo com os objetivos da Instituição: melhorar sua reputação (R), melhorar a experiência do estudante na instituição (E), melhorar seu quadro de funcionários (F), conservar suas propriedades e instalações (P), melhorar a gestão financeira (FN), aumentar as receitas (C), diminuir os riscos organizacionais (OR), desenvolver a tecnologia da informação (TI), melhorar a qualidade acadêmica (Q) e promover a internacionalização (Int).

Após avaliação, o impacto e a probabilidade dos riscos foram analisados qualitativamente e quantitativamente conforme descrito no Quadro 3.5. Para o estabelecimento de atividades de controle para mitigação dos riscos, foram priorizados os elementos de risco que apresentaram os seguintes resultados de probabilidade/impacto: ‘alto, alto’, ‘alto, médio’ e ‘médio, alto’.

Quadro 3.5 – Avaliação Impacto/Probabilidade

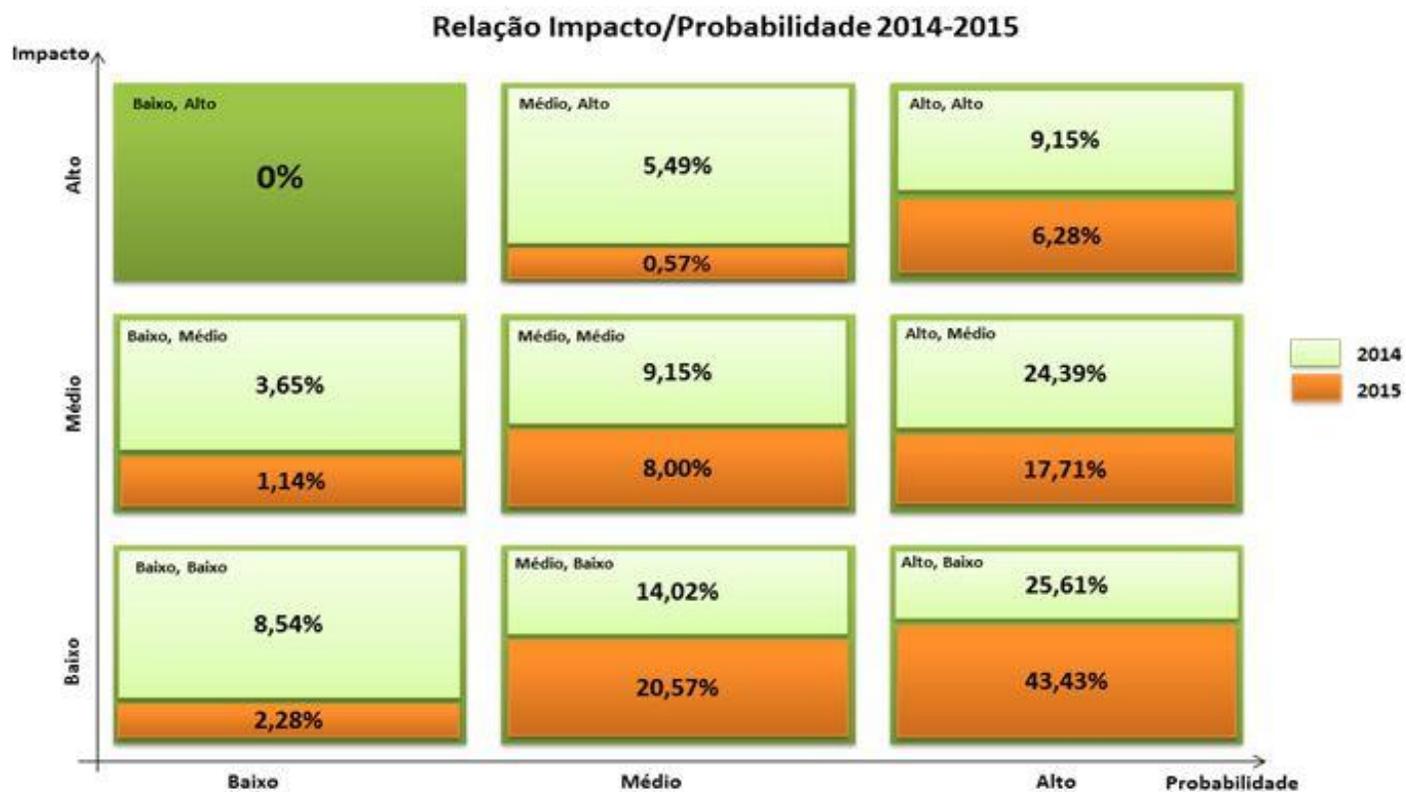
Impacto/Probabilidade	
0	Inexistente
1	Baixo
2	Médio
3	Alto

Fonte: DPO.

A avaliação comparativa dos anos de 2014 e 2015 revela a redução dos riscos priorizados, conforme descrito no gráfico 3.1.



Gráfico 3.1 – Frequência de riscos quanto ao impacto/probabilidade



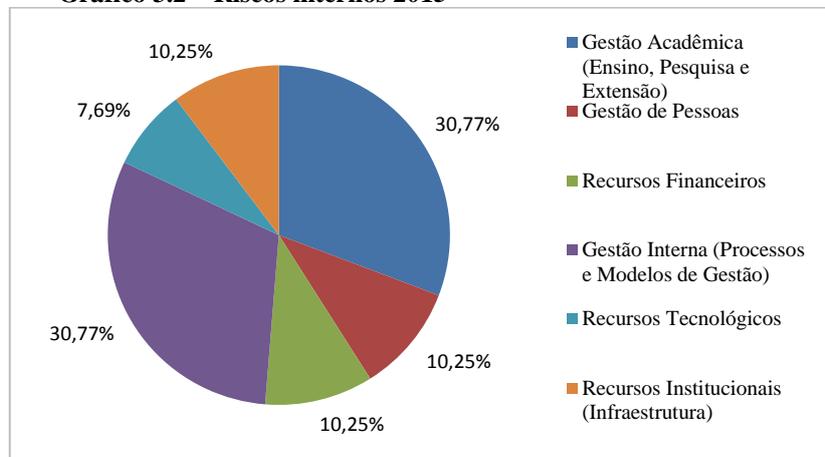
Fonte: DPO



O aumento dos elementos de risco ‘alto, baixo’ indica a redução da probabilidade de ocorrência de riscos que possuem elevado impacto de 2014 para 2015. Conforme indicado no Gráfico 3.1, pode-se observar que os riscos com impacto alto e probabilidade de ocorrência elevada (‘alto, alto’ e “alto, médio”) também sofreram redução. Os riscos com impacto médio e probabilidade alta também foram priorizados em 2015, sofrendo redução durante o período. Com as atividades de controle, em 2015, 16 riscos internos foram mitigados e o impacto de seis riscos externos foi reduzido.

Com relação aos riscos internos, em 2015, a maior parte dos riscos está associada à Gestão Acadêmica e à Gestão Interna, indicando a necessidade de atividades de controle que priorizem o ensino, a pesquisa e a extensão e melhorias nos processos e modelos de gestão. O gráfico 3.2 representa o conteúdo dos riscos internos avaliados em 2015

Gráfico 3.2 – Riscos internos 2015



Fonte: DPO.

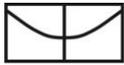
Já os riscos externos estão divididos igualmente nas áreas de planejamento relacionadas aos recursos financeiros, à gestão interna e aos recursos institucionais (infraestrutura). Em 2015, não foram identificados riscos externos associados à gestão acadêmica, gestão de pessoas e recursos tecnológicos.

3.4.2 Fatores de Risco

Riscos relacionados à reputação da instituição

A reputação da Universidade de Brasília está associada a fatores internos e externos. Internamente, a realização de festas estudantis sem autorização e a elevada ocorrência de casos relacionados à segurança nos *campi* são riscos com elevado impacto. Além disso, o acionamento de órgãos externos para resolução de litígios também é um risco potencial para a imagem da organização.

A realização de festas estudantis, em alguns casos, sem autorização do Decanato de Assuntos Comunitários, pode resultar em danos ao patrimônio da Universidade, além da responsabilização por ocorrências relacionadas à segurança da comunidade acadêmica e prejuízos à imagem da Instituição. Com a finalidade de reduzir a ocorrência desses eventos, a UnB procura fiscalizar a aplicação das diretrizes de convivência da comunidade universitária (Resolução do Conselho Universitário N.0001/2012), além de oferecer locais alternativos para realização desses eventos. Em



2014, foi aprovada a restrição de acesso ao Instituto Central de Ciências e instituída uma comissão específica para discutir novas medidas de combate às festas irregulares. A continuação do trabalho dessa comissão, em 2015, auxiliou na responsabilização dos envolvidos nos eventos sem autorização e na fiscalização das festas realizadas.

A insegurança da comunidade acadêmica também constitui um risco relevante para a imagem da Universidade, sendo o aspecto mais criticado pela comunidade acadêmica na última consulta realizada pelo DPO em 2015. Para reforçar a segurança nos *campi*, desde 2014, a Universidade vem implantando um novo sistema de vigilância, reforçando o patrulhamento 24 horas com monitoramento eletrônico. No início de 2015, a prefeitura dos *campi* intensificou as rondas nas unidades da UnB e investiu em equipamentos e treinamentos para os funcionários da área. Informes com recomendações sobre a segurança nos *campi* estão sendo divulgados para a conscientização da comunidade acadêmica. Em parceria com a PMDF, foi iniciado o policiamento ciclístico no *campus* Darcy Ribeiro, agilizando o atendimento de ocorrências.

Por fim, o envolvimento em potenciais litígios também afeta a reputação da instituição. Para diminuir o acionamento de órgãos externos para resolução judicial de conflitos internos, a Ouvidoria tem implantado ações para respostas mais ágeis e eficazes às reclamações registradas.

Riscos relacionados à experiência do estudante na Universidade

O aumento rápido do número de estudantes decorrente da política de expansão de vagas nas universidades públicas tem impacto relevante na alocação de recursos para a expansão da infraestrutura necessária à execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a atração e retenção de estudantes estão associadas à capacidade da Universidade de estimular e fomentar o ensino-aprendizagem com qualidade, infraestrutura adequada, acesso à informação, segurança e apoio ao aluno.

Em 2015, diversas ações foram realizadas para melhorar a experiência do estudante na instituição. Foram inauguradas novas salas de aula, incluindo uma sala de estudos 24 horas, um auditório, um laboratório de línguas e um posto avançado da SAA no novo bloco de salas do *campus* Darcy Ribeiro. Os postos do SAA ajudam a descentralizar o atendimento aos alunos, tornando o acesso aos serviços mais eficiente. Foi inaugurado ainda o Restaurante Universitário (RU) no *campus* da Faculdade de Planaltina. Além disso, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Federação das Indústrias do Distrito Federal, foram instaladas coberturas nas paradas de ônibus do *campus* Darcy Ribeiro. As mudanças no modelo de gestão do RU permitiram ainda melhorias na infraestrutura dos refeitórios e ampliação da disponibilidade de funcionamento durante o ano.

Com o objetivo de integrar as iniciativas de apoio aos estudantes, foi institucionalizado o programa Rede de Acolhimento, coordenado pelo DEG. Esse programa procura reduzir a evasão de alunos e oferecer apoio acadêmico com enfoque social, psicológico e de saúde.

Riscos relacionados ao quadro de funcionários

A alta rotatividade de funcionários, principalmente servidores da área administrativa, associada ao mapeamento ineficaz de processos é um risco com elevado impacto na qualidade dos serviços que a UnB oferece. Além disso, as dificuldades em oferecer plano de carreira atrativo devido às restrições políticos-governamentais e orçamentárias reduzem a capacidade de atrair e manter servidores, prejudicando a construção de quadro efetivo de funcionários.



Para reduzir o risco de rotatividade, o DGP implementou ações de valorização da carreira, ampliando a oferta de cursos de capacitação e qualificação. Em continuidade à execução do termo de ajustamento de conduta para substituição dos trabalhadores SICAPs (Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço), os desligamentos foram concluídos em junho de 2015 e ao longo do ano foram realizadas novas nomeações para preencher os cargos com novos servidores. Contudo, cabe ressaltar a necessidade de melhorias na alocação dos servidores e o aprimoramento do mapeamento de processos, de forma a permitir o acesso às informações das atividades dos cargos existentes quando houver ausência ou substituição do ocupante.

Além disso, o elevado índice de absenteísmo por licença para tratamento de saúde compromete a continuidade dos serviços prestados pela Universidade. Em 2015, foi registrado o afastamento de 2.128 servidores para a realização de tratamento de saúde. Para minimizar o impacto desse risco, a UnB vem implementando ações de prevenção do adoecimento e promoção à saúde, além de programas voltados para a análise do ambiente de trabalho, dos métodos produtivos e para o acolhimento e acessibilidade de servidores.

A qualidade dos serviços da UnB depende ainda da capacidade de atrair, desenvolver e reter professores e pesquisadores de alto desempenho, com interesse na formação de grupos de pesquisa e voltados para o ensino de qualidade. Dessa forma, buscando a capacitação de docentes, foram realizados, em 2015, novos ciclos de debates do Fórum Permanente de Formação Inicial e Continuada de Professores. Também foram realizados novos concursos para o preenchimento do quadro docente e encontros nacionais e internacionais sobre a formação docente para a educação superior e básica. Em conjunto com as iniciativas do programa Rede de Acolhimento, foi lançada ainda a iniciativa de boas-vindas aos professores, no início de cada semestre, com o objetivo de fortalecer o papel do docente e apresentar o perfil do estudante UnB/2015 discutindo sobre as potencialidades de inovação no processo ensino-aprendizagem.

Demais riscos identificados na área de gestão de pessoas encontram-se no capítulo Gestão de Pessoas deste relatório.

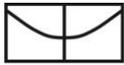
Riscos relacionados às propriedades e instalações

As mudanças nas legislações de segurança predial, acessibilidade e normas de saúde pública exigem maiores investimentos em infraestrutura dentro da Universidade. Além disso, o impacto da deterioração dos valores dos imóveis decorrente da demora na execução das obras torna necessária a identificação, priorização e o financiamento das necessidades de manutenção, evitando assim a ocorrência de sinistros e litígios em potencial.

Para atender às normas de saúde pública, foi iniciado, em 2015, o processo de regularização do comércio de alimentos no ICC. As lanchonetes e os restaurantes foram transferidos, em grande parte, para os módulos de apoio e serviços comunitários (MASCs). A cobertura desses prédios também foi reformada para maior proteção contra a chuva.

Em conformidade com a legislação de acessibilidade, foram confeccionadas cem carteiras adaptadas para pessoas com deficiência, seguindo as medidas especificadas pelo Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE. Também foram implementadas melhorias estruturais no estacionamento do *campus* do Gama para facilitar a locomoção e o trânsito no local.

A UnB também está exposta a ocorrências de perdas, furtos, roubos ou danos aos bens da instituição, podendo resultar em prejuízos ao funcionamento da Universidade e até mesmo na necessidade de repor bens furtados, incorrendo em



despesas não previstas. Para minimizar o impacto destes riscos, foram realizadas melhorias na iluminação pública, reformulação dos contratos e sistemas de segurança, campanhas de conscientização e intensificação da parceria com a polícia militar. Essas mudanças já resultam na redução dos casos de furtos.

Cabe ressaltar que foram realizadas, ainda em 2015, ações de limpeza, impermeabilização e drenagem visando evitar infiltrações e alagamentos e a compra e recuperação de aparelhos de ar condicionado, com a instalação de películas nos novos prédios, tendo em vista o conforto térmico. Destaca-se que, apesar da implantação do novo modelo de gestão da infraestrutura, a Universidade ainda encontra dificuldades para a realização de obras dentro dos prazos estabelecidos. Dessa forma, torna-se necessária a definição de ações para mitigação deste risco, tornando a elaboração e execução dos projetos de infraestrutura mais eficiente.

Riscos financeiros

A capacidade da Universidade de planejar e executar as atividades de acordo com o orçamento disponível é o principal desafio atualmente. A incerteza da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros tem impacto na capacidade da instituição de cumprir as obrigações e assegurar os investimentos para o desenvolvimento de suas atividades.

No início de 2015, houve redução de um terço dos repasses mensais de recursos para despesas correntes e expressiva redução nas verbas de capital. Dessa forma, foi necessário realizar a revisão de alguns contratos, o redimensionamento dos serviços e a alteração do cronograma de obras para readequação de despesas. Esses ajustes foram decisivos para a manutenção da produtividade das áreas acadêmicas e administrativas.

Para minimizar o impacto da redução do orçamento disponível foram realizadas ações com a finalidade de elevar a arrecadação de recursos próprios. Entretanto, dado o cenário político-econômico, houve dificuldades para a implementação das ações planejadas. A retração do mercado imobiliário e o conseqüente aumento na taxa de ociosidade dos imóveis teve impacto direto na tentativa de alteração do valor dos aluguéis dos imóveis de propriedade da UnB. A prestação de serviços também foi utilizada como fonte de recurso, através de contratos e convênios com outras entidades, inclusive empresas e órgãos do MEC. Contudo, a instabilidade econômica do país desfavoreceu a celebração de novos acordos.

Para reduzir o volume de despesas, foram divulgadas campanhas para uso consciente de água e luz nos *campi*. Todavia, apesar da redução do consumo de energia em kwh, a elevação do custo de produção de energia elétrica no país resultou em aumento do montante financeiro destinado a essa despesa na Universidade.

A instabilidade da taxa de câmbio e a alta desvalorização do real frente ao dólar representou risco com elevado impacto nas aquisições de itens importados. Associada à elevação das despesas acessórias (fretes, armazenagens, seguros, impostos e taxas), a desvalorização cambial elevou os custos de realização de pesquisas e atividades administrativas e de ensino em 2015.

Ressalta-se ainda que a liberação parcelada de repasses de verbas prejudicou a capacidade da UnB de planejar adequadamente a alocação de recursos e o pagamento das suas obrigações. Em decorrência disto, foram encontradas dificuldades para compatibilizar a disponibilidade orçamentária e financeira, incorrendo em atrasos no pagamento de determinadas despesas e, conseqüentemente, no pagamento de multas. Esses fatores tem relevante impacto na imagem da organização frente aos seus *stakeholders*, principalmente na sua credibilidade junto aos fornecedores e prestadores de serviços.



Riscos contratuais

A UnB conta com fornecedores, instituições conveniadas, prestadores de serviços e projetos colaborativos. Falhas, atrasos ou brechas em contratos, acordos ou convênios podem acarretar na redução de fontes próprias de recursos e no descumprimento de obrigações. Além disso, podem surgir litígios com possível responsabilização por perdas e danos.

Para reduzir esse risco, diversos contratos foram revisados em 2015, e, conforme orientação do TCU, a forma de contratação de prestação de serviços terceirizados está sendo alterada. Dessa forma, determinou-se que os novos contratos devem seguir preferencialmente o modelo de contratação por serviços e não por postos de trabalho. Espera-se que essa mudança resulte na economia de recursos associada ao aumento da produtividade dos serviços contratados.

Além disso, em 2015, foi finalizado o processo de desligamento dos servidores precarizados vinculados ao SICAP (Sistema de Cadastramento Unificado de Prestação de Serviço), em atendimento ao Acordo Judicial PAJ n.608/2009. Ações para o desligamento e a substituição desses foram realizadas e, desde junho de 2015, não existem mais colaboradores nessas condições.

Para evitar falhas nos contratos, foi intensificada a fiscalização e o controle da execução dos serviços contratados, além da redução dos contratos emergenciais. Com relação aos contratos de elaboração de projetos para edificações destinados ao desenvolvimento institucional da Universidade, a execução por demanda foi substituída pelo serviço continuado realizado por empresas contratadas.

Cabe destacar a necessidade do planejamento adequado dos recursos, prazos e obrigações dos certames licitatórios, dada a vulnerabilidade da Universidade quanto ao risco de interrupção dos serviços entre o encerramento dos contratos vigentes e a conclusão das novas contratações. Em 2015, foram registradas interrupções de sessenta dias na prestação de serviços de apoio e copeiragem e de oito dias nos serviços de garçom até a finalização dos novos contratos.

Riscos organizacionais

A capacidade de planejar de maneira eficaz e gerenciar as informações e serviços prestados são fatores importantes para o posicionamento da Universidade como uma instituição de excelência.

O êxito das atividades de planejamento está associado ao atendimento das necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade e à capacidade de identificar as necessidades de expansão ou mudança frente aos novos desafios. Para minimizar o risco de planejar ações não condizentes com a realidade atual do ambiente em que a UnB está inserida, o Decanato de Planejamento e Orçamento, em parceria com a Comissão Própria de Avaliação, lançou, em 2015, a consulta à comunidade acadêmica com o objetivo de ouvir estudantes, professores e servidores a respeito de questões essenciais da Universidade. Ao todo, 32 aspectos foram examinados, destacando-se, de forma positiva por 84% dos respondentes, a importância da UnB para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal. As condições de segurança, infraestrutura e acessibilidades foram os aspectos de maior insatisfação, indicando a importância de maiores investimentos nessas áreas. Por fim, além de ser um instrumento importante para a gestão da instituição, a consulta também facilita o acesso às informações pelos avaliadores externos. Os resultados da consulta à comunidade acadêmica UnB-2015 estão disponíveis no *link*: <http://cpa.unb.br/images/cpa/consultacomunidade/consulta-comunidade.pdf>.



A garantia de transparência dos atos e decisões relacionados às atividades da Universidade também representa um elemento de risco, pois evidencia o compromisso da instituição em atender à legislação e proporciona o acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade. Com o objetivo de atender a esta demanda, em 2015, foi aprovado o projeto para implantação do [Boletim de Atos Oficiais](#) da Universidade de Brasília. Dessa forma, a UnB busca ampliar a publicidade e transparência, além de padronizar os atos oficiais. A página eletrônica será disponibilizada a partir de 2016.

O risco de interrupção das atividades da Universidade com a ocorrência de greves e invasões tem impacto não somente no funcionamento da UnB, mas também no atendimento ao calendário escolar e na imagem da instituição. Em 2015, a greve dos servidores técnico-administrativos durou cerca de 130 dias, e, em dezembro, foi registrado novo ato de invasão ao gabinete do reitor. Para minimizar a ocorrência desse risco, a UnB está em constante diálogo com a comunidade acadêmica, o governo federal e associações de classe buscando identificar as necessidades e levando ao governo propostas de negociação. Ressalta-se que muitos elementos constantes na pauta de reivindicações desses segmentos compreendem decisões externas à gestão da Universidade e estão associadas à conjuntura política e econômica do país.

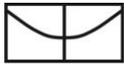
Riscos relacionados à tecnologia da informação

A modernização e a atualização dos sistemas associadas a processos organizacionais mais eficientes consistem em um desafio para a infraestrutura de tecnologia da informação da Universidade. As exigências da legislação quanto ao acesso à informação, elaboração e arquivamento de documentos e ao uso de plataformas eletrônicas para o desenvolvimento de atividades na administração pública são fatores que impactam o gerenciamento de TI.

Para atender a essas exigências, o Arquivo Central e o Centro de Informática da UnB desenvolveram, em parceria com outras unidades e entidades da administração pública, o projeto UnBDigital. Por meio desse projeto, a Universidade espera modernizar os processos e aumentar a eficiência das rotinas produtivas com a implantação (a partir de 2016) de um novo sistema para gerir os documentos da Instituição: o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

A segurança, a confiabilidade e a acessibilidade das informações, além da falta de integração entre sistemas também representam risco para a instituição. Para mitigar esse risco, a Universidade tem buscado soluções de TI que garantam a disponibilidade segura de suas informações. Em 2015, a UnB e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) estabeleceram um termo de cooperação para o desenvolvimento de um aplicativo que possibilitará a criação e a verificação de assinaturas digitais em arquivos PDF, baseadas no padrão de assinatura da infraestrutura de chaves públicas brasileira. Além disso, visando a transparência e publicidade de seus atos, a Universidade lançou o supracitado projeto digital *Boletim de Atos Oficiais da UnB*.

Apesar dessas ações de melhoria da gestão de TI, cabe ressaltar que a Universidade está exposta à perda de informações e *hardwares* devido a falhas nos sistemas de segurança física dos equipamentos, da rede e dos servidores (invasões, vírus, etc.). Além disso, é necessário adequar a capacidade da rede ao volume de usuários, reduzindo a indisponibilidade de acesso. A inadequação aos requisitos da Lei de Acesso à Informação – LAI e a falta de classificação das informações sigilosas também expõem a Universidade ao risco de reter informações sem amparo legal e ao surgimento de litígios em potencial.



Riscos relacionados à qualidade acadêmica

A qualidade acadêmica está associada à excelência dos processos e resultados da Universidade no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além desses fatores internos, a UnB deve atender às metas de políticas governamentais e às exigências de avaliadores externos. Dessa forma, a alocação eficaz de recursos e o investimento em tecnologias de ensino e aprendizagem constituem um desafio para a Universidade.

Apesar da conjuntura econômica e política do país, e, como resultado da qualificação do corpo docente, do desempenho dos estudantes e pesquisadores e das diretrizes adotadas pela Universidade, em 2015, a UnB recebeu, pela primeira vez, nota máxima do Ministério da Educação (MEC) no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado pelo Inep. O índice é resultado da média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da instituição e do número de matrículas em cada um desses programas. Além disso, a UnB alcançou resultados positivos em indicadores de outros avaliadores externos em 2015. A Universidade foi classificada entre as dez melhores da América Latina pela companhia britânica QS e, pelo *Ranking* Universitário Folha, está listada entre as dez melhores do país. O Guia do Estudante da Editora Abril concedeu estrelas a 59 cursos de graduação da UnB.

Em decorrência das atividades de pesquisa, a Universidade está exposta ao risco de responsabilização pela identificação de plágios nos estudos desenvolvidos por estudantes e pesquisadores da Instituição. Para minimizar a ocorrência de notificações e reduzir os danos à imagem da Universidade, foram realizadas palestras e cursos para alertar e orientar os alunos. Também estão sendo analisadas propostas para a compra de *softwares* que identificam esse tipo de fraude. Ressalta-se ainda que a Universidade segue um código de ética visando garantir a integridade científica e as denúncias de plágio são investigadas e julgadas por comissão específica.

Riscos relacionados à internacionalização

Com a redução das bolsas ofertadas pelo programa *Ciência Sem Fronteiras*, a Universidade pode sofrer impactos no processo de mobilidade internacional, dada a baixa publicação de editais que estimulem o intercâmbio de estudantes e a pouca oferta de bolsas integrais no exterior oferecidas pelas CAPES e pelo CNPq.

Para minimizar o impacto desse risco, a UnB, por meio da Assessoria de Assuntos Internacionais, firmou novos acordos com universidades estrangeiras em 2015. Os acordos abrangem a Universidade de San Marino, a Universidade Livre de Bruxelas, a Universidade de Guelph, entre outras. Esses acordos preveem o intercâmbio de alunos, professores e pesquisadores, além de programas conjuntos de pesquisa.

Novos acordos de cooperação também foram estabelecidos em 2015. Futuras parcerias entre as instituições da América Latina estão sendo analisadas em conjunto com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), com o objetivo de promover relações institucionais em escala regional e global. Alguns gestores da UnB estabeleceram um convênio com o Programa *Campus* do grupo de tecnologia Safran para a realização de eventos acadêmicos no Brasil e oportunidades de contratação de jovens talentos. Fóruns internacionais também foram realizados para promover a integração da comunidade acadêmica com organismos internacionais.

Cabe ressaltar que, apesar dos esforços realizados para o desenvolvimento e a publicação de editais de apoio e complementação às pesquisas científicas, a ampliação da internacionalização da UnB depende da capacidade da instituição de fomentar a publicação em periódicos internacionais, proporcionando maior visibilidade e



reconhecimento aos pesquisadores e à própria Universidade. Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de ações voltadas para estimular e incentivar os pesquisadores da UnB a publicar os resultados de suas pesquisas em periódicos estrangeiros.

3.4.3 Atividades de controle para mitigação dos riscos

As atividades para controle e mitigação dos riscos estão indicadas no Anexo A. São apresentados apenas os riscos priorizados, os quais possuem os seguintes elementos de impacto e probabilidade respectivamente: “alto, alto”, ‘alto, médio’ e ‘*médio, alto*’. Esses elementos foram selecionados, pois estão situados em uma área acima do nível de riscos tolerados pela organização, exigindo ações específicas.



4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo evidencia as estruturas que garantem o canal de comunicação entre a UnB e o cidadão, no tocante às solicitações, denúncias, sugestões e reclamações. Além disso, esta seção trata da percepção da sociedade e da comunidade acadêmica sobre os serviços prestados pela instituição, bem como as medidas que são adotadas para garantir acessibilidade.

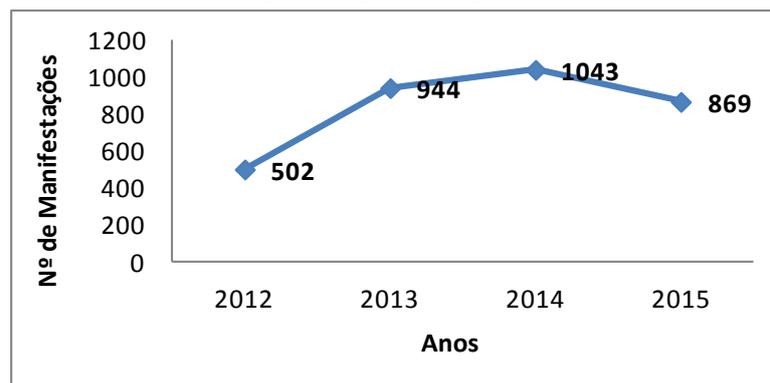
4.1 Canais de acesso do cidadão

Os canais de comunicação buscam aproximar o cidadão dos serviços ofertados pela Universidade de Brasília e, ao mesmo tempo, garantir a efetividade dessas prestações. Os mecanismos de comunicação entre a UnB e a sociedade são representados, principalmente, pelos canais: Ouvidoria (OUV), Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Secretaria de Comunicação (Secom) e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Ouvidoria é um canal de efetiva comunicação do cidadão com as diversas unidades acadêmicas e administrativas da UnB. Atua na mediação de conflitos e conciliação, recebe e encaminha sugestões, reclamações, denúncias, solicitações, pedidos de informação e elogios da sociedade. Essas manifestações são recebidas pelo SISOUV e por meio do e-mail ouvidoria@unb.br.

O gráfico 4.1 demonstra o quantitativo de demandas recebidas pela Ouvidoria durante o período de 2012 a 2015.

Gráfico 4.1 – Manifestações recepcionadas pela Ouvidoria



Fonte: OUV.

No ano de 2015, esse meio de comunicação recepcionou 869 informações, das quais foram: 55,69% reclamações, 25,54% pedidos de informação, 10,70% denúncias, 3,92% solicitações, 2,42% elogios e 1,73 % sugestões. No que tange às respostas, a unidade informou que, até o dia 4/2/2016, 81 casos (9,32% das demandas) ainda não foram finalizados por falta de respostas das unidades acadêmicas e administrativas.

Em relação aos exercícios anteriores, no período de 2012-2013, o número de demandas aumentou 88,05%. No biênio 2013-2014, houve ascensão de 10,49%, seguida de variação negativa de 16,68%, quando se verifica o intervalo de 2014-2015. A unidade informou que o declínio das manifestações de 2014 para 2015 deveu-se ao não acolhimento das manifestações do Cespe/Cebraspe, que se transformou em uma organização social.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é a unidade administrativa para atender a todo cidadão que deseje solicitar acesso às informações públicas ligadas à Universidade de Brasília.

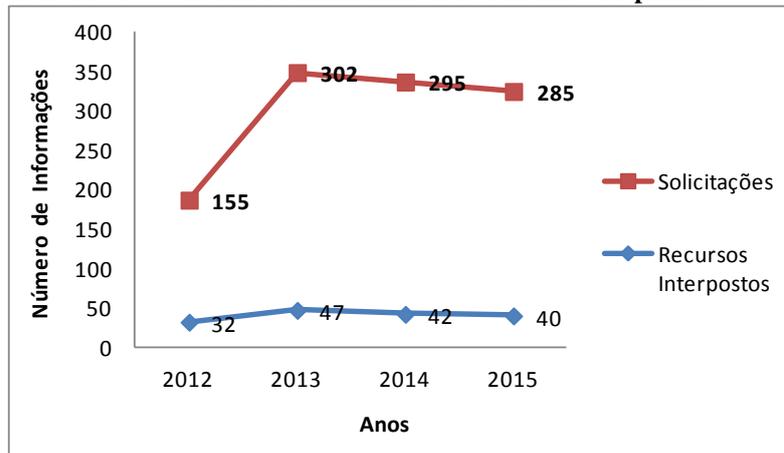
No ano de 2015, o SIC foi acionado 400 vezes, nas quais precisou conduzir procedimentos administrativos quando o cidadão direcionou algum tipo de solicitação. Entretanto, apenas 285 pedidos eram de competência da Universidade.

Sobre os recursos interpostos às solicitações, em 2015, existem 40 em fase recursal de 1ª instância, no qual: 17 apresentam-se em estado recursal à autoridade máxima do órgão, 14

encontram-se em etapa recursal à Controladoria-Geral da União e seis estão situados em estágio recursal à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

O gráfico 4.2 ilustra a evolução das solicitações do canal de comunicação e os recursos interpostos. Os números apresentados divergem-se daqueles informados em versões anteriores do Relatório de Gestão, pois foram atualizados de acordo com o e-SIC/CGU.

Gráfico 4.2 – Pedidos de acesso ao SIC e recursos interpostos



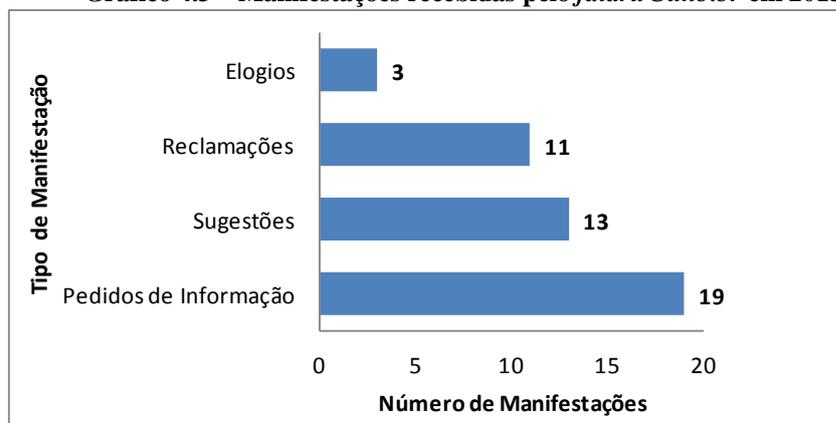
Fonte: SIC.

No período de 2012-2013, os números de demandas ao SIC tiveram quase o dobro de solicitações (94,84%). A partir de 2013, observa-se declínio no número de pedidos, que atingiram os percentuais de -2,32% em 2013-2014, e -3,39% no intervalo de 2014-2015.

Os recursos interpostos apresentaram ascensão de 46,88% no período de 2012-2013. Para os anos 2013-2014, o percentual dessas manifestações foi decrescente, e atingiu 10,64%. A análise dos últimos dois anos (2014-2015) não foi diferente, pois se observa diminuição de 4,76% no número de recursos interpostos.

Com vistas a ampliar o canal de acesso à informação para a comunidade acadêmica, o Restaurante Universitário da UnB também recebe manifestações de seus usuários, por meio do e-mail falaru@unb.br. O gráfico 4.3 evidencia o número de informações recebidas pela unidade.

Gráfico 4.3 – Manifestações recebidas pelo falaru@unb.br em 2015



Fonte: RU.

A Ouvidoria e o SIC informaram que não houve alteração nos procedimentos adotados em 2015, decorrentes das informações disponibilizadas em seus canais de acesso. Entretanto, as unidades relataram algumas metas que serão desenvolvidas em 2016 para o aperfeiçoamento de seus serviços. A Ouvidoria apresentou os seguintes propósitos: formalizar o questionário de



satisfação junto ao Centro de Informática (CPD), em atendimento à Lei n. 6.932/2009; aperfeiçoamento do sistema SISOUV (Centro de Informática); melhorar os serviços prestados pela Ouvidoria; aumentar a visibilidade da Ouvidoria, a partir de projetos de comunicação junto aos alunos e docentes da Faculdade de Comunicação; e encaminhar junto à Reitoria, adaptações necessárias a sua Instrução Normativa n. 1/2011, com vistas à melhoria da gestão da Ouvidoria, nos seguintes aspectos: alteração das manifestações registradas pelos usuários (prazos), na definição de consultor, na data do Relatório Semestral (será anual) e para o tratamento de denúncias anônimas.

Para o SIC, com o objetivo de dar continuidade à implantação de seu serviço e atender a integralmente a LAI, a área irá mobilizar os diversos setores responsáveis pelos conteúdos que constam como pontos ‘não atendidos’ na Lei nº 12.527/2011. Embora não haja um cronograma de ações a ser apresentado, haverá uma série de procedimentos administrativos que serão adotados para alcançar esse objetivo. Essa ação será uma forma de aperfeiçoar e aumentar a satisfação dos usuários desse mecanismo.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Universidade de Brasília, publicada em novembro de 2014, encontra-se na sua segunda edição, com o objetivo de apresentar informações acerca dos serviços prestados na área de ensino, pesquisa e extensão, os meios de acesso, as etapas para processamento e os prazos para a execução dos serviços na Universidade.

Além de estar contida na página institucional da fundação (www.unb.br), a Carta de Serviços ao Cidadão também pode ser acessada por meio [do endereço eletrônico](#). No tocante ao documento impresso, o cidadão interessado poderá consultá-la nas unidades acadêmicas e administrativas da UnB, bem como na Ouvidoria.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Em 2015, a Universidade realizou algumas consultas à comunidade acadêmica e à sociedade, com vistas a medir a satisfação dos cidadãos-usuários de seus produtos e serviços. A seguir, serão apresentadas as principais pesquisas elaboradas pelas unidades administrativas da instituição.

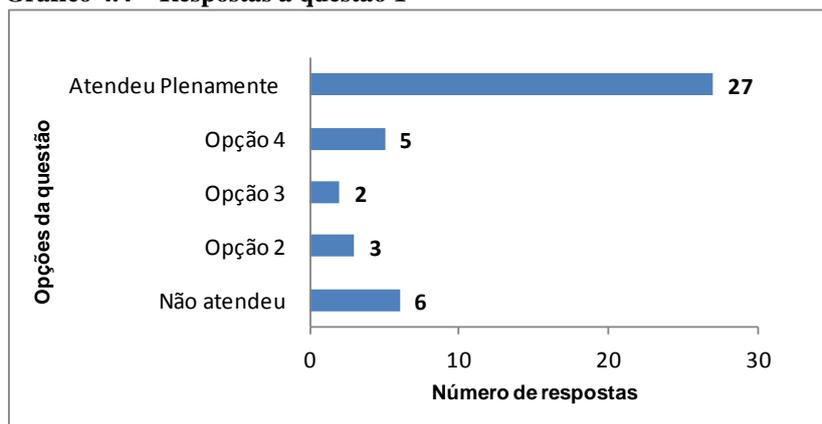
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Após atendimento realizado à solicitação do cidadão, o usuário do e-SIC/CGU é designado a efetuar uma avaliação sobre o serviço prestado, mediante a resposta de um questionário que está contido no sistema.

O instrumento de coleta de dados apresentou duas questões principais: na primeira, o cidadão foi indagado se *a resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido* e, na segunda, se *a resposta fornecida foi de fácil compreensão*. Os resultados da pesquisa foram extraídos do e-SIC em 23/2/2016. Ao todo, 43 cidadãos-usuários responderam as referidas questões. Os gráficos 4.4 e 4.5 demonstram a avaliação dos usuários.



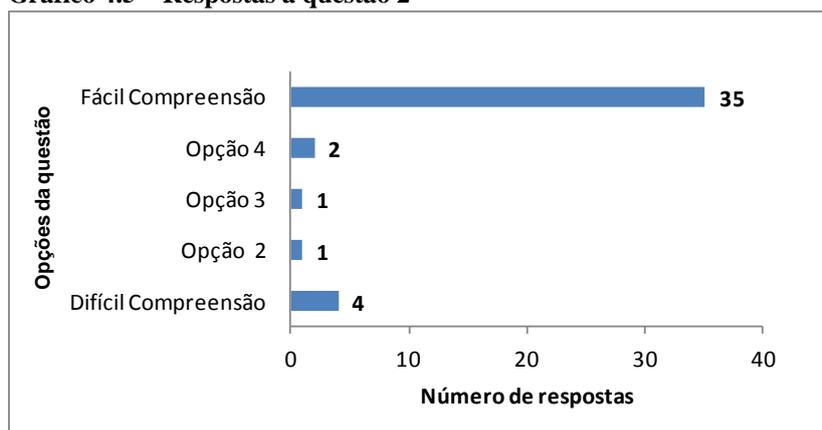
Gráfico 4.4 – Respostas à questão 1



Fonte: e-SIC/CGU.

No que se refere à primeira questão, 27 respondentes julgaram que suas solicitações foram atendidas plenamente, 10 cidadãos acreditam que seus pedidos foram atendidos de maneira parcial (opções 2, 3 e 4), e seis usuários avaliaram que suas solicitações não foram atendidas.

Gráfico 4.5 – Respostas à questão 2



Fonte: e-SIC/CGU.

Acerca da segunda questão, 35 cidadãos avaliaram que as respostas fornecidas são de fácil compreensão, quatro respondentes acreditam que essas informações não são totalmente compreensíveis (opções 2, 3 e 4) e quatro usuários julgaram que as informações respondidas são de difícil compreensão.

Em virtude de a LAI ser uma lei que pode ser entendida como "nova" (2011-2012), e não estar integralmente implantada na Universidade de Brasília, o SIC não identificou pertinência em utilizar dados obtidos pela ferramenta *Pesquisa de Satisfação* do e-SIC para que fossem feitas adaptações consistentes na rotina operacional ou estratégica da unidade.

UnB Hoje

Criado em 1985, o boletim *UnB Hoje* completou 30 anos em 2015. Atualmente, o comunicado é publicado a cada semana e seu conteúdo é afixado em vários pontos da UnB, bem como enviado por *e-mail* para 6.000 usuários cadastrados em sua rede.

A Secretaria de Comunicação (Secom), que é responsável por informar à comunidade interna e externa sobre a produção científica e cultural da Universidade, quis saber a opinião de alunos, professores, técnicos e comunidade em geral sobre o comunicado.

Para atingir tal objetivo, a unidade disponibilizou um questionário *online*, em uma reportagem de 25/9/2015 no *site* da UnB. O *link* de acesso à pesquisa ficou disponível para avaliação durante o



período de 25/9/2015 a 23/10/15. Foram recebidas 358 respostas, contudo alguns participantes não responderam a todas as indagações do questionário.

Os gráficos 4.6 e 4.7 evidenciam os resultados das principais perguntas que avaliaram o grau de satisfação dos usuários, sendo que a primeira versa sobre o nível de satisfação com o recebimento por e-mail do comunicado e a segunda solicita a atribuição de uma nota para o serviço de digital.

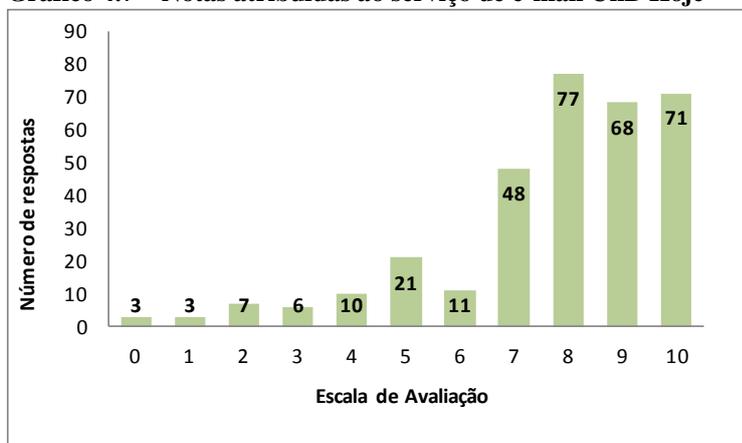
Gráfico 4.6 – Nível de satisfação UnB Hoje eletrônico



Fonte: Secom.

No tocante ao nível de satisfação, a Secom teve 332 respostas. De maneira geral, 172 usuários do boletim por e-mail estão satisfeitos com o serviço, ao passo que 111 cidadãos afirmaram que estão parcialmente satisfeitos, nove insatisfeitos, e os respondentes que marcaram não se aplica e outros somaram 40 respostas.

Gráfico 4.7 – Notas atribuídas ao serviço de e-mail UnB Hoje



Fonte: Secom.

A questão sobre notas atribuídas ao serviço contou com a participação de 325 respondentes, dos quais 296 usuários atribuíram notas iguais ou superiores a cinco. Outra parte dos participantes do estudo, representada por 29 usuários, atribuiu notas compreendidas entre o intervalo 0-4 em suas avaliações. No exercício de 2015, ainda não foram adotados procedimentos pela unidade a partir dos dados colhidos.

Restaurante Universitário

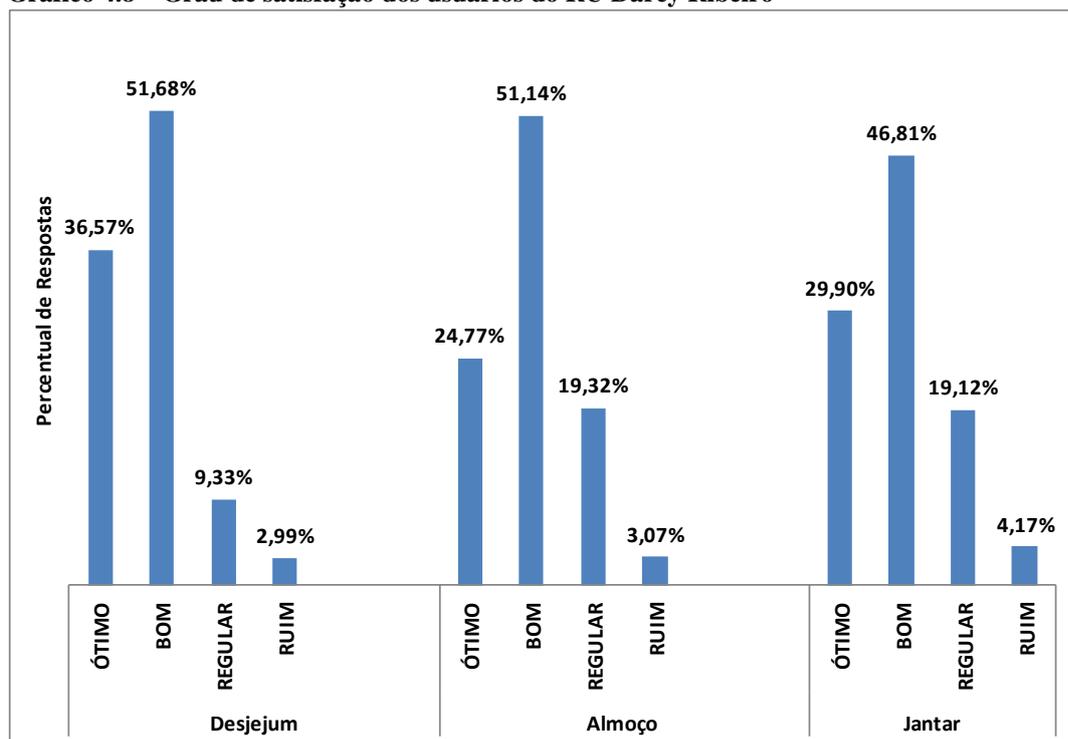
Para avaliar a aceitação da alimentação oferecida pelo Restaurante Universitário (RU) dos campi Darcy Ribeiro e Gama, a empresa Sanoli desenvolveu um programa para auferir a opinião dos usuários a respeito das características do cardápio ofertado, de acordo com os quesitos:



apresentação, sabor, temperatura e variedade, julgando cada característica em ótimo, bom, regular e ruim.

No *campus* Darcy Ribeiro, a pesquisa foi realizada em 16 de outubro de 2015, na qual os convidados foram escolhidos de forma aleatória a opinarem sobre a refeição do dia. No desjejum, foram abordados 134 cidadãos; no almoço, 220 usuários responderam às questões; e no jantar, 102 convidados participaram da pesquisa. O gráfico 4.8 ilustra a avaliação dos usuários do restaurante, considerando três refeições ofertadas.

Gráfico 4.8 – Grau de satisfação dos usuários do RU Darcy Ribeiro



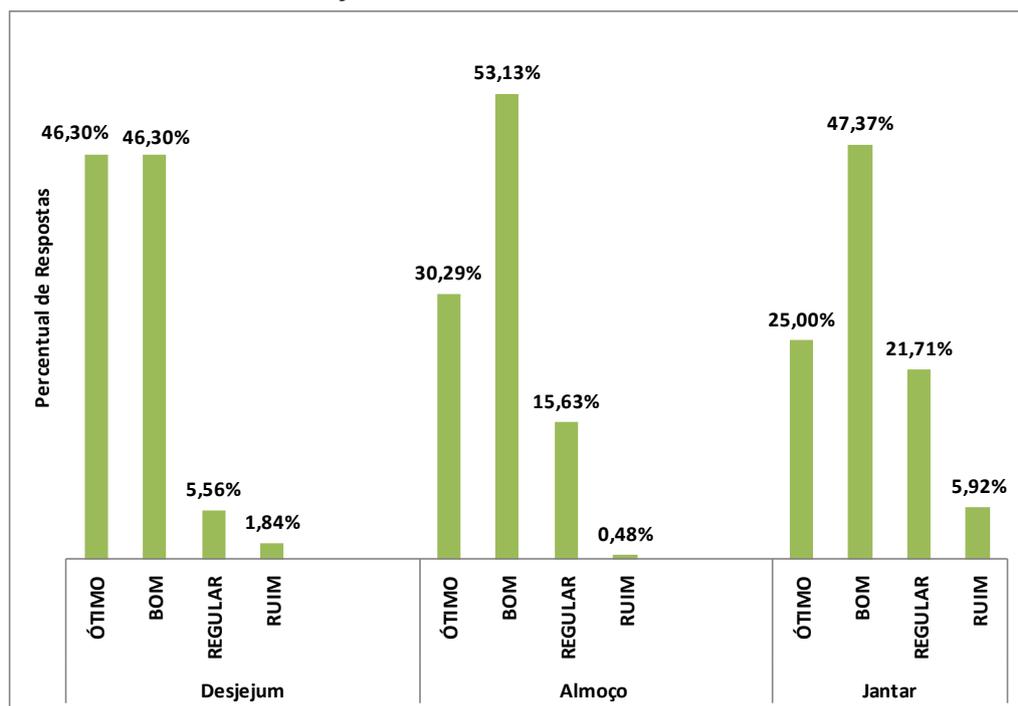
Fonte: RU.

Os dados supracitados referem-se à obrigatoriedade do contrato nº 241/2014, com execução da Sanoli em 2015. A pesquisa ainda não está disponível no *site* do RU, embora haja a previsão de sua publicação para o 1º semestre de 2016. Tendo em vista que o trabalho foi realizado em outubro (vigência contratual), não foi possível realizar a tempo alterações nos procedimentos da unidade, pois o período do contrato se encerrou. Em 2015, foi assinado o contrato nº 204/2015, com vigência até 1/1/2017 (mediante pregão nº 18/2015), para o qual serão feitas periodicamente novas pesquisas de satisfação entre os usuários dos restaurantes.

Os usuários do RU *campus* Gama também expressaram sua satisfação sobre o serviço. Foram abordadas 27 pessoas no desjejum, 104 no almoço e 102 no jantar. O gráfico 4.9 evidencia os resultados da pesquisa.



Gráfico 4.9 – Grau de satisfação dos usuários do RU Gama



Fonte: RU.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Incumbida de acompanhar os processos de avaliação interna da UnB e pelo fornecimento de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Comissão Própria de Avaliação realizou, no período de 9/2/2015 a 27/2/2015, uma consulta à comunidade acadêmica, por meio de questionários *online* para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Ampliar os canais de comunicação, bem como a interação entre a comunidade universitária e a gestão administrativa da instituição foram os objetivos do estudo. As evidências obtidas podem ser acessadas pelo *link*: <http://www.cpa.unb.br/images/cpa/consultacomunidade/consulta-comunidade.pdf>.

Os [resultados da consulta](#) serviram para dar suporte a Administração Central em seu processo de tomada de decisão, em aspectos relacionados à segurança dos *campi*, instalações sanitárias, acessibilidade e infraestrutura de sala de aula e laboratórios.

Estão disponibilizadas no *site* da CPA ações relacionadas a processos de avaliações interna e externa, como: pesquisas de egressos, retenção e evasão, avaliação externa de cursos de graduação (presencial e a distância) e avaliação discente.

Por meio de seu [boletim informativo](#), a comissão proporciona maior transparência ao seu trabalho, disseminando discussões sobre o processo avaliativo institucional, além de estabelecer aproximação com os demais segmentos universitários. Em 2015, foram emitidos dois boletins.

Além das pesquisas de satisfação realizadas entre cidadãos-usuários, a UnB é avaliada constantemente, seja pelos mecanismos formais (órgãos superiores de educação e de controle) ou pela imprensa (vide item 2.3 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho).



4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A consulta às informações sobre a atuação da UnB pode ser acessada pelo *site* oficial da entidade (www.unb.br). Os principais canais de acesso, que visam demonstrar a transparência da gestão universitária à sociedade, são:

Portal da Ouvidoria:

(<http://www.ouvidoria.unb.br/>)

Comissão Própria de Avaliação:

(<http://www.cpa.unb.br/>)

Cartilha de Execução da Despesa:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/Cartilha_de_Execucao_da_Despesa.pdf)

Portal de Transparência:

(http://www.unb.br/transparencia_unb)

Relatório de Gestão 2014:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2014.pdf)

Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017:

(http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI_2014-2017.pdf)

Anuário Estatístico 2015 (versão parcial):

(http://www.dpo.unb.br/documentos/anuario/Anuario_Estatistico_2015_Parcial.pdf)

Página da UnB no *facebook*:

(<https://www.facebook.com/universidadebsb/>)

UnB Ciência:

(<http://www.unbciencia.unb.br/>)

UnB eucuido:

(<http://www.boasvindas.unb.br/>)

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A acessibilidade é considerada um critério para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos em universidades, até mesmo quando se analisa os requisitos de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

A UnB, por meio do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE), objetiva o estabelecimento de políticas permanentes para atender os alunos com deficiência, buscando assegurar a plena integração destes à vida universitária.

Em 2015, o PPNE, em parceria com a Prefeitura do *Campus*, trabalhou para a manutenção da acessibilidade física dos alunos com necessidades especiais. As principais ações desta parceria estão evidenciadas no quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Ações do PPNE e da PRC

Sequencial	Ações
1	Finalização da reforma do espaço físico do PPNE, com sala reservada para a equipe técnica do programa, sala de reunião e sala para atendimentos individuais;
2	Aquisição de mobiliários e equipamentos para a sala do PPNE;
3	Implantação do Laboratório de Tecnologia Assistiva destinado ao uso dos alunos cadastrados no programa;
4	Discussão com a PRC sobre acessibilidade física nos projetos das novas edificações dos <i>campi</i> ;
5	Ação conjunta com a PRC no início de cada semestre para transferência de salas de aula de alunos com dificuldade de locomoção localizadas no subsolo, 1º andar e auditórios com escadarias para salas acessíveis;
6	Monitoramento de elevadores visando uso e manutenção adequadas;



7	Planejamento de instalação de elevador em prédios novos e construção de rampa nas entradas dos prédios dos <i>campi</i> da UnB;
8	Acompanhamento da conservação da reserva de vagas em todos os estacionamentos para pessoas com deficiência e idosos;
9	Planejamento da recuperação e construção de novas calçadas e construção de vias de acesso para pedestre com rebaixamento de meio-fio;
10	Aquisição de 100 mesas para uso de estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida nas salas de aula.

Fonte: PPNE.

No ano de 2015, o PPNE teve 401 alunos cadastrados (195 no primeiro semestre letivo e 206 no segundo). A maioria deles foi de cursos de graduação e com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade ou dislexia.

O PPNE realiza o acompanhamento acadêmico aos estudantes, objetivando assistir sua vivência e construir, em conjunto com eles e seus professores, estratégias e adequações de acordo com suas necessidades. Ao longo de 2015, foram realizados contatos e atendimentos com todos os estudantes cadastrados no programa, com ênfase nas situações de risco de desligamento, baixo rendimento acadêmico e aos que retornaram do processo de reintegração e/ou estão cumprindo condição para permanecer na Universidade.

As cartas de apresentação elaboradas para professores e coordenadores de curso atuam como instrumento de comunicação entre estudantes, PPNE e professores. Trata-se de um documento elaborado pelo programa e entregue pelo estudante a seus professores, esclarecendo o objetivo do PPNE e apresentando sugestões de adaptações a serem realizadas em atividades acadêmicas.

No período especial de verão (0/2015), foram elaboradas 11 cartas, sendo oito para professores e três para coordenadores de curso. Para o 1º/2015, foram confeccionadas 475 cartas para professores e 77 para coordenadores de curso, totalizando 552 cartas que foram solicitadas por 81 estudantes, o que representa 41,3% dos alunos cadastrados. No semestre seguinte, em virtude da greve dos técnico-administrativos, ocorreu uma redução e somente 49 estudantes (25% dos alunos cadastrados) fizeram a solicitação. Assim, contabilizando-se 261 cartas, das quais 225 foram para professores e 36 para coordenadores.



5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em complemento às informações apresentadas sobre o Desempenho Orçamentário, esse capítulo retrata o desempenho financeiro, as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos e a sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e as demonstrações contábeis.

5.1 Desempenho financeiro no exercício

Este item aborda de forma sucinta informações sobre a condução da gestão financeira da Universidade. A demonstração de como ocorreu o fluxo financeiro no exercício está segmentada em quatro formas de ingresso: fontes do Tesouro, arrecadação própria, emendas parlamentares e recursos oriundos de TED's, Convênios e Contratos.

No que tange ao ingresso de recursos financeiros com origem nas fontes do Tesouro (0100, 0112, 0108 e etc), durante o exercício os repasses foram limitados a percentuais estabelecidos com base na liquidação da despesa. A apuração dos valores liquidados foi efetuada em uma data base que variou mês a mês. Dessa forma não foi possível planejar as liquidações, por não saber qual seria a data de apuração da liquidação. Cabe ressaltar que o percentual de distribuição do recurso financeiro, habitualmente limitou-se a 50%, ou menos, dos valores liquidados durante o mês anterior.

O ingresso de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares ocorreu mediante a liquidação da despesa. O procedimento de solicitação desses recursos foi constantemente alterado, mesmo atendendo aos prazos estabelecidos, muitas vezes não ocorreu a liberação financeira. Essas variações e contingenciamentos durante o exercício geraram dificuldades operacionais e atrasos nos compromissos liquidados.

No que se refere aos recursos financeiros com origem nas descentralizações (TED's, Convênios, Contratos), os órgãos concedentes enviaram os recursos à FUB após a liquidação da despesa. Nessa modalidade ocorreram atrasos no repasse, redução do valor ou, até mesmo, nenhuma liberação financeira.

A arrecadação própria sofreu uma redução significativa em decorrência da transferência das atividades do Cespe para o Cebraspe. A partir de 2014, apenas os contratos remanescentes do CESPE passaram a ser contabilizados na FUB. Sendo assim, algumas medidas para a compensação foram tomadas. A informação completa sobre a receita própria da Universidade está evidenciada no capítulo 2, item Desempenho Orçamentário.

Diante dos fatos expostos, no exercício 2015 foi inevitável o acúmulo de obrigações. A UnB necessitou priorizar os pagamentos, em prejuízo à determinação contida no artigo 5º da Lei 8.666/93 - Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento das Obrigações. Esse descompasso também prejudicou o recolhimento dos tributos retidos nos pagamentos (IRRF e INSS).

O quadro 5.1 demonstra os fornecedores a pagar em 31/12/2015 e o Quadro 5.2 os credores. Destaca-se que esse pagamento refere-se a bolsas e auxílios.

Quadro 5.1 - Fornecedores a pagar em 31/12/2015 por origem de recursos (em R\$ Mil)

UG	FONTE DE RECURSO	VALOR
154040	Acerto PCASP	2,75
	Descentralizações	10.959,63
	MEC	6.200,35
	Próprios	933,10
	MEC - internacionais	900,00
154079	Próprios	262,50



154106	Passivos anteriores	46,77
	Descentralizações	5.067,68
	MEC	85,22
	Próprios	4,65
Total		24.462,66

Fonte: DCF/SIAFI.

Quadro 5.2 - Credores a pagar em 31/12/2015 por origem de recursos (em R\$ Mil)

UG	FONTE DE RECURSO	VALOR
154040	Descentralizações	586,54
	MEC	320,46
	Próprios	1,23
Total		908,23

Fonte: DCF/SIAFI.

No tocante aos compromissos assumidos com as fontes próprias e do MEC, esses foram pagos no decorrer de janeiro de 2016. Quanto às descentralizações, essas continuam pendentes. O valor referente ao acerto PCASP será baixado quando os eventos de baixa forem desbloqueados pela STN no decorrer de 2016. A DCF mensalmente concilia os valores pendentes de pagamento, baixando os valores indevidos e providenciando o pagamento dos valores devidos.

Outros fatores afetaram o desempenho financeiro da Universidade como: a variação cambial e o aumento do dólar; a elevada inflação onerou significativamente a pactuação e repactuação dos contratos administrativos; o contingenciamento promovido pelo governo federal afetou negativamente os projetos desenvolvidos na área acadêmica, bem como a realização de novas avenças contratuais (TED's, convênios) e a continuidade das existentes; além da greve dos servidores técnico-administrativos que causou descontinuidade em áreas que impactam diretamente a gestão financeira.

Destaca-se que está em desenvolvimento um painel de indicadores institucionais que viabilizará o monitoramento do desempenho orçamentário e financeiro. Os resultados auxiliarão a avaliação do alcance dos objetivos estratégicos relacionados à área de recursos financeiros.

5.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Para complementar o financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade se utiliza de recursos da Matriz Andifes, alocados nas Ações Orçamentárias 20GK e 20RK para apoiar os Programas por meio de bolsas estudantis de monitoria e tutoria de Graduação; Programa de Iniciação Científica – Proic; Programa de Extensão - Pibex, além de eventos esportivos. No ano de 2015, foram empenhados R\$3,04 milhões da Matriz Andifes para a continuidade dos compromissos finalísticos com o ensino superior.

O PDI 2014 a 2017 contempla os objetivos estratégicos orientados para a regulamentação da captação de recursos financeiros. A Resolução do Conselho de Administração - CAD nº 45 de dez/2014 dispôs sobre a cobrança de custos indiretos advindos da arrecadação de Recursos Próprios, destinando uma parcela desses recursos ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. A arrecadação nessa modalidade alcançou R\$1,3 milhão com alocação de R\$0,98 milhão para a área de pós-graduação e pesquisa no ano de 2015.

Nesse mesmo ano, a receita de serviços prestados pela FUB foi equivalente a 43,8% do total de receita realizada (R\$110,6 milhões), com ênfase para os serviços de estudos e desenvolvimento de pesquisas pelas unidades da FUB (R\$20,7 milhões) e taxas de inscrição em concursos e processos seletivos (R\$15,1 milhões), que contribuíram em grande parte para o funcionamento da instituição, diante das restrições orçamentárias vivenciadas no ano de 2015. Já as receitas



patrimoniais, provenientes de bens imóveis residenciais e comerciais representaram 36,4% do montante captado no ano, custeando prioritariamente as despesas correntes da instituição. Além disso, a receita decorrente dos recursos oriundos de aplicações financeiras na conta única do Tesouro, sendo grande parte do Cespe (Fonte 0280), representou 14,7%, do valor arrecadado, fato que possibilitou que os compromissos com terceiros fossem mantidos, sem prejudicar as atividades acadêmicas durante o ano.

Diante do contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal com liberação de cota de limite em 1/18 avos mensal até a aprovação da LOA, em 20 de abril/2015, a Administração priorizou despesas com estagiários, bolsistas e prestadores de serviços terceirizados. Para isso, as Receitas Próprias foram fontes relevantes para o alcance destes propósitos.

Os parâmetros adotados pela FUB para a alocação de créditos do Tesouro aos gestores de ações orçamentárias observou o mesmo contingenciamento definido pelo governo, sendo 50% para despesas de investimento e 10% para ODC, exceto para a Assistência Estudantil que recebeu 100% da dotação da LOA. Na distribuição do orçamento programa interno entre as unidades acadêmicas e administrativas, por meio dos modelos da Matriz de Partição de Recursos, reforço do PDI e Atividades Específicas, foram mantidos os valores aprovados no ano anterior. No caso de captação de recursos realizada no próprio exercício por unidades arrecadoras, não houve restrição aos limites para empenho das despesas solicitadas.

As dificuldades recorrentes concentraram-se no descompasso entre a liberação de limite para empenho com o repasse de recurso financeiro, o que demandou esforços da Administração em negociar e explicar as pendências aos fornecedores, gestores de ações e de emendas parlamentares, além da comunidade acadêmica.

5.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Esse item expõe a forma como a FUB adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

Em atendimento a NBC T 16.9, a FUB registra a depreciação dos bens móveis desde 2010 de acordo com a Macrofunção STN 020330. Já a depreciação de bens imóveis é registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto à adoção da NBC T 16.10, em decorrência do Acórdão TCU 377/2016 que remete a gestão imobiliária, foi instaurada uma comissão nomeada pela Resolução da Vice-Reitoria n. 0006/2016 de 23 de fevereiro com a finalidade de:

- a) Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso comercial em todos os *campi*, mensurá-los e reavaliá-los;
- b) Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso residencial em todos os *campi*, mensurá-los e reavaliá-los;
- c) Realizar o inventário físico dos bens imóveis de uso educacional, mensurá-los e reavaliá-los;
- d) Realizar o inventário físico das obras em andamento em todos os *campi*;
- e) Realizar o inventário físico dos terrenos/projeções, mensurá-los e reavaliá-los;
- f) Estabelecer norma para as rotinas de lançamento no SPIUnet no tocante aos bens imóveis de uso especial e comercial;
- g) Estabelecer norma para as rotinas de escrituração contábil no tocante aos bens imóveis de uso especial e comercial;
- h) Estabelecer norma para a rotina de reavaliação dos bens imóveis de uso especial e comercial e
- i) Estabelecer norma para a rotina de reavaliação dos terrenos/projeções de uso especial e comercial.



A comissão citada não foi instaurada anteriormente em função dos poucos profissionais capacitados disponíveis na FUB, além do grande número de demandas nas áreas envolvidas. Porém, a Universidade realizou um concurso para diversos cargos, inclusive engenheiros civis e contadores. A Secretaria de Gestão Patrimonial, a Diretoria de Contabilidade e Finanças e a Diretoria de Gestão e Infraestrutura continuarão recebendo novos servidores para recomposição dos quadros e, assim, subsidiar a comissão.

Além disso, a legislação que trata da matéria foi publicada em 10 de dezembro de 2014 (Portaria Conjunta nº 703 – STN/MF e SPU/MP). Outro fato relevante foi o elevado índice de rotatividade dos servidores técnico-administrativos nas áreas envolvidas e o longo período de greve.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo será definida pela comissão de avaliação dos bens imóveis, quanto aos bens móveis utilizam-se as definições da Macrofunção STN 020330. A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis, assim como, as taxas utilizadas para os cálculos são definidas pela Macrofunção supracitada.

Ainda em relação à metodologia adotada, as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, a taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. A UnB não possui disponibilidades em moeda estrangeira. Os créditos e as dívidas são avaliados pelo valor original. Os estoques, o imobilizado e o intangível são mensurados com base no valor de aquisição. Do ponto de vista da NBC T 16.10, a FUB não possui investimentos e diferido.

Já no que se refere ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela FUB no exercício, a execução orçamentária e financeira é realizada no SIAFI. Quanto à depreciação, o impacto é negativo, pois reduz o resultado patrimonial do exercício, porém representa com maior fidedignidade o valor do ativo.

Não é possível avaliar o impacto nos bens imóveis, espera-se que após o trabalho da referida comissão, os itens recomendados no Acórdão TCU n. 377/2016 sejam atendidos e retratem o real patrimônio imobiliário da FUB.

5.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Este item tem por objetivo oferecer informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades acadêmicas, bem como dos serviços educacionais da UnB. O manual de apuração pode ser acessado no *link*: http://www.dpo.unb.br/documentos/Manual_custos-Completo.pdf.

Algumas reuniões foram realizadas juntamente ao MEC para viabilizar a implantação do SIC. Contudo, não houve avanços no processo. Atualmente, a apuração de custos é executada pela assessoria do DPO, em razão de não ter sido criada a Setorial de Custos da FUB nos moldes do SICGESP.

O resultado da apuração de custos da Universidade foi utilizado para o cálculo de evasão de alunos, bem como pela mídia para informar à sociedade o custo do ensino. Além disso, os discentes da Universidade solicitam, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), informações sobre o custo-aluno dos cursos de graduação.

5.4.1 Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União

Esta seção trata sobre o cálculo do custo do ensino na UnB, no exercício de 2015, de acordo com a metodologia do TCU. A partir das definições do órgão de fiscalização, foram apurados os custos discriminados no quadro 5.3: na primeira parte é demonstrado o custo corrente por aluno, excluindo todas as despesas realizadas pelo HUB, em 2015; na segunda parte é evidenciado o custo apurado, considerando-se, como parte da estrutura de custos da Fundação, 35% das despesas realizadas no Hospital Universitário de Brasília.



A fórmula de cálculo apresentada pelo TCU nivela igualmente as instituições sem considerar as diferenças entre elas em termos de diversidade de atuação e de porte, bem como não separa os custos educacionais dos gastos com propósitos não educacionais.

Diferente da UnB, a metodologia do TCU utiliza todas as despesas correntes executadas pela FUB/UnB no exercício, inclusive aquelas não relacionadas com o aluno, como os dispêndios efetuados com atividades de pesquisa, de extensão e administrativas, aumentando consideravelmente o custo com o aluno.



Quadro 5.3 - Custo Corrente por aluno (2009 a 2015) segundo metodologia do TCU

Valores em R\$ 1.000,00

Especificações	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custo Corrente sem HUB -							
Despesa Corrente da Universidade	1.024.534,98	1.237.271,22	1.347.291,40	1.452.979,07	1.877.295,03	1.822.632,49	1.571.217,03
(-) Despesa Corrente HUB	-100.331,35	-107.825,05	-148.042,77	-147.928,37	-166.290,93	-148.842,21	-108.671,68
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-107.637,48	-129.335,11	-143.892,13	-155.620,37	-181.735,01	-204.187,04	-261.929,60
(-) Pensões (conta n. 319003)	-17.782,80	-19.851,03	-22.353,27	-25.639,82	-28.990,17	-33.596,37	-40.786,32
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-87.777,19	-107.160,46	-120.999,95	-130.281,37	-145.266,68	-166.164,60	-171.400,22
(-) Despesas com pessoal cedido - docente	-2.345,12	-3.388,60	-2.212,19	-10.090,41	-3.726,46	-7.043,62	-10.470,58
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-5.227,15	-6.544,20	-6.744,13		-6.574,22	-11.994,37	-18.086,86
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-0,00	-184,00	-0,00	-9.549,86	-8.392,76	-21.779,58	-36.618,74
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-adm.	-0,00	-0,00	-0,00		-5.449.497,28	-6.872.868,14	-3.685.210,00
Total de despesa	703.433,86	862.982,74	903.046,92	983.418,69	1.330.869,27	1.222.151,79	919.567,78
Total n. alunos	40,75	42,53	43,80	47,78	46,42	51,67	55,22
Custo aluno	17,25	20,28	20,61	20,58	28,66	23,65	16,64
Custo Corrente com HUB							
Despesas Correntes	1.024.534,98	1.237.271,22	1.347.291,40	1.452.979,07	1.877.295,03	1.822.632,49	1.571.217,03
(-) 65% das despesas correntes do HUB	-65.215,37	-70.086,28	-96.227,80	-96.153,44	-108.089,10	-96.747,43	-70.636,59
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-107.637,48	-129.335,11	-143.892,13	-155.620,37	-181.735,01	-204.187,04	-261.929,60
(-) Pensões (conta n. 319003)	-17.782,80	-19.851,03	-22.353,27	-25.639,82	-28.990,17	-33.596,37	-40.786,32
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-87.777,19	-107.160,46	-120.999,95	-130.281,37	-145.266,68	-166.164,60	-171.400,22
(-)Despesas com pessoal cedido - docente	-2.345,12	-3.388,60	-2.212,19	-10.090,41	-3.726,46	-7.043,62	-10.470,58
(-)Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-5.227,15	-6.544,20	-6.744,13		-6.574,22	-11.994,37	-18.086,86
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-0,00	-184,00	-0,00	-9.549,86	-8.392,76	-21.779,58	-36.618,74
(-) Despesas com pessoal afastado País – téc.-adm.	-0,00	-0,00	-0,00		-5.449,49	-6.872,86	-3.685,21
Total de despesa	738.549,83	900.721,51	954.861,90	1.025.643,76	1.389.071,09	1.274.246,56	957.602,87
Total n. alunos	40,75	42,53	43,80	47,78	46,42	51,67	55,22
Custo aluno	18,12	21,17	21,79	21,46	29,92	24,66	17,33

Fonte: DPO.



5.4.2 Apuração do Custo por Aluno de 2015

A evolução da apuração do Custo Ensino e do Custo Aluno, segundo a metodologia desenvolvida pela UnB, pode ser analisada através do *link*: <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio2015.php>.

Os custos apurados de 2015 apresentados neste relatório são preliminares, em razão de algumas unidades da FUB, da CAPES e do Ministério da Saúde não terem encaminhado as informações em tempo hábil. Para a apuração preliminar, foram utilizados os dados apresentados em 2014, referentes às despesas de telefone, combustível, locação de veículos, estagiários, prestadores de serviços, bolsa de monitoria, bolsa de pós-graduação, bolsa CAPES, CAPES/Reuni, acesso ao Portal CAPES e folha dos servidores cedidos pelo Ministério da Saúde ao HUB. Os valores finais do custo do ensino e do aluno dos institutos e faculdades serão apurados e analisados assim que as unidades encaminharem as informações solicitadas.

Em 2015, o resultado preliminar obtido foi de R\$ 491.688,00 para o custo do ensino e de R\$ 12,10 mil para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília. O quadro 5.4 evidencia o custo do ensino, considerando o período 2009-2015.

Quadro 5.4 - Custo do ensino, por unidade acadêmica, nos anos de 2009 a 2015¹

Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1.000,00						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FACE	11,80	14,37	14,01	9,85	11,00	10,18	7,52
Administração; Administração Noturno; Ciências Contábeis; Ciências Contábeis Noturno; GPP: Ciências Econômicas; Administração (mestrado/doutorado); Ciências Contábeis (mestrado/doutorado); Economia (mestrado/doutorado).							
FAC	17,63	18,42	20,72	12,63	15,68	13,10	8,20
Comunicação Social; Comunicação Organizacional Noturno; Comunicação (mestrado/doutorado).							
FAU	17,91	21,16	22,62	11,45	13,85	12,90	9,10
Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura e Urbanismo Noturno; Arquitetura e Urbanismo (mestrado/doutorado).							
FAV	24,18	28,08	33,16	11,19	13,43	11,60	9,68
Agronomia; Medicina Veterinária; Gestão de Agronegócios; Saúde animal (mestrado); Agronegócios (mestrado); Ciências Agrárias (mestrado); Agronomia (mestrado/doutorado); Ciências Animais (mestrado/doutorado).							
FD	9,89	12,23	14,34	13,90	18,07	14,74	9,37
Direito; Direito Noturno; Direito (mestrado/doutorado).							
FE	12,50	21,32	12,82	19,61	34,71	35,55	13,73
Pedagogia; Pedagogia Noturno; Educação (mestrado/doutorado).							
FEF	21,98	24,89	27,94	25,14	41,25	23,29	15,96
Educação Física; Educação Física (mestrado).							
FM	43,74	44,64	62,39	58,09	51,29	50,74	36,63
Medicina; Ciências Médicas (mestrado/doutorado); Medicina Tropical (mestrado/doutorado); Patologia							



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1.000,00						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Molecular (mestrado/doutorado).							
FS	32,09	34,03	43,66	15,16	18,48	15,66	10,65
Enfermagem; Ciências Farmacêuticas; Ciências Farmacêuticas Noturno; Nutrição; Odontologia; Gestão em Saúde Coletiva; Ciências da Saúde (mestrado/doutorado); Nutrição Humana (mestrado/doutorado); Bioética (mestrado/doutorado).							
FT	20,98	22,23	23,90	8,43	11,03	9,27	7,58
Engenharia Civil; Engenharia de Redes de Comunicação; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Engenharia Mecânica; Engenharia Mecatrônica; Engenharia de Computação; Engenharia Ambiental; Ciências Florestais (mestrado/doutorado); Ciências Mecânicas (mestrado/doutorado); Geotecnia (mestrado/doutorado); Engenharia Elétrica (mestrado/doutorado); Estruturas e Construção Civil (mestrado/doutorado); Sistemas Mecatrônicos (mestrado); Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (mestrado/doutorado); Transportes (mestrado/doutorado).							
IB	16,19	19,16	19,73	29,57	37,31	36,18	24,37
Ciências Biológicas; Ciências Biológicas Noturno; Biotecnologia; Biologia Animal (mestrado/doutorado); Botânica (mestrado/doutorado); Ciências Biológicas (mestrado/doutorado); Ecologia (mestrado/doutorado); Fitopatologia (mestrado/doutorado).							
ICS	10,16	11,04	11,39	10,93	10,66	10,70	13,14
Ciências Sociais (Hab. Antropologia e Sociologia); Estudos Comparados sobre as Américas (mestrado/doutorado); Antropologia (mestrado/doutorado); Sociologia (mestrado/doutorado).							
IdA	15,19	18,90	17,66	14,18	17,67	14,18	12,13
Artes Cênicas; Artes Cênicas Noturno; Artes Visuais; Desenho Industrial; Música; Música Noturno; Teoria Crítica e História da Arte; Música (mestrado); Artes (mestrado/doutorado).							
IE	9,01	8,66	11,70	29,39	36,11	31,18	23,74
Ciência da Computação; Computação Noturno; Estatística; Matemática; Matemática Noturno; Estatística (mestrado); Ciência da Computação (mestrado); Informática (mestrado); Matemática (mestrado/doutorado).							
IF	9,94	10,17	9,91	32,62	44,56	41,73	28,69
Física; Física Noturno; Física (mestrado/doutorado).							
IG	18,19	19,05	22,83	16,08	17,56	16,28	10,60
Geofísica; Geologia; Geociências Aplicadas (mestrado/doutorado); Geologia (mestrado/doutorado).							
IH	11,46	12,36	13,79	10,28	13,95	10,97	6,28
Filosofia; Filosofia Noturno; Geografia; História; História Noturno; Serviço Social; Serviço Social Noturno; Filosofia (mestrado); Geografia (mestrado); História (mestrado/doutorado); Política Social (mestrado/doutorado).							
IL	10,62	11,22	12,91	12,64	21,59	17,16	12,92
Letras Português do Brasil; Letras Português; Letras Francês; letras Inglês; Letras Espanhol Noturno; Letras Japonês Noturno; Letras língua Estrangeira Aplicada; Letras – Tradução/Espanhol/Inglês/Francês; Linguística (mestrado/doutorado); Linguística Aplicada (mestrado); Literatura (mestrado/doutorado).							
IP	15,22	15,75	19,40	27,45	40,60	29,65	21,25



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1.000,00						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Psicologia; Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (mestrado/doutorado); Ciências do Comportamento (mestrado/doutorado); Psicologia Clínica e Cultura (mestrado/doutorado); Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (mestrado/doutorado).							
IPOL	11,71	11,14	12,86	11,14	15,19	14,64	10,04
Ciência Política; Ciência Política (mestrado/doutorado).							
IQ	17,61	18,54	19,68	20,36	22,35	17,28	13,38
Química; Química Noturno; Engenharia Química; Química (mestrado/doutorado); Química Tecnológica.							
IREL	16,80	18,41	22,48	6,42	8,64	6,84	4,92
Relações Internacionais; Relações Internacionais (mestrado/doutorado).							
FCE	10,41	10,54	14,71	12,41	15,69	17,28	17,62
Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Gestão de Saúde; Terapia Ocupacional.							
FGA	14,09	12,30	13,00	12,47	14,74	14,61	11,02
Engenharia (habilitações: Engenharia de Energia; Engenharia de Software; Engenharia Automotiva; Eletrônica).							
FUP	19,26	10,93	13,71	6,53	8,88	8,44	6,15
Ciências Naturais; Ciências Naturais Noturno; Educação do Campo; Gestão Ambiental; Gestão do Agronegócio; Gestão do Agronegócio Noturno.							
FCI	0	24,47	16,00	5,63	17,34	5,48	4,44
Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia; Ciência da Informação (mestrado/doutorado).							

Nota 1: Os valores financeiros das colunas foram atualizados para 31/12/2015, com base no índice INPC/IBGE.

Fonte: Assessoria/DPO.

5.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/67 e notas explicativas são apresentadas no Anexo B.



6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo apresenta informações relativas às seguintes áreas: gestão de pessoas, gestão do patrimônio e infraestrutura, gestão da tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade.

6.1 Gestão de pessoas

Esta seção tem por finalidade informar aspectos qualitativos e quantitativos da estrutura de pessoal da FUB. A força de trabalho e a estrutura de cargos de direção e funções gratificadas estão dispostas no item 6.1.1. Os itens 6.1.2 e 6.1.3 demonstram, respectivamente, a qualificação da força de trabalho e a política de capacitação e treinamento. O item 6.1.4 retrata as despesas com pessoal. As ações adotadas para identificar eventual irregularidade estão apontadas no item 6.1.5 e o item 6.1.6 refere-se à gestão de riscos. Os indicadores gerenciais de gestão de pessoas são apresentados no item 6.1.7 e a contratação de pessoal de apoio e estagiários é descrita no 6.1.8. Registra-se ainda a ausência de contratação de consultores a partir dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. As unidades DGP, DTER/DAF e DPA/DAF prestaram as informações constantes desta seção.

6.1.1 Estrutura de pessoal da FUB

A força de trabalho da Universidade é apresentada nos quadros 6.1 e 6.2, em que são descritas as lotações autorizadas por lei e as efetivamente ocupadas, bem como os ingressos e egressos durante o ano de 2015.

Quadro 6.1 – Força de trabalho da FUB

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.947	5.315	371	214
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.947	5.315	371	214
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.892	5.263	362	204
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	9	8	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	35	35	7	6
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	9	1	4
2. Servidores com Contratos Temporários	757	347	192	135
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		317	110	96
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.704	5.979	673	445

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

Quadro 6.2 – Distribuição da lotação efetiva na FUB

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio ¹	Área Fim ²
1. Servidores de Carreira (1.1)	2.683	2.632
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	2.683	2.632
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.659	2.604
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	8	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório ³	10	25
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	347
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública⁴	317	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.000	2.979



Nota 1: Todos os servidores técnico-administrativos, com exceção dos técnicos de laboratório.

Nota 2: Todos os docentes e servidores técnico-administrativos de laboratório.

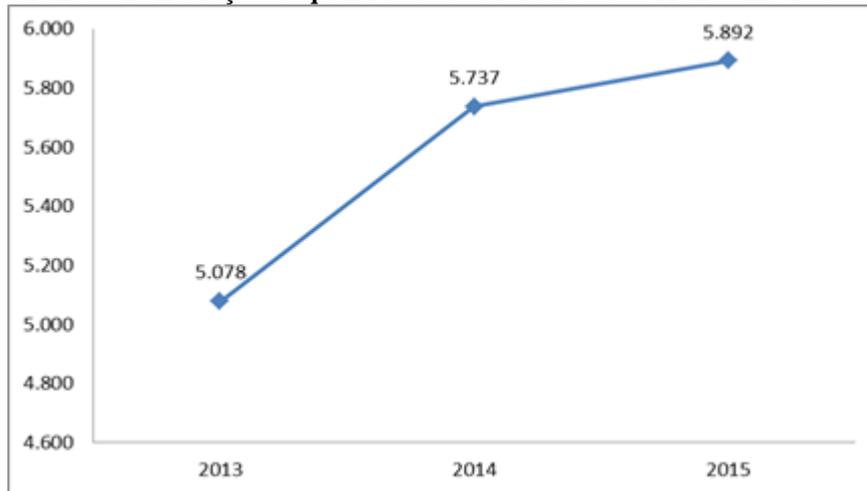
Nota 3: Engloba os servidores da AGU que atuam na Procuradoria Jurídica.

Nota 4: Refere-se aos médicos residentes.

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

O gráfico 6.1 apresenta a evolução do quantitativo de servidores de carreira vinculados à FUB nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. Observa-se que, em 2015, em a força de trabalho é constituída em 88% por servidores de carreira vinculados à UnB.

Gráfico 6.1– Evolução da quantidade de servidores de carreira vinculados à FUB¹ – 2013 a 2015



Nota 1: Considera a lotação autorizada por lei.

Fonte: Relatórios de Gestão 2013 e 2014 e DGP (Em 04/01/16).

O quadro 6.3 tem por objetivo identificar a estrutura de cargos de direção e de funções gratificadas da FUB.

Quadro 6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos de direção e funções gratificadas da FUB

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão¹	118	117	26	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	118	117	26	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	112	24	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	2	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	1
1.2.4. Servidores de outros órgãos e esferas	0	3	0	2
2. Funções Gratificadas	804	743	311	229
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	739	310	228
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	1	0
2.4. Servidores de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função² (1+2)	922	860	337	241

Nota 1: Para a elaboração desse quadro foram considerados os Cargos de Direção (CD), visto que a FUB não dispõe de Cargos em Comissão.

Nota 2: Durante o ano de 2015, alguns servidores foram cedidos, e desses, 4 exerceram função na UnB, sendo 1 em Cargo de Direção e 3 em Função Gratificada.

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

Os cargos de direção e as funções gratificadas são distribuídos conforme a estrutura organizacional e mediante avaliação da demanda de cada área acadêmica e administrativa da FUB. O



quadro 6.3 demonstra que 93,3% das funções autorizadas encontram-se ocupadas. No entanto, a metodologia de extração dos dados não capta as vacâncias provisórias associadas à troca de titularidade por encerramento de mandato, por exemplo. Para algumas funções, como a destinada a coordenadores de curso (FCC), a ocupação é próxima a 100%. Assim sendo, a FUB entende ser necessária a disponibilização de mais funções, tanto para o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, quanto para a atividade meio. Para tal, esta Fundação solicitou ao MEC o repasse dessas funções, as quais ainda não foram disponibilizadas.

Análise crítica:

A Universidade de Brasília conta com 5.979 servidores. Verifica-se que nos últimos oito anos houve aumento da força de trabalho, o qual se deu em função do Programa Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), proporcionando à Universidade a expansão física, acadêmica e pedagógica, com criação de *campi* em locais estratégicos de Brasília. Tal expansão demandou a realização de obras e, conseqüentemente, esse aumento de servidores, a fim de continuar suprindo as demandas. Contudo, o atual quadro de pessoal ainda não corresponde ao ideal, podendo interferir na qualidade dos serviços prestados por esta Universidade.

O alto índice de rotatividade dos servidores e um aspecto que afeta negativamente a força de trabalho da Universidade de Brasília O percentual é de aproximadamente 66% de egressos em comparação aos servidores que ingressaram em 2015, sendo esse percentual maior do que o apresentado em 2014. Tal fato ocorre, principalmente, devido à baixa remuneração dos servidores e à estrutura inadequada para o desempenho das atividades laborais.

Para atender às recomendações de adequação da força de trabalho da Universidade de Brasília, de modo a não comprometer a execução das diversas atividades administrativas desenvolvidas pelos setores que compõem a sua estrutura, as seguintes providências foram tomadas:

- a) Entre os anos de 2013 e 2015, houve substituição integral de colaboradores precarizados por servidores efetivos no quadro da UnB, regularizando a situação da força de trabalho. Isto foi viabilizado pela autorização de vagas novas pelo MEC e MP, em cumprimento ao PAJ nº 608/2009 firmado com o MPT. Destaca-se a célere realização de concursos públicos para prover as 689 vagas do acordo, além das vacâncias ocorridas nesse período.
- b) No segundo semestre de 2015, foi instituída a Coordenadoria de Planejamento e Alocação de Pessoal (CPAP), que tem como missão a realização do dimensionamento da força de trabalho dos servidores técnico-administrativos da FUB. Além dessa atribuição, a CPAP também é responsável pela alocação dos servidores nas unidades administrativas e acadêmicas. Foram realizadas visitas técnicas aos órgãos do governo federal, em especial às IFES que já têm o seu dimensionamento estruturado ou estão em fase de estruturação. Nessas visitas, pretendeu-se conhecer a metodologia adotada pelos órgãos citados e os desafios que tiveram para implantá-la e desenvolvê-la. Colhidas as informações sobre as experiências de outras instituições, pretende-se usá-las para facilitar a construção de uma metodologia própria de dimensionamento adequada à realidade da FUB.
- c) A Coordenadoria de Provimento (CPROV), com a instituição da CPAP, passou a se dedicar exclusivamente ao provimento de cargos de docentes, podendo ampliar sua atenção aos concursos públicos para docentes, tendo concluído o ano com um número elevado de concursos em diferentes etapas de andamento, diminuindo o número de vagas livres. Essa medida possibilitou a ampliação do atendimento a demandas da Universidade para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ao longo do exercício de 2015, 65 servidores técnico-administrativos e 45 docentes aposentaram-se, o que corresponde, respectivamente, a 2,4% e 1,7% dos servidores ativos dessas categorias. O monitoramento das variáveis que compõem o direito à aposentadoria permitiu o planejamento da reposição dos quadros, evitando prejuízos à manutenção das atividades-fim institucionais.



De acordo com os registros no sistema SIAPE Saúde, 2.128 servidores afastaram-se durante o ano para realizar tratamento de saúde. Encontra-se em análise o relatório Estudo Epidemiológico – Saúde do Servidor da UnB, finalizado em dezembro de 2015, o qual poderá fornecer insumos relevantes sobre a distribuição e os determinantes das doenças.

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

O quadro 6.4 foi elaborado para oferecer um conjunto de informações que permita, em linhas gerais, analisar a qualificação da força de trabalho na FUB.

Quadro 6.4 – Titulação da força de trabalho da FUB

Titulação	Docentes ¹	Técnicos	Total
Ensino Fundamental Incompleto	-	37	37
Ensino Fundamental	-	67	67
Ensino Médio	-	646	646
Ensino Superior Completo	65	1.123	1.188
Especialização	17	803	820
Mestrado	431	288	719
Doutorado	2.291	60	2.351
Total	2.804	3.024	5.828

Nota 1: Docentes ativos, substitutos, temporários e visitantes.

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

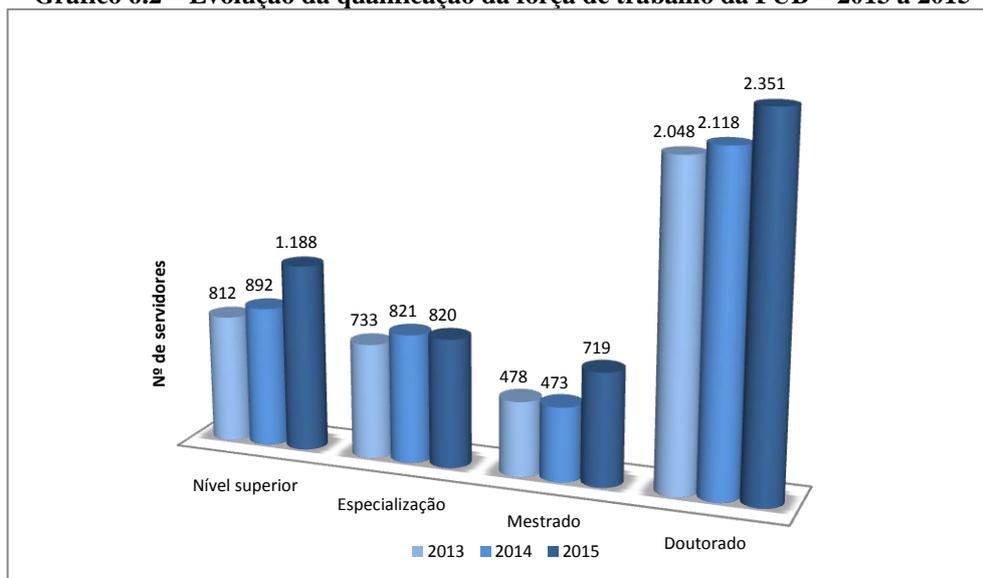
Inicialmente, cumpre esclarecer que os dados sobre qualificação da força de trabalho em 2015 foram extraídos em datas distintas, o que justifica uma pequena diferença encontrada no quantitativo de servidores em comparação ao quadro 6.1.

No caso de servidores técnico-administrativos, de 2014 para 2015 registrou-se um aumento de 93 servidores com título de mestre, o que corresponde a um incremento de 67,70% neste nível de titulação e um aumento de 16 servidores com título de doutor, o que corresponde a um incremento de 36,4%. No caso dos docentes também houve aumento de servidores com doutorado e mestrado. Observa-se o aumento de 153 mestres e 217 doutores, contribuindo para um percentual global de 97,1 % dos docentes com titulação de mestre ou doutor, percentual bastante aproximado ao de 98,1 % em 2014. Esses indicadores refletem a estabilidade da política da Universidade de considerar fortemente a titulação nos concursos públicos realizados para docentes. O cenário é um pouco distinto com relação aos contratos de baixa atratividade para a categoria de professores substitutos, cujo perfil de titulação inclui majoritariamente pessoas com titulação de graduação, especialista ou mestre.

O gráfico 6.2 demonstra a evolução da qualificação da força de trabalho nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.



Gráfico 6.2 – Evolução da qualificação da força de trabalho da FUB – 2013 a 2015



Fonte: Relatórios de Gestão 2013 e 2014 e DGP (Em 04/01/16).

Quanto à manutenção do quadro da Universidade, verifica-se que um dos fatores de risco associado à perda de servidores está ligado diretamente à aposentadoria. Identificar os servidores que se enquadram nos requisitos da aposentadoria é de suma importância para a instituição, pois a partir dessa informação haverá a possibilidade de implantar medidas a fim de evitar uma grande perda de profissionais.

Desse modo, procedeu-se a análise dos quadros 6.5 e 6.6, os quais retratam a faixa etária e o tempo de contribuição dos servidores, segregados por sexo, dado que essas variáveis são condições básicas para a aposentadoria. Cabe observar que em alguns casos, o tempo pode estar subestimado, uma vez que a base de dados utilizada não agrega as contribuições dos servidores antes do ingresso na instituição.

O quadro 6.5 traz informações sobre a idade e o tempo de contribuição dos servidores docentes e técnico-administrativos do sexo feminino. Registra-se que, 22,55% das servidoras docentes possuem idade para a aposentadoria segundo esse critério. Essa informação evidencia que um número expressivo de servidoras nessa categoria pode deixar a instituição em curto prazo.

Quadro 6.5 – Faixa etária e de tempo de contribuição dos servidores do sexo feminino

Faixa Etária	Intervalo	Servidoras docentes	Servidoras técnico-administrativas
	18 a 24	0,00%	2,95%
25 a 34	9,15%	31,71%	
35 a 44	33,88%	28,69%	
45 a 54	34,42%	24,49%	
55 a 75	22,55%	12,15%	
Total	100%	100%	
Faixa de Tempo de Contribuição	0 a 9	67,03%	52,59%
	10 a 19	17,12%	21,93%
	20 a 29	13,41%	17,93%
	30 ou mais	2,45%	7,55%
	Total	100%	100%

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

O quadro 6.6 apresenta informações sobre a idade e o tempo de contribuição dos servidores docentes e técnico-administrativos do sexo masculino. As suas distribuições são muito parecidas



com as do sexo feminino, o que mostra acesso mais igualitário na Universidade no que se refere a gênero. Verifica-se que 15,01% dos servidores docentes e 10,33% dos técnico-administrativos possuem idade para a aposentadoria.

Quadro 6.6 – Faixa etária e de tempo de contribuição dos servidores do sexo masculino

	Intervalo	Servidores docentes	Servidores técnico-administrativos
Faixa Etária	18 a 29	0,67%	16,99%
	30 a 39	25,07%	25,12%
	40 a 49	29,81%	16,79%
	50 a 59	29,44%	30,78%
	60 a 75	15,01%	10,33%
	Total		100%
Faixa de Tempo de Contribuição	0 a 14	67,46%	56,36%
	14 a 24	20,64%	12,39%
	25 a 34	9,62%	17,65%
	35 ou mais	2,29%	13,59%
	Total		100%

Fonte: DGP (Em 04/01/16).

O aspecto positivo é que os dados apontam uma renovação do quadro técnico, viabilizada pela liberação de códigos de vaga entre os anos de 2013 e 2015. Tomados em seu conjunto esses dados também apontam a importância do investimento que a Universidade vem fazendo em ações de capacitação para o trabalho.

6.1.3 Política de capacitação e treinamento do pessoal

A FUB executou, durante o ano de 2015, seu Plano Anual de Capacitação (PAC 2015), no qual estavam previstas ações de capacitação segundo as linhas de desenvolvimento estabelecidas no Decreto nº 5.825/2006, a saber: I. Iniciação ao serviço público; II. Formação geral; III. Educação formal; IV. Gestão; V. Inter-relação entre ambientes; e VI. Específica.

As ações de capacitação foram oferecidas em duas modalidades: presencial e à distância (EaD). Na modalidade presencial são oferecidas as ações de capacitação internas, realizadas pela UnB, e as ações de capacitação externas, organizadas por pessoas jurídicas especializadas em cursos, congressos, simpósios e congêneres.

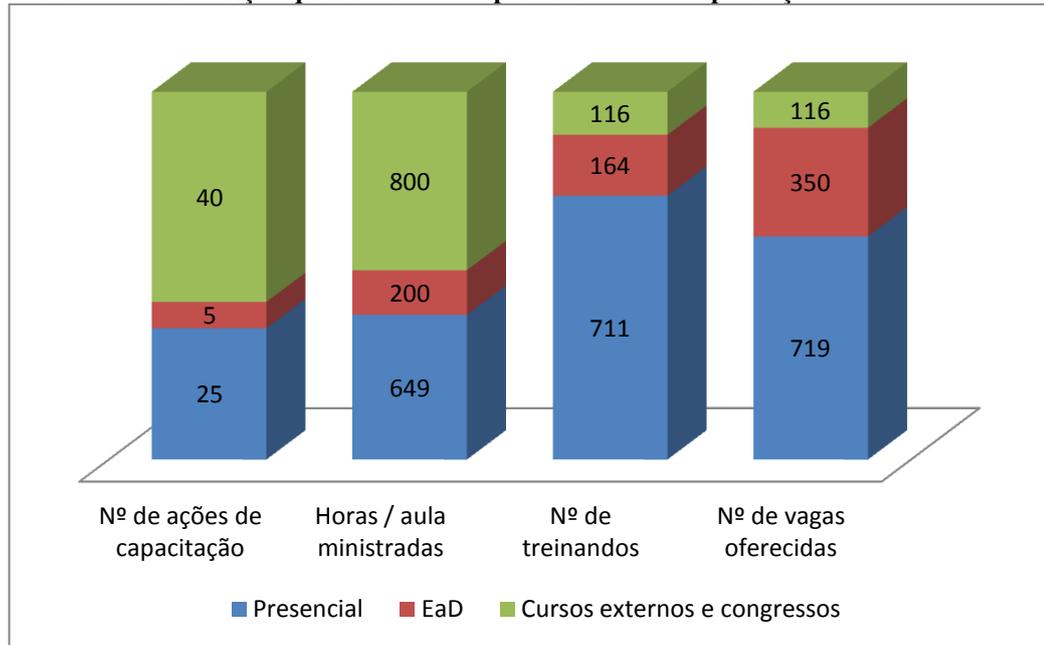
Essas ações foram ofertadas segundo a demanda das unidades e de acordo com a linha de competências específicas. Na modalidade a distância, as ações de capacitação foram oferecidas por meio de parceria entre a Coordenadoria de Capacitação (PROCAP) e o Centro de Educação a Distância (CEAD) desta Universidade.

Os docentes e os técnico-administrativos podem pleitear o estudo nos cursos de idiomas oferecidos pelo programa de extensão *Cursos Abertos Sequenciais UnB Idiomas*. O enquadramento como ação de capacitação, previsto na Resolução do CAD nº 0009/2015 ampara a isenção de taxas correspondentes. Isso inclui as disciplinas de pós-graduação como aluno especial.

O gráfico 6.3 mostra a quantidade de ações de capacitação viabilizadas durante o ano de 2015. Foram oferecidas mais de 1.000 vagas e mais de 1.500 horas de treinamento. Foram viabilizadas 70 ações de capacitação nas modalidades EaD e presencial entre eventos externos (apoio à participação de servidores em eventos externos).



Gráfico 6.3 - Descrição quantitativa das oportunidades de capacitação



Fonte: DGP.

Impacto do treinamento no trabalho

Com objetivo de avaliar a transferência das competências adquiridas para o ambiente de trabalho, foi aplicado questionário eletrônico a todos os colaboradores que haviam terminado o curso há pelo menos 30 dias, no ano 2015. O formulário foi enviado a 430 servidores, dentre os quais 187 retornaram.

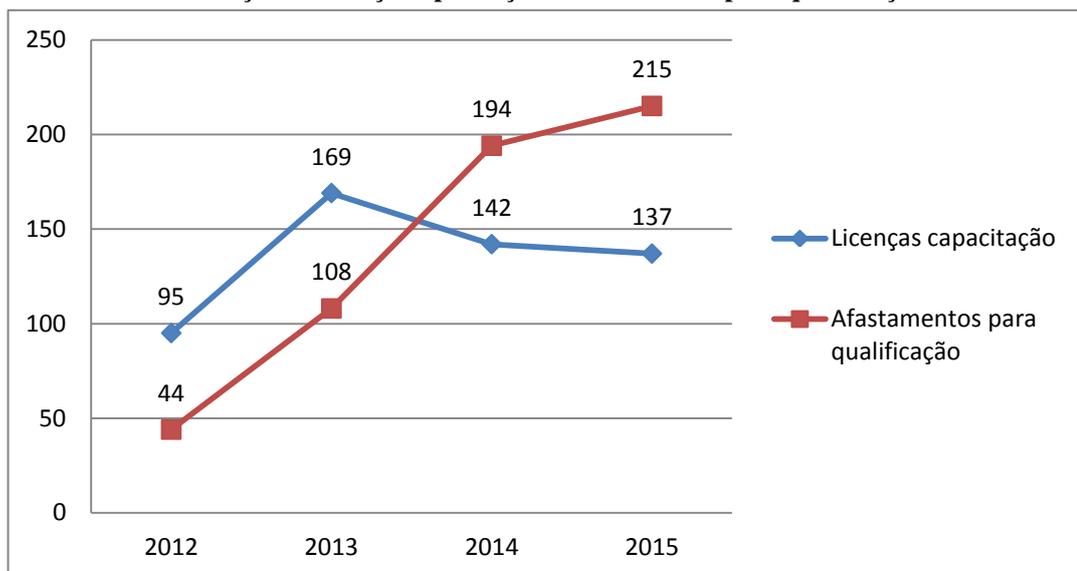
Os resultados, disponíveis no link <http://dpo.unb.br/documentosrelatorio2015.php>, mostram que o grupo que relatou a aplicabilidade do treinamento no trabalho também relatou índices maiores de impacto, exceto no item "recordo-me bem dos conteúdos". Os itens "Após minha participação no curso, tenho sugerido mudanças nas rotinas de trabalho" e "O curso que fiz beneficiou meus colegas de trabalho, que aprenderam comigo algumas novas habilidades" tiveram os menores índices de impacto. Quando analisados os três resultados do processo avaliativo, quais sejam suporte, reação e impacto, o que se depreende é que os cursos oferecidos atendem às necessidades institucionais.

O desenvolvimento do servidor docente e técnico-administrativo

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas instituída pelo governo federal tem orientado as IFES a se esforçarem pelas capacitações e, também, pela qualificação dos servidores públicos federais. Acompanhando esse entendimento, a UnB tem incentivado e criado condições necessárias para apoiar servidores, docentes e técnico-administrativos que precisam afastar-se para capacitação e qualificação. No ano 2015, 137 servidores afastaram-se para licença-capacitação e 215 para qualificação, quais sejam mestrado, doutorado ou pós-doutorado, conforme demonstrado no gráfico 6.4.



Gráfico 6.4 – Evolução de licenças capacitação e afastamentos para qualificação na FUB – 2012 a 2015



Fonte: DGP.

Longitudinalmente, observa-se que essa IFES apresenta tendência crescente no esforço de qualificar seu quadro funcional. Entre 2012 e 2015, 543 servidores docentes e técnico-administrativos em educação afastaram-se para gozar de licença-capacitação e, no mesmo quadriênio, 561 servidores afastaram-se para qualificação em pós-graduação (mestrado/doutorado) ou estágio pós-doutoral.

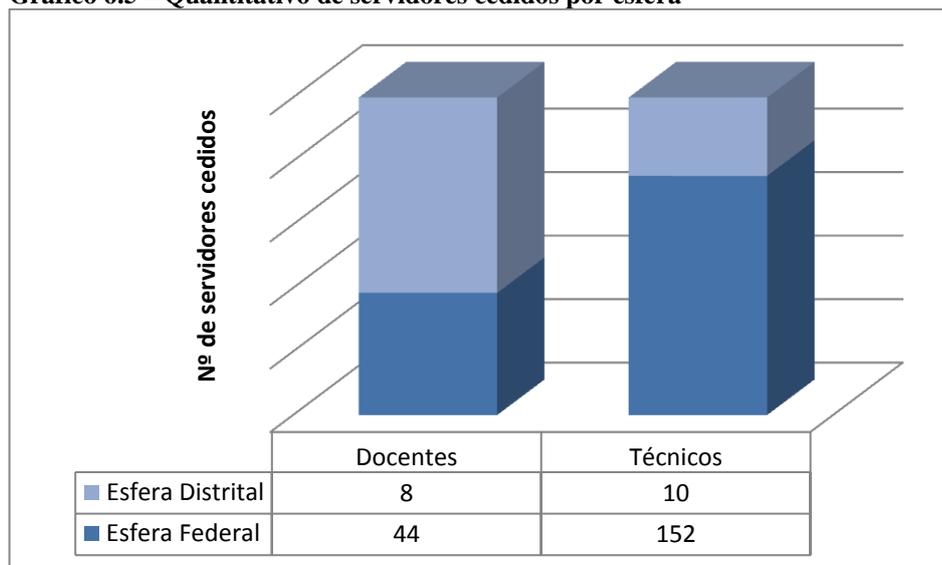
O nível de qualificação do quadro de servidores e a proximidade física dos principais órgãos instituidores de política e fomento contribuem para o crescente número de pedidos de cessão de docentes e técnico-administrativos da UnB. Embora essa situação se configure como uma importante oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da administração pública, há limitações operacionais e legais as quais são rigorosamente observadas.

Além de exigir o monitoramento da cota de cessão de docentes submetidos ao regime de dedicação exclusiva, o Decreto nº 8.239/2014 estabeleceu outros requisitos, como o exercício de cargo em comissão ou de natureza especial em órgãos ou entidades dos estados, Distrito Federal ou municípios, equivalente a cargo de Natureza Especial ou do Grupo Direção e Assessoramento Superiores de níveis DAS 5 ou DAS 6 do Poder Executivo federal; ou ainda para o cargo de secretário estadual, distrital ou municipal.

Observa-se que dentre os cedidos, 85% dos docentes e 94% dos técnicos atuaram na esfera federal no ano de 2015. Vale dizer que a UnB tem analisado com muita cautela os pedidos, buscando autorizar apenas aqueles que se configuram como irrecusáveis ou de extrema relevância. Registra-se que apesar das contribuições para o provimento de cargos estratégicos, a FUB não tem o seu quadro de vagas alterado. O gráfico 6.5 apresenta a distribuição dos docentes e técnicos cedidos aos órgãos e entidades federais, bem como aos distritais.



Gráfico 6.5 – Quantitativo de servidores cedidos por esfera



Fonte: DGP



6.1.4 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 6.7 – Despesas do pessoal (expressos em reais mil)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira VINCULADOS ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	266.028,85	189.677,66	64.082,09	46.671,80	325,59	40.833,95	95,97	602,57	122.161,23	730.479,71
	2014	251.876,71	9.391,89	57.691,64	229.265,27	28.509,39	14.469,03	448,32	526,16	112.393,80	704.572,22
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	0,00	204,33	13,40	9,72	4,56	0,00	0,00	0,00	232,01
	2014	0,00	202,98	22,23	79,33	3,20	7,06	1,41	2,02	0,00	318,22
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	85,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,94
	2014	0,00	0,94	21,52	20,40	8,99	1,28	4,32	0,00	0,00	57,44
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	12.050,67	6.118,28	1.978,42	1.805,97	64,07	1.722,34	95,18	38,01	5.132,15	29.005,07
	2014	10.689,49	0,00	2.024,89	6.170,69	759,43	770,28	15,49	16,15	4.198,83	24.645,25
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	12.411,05	0,00	1.020,16	70,35	792,71	1.179,74	2,69	102,87	3,48	15.583,05
	2014	11.551,67	0,00	925,58	653,60	49,19	0,00	595,51	78,75	0,00	13.854,30
Total											
Exercícios	2015	290.576,50	195.795,94	67.284,99	48.561,51	1.192,09	43.740,59	193,84	743,45	127.296,86	775.385,78
	2014	274.117,88	9.595,80	60.685,85	236.189,29	29.330,20	15.247,66	1.065,05	623,07	116.592,63	743.447,42

Fonte: DGP



No tocante às despesas com pessoal, os valores considerados no quadro 6.7, tanto para o ano de 2014 quanto para 2015, são líquidos, ou seja, foram somados todos os valores pagos e deduzidos os valores descontados em folha. Foram efetuados aprimoramentos na organização dos dados. Algumas rubricas foram consideradas no campo de indenização no ano de 2014, diferentemente do ano de 2015, quando foram alocadas em despesas variáveis e vice e versa, gerando divergência nas duas colunas em razão das classificações adotadas. As quitações de contratos temporários de professores substitutos, que passaram da coluna de despesas variáveis em 2014 para a coluna indenizações em 2015, exemplificam essa reclassificação. Acredita-se que a nova metodologia observou atentamente o conjunto de orientações expedidas pelo TCU para a correta demonstração das despesas com pessoal.

6.1.5 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

A FUB não possui ferramentas informatizadas para identificação prévia de possíveis casos de acumulação de cargos, funções e empregos públicos. No entanto, todos os servidores ao ingressarem no serviço público preenchem uma declaração informando se acumulam ou não. Além disso, quando há crítica no sistema SIAPE de possíveis acumulações e/ou quando há denúncias de acumulação, a Universidade realiza pesquisas e emite documentos de circularização entre outros órgãos a fim de verificar se a denúncia procede ou não, além de solicitar, após essas medidas, que o servidor se manifeste apresentando documentações comprobatórias.

Com o propósito de verificar preventivamente se há casos de acumulação de cargos, foi firmado no ano de 2015 um convênio entre a FUB e o MTE a fim de efetuar consultas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Outra iniciativa é o exame, por amostragem, no *site* Portal da Transparência, a fim de verificar a incidência ou não de acumulação de cargos. Contudo tal atividade não é suficiente. Observa-se a necessidade de criação, por parte dos órgãos de controle, de mecanismos informatizados que efetuem de forma eficaz essa análise preventiva, bem como a elaboração de uma normatização definitiva quanto à matéria de acumulação de cargos e quebra do regime de dedicação exclusiva. Nota-se que tais assuntos geram entendimentos variados pelos diversos órgãos de controle e fiscalização, além das jurisprudências e normas emanadas pelo MP.

Diante das possibilidades de verificação de acúmulo de cargos supracitadas, a FUB, durante o exercício de 2015, sanou 15 casos de acumulação indevida de cargos públicos.

Algumas ações realizadas em 2015 para dar cumprimento às notificações de órgãos de controle e outros estão explicitadas no quadro 6.8.

Quadro 6.8 – Resultados das ações da FUB

Órgão demandante	Assunto	Nº de processos/Status
CGU	Sistema de Trilhas	6 trilhas, com 86 servidores citados (em andamento)
	Sistema Monitor	25 constatações (em andamento)
	Auditoria SISAC	547 processos de admissão analisados de 2009 a 2013
	Relatório Auditoria 201504193 e Nota de Auditoria 201504193/01 (SIAPE/RAIS)	110 ocorrências (em andamento)
TCU	Acórdãos sobre aposentadoria, pensão, acumulação de cargos e dedicação exclusiva.	Análise de 40 acórdãos com tomada de providências para atendimento.
MP	Ofício MP nº 610/2012	Análise de 202 casos de possível acumulação de cargos
MTE	Nota Técnica nº 998/2015	26 servidores citados (recebimento de seguro-desemprego)

Fonte: DGP



6.1.6 Riscos identificados na gestão de pessoas

O Decanato de Gestão de Pessoas identificou 4 possíveis riscos que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional. Além da descrição individual, foram apresentadas as principais ações para mitigá-los.

O primeiro risco refere-se ao *absenteísmo por licença para tratamento de saúde*. Ao longo do ano, 2.128 servidores da FUB afastaram-se para tratamento de saúde. As principais causas dos afastamentos foram licenças associadas aos transtornos mentais e comportamentais (30%), seguidas das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (21%) e das lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (10%). Em 63% das licenças para tratamento de saúde, o período de afastamento foi menor ou igual a 15 dias. Dentre as várias atividades de prevenção do adoecimento e promoção à saúde, destacam-se o Programa Preparação para Aposentadoria – Viva Mais, o Programa Equilíbrio – Promoção da alimentação saudável e da prática regular de exercícios físicos e as Oficinas de Habilidades Sociais. O Serviço de Acolhimento Psicossocial, Intervenção em Crise e Escuta Qualificada Relacionada ao Trabalho, somados aos programas e oficinas totalizaram 1.903 atendimentos.

Desde o ano de 2011, a FUB mantém registros atualizados dos riscos presentes nos ambientes de trabalho promovendo anualmente a atualização dos documentos em função de alterações no ambiente de trabalho, nas atividades realizadas ou nos métodos produtivos. As recomendações de saúde e segurança do trabalho, bem como as não conformidades encontradas, foram encaminhadas aos responsáveis pelos setores inspecionados para a adequação necessária.

Destaca-se, ainda, a criação, em 2015, da Comissão Permanente de Acolhimento dos Servidores com Deficiência (COPEASD) com o objetivo de promover o acolhimento e a acessibilidade aos servidores com deficiência. Por meio dessa comissão foram avaliados diversos postos de trabalho com a finalidade de promover adequações para o recebimento de novos servidores e alunos com deficiência ou para servidores do quadro que passaram à condição de deficientes físicos.

Constitui o segundo risco a *ausência de sistemas informatizados* para controle e acompanhamento das conformidades legais. O DGP atualmente conta com um único sistema de pessoal (SIPES) desenvolvido na década de 1980 e que não traz todas as ferramentas necessárias para controle de informações. O governo federal trabalha com informações do SIAPE que também necessita de refinamento, tais como o fornecimento de relatórios gerenciais. Esse sistema, desenvolvido na década de 1990, também não oferece segurança nas informações, uma vez que muitas informações não foram parametrizadas para o sistema e não atendem plenamente as necessidades da UnB. Para a extração de informações do SIAPE é necessária a montagem de relatórios por meio da ferramenta DW, o que requer conhecimento de inúmeros códigos e rubricas, tornando-se ineficiente. A solução parcial adotada pelo DGP foi reformular o SIPES a fim de possibilitar maior confiabilidade e controle das ações e registros.

O terceiro risco diz respeito ao *espaço físico inadequado* para recebimento, análise e guarda dos processos, bem como arquivamento de documentações e desenvolvimento das atividades laborais. A UnB aumentou em número de pessoal, o que foi desproporcional ao aumento das instalações físicas. Em relação à tramitação, guarda e arquivamento de documentações, a UnB aderiu ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que facilitará a comunicação entre as áreas e consequentemente desafogará os arquivos da Universidade. Em relação às instalações para melhoria dos espaços físicos, tal mudança necessita de recursos orçamentários para reforma ou construção de um prédio.

O quarto risco relaciona-se com o *alto índice de rotatividade*. Verificou-se ao longo dos anos uma grande rotatividade de servidores técnico-administrativos recém-empossados, principalmente por motivo de posse em outro cargo inacumulável, tendo em vista a baixa remuneração e benefícios oferecidos pelo Poder Executivo Federal em relação aos outros órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso, a insuficiência de infraestrutura (instalações físicas e de equipamentos) desestimula a permanência dos servidores. A UnB está reforçando as



ações de capacitação e qualificação, tais como a oferta de mestrados profissionais e o estímulo ao ingresso nos cursos de doutorado, a fim de refletir nas verbas salariais dos servidores, o que gera um estímulo para sua permanência. Além disso, o DGP, por meio da DSQVT, tem desenvolvido diversas ações de qualidade de vida no trabalho.

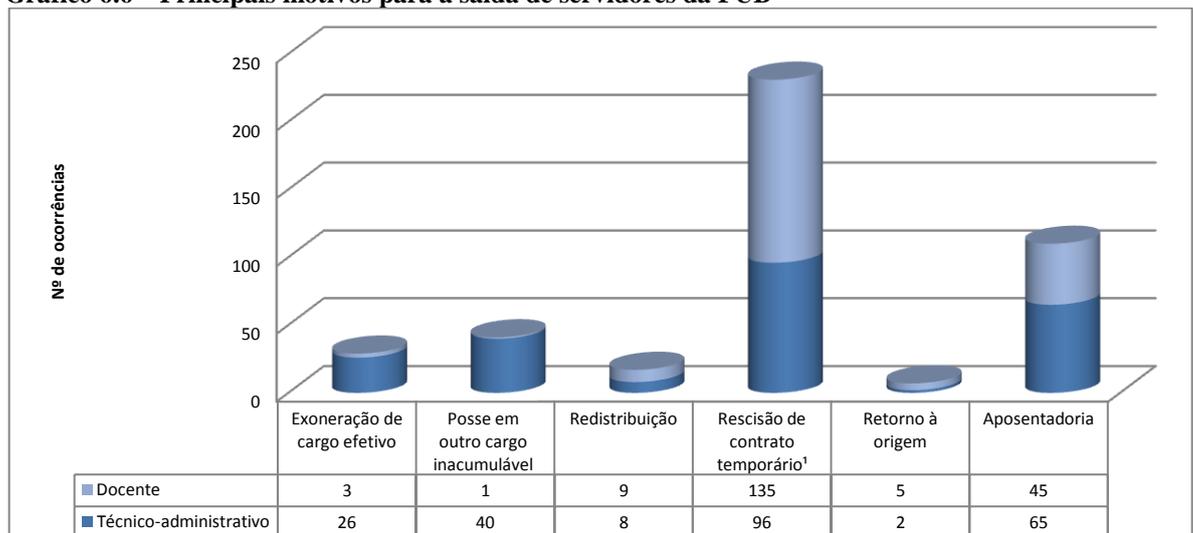
6.1.7 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O DGP dispõe de indicadores que possibilitam o acompanhamento das suas ações, bem como a realização de projeções. Apresenta-se, a seguir, uma amostra desse monitoramento, bem como seus resultados em 2015.

- Rotatividade Global

Considera as entradas (n=673) e as saídas (n=445) de servidores ao longo do ano de 2015. Observa-se que, embora 46% desta rotatividade seja esperada, decorrente de aposentadorias e residência na área de saúde, ainda assim chama atenção o percentual de 9% de rotatividade especificadamente entre os servidores técnico-administrativos por posse em outro cargo inacumulável. O gráfico 6.6 possibilita a identificação das principais razões pelas quais os servidores saem da UnB e os respectivos quantitativos por categoria.

Gráfico 6.6 – Principais motivos para a saída de servidores da FUB



Nota 1: Engloba os professores substitutos e os médicos residentes.
Fonte: DGP (Em 04/01/16).



- Provimento

Quadro 6.9 – Indicadores de provimento

Indicadores	Performance
Nº de nomeações de servidores técnico-administrativos	447
Nº de nomeações de servidores docentes	97
Nº de aberturas de concursos públicos para docentes	92
Nº de publicações de resultados dos concursos públicos para docentes	72
Nº de contratações de professores substitutos	288

Fonte: DGP

- Capacitação, carreira e desempenho

Quadro 6.10 – Indicadores de capacitação, carreira e desempenho

Áreas	Indicadores	Performance
Capacitação ¹	Nº de ações ofertadas/ano	70
	Nº de vagas ofertadas/ano	1.185
	Nº de concluintes por cursos ofertados/ano	991
	Nº de horas/ano ofertadas de capacitação/treinamento/ano	1.649
	Nº de horas/ano ofertadas de Qualificação (Educação Formal – Mestrado Profissional em Gestão Pública/FUP e Mestrado Profissional em Economia/FACE-ECO) /ano 2015	690
	Satisfação do concluinte com as ações ofertadas (avaliação de reação)	As médias variaram de 3,42 (dp=0,74) a 3,83 (dp=0,43)
	Aplicação de escala com nível de concordância de 1 a 5	
	Grau de transferência de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos para o ambiente de trabalho	Média do Impacto percebido pelo concluinte: 3,09 (dp=0,97)
	Aplicação de escala com nível de concordância de 1 a 5	
Carreira (desenvolvimento, carreira, qualificação)	Nº de licenças-capacitação concedidas a docentes e técnicos/ano	137
	Nº de afastamentos concedidos a servidores docentes e técnicos para cursos <i>stricto sensu</i> (mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral) /ano	215
	Nº de progressões por mérito concedidas a servidores técnicos/ano	431
	Nº de progressões por capacitação concedidas a servidores técnicos/ano	435
	Nº de Incentivos à qualificação (IQ) concedidos aos servidores técnicos/ano	366
Gestão do Desempenho	Nº de servidores (técnicos e docentes) em acompanhamento no estágio probatório	591
	Nº de servidores, técnicos e docentes, aprovados e reprovados nas avaliações de estágio probatório.	Aprovados (AP): 211
		Reprovados (RP): 2



	Percentual de recursos administrativos contra resultado de avaliação de desempenho: (Recursos (6) / AP+REP (213))	2,80%
--	---	-------

Nota 1: O público-alvo é composto por servidores técnico-administrativos e docentes.

Fonte: DGP.

6.1.8 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A contratação de mão de obra de apoio e de estagiários encontra-se demonstrada nos quadros 6.11 e 6.12. As informações foram prestadas, respectivamente, pela DTER/DAF e pelo DGP. Ressalta-se que os contratos de terceirização vigentes encontram-se divulgados no *link* <http://www.daf.unb.br/dter/contratos-vigentes>. Registra-se que a proporção aproximada de trabalhadores que atuam nos contratos de terceirização em relação à força de trabalho da FUB é de 40%.

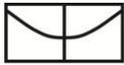


Quadro 6.11 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da FUB

Unidade Contratante								
Nome: Fundação Universidade de Brasília								
UG/Gestão: 154040/15257								
Informações sobre os Contratos								
Número do Contrato	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Empresa Contratada CNPJ	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit. ¹
					Início	Fim		
604	2010	Serviços de jardinagem	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	12/02/2010	12/02/2016	Ensino Médio	A
610	2010	Serviços de motorista e manutenção de autos	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	14/02/2010	07/02/2016	Ensino Médio	E
607	2010	Serviços de apoio técnico e manutenção	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	12/02/2010	05/02/2016	Ensino Médio	E
608	2010	Serviços de manutenção de estruturas em geral	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	12/02/2010	05/02/2016	Ensino Médio	E
64	2013	Serviços de garçom	Daher & Monteiro S. Patrimoniais Ltda. - ME.	14.673.828/0001-15	08/04/2013	07/06/2015	Ensino Médio	E
315	2013	Serviços de almoxarife e operador de caixa	Ágil Serviços Especiais Ltda.	72.620.735/0001-29	13/09/2013	13/09/2016	Ensino Médio	P
206	2014	Serviços de segurança e vigilância desarmada	Life Defense Segurança Ltda.	02.674.687/0001-76	27/05/2014	20/05/2016	Ensino Médio	P
464	2014	Serviços de apoio e copeiragem	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	01/09/2014	28/02/2015	Ensino Médio	E
179	2014	Serviços de limpeza e conservação	Apecê Serviços Gerais Ltda.	00.087.163/0001-53	01/09/2014	16/01/2016	Ensino Médio	E
10456	2014	Serviços de portaria	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	01/12/2014	31/05/2015	Ensino Médio	E
1747	2015	Serviços de apoio e copeiragem	Planalto Service Ltda.	02.843.359/0001-56	02/03/2015	28/08/2015	Ensino Médio	E
103	2015	Serviços de portaria	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda.	04.281.568/0001-60	16/06/2015	15/06/2016	Ensino Médio	A
125	2015	Serviços de garçom	HPEX Apoio Administrativo Eireli – ME	38.053.377/0001-81	15/07/2015	14/07/2016	Ensino Médio	A
154	2015	Serviços de recepcionistas	JAG7 Soluções Empresariais Ltda. – ME	15.757.904/0001-33	29/09/2015	28/09/2016	Ensino Médio	A
153	2015	Serviços de apoio e copeiragem	Fortaleza Serviços Empresariais Ltda.	38.054.508/0001-45	29/10/2015	28/10/2016	Ensino Médio	A

Nota 1: Situação do contrato: ativo normal (A), ativo prorrogado (P) ou encerrado (E).

Fonte: DTER/DAF.



A empresa APECÊ prestou os serviços de limpeza e conservação das unidades da FUB até a data de 16/01/2016. Esse contrato foi renovado somente até a conclusão do novo certame licitatório, determinado pelo TCU. A manutenção da prestação dos serviços foi alcançada por meio da contratação da empresa RCA Produtos e Serviços Ltda.

Registra-se a necessidade de realização de audiências junto ao Ministério Público do Trabalho em face da discussão entre a FUB e a empresa Planalto Service quanto à abrangência da concessão de adicionais de insalubridade de periculosidade aos empregados da empresa.

Quanto aos serviços de garçom, houve um lapso temporal de não prestação dos serviços por um período de oito dias, entre o término do contrato com a empresa Daher & Monteiro Soluções Patrimoniais Ltda. – ME e a finalização do novo certame licitatório, o qual declarou como vencedora a empresa HPEX Apoio Administrativo Eireli ME.

Houve a celebração de contrato emergencial com a empresa Planalto Service, para a prestação de serviços de apoio e copeiragem no período de 02/03 a 28/08/2015 – Contrato nº 1.747/2015 e a interrupção dos serviços pelo período de 60 dias. Com a finalização do certame licitatório, que teve como vencedoras as empresas Fortaleza Serviços Empresariais Ltda., para os serviços de copa e contínuo, e a JAG7 Soluções Empresariais Ltda. – ME, para os serviços de recepção, os serviços foram reestabelecidos.

Nos demais serviços elencados no presente relatório, não ocorreram interrupções na sua prestação.

Contratação de estagiários

O quadro 6.12 apresenta a composição do quadro de estagiários, discriminando-os de acordo com o perfil de escolaridade exigido. Quanto ao quantitativo de estagiários lotados em área meio e fim, destaca-se que a COEST está revisando todos os Termos de Compromisso de Estágio, de modo a atualizar e regularizar a lotação de todos os estagiários de nível médio e superior no sistema SIAPE.

Quadro 6.12 – Contratos de estágio celebrados em 2014 e 2015

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes	
	2014	2015
1. Nível superior	1025	938
2. Nível Médio	192	194
3. Total (1+2)	1217	1132
4. Despesa no exercício ¹	8.370,29	7.521,66

Nota 1: Valores em R\$ Mil.

Fonte: DGP

O parâmetro básico adotado pela FUB para a contratação de estagiários é a Lei nº 11.788/ 2008, que regulamenta a contratação de estudantes com o intuito de orientá-los na busca por experiências práticas do mercado de trabalho e aprimorá-los na área da atividade ou da disciplina que cursam. As contratações que a Coordenadoria de Estágio (COEST) realiza se enquadram apenas na modalidade de “estágio não obrigatório”, conforme possibilita o art. 2º da referida lei.

O rito que antecede a formalização do compromisso contempla a verificação prévia da disponibilidade da vaga e a análise técnica. São observados aspectos como a área de interesse e de aptidão do curso com as atividades que o estagiário irá desenvolver, tais como perfil do curso, especialidade da atuação curricular e/ou a área de atuação no



mercado de trabalho. Além disso, as atividades descritas pela unidade demandante são avaliadas quanto à possibilidade de desempenho por estagiários, além da existência de convênios com as instituições de ensino para essa finalidade.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este tópico apresenta informações acerca da gestão da frota de veículos, bem como da política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, da gestão do patrimônio imobiliário da União, da cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicos ou privados e informações sobre os imóveis locados de terceiros. As unidades PRC, SGP e DCO/DAF prestaram as informações sobre este tópico.

6.2.1 Gestão da frota de veículos

Na FUB, a forma de utilização da frota de veículos está baseada na [Lei nº 1.081/1950](#), juntamente com a revogação do artigo 9º, dado pela [Lei nº 9.327/1996](#). O uso da frota é de extrema importância para as atividades da FUB, uma vez que os veículos auxiliam as visitas técnicas/científicas constantes do currículo acadêmico. De acordo com a PRC, o atendimento sempre crescente de alunos e a distância física entre os *campi* implicaram a não totalidade de atendimentos dessa demanda.

A frota da FUB é composta por 312 veículos distribuídos em duas categorias: 37 veículos de uso comum, dos quais as unidades acadêmicas e administrativas fazem uso em diversas atividades, sendo estes controlados plenamente pela CTR/PRC e 275 veículos de departamentos, que são administrados por um responsável da unidade e seu uso é restrito àquele setor. Em 2015, a média anual de quilômetros rodados com toda a frota foi de 93.189 quilômetros. A média percorrida pelos 37 veículos de uso comum resultou em 10.521 quilômetros e dos 275 veículos de departamentos, 82.668 quilômetros.

A idade média da frota é especificada no quadro 6.13.

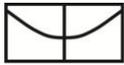
Quadro 6.13 – Idade média da frota em 2015

Tipo de veículo	Idade média (em anos)
Automóvel	9
Caminhão	13
Caminhonete	10
Furgão	11
Jipe	28
Micro	6
Micro-ônibus	6
Misto	12
Moto	10
Ônibus	11
Pick-up	12
Trator	18
Van	8

Fonte: PRC.

Por se tratar de um valor médio, os resultados apresentados no quadro 6.13 geraram fração superior a 5 e foram arredondados para o primeiro valor inteiro acima, gerando, assim, resultado médio de 2 anos a mais se comparado ao resultado de 2014.

Os custos associados à manutenção da frota estão dispostos no quadro 6.14.



Quadro 6.14 – Custos com a manutenção da frota

Itens	Valores (em R\$ 1.000,00)
Seguro obrigatório	40,22
Licenciamento anual	16,52
Lubrificantes e peças	9,38
Troca de pneus	12,53
Gastos com combustível	535,66
Total	614,31

Fonte: PRC.

A estimativa de renovação da frota é a cada 10 anos, com exceção de alguns veículos específicos, como o caminhão *Munck*, os veículos da marca *Toyota* traçados para uso em estradas ruins e os veículos *Kombi*, que não são mais fabricados.

No que tange às razões para escolha da aquisição de veículos em detrimento da locação, em 2015 foram utilizados veículos contratados em viagens interestaduais em razão dos ônibus da FUB necessitarem de alguns reparos de pequeno porte e de substituição de pneus.

Com o objetivo de assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, é feito um controle por meio de lançamento em planilha no momento da confirmação do pedido do transporte, quando o motorista alocado no atendimento preenche o Boletim Diário de Tráfego (BDT). Em seguida, é feito ainda um controle na guarita pelos seguranças da UnB. Os custos de manutenção, consumo e números de atendimentos são controlados e lançados em relatório específico.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

A FUB adota como política de destinação de veículos inservíveis o processo de leilão. De acordo com a DGM/DAF, os veículos são vendidos em Leilão Público, seguindo os critérios estabelecidos pelo [Decreto 99.658/1990](#), realizado por leiloeiro oficial, conforme contrato, sendo a remuneração deste cobrada do arrematante comprador.

Para a Universidade, houve somente custo aproximado de R\$ 152,00 referente à publicação no Diário Oficial da União, pois o custo pela divulgação do leilão é de responsabilidade do leiloeiro.

As informações atinentes a esses veículos são retratadas no quadro 6.15.

Quadro 6.15 – Veículos inservíveis

Lote/Veículo	Características dos veículos	Valor da venda (em R\$ 1.000,00)
Lote 180 – 1 GM/S10	gás, ano 1997, placa JFO9522, chassi 9BG138ARVV9355971, Renavan 67353658, cor branca	8
Lote 181 – 1 VW/Kombi	gás, 1997, placa JFO0859, chassi 9BWZZZ237VP030881, Renavan 67198064, cor branca	4,1
Lote 182 – 1 Topic	diesel, ano 1998/1999, placa JET6821, chassi KN2FADZA1WC085075, Renavan 715221507, cor branca	9,3

Fonte: PRC.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Com referência à gestão do patrimônio imobiliário da União, as informações estão divididas em subitens, quais sejam: estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da FUB; distribuição geográfica dos imóveis da União; qualidade



e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet); despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis; e os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los. O item pertinente a informações sobre cessão para terceiros será abordado no subitem 6.2.4.

6.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da FUB

A gestão do patrimônio dos bens imóveis (residenciais e comerciais) da FUB é realizada pela Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP), vinculada ao GRE. É competência da SGP planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades relativas à administração geral do patrimônio imobiliário da FUB.

A carteira de imóveis comerciais e residenciais da FUB é composta por:

a) terrenos comerciais e residenciais na região do Distrito Federal, incorporados ao capital social da Fundação, ou que vierem a ser adquiridos ou transferidos a essa mediante doação, aquisição ou permuta;

b) edificações autônomas e áreas específicas localizadas em edifícios acadêmicos nos *campi* da UnB, destinadas ao suporte às atividades institucionais (ensino, pesquisa e extensão) da Universidade, tais como agências e terminais bancários, torres de telecomunicações, lanchonetes, papelaria, venda de livros, jornais e revistas, serviços de reprografia e assemelhados;

c) edificações e salas comerciais, e imóveis residenciais localizados na região do Distrito Federal, destinados à locação;

d) imóveis residenciais localizados no *campus* Darcy Ribeiro e nas superquadras norte (SQN) 205 e 206, destinados à ocupação de servidores docentes e técnico-administrativos, e docentes e estudantes de outras instituições de ensino superior em períodos de intercâmbio. Os servidores inquilinos de imóveis da FUB pagam, a título de aluguel, uma taxa de ocupação, cujo valor é subsidiado, e uma taxa de manutenção, determinada por meio de rateio das despesas realizadas pelo número de apartamentos do edifício. Os imóveis desocupados destinados a terceiros são ofertados no *site* www.sgp.unb.br.

Os imóveis e áreas de que tratam os itens “b” e “c” têm como finalidade principal a geração de receita para a UnB e são locados a pessoas jurídicas e físicas, segundo regras definidas pelo Conselho Diretor e pela Administração Superior da UnB. Os imóveis de que trata o item “d” têm como finalidade principal a atração e fixação de quadros diferenciados de servidores docentes e técnico-administrativos da UnB, e são ocupados mediante Termo de Ocupação, segundo regras também definidas pelo Conselho Diretor e pela Administração Superior da UnB.

6.2.3.2 Distribuição geográfica dos imóveis da União

Os imóveis que abrigam as atividades-fim e meio da Universidade, tidos como de uso acadêmico, classificados também como de uso especial, são identificados no quadro 6.16.

Quadro 6.16 – Imóveis de uso acadêmico

Imóveis	Localização	Área
<i>Campus</i> Darcy Ribeiro	Asa Norte – Brasília - DF	4 milhões m ² de terreno e 347.796 m ² de área construída
Fazenda Água Limpa	Núcleo Rural Vargem Bonita – Brasília - DF	26.800 m ² de terreno
Centro de Estudos UnB	Alto Paraíso de Goiás - GO	47.000 m ² de terreno



Cerrado		
Casa Oscar Niemeyer	SMPW quadra 26, conjunto 03. Park Way – Brasília - DF	20.000 m ² entre terreno e área construída

Fonte: SGP.

Constituindo também como de uso acadêmico, os *campi* de Planaltina, Ceilândia e Gama não constam do quadro 6.16, pois são cedidos pela Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) e estão em processo de escrituração.

Os imóveis residenciais da FUB estão geograficamente localizados nas seguintes quadras de Brasília, conforme apresentado no quadro 6.17.

Quadro 6.17 – Imóveis residenciais

Localização geográfica	Blocos	Quantidade
Colina – <i>Campus</i> Darcy Ribeiro	Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K	354
SHTN TR 01 CJ 02	Bloco E	6
SQN 107	Bloco H	2
SQN 109	Blocos H, I, J	128
SQN 205	Blocos C, G, H, L	144
SQN 206	Bloco A, B, F, J, K	180
SQN 212	Blocos A, C, D, E, F, G, H, I, J, K	262
SQN 214	Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K	363
SQN 310	Blocos E, F, G, J, K	72
Total de imóveis residenciais		1.511

Fonte: SGP.

Já a localização das salas/lojas, bem como as respectivas quantidades em cada bloco, é demonstrada no quadro 6.18.

Quadro 6.18 – Imóveis comerciais

Localização geográfica	Blocos	Quantidade
SCLN 109	Bloco A	3
SCLN 115	Bloco A	8
SCLN 406	Bloco A	62
SGAS 915	Bloco B	24
SEPS 714/914	Bloco E – Ed. Talento	27
SCS Q 02	Bloco C – Edifício OK	12
SCS Q 04	Bloco A – Edifício Anápolis	45
Total de imóveis comerciais		181

Fonte: SGP.

Do total de 181 imóveis comerciais, a UnB utiliza para fins de ensino, pesquisa e extensão 98 deles, conforme distribuição no quadro 6.19.

Quadro 6.19 – Imóveis comerciais ocupados por unidades da FUB

Localização geográfica	Blocos	Ocupantes
SCLN 406	Bloco A	CPAB - 5 Salas Cean/Nesp - 18 salas Cespe - 14 Salas Data/UnB - 9 Salas IDA - 1 Sala Livraria - 2 Salas



SCS Q 02	Bloco C – Edifício OK	Centro Regional de Referência da UnB - 3 Salas Cespe - 1 Sala Editora UnB - 5 Salas
SCS Q 04	Bloco A – Edifício Anápolis	Casa da Cultura - 18 Salas LET/UnB Idiomas - 8 Salas e 2 Auditórios Núcleo de Estudos de Direito - 1 Sala Prodequi - 11 Salas

Fonte: SGP.

6.2.3.3 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet

Todos os imóveis residenciais e comerciais administrados pela SGP estão devidamente cadastrados no SPIUnet. A atualização dos dados nesse sistema é realizada anualmente. Os imóveis foram classificados e cadastrados no SPIUnet como de uso especial, pois a categoria dominial não consta da classificação desse sistema. Esse é o motivo pelo qual não contempla, portanto, as características jurídicas da maior parte dos imóveis da FUB, classificados como ‘imóveis dominiais’, de natureza comercial ou residencial, locados a terceiros em estrito respeito ao Código Civil, à legislação pertinente e à Lei 8.666/1993, após a devida avaliação de preço de mercado e pregão público para os candidatos.

Além dos imóveis da categoria de uso especial integrados ao acervo da FUB, esse grupo de imóveis dominiais impõe tratamento específico à gestão patrimonial da FUB, devido à idiossincrasia de sua situação no contexto de imóveis da União.

Elaborado no âmbito da SGP, o Relatório de Reavaliação dos Bens Imóveis da FUB ano base 2015 apresenta o total de imóveis de propriedade da instituição classificados como de uso especial e já cadastrados no SPIUnet, totalizando 1.747 imóveis localizados no Distrito Federal e 1 imóvel localizado no estado de Goiás, somando, portanto, 1.748 imóveis. Desses, a SGP administra 1.692 unidades, conforme apresentadas nos quadros 6.5 e 6.6. Os demais são os imóveis para uso acadêmico e apoio e são administrados pela PRC.

6.2.3.4 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Quanto às despesas de manutenção dos imóveis de uso acadêmico, não é possível discriminar os valores com as despesas de manutenção e reformas separadamente por *campus* e unidades dispersas. Os valores globais totalizam: R\$ 3,78 milhões com materiais para manutenção; R\$ 18,49 milhões com mão de obra para manutenção de estruturas em geral; e R\$ 3,30 milhões com reformas no *campus* Darcy Ribeiro. Segundo a DGI, não houve reformas para as outras unidades em 2015.

No que se refere aos outros imóveis da FUB, que têm o seu condomínio sob administração de empresas terceiras ensejam despesas de condomínios para a FUB, proprietária dos imóveis. Assim, as despesas decorrentes de condomínio, que compreendem fundo de reserva, taxa extra e taxa ordinária de condomínio (essa recai para a FUB somente quando os imóveis não estão alugados), em 2015, somaram R\$ 1,43 milhão. Os valores de despesas com manutenção, referentes a 2015, dos imóveis residenciais e comerciais da FUB estão em processo de análise e apuração final, dado o recente fechamento do referido ano base.

Os registros contábeis das receitas e despesas oriundas da administração e gestão dos imóveis da FUB são realizados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças do Decanato de Administração (DCF/DAF) e pela Diretoria de Orçamento do Decanato de Planejamento e Orçamento (DOR/DPO).



6.2.3.5 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Os riscos relacionados referem-se à manutenção dos imóveis. Neste sentido, cumpre ressaltar que a FUB realiza serviços de manutenção corretiva dos edifícios residenciais de sua propriedade. A Instituição dispõe de dois técnicos, sendo um arquiteto e urbanista e um engenheiro civil, lotados na SGP, que orientam e supervisionam esses serviços, executados por pessoal disponibilizado à FUB por empresa terceirizada.

Há ainda um termo de referência elaborado por esses técnicos para contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva e preditiva dos edifícios residenciais de propriedade da FUB. Esse modelo de contratação - de serviços ao invés de postos de trabalho - deverá possibilitar a execução de rotinas de manutenção eficientes e com custos reduzidos. O planejamento da FUB é implantar esse novo modelo de contratação até meados de 2016, após a descrição de memoriais de serviços e a execução do processo licitatório específico.

Além disso, para garantir eficaz gestão dos contratos, ressalta-se que a SGP institui periodicamente comissão para apurar as irregularidades praticadas pelos ocupantes dos seus imóveis. Foi realizada, no final de 2015, uma apuração de possíveis irregularidades na ocupação desses imóveis, sendo os casos encontrados já acionados e em processo de regularização.

Outros riscos relacionados às propriedades e instalações são detalhados na seção 3.4.2 que trata dos fatores de risco.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicos ou privados

Do total dos imóveis residenciais, 45% são destinados aos servidores da FUB (moradia funcional), 20% são imóveis alugados para servidores da FUB (com desconto) e 35% são destinados para aluguel de terceiros. Já com relação aos imóveis comerciais, 70% são cedidos para órgãos vinculados à FUB e 30% dos imóveis encontram-se alugados para terceiros.

Com relação a este item, percebeu-se que não há controle integral e adequado no tocante às informações sobre a cessão dos espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicos ou privados. A UnB está trabalhando para estruturar e melhorar sua gestão imobiliária durante o ano de 2016, contemplando as carências observadas neste relatório. Foram identificados 5 espaços cedidos para a iniciativa privada (Posto Comercial UnB, Banco do Brasil, Memorial Darcy Ribeiro, Banco Santander e Autotrac) e 1 imóvel para entidade da esfera federal (Fiocruz Brasília). Os custos da construção dos estabelecimentos, bem como de sua manutenção são de responsabilidade dos cessionários. A comunidade acadêmica em geral é beneficiada na medida em que usufrui dos produtos e serviços ofertados por esses estabelecimentos. Todos os seis imóveis estão localizados no *campus* Darcy Ribeiro e o Quadro 6.20 apresenta outras informações sobre esses imóveis.

Quadro 6.20 – Alguns imóveis objetos de cessão de espaço físico

Identificação dos cessionários	Identificação dos imóveis	Instrumento	Natureza	Finalidade do uso	Período
Posto Comercial UnB Ltda.	Avenida L3 norte, sem número	convênio	realização de projetos/pesquisas/eventos	posto de combustíveis, lubrificante e serviços; restaurantes/lanchonetes	19/06/1996 a 19/06/2026
Banco do Brasil	Centro de	convênio	interesse mútuo	serviços bancários	não



	Vivências II, bloco C				informado 1
Memorial Darcy Ribeiro (Beijódromo)	sem número	convênio	comodato/cessão de uso	instituição cultural e restaurante	09/03/2010 a 30/04/2040
Fiocruz Brasília	Avenida L3 Norte, sem número, Gleba A	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	articular e integrar as unidades regionais da Fiocruz distribuídas pelo país, e também entre toda a instituição e órgãos ligados aos três Poderes da União e representações de entidades nacionais e internacionais ligados à saúde	29/11/2007 a 29/11/2037
Banco Santander Banespa S.A.	sem número	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	serviços bancários	28/02/2008 a 28/02/2038
Autotrac Comércio e Telecomunicações S/A	Gleba A, Ed. Autotrac	acordo de cooperação	comodato/cessão de uso	empresa especializada em desenvolvimento de equipamentos, de <i>software</i> e na prestação de serviços de comunicação móvel de dados	16/12/1993 a 16/12/2018

Nota 1: informação não disponibilizada até o fechamento deste relatório.

Fonte: DPA/DAF, DPL/DPO.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

No que diz respeito aos imóveis locados de terceiros, há 5 imóveis alugados, sendo: 1 contrato de imóvel locado na Asa Norte em decorrência da reforma da Casa do Estudante Universitário (CEU), sem previsão de entrega, haja vista uma ação judicial de reintegração de posse e ressarcimento ao erário; 1 galpão para a guarda de equipamentos e 1 galpão utilizado como laboratório de ensino e pesquisa, ambos da FGA; 1 imóvel para atendimento administrativo da FUP e 1 imóvel em Alto Paraíso de Goiás para o desenvolvimento das atividades do CER, enquanto sua sede está em construção. O quadro 6.21 apresenta algumas informações sobre esses imóveis.

Quadro 6.21 – Imóveis locados de terceiros

Empresa	Objeto	Vencimento	Valor global anual/estimado (em reais mil)
Brasília – DF			
Recanto Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Aluguel de imóvel (SCLN 109, Sala 216, Asa Norte – DF)	22/05/2014 ¹	16,09
Aguiar Administração de Imóveis Ltda. – ME. Contrato nº 013/2010	Aluguel de galpão para a FGA (QI 06, lote 1.440, Setor Industrial do Gama – DF)	31/03/2016	126
Aguiar Administração de Imóveis Ltda. – ME. Contrato nº 160/2015	Aluguel de galpão para a FGA (QI 06, lote 1.460, Setor Industrial do Gama – DF)	10/11/2016	144
Carlos Pinto da Silva	Aluguel para a FUP (Quadra B, conjunto B3, lote 19, Vila Nossa Senhora de	16/09/2016	60,79



	Fátima, Planaltina – DF)		
Alto Paraíso – GO			
Adrielle Cristina Chaves Souza	Aluguel para o CER (Rua 01, quadra 07, lote 09, Alto Paraíso de Goiás – GO)	10/10/2016	18

Nota 1: O imóvel ainda está alugado, não houve rescisão do contrato. O processo encontra-se em vias judiciais.

Fonte: DCO/DAF.

Com relação ao imóvel locado na Asa Norte, a DDS/DAC solicitou sua locação com a finalidade de abrigar estudantes da UnB durante o período de reforma da CEU. Contudo, os estudantes já deveriam ter saído do imóvel, o que não ocorreu, pois um aluno recusou-se a desocupar o imóvel e, por este motivo, o processo encontra-se em vias judiciais para que o imóvel seja devolvido à FUB. Os serviços de manutenção, reformas e reparos foram realizados pela própria Universidade por meio da PRC.

Os galpões da FGA são utilizados para a guarda de materiais, ferramentas, tornos, móveis e equipamentos de grande porte, onde funcionam também oficinas de serralheria, marcenaria e mecânica. Ainda, existem atualmente 5 laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, nos quais são ministradas aulas diariamente com grande fluxo de alunos, professores, servidores técnico-administrativos e prestadores de serviços. Consta da cláusula 8ª do contrato que os reparos ocorrerão por conta da FUB.

A locação do imóvel do *campus* de Planaltina é indispensável, pois além dos cursos de graduação e pós-graduação, a FUP conta com diversas ofertas de programas e serviços, e a estrutura do Módulo Esportivo e de Serviços (MESP) e da Unidade de Ensino e Pesquisa 2 (UEP2) não as comporta. Consta da cláusula 8ª do contrato que os reparos ocorrerão por conta da locatária.

Já a locação do imóvel do CER é necessária enquanto a sua sede em Alto Paraíso de Goiás é construída. Atualmente, as instalações elétricas estão sendo finalizadas, bem como o trâmite burocrático que autorize a mudança para a sede. Os serviços de manutenção, reformas, reparos são custeados pela FUB.

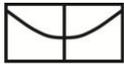
6.3 Gestão da tecnologia da informação

Neste tópico, são apresentados o PDTI da Universidade de Brasília, o comitê gestor de tecnologia da informação e os principais sistemas de informação da Instituição. Além disso, são descritos o plano de capacitação da equipe de TI, o quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho dessa área, os processos de gerenciamento dos serviços de TI, os projetos desenvolvidos e as medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas.

6.3.1 Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Fundação Universidade de Brasília, com vigência prevista para o quadriênio 2014-2017, tem a finalidade de orientar a aplicação de recursos em tecnologia de informação e comunicação (TIC) no âmbito da UnB, em conformidade com os objetivos e diretrizes estratégicas do planejamento estratégico institucional estabelecido no PDI 2014 - 2017. Além disso, o PDTI orienta as ações e decisões referentes à alocação dos recursos de TIC com base nas necessidades da comunidade universitária e na gestão interna da Instituição, podendo ser revisto conforme demanda do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI).

A metodologia adotada para a elaboração do PDTI 2014-2017 baseou-se no guia de elaboração de plano diretor de tecnologia da informação do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação) e no modelo de referência 2011-2012 de plano diretor de tecnologia da informação, ambos elaborados pela



Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério do Planejamento. Foram realizadas adaptações para tornar a apresentação do PDTI compatível com a realidade da Universidade.

Para construção de uma maior base de informações à elaboração do plano, foram realizados levantamentos por meio de duas pesquisas de autodiagnóstico. O primeiro instrumento de pesquisa levantou as necessidades de tecnologias de informação junto aos gestores das unidades administrativas e acadêmicas da UnB, integrantes do Sistema de Planejamento Institucional. A segunda pesquisa abordou as percepções dos especialistas e dos grandes usuários da área de TIC da Universidade.

Paralelamente à realização dos autodiagnósticos, foram identificados princípios e diretrizes de planejamento decorrentes de outras análises, tais como: análise SWOT, decisões recentes tomadas pelo Comitê de TI e acordãos. Além disso, foram analisadas informações provenientes da autoavaliação da gestão das TICs na UnB, dos resultados do PDTI anterior e da revisão de fatores críticos de sucesso na mudança em TIC.

Identificou-se, dessa forma, os problemas mais urgentes e impactantes, os quais fundamentam os projetos e as ações de saneamento presentes no planos de metas e ações do PDTI. A análise de todas as dimensões avaliadas pelas pesquisas deixou claro que muitos esforços devem ser feitos na gestão da TIC para se atingir um grau de desenvolvimento que atenda adequadamente à UnB e aos gestores envolvidos. Muitas das iniciativas de descentralização dos serviços de TICs na UnB são ligadas a serviços de TIC corporativa, enquanto outras são ligadas a institutos e faculdades. Dessa forma, torna-se urgente estabelecer uma melhor gestão dos investimentos, recursos humanos, artefatos tecnológicos, documentação, comunicação e informação na UnB.

Após o diagnóstico, foi realizado o inventário de necessidades de TIC e a sua priorização para atender aos objetivos estratégicos da UnB e aos demais direcionamentos encontrados em documentos de referência. A partir da análise desse inventário, derivaram-se metas e ações para implementar em cada uma das necessidades identificadas.

A primeira versão do PDTI 2014-2017 foi submetida ao CTI (Comitê de Tecnologia da Informação) em 2015. Por sugestão do relator, optou-se por refazer a sua redação a fim de tornar o texto mais claro e objetivo. Entre a primeira e a segunda versão, diversos eventos ocorreram e afetaram alguns pontos desse documento. Destaca-se, principalmente, o problema com os recursos financeiros em decorrência da política econômica, o que inviabilizou alguns dos projetos propostos, bem como o orçamento do plano diretor de TI.

O princípio fundamental adotado na elaboração do PDTI foi o de respeito à identidade da UnB. Foram considerados ainda outros princípios estabelecidos no PDI 2014-2017. A lista completa dos objetivos estratégicos, princípios e diretrizes do PDTI 2014-2017 encontra-se no [link:](http://www.dpo.unb.br/documentos/PDTI_2014_2017.pdf) http://www.dpo.unb.br/documentos/PDTI_2014_2017.pdf.

Devido à natureza transversal da tecnologia de informação, destaca-se que os objetivos estratégicos institucionais definidos no PDI 2014-2015 encontram-se associados a soluções de TI. Dessa forma, foram planejadas ações para auxiliar o alcance dessas metas. Na gestão de pessoas, destaca-se a importância de desenvolver tecnologias para melhoria da gestão universitária, seja por meio de capacitação, seja por meio de sistemas de informação mais integrados. Com relação aos objetivos e estratégias de recursos tecnológicos observa-se o impacto das soluções de TI em praticamente todos os seus itens, tanto naqueles ligados à melhoria da comunicação institucional, quanto nos objetivos diretamente ligados à governança de TI, que são:



aprimorar o planejamento e a organização, aprimorar a aquisição e implementação de sistemas e aprimorar a entrega e o suporte aos serviços.

No tocante aos recursos financeiros, a área de TI atua na busca pelo aprimoramento dos processos de aquisições. Quanto à infraestrutura, pretende-se implementar uma melhor gestão da informação nas áreas de infraestrutura predial. Em relação aos processos e modelos de gestão, as ações do PDTI objetivam aumentar a automação de qualidade para os processos mapeados. Por fim, no que concerne à gestão acadêmica, busca-se o aprimoramento da automação dos sistemas de informação acadêmicos.

Ressalta-se que, para o alcance dos resultados planejados no PDTI, devem ser observados os fatores críticos de sucesso. Dentre eles, destacam-se a importância da participação ativa do CTI, a definição de marcos mensuráveis, a instituição do comitê de segurança da informação e a implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicação da FUB. Além disso, é importante realizar o mapeamento de todos os processos de negócios e de TI, o controle e acompanhamento dos projetos e ações derivados do PDTI e o apoio da administração superior. A disponibilidade orçamentária e de recursos humanos, além da ampla divulgação do PDTI também são fatores críticos.

6.3.2 Comitê Gestor de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação da FUB foi instituído em 18 de abril de 2013, por meio da Resolução nº 0057/2013 considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de TI relacionadas aos objetivos organizacionais de alto nível da UnB.

A composição do Comitê de Tecnologia da Informação, conforme atualização da resolução da Reitoria nº 45/2015 de 23 de abril de 2015, está descrita no quadro 6.22.

Quadro 6.22 – Composição do Comitê de TI - 2015

Composição do Comitê de TI	
1. Membros Naturais	reitor: Prof. Ivan Marques de Toledo Camargo Vice-Reitora: Profa. Sônia Nair Bão Decano de Ensino de Graduação: Prof. Mauro Luiz Rabelo Decano de Ensino de Pós-Graduação: Prof. Jaime Martins de Santana Decana de Extensão: Profa. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa Decano de Administração: Prof. Luís Afonso Bermúdez Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. César Augusto Tibúrcio Silva Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho Decana de Gestão de Pessoas: Profa. Maria Ângela Guimarães Feitosa Diretor da Prefeitura dos <i>Campi</i> : Prof. Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira Diretor do Centro de Informática: Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes
2. Membros Titulares	Prof. Geovany Araújo Borges (ENE) Prof. Leonardo Lazarte (MAT) Prof. Marcelo de Macedo Brigido (IB) Prof. Natan Monsores de Sá (FS) Prof. Paulo Roberto Miranda Meirelles (FGA) Profa. Cyntia Roncaglio (ACE)
3. Membros Suplentes	Profa. Amaralina Miranda de Souza (TEF) Prof. Alexandre Sanches (FCS) Prof. Francisco A. O. Nascimento (ENE) Prof. José Felipe Beaklini Filho (IF) Prof. Kleber Carlos Mundim (IQ) Riane de Oliveira Torres Santos (CPD)

Fonte: DPO.



No ano de 2015 foram realizadas seis reuniões e as principais decisões foram:

- Aprovação da resolução que instaura a comissão responsável pela elaboração do PDTI 2014-2017 da UnB;
- Aprovação da resolução que instituiu a comissão para elaboração da Política de Telefonia da UnB;
- Aprovação da resolução que instituiu a comissão para elaboração da Política de Segurança e Gestão de Recursos de TI (PSGTI) da UnB;
- Aprovação da comissão responsável por revisar o PDTI 2014-2017 da UnB;
- Aprovação da comissão responsável por elaborar a Política de Segurança e Gestão de Recursos de TI (PSGTI) da UnB;
- Aprovação da Política de Telefonia da UnB;
- Aprovação da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI pertencente ao projeto UnBDigital.

6.3.3 Principais Sistemas de Informação

A relação dos principais sistemas de informação da UnB, seus objetivos, funcionalidades, responsáveis-técnico e da área de negócios, além do nível de criticidade para as unidades estão especificados no Anexo C.

Ressalta-se que a modernização e a atualização dos sistemas de informação da Universidade estão relacionadas a potenciais riscos, os quais estão descritos no item referente à gestão de riscos e controles internos deste relatório.

6.3.4 Plano de Capacitação da Equipe de TI

As ações de capacitação em tecnologia da informação foram executadas pela Coordenadoria de Capacitação (PROCAP) e pelo Centro de Informática (CPD). Além disso, para atender a demandas específicas, algumas unidades também desenvolveram treinamentos para capacitar os seus servidores na área de informática.

No início de 2015, o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) solicitou ao CPD a organização de uma demanda especificamente direcionada às necessidades de desenvolvimento de competências em TI, bem como a capacitação dos servidores de toda a UnB acerca do uso dos *softwares* atualmente em uso.

Dessa forma, foi construída uma agenda conjunta para refinar o plano de capacitação específico de TI, de modo a propiciar sua exequibilidade em termos de seleção de instrutores, adequação de cargas horárias e conteúdo, além da previsão da demanda potencial e real. Como resultado, o DGP ofertou, no 2º semestre de 2015, 13 ações de capacitação, totalizando 282 horas de treinamento, abrangendo um público de 296 treinandos. O quadro 6.23 descreve os treinamentos realizados na área de TI em 2015.

Quadro 6.23 – Treinamentos realizados em 2015 – PROCAP

Tipo de ação de capacitação	Número de ações	Horas/aula	Número de participantes	Número inicial de vagas
Ações para uso de <i>software</i>	7	162	210	140
Construção ou operação de sistemas (Atom, Archimática, Linux, DW e Processos Ágeis)	6	120	86	125
Total	13	282	296	265

Fonte: DGP



A Escola de informática do CPD também realizou treinamentos em 2015, com foco nos quadros técnico e administrativo do Centro de Informática (CPD), visando maior agilidade e economicidade de resposta dessa unidade aos problemas de TI da Universidade. O quadro 6.24 apresenta os treinamentos realizados pela Escola de Informática do CPD no de 2015.

Quadro 6.24 – Treinamentos realizados em 2015 – Escola de Informática do CPD

Curso	Período	Quant. servidores capacitados	Parcerias
Linux I e Free BSDI	14 a 25 de setembro - 40H	19	Plano de Capacitação do CPD em parceria com o PROCAP.
Desenvolvimento Web	28 de setembro a 13 de novembro	3	Parceria com o CIC no desenvolvimento de cursos envolvendo os alunos do curso de Licenciatura em Computação, da disciplina Teoria e Prática Pedagógica em Informática.
PHP	28 a 13 de novembro	8	Parceria com o CIC no desenvolvimento de cursos envolvendo os alunos do curso de Licenciatura em Computação, da disciplina Teoria e Prática Pedagógica em Informática.
Bancos de Dados Relacionais	28 de setembro a 13 de novembro	5	Parceria com o CIC no desenvolvimento de cursos envolvendo os alunos do curso de Licenciatura em Computação, da disciplina Teoria e Prática Pedagógica em Informática.

Fonte: CPD.

6.3.5 Força de trabalho de TI

O quantitativo de servidores efetivos da carreira que compõe a força de trabalho de TI da UnB está detalhado no quadro 6.25.

Quadro 6.25 – Força de Trabalho de TI

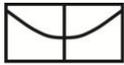
Cargo	Número de servidores
Analista de TI	77
Técnico de TI	63
Assistente de TI	1
Servidores (subtotal)	141
Estagiários	6
Total	147

Fonte: CPD e DGP (Em 4/01/16).

Destaca-se que o total indicado no quadro 6.25 compreende os servidores alocados nos quatro *campi* da Universidade de Brasília. Além disso, cabe ressaltar que há servidores do CPD que são alunos de mestrado e doutorado. Os estagiários supracitados estão lotados no Centro de Informática (CPD).

6.3.6 Processos de gerenciamento de TI

Dentre as melhores práticas existentes, o CPD utiliza as recomendações da biblioteca ITIL V.3 e do COBIT 5 com a adaptação de alguns processos à maturidade da UnB visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados e da gestão destes.



Encontra-se em vigor, no CPD, o Contrato nº 274/2013 com a empresa Central IT, cujo objeto refere-se à ‘Prestação de Serviços de Suporte Tecnológico ao Ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação da UnB’. Nesse contrato, há a proposição de uma unidade de referência unida às especificações pré-determinadas das tarefas e atividades a serem executadas, com a definição dos resultados esperados dentro do padrão de qualidade acordado e a estipulação dos fatores de glosas diretamente vinculadas a cada tarefa/resultados. Isso proporcionará ao CPD melhor qualidade dos seus serviços e atendimento às recomendações expressas no Acórdão nº 2.471/2008 – Plenário – TCU.

Durante a prestação dos serviços por parte da empresa contratada e com o envolvimento de todas as áreas de serviços do CPD, foi possível implementar alguns processos de gerenciamento de serviços de TI, conforme descrito no quadro 6.26.

Quadro 6.26 – Processos de gerenciamento de serviços de TI

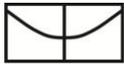
Processo	Descrição	Área de Implementação	Ferramenta Utilizada
Base de conhecimento	Define bases de dados ou conhecimento acumulados sobre um determinado assunto. Essas informações podem ser utilizadas na solução dos problemas apresentados pelos clientes e usuários, por meio de ferramentas automatizadas.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível; Monitoramento do ambiente de TI.	GLPI ¹
Cumprimento de Requisição	Processo de gerência dos vários tipos de demandas que são enviadas pelos usuários de TI.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível.	GLPI ¹
Gerenciamento de Eventos	Trata da gestão das mudanças de um item de configuração (IC) ou serviço de TI. Em outras palavras, qualquer ocorrência dentro do escopo de TI que tenha relevância para a gestão dos serviços entregues ao(s) cliente(s).	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível; Monitoramento do ambiente de TI.	GLPI ¹
Gerenciamento de Incidentes	Processo responsável por gerenciar o ciclo de vida de todos os incidentes. Incidentes podem ser identificados pela equipe técnica, detectado e relatado por ferramentas de monitoramento de eventos, comunicações de usuários, ou relatadas por terceiros fornecedores e parceiros.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível.	GLPI ¹
Catálogo de Serviços	Considerado um dos elementos centrais de alinhamento da área de TI com o negócio da instituição. O objetivo do Gerenciamento de Catálogo de Serviço é fornecer uma única fonte de informações consistentes sobre todos os serviços que estão acordados para ser entregues aos clientes e usuários.	Áreas de Serviço do CPD.	GLPI ¹
Acordo de Níveis de Serviços	Corresponde à descrição dos serviços de TI, as suas metas de nível de serviço (em termos de desempenho, quantidade e qualidade) do ponto de vista do negócio da instituição, características da carga de trabalho, papéis e responsabilidades, prioridades e procedimento de exceção.	Serviço de Atendimento ao Usuário 1º e 2º nível. Monitoramento do ambiente de TI.	GLPI ¹
Central de Serviços	Responsável pelo atendimento a usuários, clientes e pessoal interno, atuando como primeiro ponto de contato do CPD com seus clientes e usuários. É responsável pelo registro de todos os eventos e encaminhamento das demandas às áreas de serviço do CPD.	Áreas de Serviço do CPD.	GLPI ¹

Nota 1: GLPI (Gestion Libre de Parc Informatique) é uma aplicação livre, distribuído sob a licença GPL, para a gestão de parques de computador e helpdesk.

Fonte: CPD.

6.3.7 Projetos de TI desenvolvidos em 2015

No ano 2015, a UnB deu início a alguns projetos, bem como deu continuidade a outros. A descrição dos projetos desenvolvidos nesse ano, os resultados esperados, o respectivo alinhamento com o PDTI 2014-2017, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão encontram-se no Anexo D.



6.3.8 Medidas adotadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas

Atualmente, o CPD gerencia dois contratos com empresas terceirizadas de TI, sendo o primeiro relacionado ao serviço de suporte tecnológico ao ambiente de TI da instituição e o segundo referente ao serviço de manutenção preventiva e corretiva do ambiente de alta disponibilidade, denominado Sala Cofre. Nesses contratos, não há evidência de dependência tecnológica da UnB em relação às empresas contratadas, haja vista o tipo de serviço contratado, cujos objetos estão detalhados a seguir.

6.3.8.1 Serviço de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação

O presente contrato envolve a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte ao ambiente computacional e de infraestrutura de redes. Está fundamentado na adequação aos conceitos e expectativas de faturamento e baseado na efetiva produtividade e disponibilidade dos recursos técnicos necessários para atender às demandas distribuídas de acordo com a complexidade de cada atividade de uma tarefa.

A proposição de uma unidade de referência unida às especificações predeterminadas das tarefas e das atividades a serem executadas, proporciona ao CPD melhor qualidade dos seus serviços, atendendo-se, portanto, às recomendações expressas no Acórdão nº 2.471/2008 – Plenário – TCU.

O processo de contratação proposto atende às recomendações legais e normatizadoras para instituições públicas. Mesmo não adotando um modelo consagrado pelo mercado, tem em sua essência o mesmo conceito de execução dos modelos mais difundidos. O contrato estabelece padrões adequados de resultados com vistas ao ganho de escala produtiva, à facilidade de custeamento e orçamentação e à ampla competitividade do mercado, vinculados às práticas de padronização de serviços e definição de resultados.

Por meio dessa contratação, busca-se promover um novo perfil de suporte e manutenção, com a implementação de tecnologias de informática e a garantia de sustentação dessa infraestrutura e seus serviços.

6.3.8.2 Serviço de manutenção preventiva programada e corretiva da sala cofre

A prestação desse serviço visa à manutenção da integridade e da disponibilidade de todo o ambiente de segurança de alta disponibilidade (Sala Cofre) certificado pelas normas técnicas ABNT NBR 15247 e ABNT NBR IEC 60529, por meio do monitoramento, da inspeção dos elementos da Sala Cofre e da manutenção corretiva, com o fornecimento de materiais e suas substituições por componentes e peças novas e originais e treinamentos das equipes envolvidas na operação e segurança da Sala Cofre.

6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Neste capítulo, encontram-se reunidas as informações pertinentes aos aspectos da gestão ambiental na FUB, as principais ações desenvolvidas pela UnB no que concerne à sustentabilidade ambiental, seus programas em execução e ações planejadas para os exercícios seguintes. O conteúdo disposto neste capítulo foi disponibilizado pela Prefeitura do *Campus* (PRC), Diretoria de Compras (DCO), Diretoria de Gestão de Materiais (DGM) e pelo Núcleo da Sustentabilidade (NS), unidade vinculada ao Decanato de Extensão (DEX).

A PRC, DCO e DGM, unidades responsáveis pela gestão e manutenção da infraestrutura, compras e almoxarifado, buscam seguir as políticas federais de gestão



ambiental e sustentabilidade dentro dos limites orçamentários, operacionais e legais. A DCO informa que até 2015 observava os critérios da IN n. 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contudo, a partir de 2016, serão observados os critérios do Decreto n. 7.746/2012, por iniciativa própria da unidade.

De acordo com as áreas envolvidas, a FUB atualmente não participa da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e tampouco possui Plano de Logística Sustentável (PLS). No entanto, há consenso sobre a importância da adesão à A3P no médio prazo, e, com respeito ao PLS, alternativamente, a instituição busca aplicar diversas metodologias àqueles processos e rotinas que requeiram preocupação ambiental e lógica sustentável.

Em outubro de 2015, a Comissão de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos deliberou pela habilitação de entidades responsáveis pela coleta de recicláveis em todos os *campi* da Universidade, em cumprimento ao Decreto Presidencial nº 5.940/2006. Objetiva-se por meio dessas contratações observarem os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012, respeitadas a capacidade estrutural e financeira disponíveis.

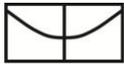
Por fim, cabe informar que por meio da Resolução da Reitoria nº 1.406/2014, instituiu-se o Núcleo de Sustentabilidade (NS) – unidade vinculada ao Decanato de Extensão (DEX). A iniciativa objetiva inserir o conceito de gestão ambiental na UnB e promover o bem-estar da comunidade universitária e da sustentabilidade como forma de vida. Os objetivos desse núcleo são: (i) promover ações para a conscientização e mobilização da comunidade para a sustentabilidade na Universidade; (ii) criar e auxiliar projetos e campanhas ambientais desenvolvidas pela comunidade universitária; (iii) expandir as ações ambientais para os grupos e comunidades externas à Universidade; (iv) planejar de forma aberta e participativa o processo de adesão aos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2/8/2010 nos *campi* da UnB; (v) incentivar a implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, para a promoção da sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal, conforme as delimitações do Projeto Esplanada Sustentável; (vi) fomentar políticas públicas para a gestão socioambiental na UnB; e, por fim, (vii) delinear as ações a serem realizadas para se adequar às diversas normas ambientais.

Análise crítica

A FUB tem buscado realizar diversas iniciativas para gestão ambiental e sustentável com foco na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados de forma econômica e ambientalmente correta.

A DCO ressalta que em 2015 enfrentou dificuldades para encontrar eventos de capacitação dos seus servidores em cursos presenciais que suprissem as necessidades de adequação dos seus processos no quesito licitações sustentáveis. O objetivo principal desta ação é de obter segurança jurídica e administrativa para estabelecer critérios legais de sustentabilidade sem mitigar a concorrência.

Com respeito às realizações em 2015, de maneira sucinta, cabe destacar algumas ações: (a) campanha *Flashmob* – Brasília Limpa, em parceria com o GDF e o Sistema de Limpeza Urbana, cujo intuito é sensibilizar a população sobre a importância do tema e o papel individual na promoção do bem-estar coletivo. Essas ações foram realizadas em agosto de 2015 na UnB (ICC Norte), Rodoviária do Plano Piloto, Shopping Pátio Brasil e Torre de TV; (b) participação na seleção de cooperativas para triagem de resíduos sólidos, além de atuação pedagógica na promoção da campanha, o NS busca adequar a UnB ao tema sustentabilidade, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos; (c) participação em eventos internos e externos, tais como programas de TV, simpósios, semana universitária, entre outros,



disseminando o conhecimento e promovendo campanhas educativas acerca do tema; e (d) implementação de Núcleos de Sustentabilidade nos *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia responsáveis pela execução e desenvolvimento de campanhas na comunidade universitária local e em âmbito regional, no qual o *campus* se localiza.

Destaca-se que as empresas fornecedoras de cartuchos e similares aplicam um processo de logística reversa ao recolherem esses produtos para reciclagem. Ainda cabe ressaltar que as doações de bens inservíveis e obsoletos são efetuadas a associações filantrópicas.



7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Neste capítulo, são apresentadas informações relativas ao tratamento de determinações e recomendações do TCU e do Órgão de Controle Interno (OCI), às medidas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, à conformidade do pagamento de obrigações e da desoneração da folha de pagamento, e por fim, às ações de publicidade e propaganda.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Durante o exercício de 2015, o Tribunal de Contas da União deliberou 52 acórdãos à FUB com determinações, recomendações ou orientações.

Dentre esses, identificou-se a presença de 49 determinações e de três recomendações, destacando-se o cumprimento de 42 determinações e de todas as recomendações emanadas. A maior parte dos acórdãos emitidos dirige-se ao DGP e remetem ao registro de aposentadoria. Ressalta-se que apenas três acórdãos encontram-se na condição de não atendido ou parcialmente atendido, conforme registrado no Anexo D.

Quanto aos acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais, foram identificados os acórdãos nº 3.471/2015 – Primeira Câmara e nº 2.110/2015 – Segunda Câmara, referentes, respectivamente, aos exercícios de 2010 e 2012. No entanto, há uma determinação pendente de implementação somente quanto ao segundo acórdão. O quadro 7.1 registra estas informações.

Quadro 7.1 – Informações relativas ao acórdão nº 2.110/2015 – 2ªC

Caracterização de determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.504/2013-7	2.110/2015 – 2ª C	1.7.1		
Diretoria de Contabilidade e Finanças - DCF				
Descrição da determinação				
1.7. Determinações/Recomendações:				
1.7.1 determinar à FUB que, no prazo de 90 (noventa) dias, analise a relação de contas bancárias presente na peça 10, p.14-26 deste processo e encerre aquelas contrárias à legislação relativa à conta única nos termos da Medida Provisória (MP) 1.782/1998, atual MP 2.170-36/2001, a Instrução Normativa (IN) 4/2004/STN, art. 1º, IV, do Decreto-Lei 1.737/1979, o art. 45, § 5º, do Decreto 93.872/1986 e o art. 6º da Lei 12.017/2009.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
1.7.1 Foi solicitado à Caixa Econômica Federal que todas as contas fossem encerradas e seus respectivos saldos fossem creditados na conta única por meio de GRU;				
1.7.1 As contas que permanecem abertas no Banco de Brasília (BRB) tendo a FUB como titular são referentes às cauções da SGP quando há locações de imóveis (destaca-se que esse procedimento não é mais efetuado, pois, atualmente, a conta caução é aberta em nome do locatário e é bloqueada pela FUB). Foi solicitado à SGP o encerramento de todas as contas em nome da FUB e a abertura de novas contas em nome dos locatários restantes;				
1.7.1 Foi solicitado ao Banco do Brasil o encerramento das contas indicadas pelo TCU, entretanto permanecem em aberto as contas de movimentação interna do banco, uma conta recebedora de repasses do Ministério dos Esportes, a qual o BB não encerrou por conta própria, e uma conta recebedora dos recursos de cartão de crédito/débito da Editora UnB.				

Fonte: AUD.

Cabe à Unidade de Auditoria Interna (AUD) acompanhar, diariamente, junto ao Diário Oficial da União (DOU), as publicações de acórdãos emanados do TCU e dirigidos à FUB, encaminhando-os para o centro de custo destinatário da determinação e/ou recomendação para análise ou apenas para o conhecimento de seus termos. Esse encaminhamento ocorre através do sistema UnBDoc (sistema de informação utilizado para a tramitação interna de informações oficiais da UnB). O registro e o controle dos acórdãos e das respectivas determinações/recomendações são



consubstanciados em planilha de Excel que contém, dentre outras informações, o número do memorando que promove o encaminhamento da decisão do TCU, a recomendação e/ou determinação e as providências adotadas.

Com relação às determinações do TCU que remetem a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o relatório de gestão anual, não foram recebidas recomendações específicas relativas à FUB. Atualmente, o Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) é a unidade responsável pelo acompanhamento, pela construção e pela publicação dos relatórios anuais de gestão. O DPO monitora e analisa a publicação das decisões normativas e orientações referentes a esse instrumento e, em parceria com as demais unidades da UnB, elabora os relatórios de gestão de cada exercício. A análise das ressalvas encaminhadas pelo TCU e o acompanhamento do cumprimento das exigências de prestação de contas para os relatórios anuais de gestão também são realizados pelo DPO.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2015, a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou três ações de controle junto à FUB, resultando na formulação de 21 recomendações relativas à estrutura, apuração de responsabilidade, reposição ao erário e abertura de tomada de contas especial.

As recomendações ainda não foram implementadas pelas áreas auditadas, todavia se encontram dentro do prazo estabelecido aos gestores para adoção das medidas saneadoras propostas pela CGU.

Quanto ao efetivo acompanhamento das recomendações do órgão de controle interno, cabe informar que, no segundo semestre de 2015, foi implantado, pela CGU, o sistema Monitor, feito por meio eletrônico, cuja utilização viabiliza o acompanhamento do atendimento às ações de controle, possibilitando atuação de forma ampla e abrangente.

A AUD é o centro de custo responsável por cadastrar os servidores da FUB que irão alimentar o sistema, proceder à análise das respostas inseridas e realizar o encaminhamento à CGU para as respectivas análises, conforme perfil estabelecido no próprio sistema. Além disso, cabe à AUD também acompanhar a implementação das recomendações pelas áreas auditadas. Ressalta-se que todas as transações ocorrem via sistema.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Com relação à ocorrência de casos que resultam em apuração de responsabilidade por dano ao erário e às medidas internas administrativas adotadas pela Universidade de Brasília para efetivação do ressarcimento, ressalta-se que, ao identificar a existência de dano ao erário público, é instaurado um processo administrativo no âmbito da FUB com a finalidade de reaver o dano causado.

No ano de 2015, a UnB aperfeiçoou o registro e o controle das reposições ao erário com a implantação de um módulo específico no Sistema de Pessoal (SIPES). Além disso, foram implementadas melhorias no fluxo administrativo dos processos de reposição ao erário, conforme estabelecido pela orientação normativa nº 05/2013 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Como resultado, ao longo do exercício de 2015, foram efetuadas 139 reposições ao erário, correspondente a um montante de R\$ 472, 24 mil restituídos aos cofres públicos.

Medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário estão descritas no quadro 7.2.



Quadro 7.2 – Medidas administrativas adicionais para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Meio de Apuração	Parecer Final	Especificação do Bem Extraviado	Documento de Referência	Valor do Ressarcimento
Termo Circunstanciado Administrativo (TCA)	Ressarcimento ao Erário	Estante de Madeira; mesa p/telefone/fax; estabilizador eletrônico; aparelho telefônico; misturador de concreto (betoneira); 2 sopradores térmicos; 5 armários de madeira; serra mármore; ventilador de parede; furadeira elétrica; martelo de carpintaria, notebook; 2 microcomputadores; 2 monitores de vídeo.	Ato da DGM nº 120/2015 e Ato da DAF nº 85/2015	R\$ 2407,56

Fonte: DGM.

Destaca-se que a UnB utiliza o Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) como meio de apuração e ressarcimento de danos ao erário, portanto, nos casos supracitados não foi necessária a realização de tomada de contas especial. Ressalta-se ainda que o TCA é um procedimento que facilita a apuração dos casos de extravio ou dano ao bem público ocorrido na Administração Pública.

No tocante a tomadas de contas especiais, foram instauradas cinco ocorrências em 2015, dentre as quais uma foi encaminhada à CGU, conforme detalhado no quadro 7.3.

Quadro 7.3 – Tomadas de Contas Especiais

Tomadas de Contas Especiais		
Instauradas em 2015		
Ato	Objeto	Situação
Resolução da Reitoria nº 0042/2015	Apresentar relatório de conclusão, tendo em vista o não ressarcimento da Fundação de Gestão e Inovação (FGI) à FUB.	Atendendo diligências da CGU.
Resolução da Reitoria nº 0081/2015	Convênio nº 398/2009, firmado entre a FUB e a Prefeitura de Alto Paraíso do Goiás.	Em andamento.
Resolução da Reitoria nº 0086/2015	Quantificação do dano ao erário, tendo em vista os fatos apurados no processo administrativo disciplinar nº 00190.040621/2009-82.	Em andamento.
Resolução da Reitoria nº 0095/2015	Quantificação do dano ao erário, tendo em vista os fatos apurados no processo administrativo disciplinar nº 00190.36034/2009-99	Em andamento.
Encaminhadas à Controladoria Geral da União (CGU) em 2015		
Ato	Objeto	Encaminhamento
Resolução da Reitoria nº 093/2013	Convênio nº 001/2005/FUB/MTE/SENAES	Ofício nº 0411/2015/FUB-UnB

Fonte: GRE

Para apurar e minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, a UnB tem buscado aprimorar os procedimentos disciplinares. Dessa forma, foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de analisar a proposta de criação de uma unidade seccional de correição na instituição. As conclusões alcançadas por este grupo foram encaminhadas ao Conselho Universitário (CONSUNI), cuja análise ainda está em andamento.



Em relação ao procedimento de tomada de contas especial, ressalta-se que a administração superior da Universidade de Brasília está adotando as providências necessárias para melhorias no gerenciamento e no fluxo desse instrumento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Com relação ao cumprimento do cronograma de pagamentos e obrigações disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993, foram realizadas análises de conformidade dos recursos financeiros advindos do MEC, de descentralizações, de emendas parlamentares e dos recursos próprios da UnB.

O ingresso de recursos financeiros com origem nas fontes do Tesouro gerenciadas pelo MEC (como, por exemplo, as fontes 0100, 0112, 0108 etc.) ocorre mediante a liquidação das despesas. Após a fase de liquidação, o MEC envia os recursos para o pagamento dos compromissos efetivamente liquidados, determinando o percentual de distribuição, o qual, atualmente, equivale a 50%, ou menos, dos valores liquidados durante o mês anterior ao período corrente.

Dessa forma, o Ministério da Educação limitou o repasse de recursos financeiros em percentuais estabelecidos com base na liquidação das despesas durante o exercício de 2015, sendo a apuração dos valores liquidados efetuada em uma data base que variou de mês a mês. Diante desse cenário, a Universidade perdeu a sua capacidade de planejar as liquidações, dada a imprecisão das datas de apuração dos valores liquidados, gerando assim o acúmulo de obrigações pendentes de pagamento. Assim, a FUB necessitou priorizar os pagamentos, em prejuízo à determinação contida no artigo 5º da Lei 8.666/1993.

No tocante aos recursos financeiros provenientes das descentralizações (TED's, convênios, contratos etc.), o repasse também ocorre mediante a liquidação da despesa. Destaca-se que, ao longo de 2015, os órgãos concedentes limitaram o montante de recursos repassados, e, em alguns casos, não enviaram os recursos financeiros com base na liquidação da despesa, ou seja, mesmo após a liquidação e a solicitação de repasse, foram registrados atrasos, valores repassados com o montante financeiro menor que o solicitado e valores em que o repasse não foi efetivado. Diante desse cenário, algumas obrigações ficaram pendentes de pagamento em determinado período, acarretando na necessidade de priorização e prejudicando o recolhimento dos tributos retidos nos pagamentos (IRRF e INSS). Salienta-se que quando há o envio total dos recursos solicitados, os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de Brasília obedecem à ordem cronológica de licitação.

Por fim, com relação às emendas parlamentares, ressalta-se que o procedimento de solicitação de recursos financeiros foi constantemente alterado em 2015, resultando em dificuldades operacionais para a Universidade. Mesmo atendendo aos prazos estabelecidos para a solicitação desses recursos, em alguns casos estes não foram repassados. Com essas variações e contingenciamentos, houve atraso nos compromissos liquidados.

Destaca-se que o pagamento de despesas relacionadas às fontes de recursos próprios (fonte 0250) obedece à ordem cronológica de liquidação, conforme determina o artigo 5º da Lei 8.666/93. O cumprimento dessa determinação legal só é possível dada à arrecadação prévia dos recursos que custeiam essas despesas. Neste caso, o MEC envia cotas orçamentárias para a execução das despesas custeadas com recurso próprio mediante a realização da receita.

Ressalta-se que, segundo o artigo 207 da CF/1988, as universidades possuem autonomia de gestão financeira. Portanto, com a finalidade de minimizar os impactos causados pelo recebimento a menor de recursos financeiros e preservar o interesse público, a Administração Superior da Universidade de Brasília priorizou os seguintes pagamentos:

- 1º) Salário dos Servidores – destaca-se que, nesse caso, não houve recebimento de recursos financeiros a menor em 2015 para o pagamento dessa despesa, ou seja, ela foi paga sempre nas datas devidas;



- 2º) Assistência Estudantil, Bolsas e Auxílios – considerando o caráter assistencialista que a despesa possui, esta é prioritária;
- 3º) Recolhimento de Impostos – são recolhidos em dia para que não haja o pagamento de multas e juros;
- 4º) Mão de Obra Terceirizada e Obras – considerando que o pagamento à empresa prestadora do serviço contribui para que seus empregados recebam em dia, esta despesa é prioritária;
- 5º) Custos Fixos (água, luz, telefone, condomínios, combustíveis, redes de dados, etc.) – A Universidade procura pagá-los antes do vencimento para evitar o pagamento de juros e a descontinuidade deste tipo de serviço, o que prejudica as atividades acadêmicas e administrativas;
- 6º) Os pagamentos dos demais fornecedores seguem a ordem cronológica quando há recursos financeiros disponíveis.

Considerando a metodologia adotada pelo MEC e pelos órgãos concedentes para os repasses financeiros, nota-se que a FUB cumpre parcialmente o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/93, uma vez que o cumprimento desse dispositivo não depende somente da Universidade.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Com relação às medidas adotadas para a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, foi constituído um grupo de trabalho para analisar e propor medidas ante o eventual impacto da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art.7º da Lei n.12.546/2011 e pelo art.2º do Decreto n.7.828/2012.

O grupo, composto por seis servidores da FUB, é responsável por efetuar a análise dos contratos administrativos vigentes que podem ser impactados pela desoneração da folha de pagamento, no âmbito da UnB. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo grupo tem o objetivo de esclarecer se esses contratos estão em consonância com os dispositivos relativos à desoneração e, caso seja necessário, propor ações de conformidade através medidas administrativas adequadas para que a UnB possa promover o ajustamento às regras vigentes.

Ressalta-se que também estão sendo avaliadas decisões a respeito das medidas administrativas complementares necessárias à análise da repercussão da desoneração da folha de pagamento dos contratos administrativos cuja vigência já se encerrou.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As despesas com publicidade e propaganda da FUB são decorrentes de publicações de artigos científicos em periódicos, publicações na Imprensa Nacional e divulgação em jornal local (ex: editais de licitação, editais diversos e outros). Essas despesas também abrangem a contratação de agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

No quadro 7.4, são apresentadas informações sobre a composição dessas despesas para o exercício de 2015. Destaca-se que o maior volume de gastos refere-se à publicidade legal, dada à natureza jurídica da instituição.

Quadro 7.4 – Despesas com publicidade e propaganda (em R\$ mil)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2032 / 0487	134,45	75,8
Institucional	2032 / 20RK	39,55	29,53
Legal	2032 / 20RK	1.374,39	1.099,7
Legal	2032 / 8282	78,78	78,78
Utilidade pública	2032 / 0487	30,59	0,00



Utilidade pública	2032 / 20RK	7,9	7,9
-------------------	-------------	-----	-----

Fonte: DCF.

Com relação aos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade de propaganda, em 2015, a UnB contratou, por meio de dispensa de licitação, o serviço de *clipping*. Em atendimento à Lei n. 8.666/93, a nota de empenho nº 2015NE801422 substituiu o contrato relativo a este serviço, o qual foi instituído com vigência de fornecimento de 12 meses, a partir de mês de maio de 2015. Os valores contratados e desembolsados em 2015 estão descritos no quadro 7.5.

Quadro 7.5 – Despesas com serviços de *clipping*

Publicidade	Nota de Empenho	Valores empenhados	Valores pagos
<i>Clipping</i>	nº 2015NE801422	7.920,00	4.620,00

Fonte: Secom.

O serviço de *clipping* consiste na verificação junto à mídia impressa, televisão, rádio e mídias de internet das notícias que estão vinculadas à Universidade de Brasília. Este serviço corresponde a um sistema que faz a verificação diária das informações publicadas e realiza uma análise do teor positivo ou negativo das citações encontradas, auxiliando a Universidade na tomada de providências para preservar a imagem da Instituição e de toda a comunidade acadêmica. Além disso, houve a contratação de uma funcionalidade personalizada que encaminha as entrevistas realizadas por professores e pesquisadores da UnB para a secretaria de comunicação da Universidade (Secom). Destaca-se que, em 2015, a UnB foi citada por meio da imprensa mais de 10.000 vezes.

A UnB também possui contratos firmados com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e com a Imprensa Nacional para a publicação de atas, editais, decisões, avisos e demais matérias de interesse da FUB com o objetivo de atender a prescrições legais. O quadro 7.6 descreve os valores relativos a esses contratos em 2015.

Quadro 7.6 – Contratos EBC e Imprensa Nacional (em R\$ mil)

Contrato	Empresa	Vigência	Valores Contratados ¹	Valores Pagos em 2015
Nº 064/2010	Empresa Brasil Comunicação	13/09/2010 a 12/09/2015	200	64,24
Nº 152/2015	Empresa Brasil Comunicação	05/12/2015 a 04/12/2020	100	
Nº 001/2013	Imprensa Nacional	11/2013 até o momento ²	842,46	1.022,83

Nota 1: Valores globais estimados para contratação.

Nota 2: O presente contrato tem duração de 12 (doze) meses, com vigência a partir de novembro de 2013, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses mediante a formalização de termo aditivo.

Fonte: Arquivo Central e DCO



Anexo A: Riscos avaliados

Categ.	Fatores que contribuem para o risco	Risco/Consequência	Impacto	Probab.	Tipo	Classe	Atividade de Controle
R1	Falta de clareza nos objetivos da instituição; Mudanças nas Políticas Públicas; Mudanças Econômicas; Mudanças Demográficas.	Planejamento estratégico inadequado, prejudicando a reputação da instituição. • Deixar de arrecadar recursos através de projetos, convênios e similares.	Alto	Alto	Risco Interno	Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)	Aperfeiçoar a execução das despesas de capital e priorizar o planejamento.
R3	Procedimentos inadequados que comprometam a qualidade da pesquisa; Projetos de pesquisa mal elaborados; Sobrecarga de atribuições impostas pelo plano de carreira docente; Supervisão ineficaz dos estudantes de pós-graduação; Avaliações inadequadas das atividades de pesquisa.	Produção de pesquisa de má qualidade, prejudicando a reputação da instituição.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Foram encontradas dificuldades na implementação do software de plágio, entretanto ações serão direcionadas para adoção do software.
R5	Avaliação dos riscos a segurança realizada de forma inadequada; Falta de planejamento de segurança; Falta de investimento em segurança; Falta de clareza sobre as responsabilidades da instituição, referente à segurança da comunidade acadêmica e usuários de serviços prestados pela instituição; Condições inadequadas de armazenamento e de controles de acesso a produtos perigosos/inflamáveis.	Gestão ineficaz das questões envolvendo a segurança e a saúde da comunidade acadêmica e dos usuários de serviços prestados pela instituição, prejudicando a reputação da instituição. • Litígios em potencial, possível responsabilização por perdas e danos.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)	Investir em QVT e contratos de segurança mais efetivos, minimizando a possibilidade de ocorrência de litígios.
E3	Resultados ruins na avaliação dos cursos; Infraestrutura inadequada; Classificação ruim da Universidade frente outras universidades.	Não ser atrativa para os estudantes.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)	Políticas em andamento.
		• Diminuição das receitas com cursos de extensão, pós-graduação <i>lato sensu</i> .	Alto	Alto			Há previsão de mudança na forma de repasse de recursos financeiros e orçamentários às universidades. Implementar o monitoramento ativo para minimizar o impacto.



F3	Plano de carreira não é atrativo; Falta de condições/oportunidades para atingir os requisitos para progressão funcional; Treinamento inadequado dos servidores técnico-administrativos.	Incapacidade de atrair e manter servidores da área administrativa, prejudicando a construção de um quadro de funcionários de qualidade.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão de Pessoas	Investir em QVT e políticas de retenção de pessoal (flexibilização, remuneração, capacitação, etc.)
		<ul style="list-style-type: none"> Falta de servidores técnico-administrativos. 	Alto	Médio			Realização de novos concursos para preencher as vagas decorrentes dos desligamentos SICAPE e novas nomeações.
		<ul style="list-style-type: none"> Falta de normatização e divulgação dos procedimentos necessários para a execução das atividades desenvolvidas na instituição. 	Alto	Médio			Desenvolvimento de cartilhas explicativas e disponibilização de treinamentos.
P2	Falta de manutenção dos imóveis; Falta de vistoria das condições dos imóveis.	Ocorrência de sinistros decorrentes da falta de manutenção.	Alto	Médio	Risco Interno	Recursos Institucionais (Infraestrutura)	Formalização de contratos de manutenção preventiva e corretiva.
		<ul style="list-style-type: none"> Dano aos estudantes. 					
		<ul style="list-style-type: none"> Dano aos servidores. Danos ao patrimônio da instituição. 	Alto	Médio			
P3	Falta de segurança física nos edifícios.	Perda, roubo ou danos aos bens da instituição.	Alto	Alto	Risco Interno	Recursos Institucionais (Infraestrutura)	Reavaliação dos contratos de segurança.
		<ul style="list-style-type: none"> Dano aos estudantes. 					
		<ul style="list-style-type: none"> Dano aos servidores. Danos ao patrimônio da instituição. 	Alto	Alto			
P6	Falta de manutenção dos imóveis; Falta de avaliação regular dos imóveis.	Incapacidade de identificar, priorizar e financiar as necessidades de manutenção.	Alto	Médio	Risco Externo	Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)	Houve melhorias nos contratos. Entretanto, ainda busca-se melhorar o processo licitatório e desenvolver mecanismos de acompanhamento e controle de execução.



FN1	Falta de monitoramento orçamentário estratégico; Dependência de recursos do MEC; Mudança nas políticas de financiamento das IFES (ex. Matriz Andifes).	Diminuição no orçamento, comprometendo o funcionamento da instituição.	Alto	Alto	Risco Externo	Recursos Financeiros	Manter o diálogo com o poder legislativo e o MEC.
		• Incapacidade de cumprir as obrigações financeiras	Alto	Médio			Considerar contingências durante o planejamento.
		• Incapacidade de assegurar investimentos necessários.	Alto	Alto			Manter o diálogo com o poder legislativo e o MEC.
FN2	Falta de informações gerenciais; Informações imprecisas; Falta de monitoramento orçamentário Processos de execução orçamentária/financeira morosos.	Incapacidade das unidades em executar o orçamento, comprometendo o funcionamento da instituição.	Alto	Alto	Risco Interno	Recursos Financeiros	Manter o diálogo com o poder legislativo e o MEC.
		• Incapacidade de assegurar investimentos necessários.					
FN3	Sistemas de controle interno inadequados; Problemas relacionados a questões éticas; Falta de supervisão.	Fraudes e roubos, comprometendo o funcionamento da instituição.	Alto	Médio	Risco Interno	Recursos Financeiros	Com a implementação do SEI, busca-se reduzir a incidência de fraudes e roubos.
		• Perda de ativos.	Alto	Médio			Ampliação do monitoramento.
		• Perdas financeiras.	Alto	Médio			Ampliação do monitoramento.
FN5	Falta de acompanhamento dos contratos de terceirizados; Falta de estudos da necessidade de mão de obra terceirizada.	Realizar contratos de terceirização desnecessários, comprometendo o funcionamento da instituição.	Alto	Médio	Risco Interno	Recursos Financeiros	Mudança nos contratos para contratação por serviço.
		• Comprometimento do orçamento com despesas desnecessárias.	Alto	Médio			Mudança nos contratos para contratação por serviço.



C1	Processos de execução orçamentária e financeira morosos; Falta de planejamento da execução dos recursos; Reputação manchada devido à publicidade negativa.	Incapacidade de executar Projetos, Convênios, Descentralizações, Emendas entre outros.	Alto	Médio	Risco Interno	Recursos Financeiros	Plano de captação de recursos e geração de receitas próprias.
		• Perda de fontes próprias de recursos.	Alto	Médio			
		• Falta de recursos para cumprir as obrigações financeiras.	Alto	Médio			
		• Falta de recursos para assegurar investimentos necessários.	Alto	Médio			
C2	Inexperiência dos envolvidos no assessoramento; Falta de supervisionamento.	Conselhos que negligenciam aspectos importantes	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão de Pessoas	Foram desenvolvidos manuais na área financeira/orçamentária.
		• Litígios em potencial, possível responsabilização por perdas e danos. Possibilidade dos danos à reputação ameaçarem futuras receitas.	Alto	Alto			Manuais, formalizar procedimentos e treinamentos.
OR1	Falta de estruturas de apoio e supervisão aos estudantes e pessoal que prestam serviços sociais e de saúde.	Elevados custos decorrentes de litígios e responsabilização.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Interna (Processos e Modelos de Gestão)	Maior participação no planejamento e maior rigor na verificação dos requisitos necessários para se realizar eventos no <i>campus</i> .
		• Incapacidade de investir em infraestrutura ou novos cursos.	Alto	Alto			Maior participação no planejamento e maior rigor na verificação dos requisitos necessários para se realizar eventos no <i>campus</i> .
		• Danos à reputação.	Alto	Médio			Maior participação no planejamento e maior rigor na verificação dos requisitos necessários para se realizar eventos no <i>campus</i> .



TI1	Falta de segurança física dos equipamentos Falta de segurança de informações; Falta de conhecimento sobre as políticas e procedimentos de segurança; Rede/Sistemas inadequados para o volume de usuários; Falta de segurança de rede (Invasão da rede, vírus).	Problemas de TI – Perda de informação, <i>hardwares</i> ou interrupção da rede e sistemas.	Alto	Médio	Risco Interno	Recursos Tecnológicos	Aumentar investimento em manutenção e prevenção de acidentes.
TI2	Capacidade dos <i>softwares</i> não compatível com a necessidade; Falta de segurança de informações; Sistema de TI não foi devidamente testado.	Incapacidade de gerir a informação de maneira abrangente e precisa.	Alto	Alto	Risco Interno	Recursos Tecnológicos	Elaboração de um sistema integrado capaz de fornecer informação em tempo real para os usuários.
		<ul style="list-style-type: none"> Interrupção das atividades de suporte. 	Alto	Médio			
Q3	Falta de investimentos em pesquisa; Falta de infraestrutura; Incapacidade de estabelecer parcerias para o desenvolvimento de pesquisa; Inadequada distribuição de responsabilidades nos programas interinstitucionais (Minter, Dinter).	Incapacidade de expansão/manutenção dos programas de pesquisa.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Promover troca de experiências entre os pesquisadores. Promover alternativas para captação de receitas dado as dificuldades de investimento dos órgãos de fomento.
		<ul style="list-style-type: none"> Perda de receitas. 	Alto	Médio			



Int1	Falta de relacionamento com instituições de ensino, pesquisa e extensão estrangeiras; Incapacidade de implementar políticas de internacionalização; Mudança nas políticas governamentais; Falta de editais que estimulem o intercâmbio de estudantes; Mudanças nos acordos e convênios de organismos e instituições de ensino e pesquisa internacionais.	Deixar de favorecer e ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional.	Médio	Alto	Risco Interno	Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Buscar alternativas para suprir o cancelamento do ciência sem fronteiras.
		<ul style="list-style-type: none"> Deixar de fortalecer a formação e a certificação em línguas estrangeiras. 	Alto	Médio			Ofertar bolsa para alunos no UnB Idiomas, aumentar o número de vagas e oferecer cursos gratuitos.
		<ul style="list-style-type: none"> Deixar de incentivar a oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação em língua estrangeira. 	Alto	Médio			Investir na preparação dos docentes em língua estrangeira e aumentar o número de professores visitantes de outras nacionalidades.
Int2	Pouco investimento em cursos em línguas estrangeiras; Deixar de favorecer e ampliar o processo de mobilidade local, nacional e internacional; Deixar de incentivar a oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação em língua estrangeira; Falta de políticas estimulando a parceria com universidades estrangeiras.	Falta de efetividade nas políticas de Internacionalização.	Alto	Médio	Risco Interno	Gestão Acadêmica (Ensino, Pesquisa e Extensão)	Definir políticas alternativas para suprir a redução da mobilidade internacional devido ao cancelamento de bolsas do Ciências sem Fronteiras.
		<ul style="list-style-type: none"> Poucas publicações em línguas estrangeiras. 	Alto	Médio			Incentivar docentes e discentes a participarem do desenvolvimento e publicação de pesquisas em outras línguas.



Anexo B: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.32064 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO ANUAL
EMISSÃO 21/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.028.128.754,7	
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Contribuição de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	93.754.131,37	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	517.329,39	
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	16.229.728,16	
Apólos do Bicen Central		
Transferências e Delegações Recebidas	1.751.308.054,1	
Transferências Intergovernamentais	1.750.650.540,2	
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Organizatória Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	655.513,93	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	165.009.529,22	
Reavaliação de Ativos	21.512.528,51	
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.950.107,72	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	137.446.892,99	
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	714.634,43	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações das Autônomas Monetárias		

Handwritten signature: Tiago Mota dos Santos
Tiago Mota dos Santos
Contador - 15101 CRCDF
Mat.: 1046047 - FUB/DAF/DFC

Handwritten signature: Tiago Mota dos Santos
Reitor
Fundação Universidade de Brasília



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



Universidade de Brasília
Decanato de Planejamento e Orçamento

Relatório de Gestão 2015

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	914.634,43	-
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.184.722.491,2	-
Pessoal e Encargos	2.184.722.491,2	-
Remuneração a Pessoal	971.355.325,84	-
Encargos Patronais	750.057.256,71	-
Benefícios a Pessoal	190.638.114,91	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	29.901.994,85	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	757.959,36	-
Aposentadorias e Reformas	309.090.087,25	-
Pensões	251.929.607,23	-
Benefícios de Prestação Continuada	40.786.325,32	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.374.154,70	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	329.830.398,16	-
Uso de Material de Consumo	20.861.511,91	-
Serviços	295.063.531,80	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.885.254,45	-
Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras	608.310,02	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	484.590,30	-
Juros e Encargos de Moeda	15.961,90	-
Variações Monetárias e Cambiais	7.957,82	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	215.048.026,29	-
Transferências Intragovernamentais	198.015.237,01	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	161.448,64	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.871.340,64	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	276.756.326,81	-
Perdas com Alienação	211.542,79	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	7.893.718,83	-
	91.344.256,85	-

Ivan Marques de Toledo Corrêa
Ivan Marques de Toledo Corrêa
Fundação Universidade de Brasília
Reitor

Tiago Mota dos Santos
Tiago Mota dos Santos
Contador - 16101 CRC/DF
Mat.: 1046047 - FURJMAFIDCF



Fundação Universidade de Brasília
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis – 2015.

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) é um Órgão vinculado ao MEC, sendo constituído como Fundação de direito público e com sede na cidade de Brasília – Brasil. Tem por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas emitidas pela Secretária do Tesouro Nacional e Legislação relacionada a Finanças e Contabilidade Pública.

É relevante informar que a comparabilidade, obrigatória nas demonstrações contábeis, ficou prejudicada com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP. Implantado em 01/01/2015 ele tem por objetivo viabilizar o processo de convergência e facilitar a consolidação das contas públicas nos três níveis de governo, com a elaboração do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN.

Destarte, não há meios técnicos para verificar às variações que ocorreram entre os exercícios de 2014 e 2015, uma vez que os critérios contábeis adotados no PCASP divergem significativamente do plano de contas adotando antigamente.

As principais práticas contábeis usadas para elaboração das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir.

Caixa e Equivalente de Caixa - Corresponde ao saldo positivo de R\$ 136 milhões, mensurados pelo valor original. As aplicações financeiras estão registradas pelo valor histórico acrescido dos rendimentos totalizando R\$ 93 milhões. Estas aplicações geraram receita financeira (fonte 0280) correspondente a R\$ 16 Milhões em 2015.

Créditos de Curto Prazo - Corresponde ao saldo positivo de R\$ 49 milhões e estão mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os créditos de curto prazo são compostos de Adiantamentos de Transferências Voluntárias (decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios e instrumentos congêneres), no valor de R\$ 2 milhões, Créditos por Danos ao Patrimônio, oriundos de direitos apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros, no valor de R\$ 18 milhões; Depósitos Restituíveis (valores efetuados e recebidos para garantia contratual e outros) de R\$7 milhões; e Outros Créditos a Receber (valores a recuperar, adiantamentos a pessoal, recursos diferidos e sub-repasses concedidos diferidos) de R\$20 milhões.

Estoques – São os materiais de consumo existentes no almoxarifado, registrados pelo valor de custo. Não foram realizados ajustes para cumprir a regra “custo ou mercado”.



Fundação Universidade de Brasília
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Créditos de Longo Prazo - Corresponde ao saldo R\$3 milhões e estão avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Correspondem principalmente a depósitos e cauções realizadas por conta de contrato e instrumentos congêneres.

Bens Móveis - São registrados pelo valor de custo e depreciados conforme normas da STN.

Bens Imóveis - Conforme descrito no relatório de gestão, a UnB possui mais de 1700 imóveis. Em 2013 foi realizada uma reavaliação do patrimônio imobiliário, que gerou um aumento no patrimônio de R\$ 1,06 bilhão. Em 2016, por meio da Resolução 06 da Vice Reitoria, foi constituída comissão para realizar o inventário imobiliário e reavaliar todos os bens imóveis, com a finalidade de registrá-los separadamente no ativo imobilizado. Outros imóveis estão mensurados pelo custo histórico.

Intangível - Avaliados pelo valor de aquisição, menos a amortização, conforme normas da STN.

Passivo Circulante - As obrigações de curto prazo são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As Obrigações de Curto Prazo com fornecedores e pessoal correspondem a R\$ 25 milhões ou 24% do grupo passivo circulante. As demais obrigações de curto prazo, no valor de R\$ 77 milhões, são repasses recebidos diferidos e a sub-repasses recebidos diferidos.

Resultados Acumulados - Correspondem ao resultado patrimonial acumulado, demonstra um superávit de R\$ 6 bilhões. O resultado patrimonial de exercício de 2015 foi deficitário em R\$ 157 milhões, decorrente da mudança contábil.

Brasília, DF 31/12/2015


Tiago Mota dos Santos
Contador – CRC/DF 16.101
CPF: 957.446.901-82



ANEXO C – Principais Sistemas de Informação da FUB

SISTEMA	OBJETIVO/FUNCIONALIDADES	CRITICIDADE	RESPONSÁVEL TÉCNICO	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE NEGÓCIO
SIBOL	Gestão do PIC – Programa de Iniciação Científica.	ALTA	SSI/ADM	DPP
SIBOLWEB	Gestão do PIC – Programa de Iniciação Científica via WEB.	ALTA	SSI/ADM	DPP
SIGER	Extrair, organizar e imprimir dados advindos de uma fonte previamente definida, de acordo com as necessidades de informação do usuário.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD
SIGI	Gestão da locação dos imóveis e administração dos condomínios da UnB.	ALTA	SSI/ADM	SGP
SGIWEB	Gestão da locação dos imóveis e administração dos condomínios da UnB via WEB.	ALTA	SSI/ADM	SGP
SICONV	Gestão de convênios, contratos e acordos da UnB e perspectiva consulta no Portal da Transparência da UnB.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DPA
SICONVWEB	Gestão de convênios, contratos e acordos da UnB e respectiva consulta no Portal da transparência da UnB via Web.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DPA
SIEFI	Sistema de Execução Financeira que registra e gerencia os créditos e débitos da UnB movimentados na conta única da União.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DCF
SIMAR	Gestão dos almoxarifados Central, Controle do Almoxarifado do CME e auxiliar na Diretoria de Gestão de Materiais.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DCO/DRM
SIMARWEB	Gestão dos almoxarifados Central, Controle do Almoxarifado do CME e auxiliar na Diretoria de Gestão de Materiais.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DCO/DRM
SIMCON	Gestão da dotação orçamentária dos centros de custo para permitir requisição de materiais de consumo junto ao Almoxarifado Central da UnB.	BAIXA	SSI/ADM	DAF/DCF
SCECME	Gestão de material de controle do almoxarifado da CME/PRC.	MÉDIA	SSI/ADM	PRC
SIOF	Elaboração da lista de pretendentes a ocupação de imóveis residenciais da UnB.	BAIXA	SSI/ADM	DGP/SGP
SIPAT	Gestão do patrimônio mobiliário da UnB e das manutenções de equipamentos do CME/PRC.	ALTA	SSI/ADM	DAF/DRM



SISOUV	Coordenar as atividades da Ouvidoria, sintetizadas nos aspectos essenciais do atendimento e correto tratamento da manifestação do cidadão e da produção de informações gerenciais para a tomada de decisão pelas esferas dirigentes da administração acadêmica.	MÉDIA	SSI/ADM	Ouvidoria
SISRU	Gestão do restaurante universitário.	ALTA	SSI/ADM	DAC/RU
SITAB	Manutenção das tabelas corporativas da UnB.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD/DPO
SITRAN	Controle a alocação de veículos utilizados nas atividades acadêmicas.	MÉDIA	SSI/ADM	PRC
SMI	Armazenamento e recuperação de Informações micro filmadas.	BAIXA	SSI/ADM	Arquivo Central
UnBDoc	Controle de tramitação de documentos administrativos.	ALTA	SSI/ADM	Arquivo Central
SAE	Gestão da assistência estudantil.	ALTA	SSI/ADM	DAC
SAE WEB	Gestão de assistência estudantil na web.	ALTA	SSI/ADM	DAC
SIADD	Acompanhamento de desempenho docente.	ALTA	SSI/ADM	VRT/DGP
SINUP	Gestão de números únicos de processos.	BAIXA	SSI/ADM	Arquivo Central
SCA	Autenticação de usuários e auditoria de utilização dos sistemas corporativos.	ALTA	CPD	CPD
SGA	Gestão e organização do atendimento.	MÉDIA	SSI/ADM	CPD/DGP
SEI	Gestão de processos e documentos eletrônicos.	ALTA	SSI/ADM	Arquivo Central
ARCHIVEMÁTICA	Gestão e preservação de conteúdos digitais.	BAIXA	SSI/ADM	Arquivo Central
ATOM	Aplicativo para web destinado a apoiar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos.	BAIXA	SSI/ADM	Arquivo Central
DATAVERSE	Compartilhar, preservar e analisar dados de pesquisa.	BAIXA	SSI/ADM	FT
SIPES	Gestão de pessoas, contendo todos os históricos do servidor na UNB.	ALTA	SSI/Pessoal	DGP
SRHPS	Gestão dos prestadores de serviços da Universidade de Brasília.	ALTA	SSI/Pessoal	DGP
SISGED	Gestão de desempenho do técnico-administrativos estável na UNB.	ALTA	SSI/Pessoal	DGP
JOOMLA	Gestão de <i>sites</i> corporativos.	ALTA	SSI/Sites	SECOM/CPD
SISDEARESERVA	Alocação de espaços (salas, auditórios, teatros quadras).	BAIXA	SSI/Sites	DEA



MatrículaWeb	Matrícula de graduação e pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG/DPP
SIGRA	Gestão dos cursos de graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG
Menção WEB	Lançamentos de menções dos cursos de graduação e pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEG/DPP
SIDIP	Registro de diplomas.	BAIXA	SSI/ACAD	SAA/DEG
SIEX	Gestão dos cursos de extensão.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DEX
SIPPOS	Gestão dos cursos de pós-graduação.	ALTA	SSI/ACAD	SAA/DPP
Sistema de Avaliação de Disciplinas	Sistema de avaliação discente para disciplinas, professores, autoavaliação e o suporte institucional disponibilizado pela UnB.	MÉDIA	SSI/ACAD	SAA/DEG/DPP

Fonte: CPD



Anexo D: Projetos de TI desenvolvidos em 2015

01	Título	Documentação dos serviços do CPD	Valor Orçado²	Valor Despendido
Descrição		Catálogo de serviços do CPD	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00 ¹
Partes interessadas		Toda UnB		
Responsável pela execução		Serviço Administrativo		
Alinhamento PDTI		OE – 02: Aprimorar o alinhamento, o planejamento e a organização dos serviços de TICs prestados à comunidade da UnB		
		OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
Plano de Ação		N33 / A1 - Elaborar catálogo de serviços de TICs a serem oferecidos às unidades		
Fase Atual		Inicial		
Duração estimada (Meses)		12 meses		
Resultado Pretendido		Entregar catálogo de serviços à comunidade universitária		
02	Título	Desenvolvimento da infraestrutura do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Sistema de armazenamento digital de documentos	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Redes e Suporte, ACE		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
Plano de Ação		N33 / A1 - Reestruturar e inovar os processos administrativos e organizacionais da UnB para a implementação de sistemas corporativos de informação e comunicação integrados		
Fase Atual		Implantação e teste		
Duração estimada (Meses)		02 meses		
Resultado Pretendido		Entregar a infraestrutura necessária para o ambiente de produção		



03	Título	Reestruturação da parte física da rede do Instituto de Geologia	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Adequação do cabeamento estruturado para o atendimento adequado do Instituto de Geologia	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Infraestrutura CPD		
Partes interessadas		Instituto de Geologia		
Alinhamento PDTI		OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
Plano de Ação		N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
Fase Atual		Ativando novos switches (fase de execução)		
Duração estimada (Meses)		18 meses		
Resultado Pretendido		Proporcionar a estabilidade da rede do Instituto de Geologia		
04	Título	Implementar a documentação do mapeamento dos hacks da UnB	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Realizar o mapeamento dos hacks alocados para ser gerada a documentação necessária para maior controle	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Infraestrutura CPD		
Partes interessadas		CPD		
Alinhamento PDTI		OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
Plano de Ação		N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		08 meses		
Resultado Pretendido		Agilizar o troubleshooting (troubleshooting é uma forma de analisar/resolver problemas, qualquer que seja. muitas vezes aplicado para reparar falhas de processos e também é necessário para desenvolver e manter sistemas complexos, onde os sintomas podem ser muitas vezes as causas de possíveis problemas. Assim, procurando resolver através de medidas convencionais ou até por outras que os levem à resolução do problema encontrado)		



05	Título	Implementar a documentação do mapeamento da fibra ótica da UnB	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Realizar o mapeamento da fibra ótica para ser gerada a documentação necessária para maior controle	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Infraestrutura CPD		
Partes interessadas		CPD		
Alinhamento PDTI		OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
Plano de Ação		N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		18 meses		
Resultado Pretendido		Agilizar o troubleshooting (troubleshooting é uma forma de analisar/resolver problemas, qualquer que seja, muitas vezes aplicado para reparar falhas de processos e também é necessário para desenvolver e manter sistemas complexos, onde os sintomas podem ser muitas vezes as causas de possíveis problemas. Assim, procurando resolver através de medidas convencionais ou até por outras que os levem à resolução do problema encontrado)		
06	Título	Migração do File System	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Migração do sistema de arquivo para o novo <i>storage</i>	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Segurança e Operação		
Partes interessadas		CPD		
Alinhamento PDTI		OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
Plano de Ação		N24 / A3 - Implementar a infraestrutura e os serviços adquiridos		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		12 meses		
Resultado Pretendido		Prover maior segurança para os arquivos		



07	Título	Migração da rede do Instituto de Geociências (IG)	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição	Migrar toda a rede do Instituto de Geociências (IG) para o CPD		R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução	Serviço de Segurança e Operação			
Partes interessadas	CPD e IG			
Alinhamento PDTI	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB			
Plano de Ação	N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas			
Fase Atual	Execução			
Duração estimada (Meses)	06 meses			
Resultado Pretendido	Prover maior benefício e controle			
08	Título	Implementar novo Firewall na rede da UnB		
Descrição	Implementar um novo Firewall na rede da UnB em substituição a um antigo		R\$ 10.000.000,00	R\$ 4.370.000,00
Responsável pela execução	Serviço de Segurança e Operação			
Partes interessadas	Toda UnB			
Alinhamento PDTI	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB			
	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB			
Plano de Ação	N24 / A3 - Implementar a infraestrutura e os serviços adquiridos			
Fase Atual	Execução			
Duração estimada (Meses)	12 meses			
Resultado Pretendido	Prover maior segurança para a instituição			



09	Título	Migração da estrutura de rede do Departamento de Música para o CPD	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Migração da estrutura de rede do departamento de Música para o CPD	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Segurança e Operação		
Partes interessadas		Departamento de Música e CPD		
Alinhamento PDTI		OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
Plano de Ação		N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		06 meses		
Resultado Pretendido		Prover mais controle e segurança para o departamento de música e para o CPD		
10	Título	Migração da estrutura de redes do Instituto de Artes (IdA) para o CPD	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Migração da estrutura de redes do Instituto de Artes (IdA) para o CPD	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Segurança e Operação		
Partes interessadas		Instituto de Artes e CPD		
Alinhamento PDTI		OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
Plano de Ação		N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		06 meses		
Resultado Pretendido		Prover mais controle e segurança para o Instituto de Artes e para o CPD		



11	Título	Migração da estrutura de redes da Biblioteca Central (BCE) para o CPD	Valor Orçado	Valor Despendido
	Descrição	Migração da estrutura de redes da Biblioteca Central (BCE) para o CPD	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
	Responsável pela execução	Serviço de Segurança e Operação		
	Partes interessadas	Biblioteca Central (BCE) e CPD		
	Alinhamento PDTI	OE – 04: Aprimorar a entrega, o suporte e a operação de TICs prestados à comunidade da UnB		
	Plano de Ação	N27 / A1 - Instituir grupo para definir o Plano de Capacidade, de acordo com a ITIL, que contemple: Capacidade de Negócio que assegure as necessidades atuais e futuras em conformidade com a expansão e reestruturação universitária; Capacidade de Serviço que garanta o desempenho dos serviços de TI; e Capacidade de Recursos, ou seja, software, hardware e pessoas		
	Fase Atual	Execução		
	Duração estimada (Meses)	06 meses		
	Resultado Pretendido	Prover mais controle e segurança para a Biblioteca Central e para o CPD		
12	Título	Migração para o protocolo IPv6		
	Descrição	Implementação do protocolo IPv6 na UnB	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00 ¹
	Responsável pela execução	Serviço de Administração de Redes		
	Partes interessadas	Toda UnB		
	Alinhamento PDTI	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
	Plano de Ação	N06 / A1 - Investir no desenvolvimento de ferramentas de apoio e aquisição de ativos para melhoria da comunicação		
	Fase Atual	Inicial		
	Duração estimada (Meses)	12 meses		
	Resultado Pretendido	Utilização da nova pilha de protocolo		



13	Título	Implantação da rede wireless dinâmica no Parque(REDUnB)	Valor Orçado	Valor Despendido
	Descrição	Disponibilização da rede nos ativos de rede de forma mais flexível	R\$ 3.600.000,00	R\$ 3.500.000,00
	Responsável pela execução	Serviço de Administração de Redes		
	Partes interessadas	Toda UnB		
	Alinhamento PDTI	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
		OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
	Plano de Ação	N15/M1/A1 - Primeira etapa de expansão da rede wireless com aquisição de 500 AP's		
	Fase Atual	Inicial		
	Duração estimada (Meses)	12 meses		
	Resultado Pretendido	Tornar mais flexível à configuração e alocação da rede <i>wireless</i> nas portas dos ativos de rede bem como do seu uso em alocação do segmento de rede		
14	Título	Implementação da voz sobre IP (VoIP) dentro da REDUnB	Valor Orçado	Valor Despendido
	Descrição	Implantar a voz sobre IP (VoIP) na UnB, permitindo que a transmissão de voz seja mais um dos serviços suportados pela rede de dados	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00 ¹
	Responsável pela execução	Serviço de Administração de Redes		
	Partes interessadas	Toda UnB		
	Alinhamento PDTI	OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
		OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
	Plano de Ação	N15/M2/A1 - Implementar serviço de VoIP para terminais fixos e móveis		
	Fase Atual	Inicial		
	Duração estimada (Meses)	12 meses		
	Resultado Pretendido	Utilizar a voz sobre IP (VOIP) na rede de dados		



15	Título	Implementação de DHCP IPv4 e DHCP IPv6 juntamente com o Active Directory - AD	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Utilizar o existente distribuindo dinamicamente endereços IPv4 e IPv6 para os usuários da comunidade acadêmica	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Administração de Redes		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
		OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
Plano de Ação		N06 / A1 - Investir no desenvolvimento de ferramentas de apoio e aquisição de ativos para melhoria da comunicação		
Fase Atual		Inicial		
Duração estimada (Meses)		24 meses		
Resultado Pretendido		Disponibilizar à REDUnB servidores de distribuição de IPs dinâmicos		
16	Título	Qualidade de serviço do ambiente REDUnB		
Descrição		Dar prioridade no ambiente REDUnB para tráfegos específicos para melhoria da comunicação. Ex: o VoIP (voz sobre IP) é considerado um tráfego específico	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Administração de Redes		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
		OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
Plano de Ação		N15/M2/A1 - Implementar serviço de VoIP para terminais fixos e móveis		
Fase Atual		Inicial		
Duração estimada (Meses)		24 meses		
Resultado Pretendido		Priorização de tráfego, melhorando a comunicação de forma abrangente		



17	Título	Ampliação da UnB Wireless	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Planejamento e instalação de novas controladoras e 500 novos pontos de acesso distribuídos pelo <i>campus/campi</i>	R\$ 3.600.000,00	R\$ 3.500.000,00
Responsável pela execução		Serviço de Administração de Redes		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
		OE – 06: Garantir a conectividade, qualidade e segurança dos serviços de TICs		
Plano de Ação		N15/M1/A1 - Primeira etapa de expansão da rede wireless em com aquisição de 500 AP's		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		9 meses		
Resultado Pretendido		Aumentar a cobertura da UnB Wireless e EDUROAM (<i>education roaming</i>) no <i>campus / campi</i> provendo acesso sem fio à comunidade acadêmica		
18	Título	Implementação de templates padrão		
Descrição		Criação de templates para a UnB seguindo um padrão visual definido para a utilização pela comunidade (1ª Fase). OBS: Após o término da 1ª fase haverá a criação dos manuais (2ª fase) e a customização dos templates conforme necessidade(3ª fase)	R\$ 0,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de <i>Sites</i>		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
Plano de Ação		N38 / M1/A1 - Criar equipe para fazer prospecção de ferramenta de portal		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		05 meses		
Resultado Pretendido		Disponibilização de template funcional para a Universidade		



19	Título	Implementação do site de boletins de atos oficiais	Valor Orçado	Valor Despendido
Descrição		Criação do site para publicação de atos oficiais	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Sites		
Partes interessadas		CPD e Reitoria		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
Plano de Ação		N02 / M1/A1 - Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
Fase Atual		Concluído		
Duração estimada (Meses)		03 meses		
Resultado Pretendido		Permitir a publicidade dos atos oficiais da UnB		
20	Título	Implementação de sites (unbciência e unhoje) da Secretaria de Comunicação (Secom)		
Descrição		Ferramenta que permite a publicação de notícias pela Secretaria de Comunicação (Secom)	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Sites		
Partes interessadas		SECOM		
Alinhamento PDTI		OE – 01: Aprimoramento da comunicação das áreas responsáveis da TIC com a comunidade da UnB		
Plano de Ação		N02 / M1/A1 - Disponibilizar acesso a informações através de Portais		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		12 meses		
Resultado Pretendido		Possibilitar a maior interação com a comunidade acadêmica		
21	Título	Implantação do sistema de certificação digital da UnB		
Descrição		Disponibilizar certificados assinados digitalmente	R\$ 10.000.000,00	R\$ 0,00 ¹
Responsável pela execução		Serviço de Sistemas Acadêmicos		
Partes interessadas		Toda UnB		
Alinhamento PDTI		OE – 03: Aprimorar a construção, a aquisição e a implementação de Serviços de TICs prestados à comunidade da UnB		
Plano de Ação		N24 / M1/A3 - Implementar a infraestrutura e os serviços adquiridos		
Fase Atual		Execução		
Duração estimada (Meses)		06 meses		
Resultado Pretendido		Implantar o certificado digital permitindo a diminuição do número de papéis impressos de certificados assim como custos relacionados a esses certificados		



22	Título	Desenvolvimento do sistema de gestão de desempenho dos servidores técnico-administrativos	Valor Orçado	Valor Despendido
	Descrição	Visa o gerenciamento contínuo e sistematizado do desempenho dos técnico-administrativos em educação da UnB, propondo resolver problemas de desempenho e melhorar a qualidade do trabalho a qualidade de vida dentro da instituição	R\$ 1.050.000,00	R\$ 0,00 ¹
	Responsável pela execução	Serviço de Sistemas Administrativos		
	Partes interessadas	Toda UnB		
	Alinhamento PDTI	OE – 05: Promover atualização tecnológica dos sistemas e da infraestrutura de TIC da UnB		
	Plano de Ação	N03 / M1A3 - Implantar sistema de Gestão de Pessoas contendo subsistemas de controle de férias, assento funcional, aposentadoria, etc		
	Fase Atual	Execução		
	Duração estimada (Meses)	12 meses		
	Resultado Pretendido	Possibilitar a identificação de fatores da organização que interferem no desempenho do servidor no trabalho; proporcionar ao servidor um diagnóstico do seu próprio desempenho a fim de desenvolver as competências necessárias ao trabalho; possibilitar o acompanhamento do desempenho do servidor no trabalho com base nas competências fundamentais e gerenciais, incentivando o desempenho profissional do servidor		

Nota 1: Ainda não foi despendido orçamento para esse projeto. A execução até então está sendo mantida com os recursos humanos do CPD.

Nota 2: Os valores orçados apresentados referem-se ao valor global estimado para a contratação da totalidade das ações de cada projeto.

Fonte: CPD



Anexo E – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Caracterização de determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010.006/2014-1	2.664/2015 – 2ª C	9.4	Ofício nº 6.719	
Departamento de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação				
<p>9.4. Determinar à FUB, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, que:</p> <p>9.4.1. Informe aos interessados o teor do acórdão prolatado, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>9.4.1 O Decanato de Gestão de Pessoas - DGP encaminhou à SEFIP os Ofícios nºs 1.848/2015 e 1.849/2015, com cópia dos comprovantes de AR relativos às ex-servidoras Maria Aires de Souza e Maria Edelize Moreira Costa, respectivamente. O DGP não encaminhou as cópias dos AR à Unidade de Auditoria Interna – AUD referentes aos servidores Mauro Teixeira dos Santos, Marcelo dos Santos, Maria Helena de Jesus, Maria Alvarenga de Souza Reis, Maria José Teixeira dos Santos, Luzia Maria Dias Carneiro Rodrigues, Marli Umbelina Nobre, Luzia Maria do Nascimento, Maria de Fátima Marinho Tavares, Maria Vilma Gonçalves Fernandes e Maria Mirtes de Medeiros.</p>				
Caracterização de determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
006.493/2012-2	2.200 – 2ª C	1.7		
Gabinete do reitor				
Descrição da determinação				
<p>1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.7.1. fixar o prazo de (60) sessenta dias para que a Fundação Universidade de Brasília:</p> <p>1.7.1.1. adote e conclua as providências administrativas necessárias à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e ao ressarcimento dos danos relativos às constatações de que tratam os itens 3.1.1.1.1 a 3.1.1.1.11, 3.1.1.1.15, 3.2.1.1.1 e 3.2.1.1.2 do Relatório de Demandas Especiais 00190.014992/2008-28-B da Controladoria Geral da União, instaurando a competente tomada de contas especial, caso esgotadas as medidas administrativas supramencionadas sem a elisão do dano, com fulcro no art. 8º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa - TCU 71/2012;</p> <p>1.7.1.2. encaminhe a documentação comprobatória do cumprimento da deliberação, detalhando as medidas adotadas para cada ocorrência aduzida no subitem anterior.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>1.7.1.1 e 1.7.1.2 As determinações tiveram seu prazo para cumprimento prorrogado por meio do Acórdão nº 6.505/2015 – 1ª Câmara. Em 10 de dezembro de 2015, foi expedido o Ofício nº 0800/2015/FUB-UnB informando as medidas adotadas e solicitando a prorrogação de prazo em 60 (sessenta) dias para conclusão do processo de cobrança administrativa ou alegações de defesa, de modo a dar cumprimento ao item 1.7.1.1 ou para instaurar a tomada de contas especial e encaminhar o processo a essa Corte de Contas.</p>				



Caracterização de determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
015.407/2011-0	7.220/2015 – 2ª C	1.7		
Departamento de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação				
<p>1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que, no prazo de 30 (trinta) dias, emita e disponibilize no SISAC, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novo ato inicial de aposentadoria de Nestor Bezerra de Lima (CPF 001.819.351- 04), livre de inconsistências entre o tempo total de serviço para aposentadoria e o somatório dos tempos de serviço constantes do quadro de "Discriminação dos Tempos de Serviço e Averbações", com especial atenção para informação relacionada ao tempo de serviço prestado em atividades insalubres pelo aposentado.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>1.7. O Decanato de Gestão de Pessoas, por meio do Ofício nº 2.429/2015, de 01/12/2015, enviado à SEFIP, solicitou dilação de prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para adoção das providências pertinentes, para executar as medida cabíveis.</p>				
Caracterização de determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
009.222/2010-3	5.598/2015 – 1ª C	1.7.7		
Departamento de Gestão de Pessoas - DGP				
Descrição da determinação				
<p>1.7.1. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que, em consonância com as disposições do Acórdão 5.270/2010-TCU-1ª Câmara:</p> <p>1.7.1.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento destacado da parcela alusiva ao índice de 28,86% (Lei 8.622/1993) aos inativos JOSÉ OSMAR RODRIGUES MENDES e MARIA GORETI DA SILVA MONTEIRO, haja vista já integrada aos proventos ordinários dos interessados por força das subsequentes reestruturações de carreira, tratando-se, pois, de execução em excesso dos respectivos provimentos judiciais;</p> <p>1.7.1.2. Quantifique os valores pagos aos inativos mencionados no subitem precedente a título de diferença de 28,86%, desde sua notificação do Acórdão 5.270/2010-TCU-1ª Câmara, e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a correspondente reposição ao erário.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>1.7.1.1 O Decanato de Gestão de Pessoas, por meio dos Ofícios nºs 2.404/2015 e 2.405/2015, ambos de 24/11/2015, enviados à SEFIP, alega que ainda não foram cumpridas as determinações do acórdão tendo em vista que a vantagem relativa aos 28,86% vem sendo paga em face de decisão judicial não transitada em julgado, sendo necessário, no entender do Decanato, consulta à Procuradoria Jurídica da FUB, razão pela qual solicitou dilação de prazo de 30 (trinta) dias para cumprir as respectivas determinações.</p> <p>1.7.1.2 O Decanato de Gestão de Pessoas solicitou dilação de prazo de 30 (trinta) para cumprir as determinações, em face de consulta que será realizada à Procuradoria Jurídica da FUB, conforme Ofícios nºs 2.404/2015 e 2.405/2015, enviados à SEFIP.</p>				

Fonte: AUD - UnB